

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DÉBORA CAMPANI CHAGAS

**MULHERES NA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE LUTA
ARMADA NO BRASIL (1968-1971)**

Marechal Cândido Rondon

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DÉBORA CAMPANI CHAGAS

**MULHERES NA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE LUTA
ARMADA NO BRASIL (1968-1971)**

Dissertação apresentada à banca de defesa como requisito para a obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-graduação: “História: Poder e Práticas Sociais”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon.
Orientadora: Prof. Dra. Carla Luciana Souza da Silva.

Marechal Cândido Rondon

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Campani Chagas, Débora
MULHERES NA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE
LUTA ARMADA / Débora Campani Chagas; orientadora Carla
Luciana Souza da Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2022.
256 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
História, 2022.

1. História. 2. Mulheres. 3. Ditadura. 4. Resistência
Armada. I. Luciana Souza da Silva, Carla, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DÉBORA CAMPANI CHAGAS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 25 dias(s) do mês de maio de 2022 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Débora Campani Chagas**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - **nível de Mestrado**, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Ângela Meirelles de Oliveira, Débora Strieder Kreuz. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Luciana Souza da Silva, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**Mulheres na resistência: A participação nos grupos de luta armada no Brasil (1968-1971)**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Ângela Meirelles de Oliveira, Débora Strieder Kreuz. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.



Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Ângela Meirelles de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DÉBORA CAMPANI CHAGAS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Débora Strieder Kreuz
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Débora Campani Chagas
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Ângela Meirelles de Oliveira**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) **Debora Campani Chagas**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) **APROVADO(A)**, na banca realizada na data de _____25 de maio_____2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A dissertação está bem estruturada e bem escrita e demonstra a preocupação da pesquisadora em diversificar as fontes e os diferentes métodos de análise. O trabalho é uma grande contribuição para a área e recomendo sua publicação.

Atenciosamente,



Ângela Meirelles de Oliveira

Unioeste

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

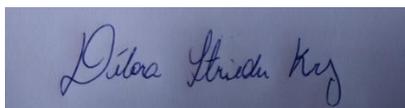
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Débora Strieder Kreuz, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Debora Campani Chagas, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 25 de maio de 2022.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente



Débora Strieder Kreuz
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

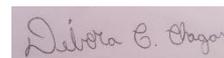
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, discente Débora Campani Chagas, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: **MULHERES NA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE LUTA ARMADA NO BRASIL (1968-1971)**, para banca examinadora realizada na data de 25 de maio de 2022.

Atenciosamente,

Débora Campani Chagas



nome e assinatura

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

Li uma vez em algum trabalho que uma pesquisa nunca é feita apenas pelo pesquisador, sozinho. As nossas relações e os momentos que vivemos enquanto a desenvolvemos impactam no processo e compõem tudo que envolve a investigação. As orientações, diálogos e trocas de aprendizados acerca da temática estudada, até as situações cotidianas divididas com amigos e colegas integram esse processo e merecem o seu destaque e agradecimento no resultado. Desse modo, gostaria de expressar a minha gratidão às pessoas que foram essenciais, de diversas maneiras, nesses dois anos e dois meses de um mestrado atípico e diferente do que eu imaginava que seria.

Quando comecei a estudar para a seleção do mestrado, no final de 2019 e nos dois primeiros meses de 2020, ainda não imaginava que o primeiro caso de covid-19 marcaria o início do que em breve se transformaria numa pandemia. Já no primeiro mês em que as aulas começariam, tivemos que decidir por estudar e realizar a pesquisa em casa, online, até que se entendesse melhor o que estava acontecendo, e com expectativas de que seria apenas por alguns meses. Bom, como já conseguimos saber, o aumento e agravamento dos casos e a situação de pandemia durou muito mais do que esperávamos.

Nesse sentido, algumas expectativas criadas com relação ao ingresso no mestrado, não puderam ser atendidas. Estabeleceu-se uma situação atípica de ter que estudar em casa, online, sem saber, nos primeiros momentos, a gravidade do vírus, com medo de ser infectada e com medo constante do que pudesse acontecer com familiares, amigos e pessoas próximas. Portanto, em um momento como esse, a presença – ainda que virtual – das pessoas, tornou-se ainda mais importante. A compreensão, a solidariedade, a paciência e o afeto foram sentimentos fundamentais para tornar esse processo suportável.

Sendo assim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela prorrogação dos prazos de nossos trabalhos e pela concessão de bolsas, sem a qual não acredito que seria possível realizar essa pesquisa.

Agradeço aos meus professores durante o mestrado, prof. Dr Rinaldo José Varussa, prof. Dr Gilberto Grassi Calil, prof. Dr Paulo José Kolling, prof. Dra Angela Meirelles e prof. Dra Carla Luciana Silva. Todos vocês sempre se mostraram compreensíveis com a situação atípica que vivemos, e dispostos a ajudar no que estivesse ao alcance. Obrigada pela possibilidade de vários conhecimentos que aconteceram em nossas trocas de aprendizagem. Aproveito para agradecer aos meus colegas de turma por

nossos diálogos, por termos conseguido organizar um evento acadêmico online mesmo que nessas condições, e parabenizá-los por conseguirem fazer uma pesquisa em um momento tão difícil como o que enfrentamos.

Agradeço aos pesquisadores dessa temática que através de seus estudos possibilitaram as reflexões de muitas questões acerca de nosso objeto, bem como fontes que também utilizamos nessa pesquisa. Agradeço também a Renata Ferraz Guerra de Andrade pela entrevista concedida a mim e a orientadora deste trabalho.

Agradeço à professora Angela Meirelles que me acompanha desde o último ano da graduação, tendo sido parte da banca do meu Trabalho de Conclusão de Curso, e agora desse trabalho de mestrado. Obrigada por ter aceitado o convite para continuar lendo essa pesquisa, e compor a banca de qualificação e defesa. Estendo o agradecimento à professora Débora Strieder Kreuz, por também ter aceitado o convite para integrar a banca de qualificação e defesa deste trabalho. Obrigada por dedicarem seu tempo para ler o texto num período curto que foi a qualificação, e agora o texto em sua versão quase final. Obrigada pelos incentivos, apontamentos, considerações e por me ensinarem mais sobre esse assunto investigado.

Agradeço à professora e orientadora deste trabalho, Carla Luciana Silva, pelo apoio prestado durante esses dois anos e dois meses, mas principalmente durante os quase seis anos em que estivemos trabalhando e pesquisando juntas. Carla é uma professora que incentiva, estimula e acredita muito no potencial de cada aluno que orienta. Obrigada pela compreensão, respeito e paciência com os vários prazos que precisaram ser recalculados nesses últimos anos (rsrs). Com você, aprendi tudo o que sei sobre “fazer pesquisa”. Fico feliz por ter sido você a me orientar nos estudos que envolvem o período da ditadura militar, assunto que tanto gosto. Admiro muito a professora, pesquisadora e pessoa dedicada que és.

Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida nesses anos residindo em Marechal, e em especial as que me tornei mais próxima: Adri, Alana, Amanda, Elis, Luana, Maitê, Patrícia, Talita e Yuri. Com vocês, vivi as diversas situações que essa vida pode oferecer. Choramos e rimos juntas, fizemos festas e assistimos filmes, resgatamos e cuidamos de cachorros e gatos, lutamos juntas por direitos básicos à universidade, organizamos um brechó, casamos uma amiga, jogamos muito truco e estudamos juntas,

nos desesperamos nos finais de semestre, e depois descansamos e comemoramos que passou.

Com vocês, ter um bom aniversário era sempre garantia, pois era fato que teria bolo temático e a presença de cada um. Com vocês, as festas juninas e as vésperas das vésperas de natal também estavam asseguradas, já que fazíamos ceias mesmo na chuva (hehe). Com vocês, o ato simples de um café da tarde se tornou um evento, já que foi esse o momento mais compartilhado por todas nós. Vivemos muitos momentos gostosos e outros não tão fáceis. Ainda que a vida nos leve para diferentes caminhos, o que aprendi com vocês sobre amor, amizade, respeito, solidariedade e compreensão, sempre permanecerá comigo. Obrigada por terem tornado melhor os meus dias em Marechal.

Estendo o agradecimento à Patrícia e Amanda, minha dupla desde a graduação, por, em especial nesse último ano do mestrado, terem segurado a barra comigo. Obrigada por me acolherem, escutarem os meus áudios (que facilmente podem ser confundidos com podcasts, hahaha) e os meus desabafos, às vezes repetitivos. Quero agradecer, mas na verdade não consigo encontrar as palavras corretas para falar sobre o que nossa relação significa para mim, é mais um sentimento inexplicável mesmo. Ainda me surpreendo que a gente consiga passar 8 horas seguidas conversando em um encontro que era para ser só um café, e como sempre saio desses encontros me sentindo leve e feliz.

Vocês sempre me lembram de dedicar atenção ao que importa. Me mostram que apesar de todos os pesares das nossas vidas, nós temos capacidade para construir boas relações e bons momentos. A presença de vocês na minha vida, me estimula a ser uma pessoa mais corajosa, dedicada, gentil e prestativa, porque é assim que vocês duas são. Obrigada pelos cafés, festas, trabalhos, pelos incentivos e pelas longas e profundas conversas sobre quaisquer assuntos. Que sorte ter encontrado vocês no caminho!

Agradeço também aos “meus amigos de sempre”, Felipe e Keianne, duas pessoas fundamentais nesse processo de pandemia pelo qual passamos. Nossa amizade não é recente, mas nossa relação se fortaleceu desde o começo de 2020. Compartilhamos nossos medos e ansiedades em decorrência do que acontecia no mundo, nossos desejos e planos para o dia em que recebêssemos a notícia de que a pandemia havia acabado, ainda que esses planos tenham sido recalculados várias vezes durante esses dois anos. Vocês dois sempre estiveram aqui oferecendo um abraço, uma escuta, várias chamadas de vídeo, que permitissem tornar o momento mais suportável. Acho que posso dizer que vocês

conhecem o meu melhor lado, e com certeza posso dizer que vocês conhecem o pior (rsrs), afinal, é uma década de relação com seus altos e baixos. Apesar disso, vocês sempre escolheram permanecer. Saibam que nossa amizade de mais de dez anos, é uma das maiores alegrias da minha vida. Obrigada por tudo.

Por fim, agradeço aos meus pais, Rosa e Elizeu, por tudo o que fizeram por mim durante todos esses anos morando longe para conseguir estudar. Obrigada pelo apoio financeiro quando foi necessário, por terem feito minhas comidas favoritas em tantos finais de semana, por me buscarem e me levarem à rodoviária tantas vezes durante esses anos que nem tentarei calcular a quantidade (rs). Espero conseguir honrar todos os esforços que vocês fizeram por mim durante toda a minha vida. Vocês são o exemplo dos meus princípios mais importantes. Amo vocês.

RESUMO

Este trabalho investiga a participação de algumas mulheres em grupos de resistência armada que se constituíram em oposição à ditadura militar brasileira. Os grupos selecionados para esse estudo são: Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), com maior ênfase na VPR. As mulheres que investigamos são Damaris Lucena, Dulce Maia, Iara Iavelberg, Jovelina Tonello, Maria do Carmo Brito, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Sonia Lafoz, Tercina de Oliveira e Zenaide Machado. As fontes se dividem entre documentos oriundos da repressão, disponíveis em arquivos online, depoimentos prestados pelas mulheres, disponíveis online e em livros de biografias. Notícias de jornais da época, disponíveis em meio digital, e documentários que também constam entrevistas concedidas por elas, bem como entrevista realizada por nós com a Renata Guerra de Andrade. Nossos objetivos consistiram em investigar como se deu essa participação, de modo a compreender quais tarefas elas realizaram, qual era a perspectiva de revolução que desejavam construir, e em que medida a organização da repressão impossibilitou a concretização desse projeto, atravessando não apenas a vida das militantes, mas também de seus familiares, por meio da política de Terrorismo de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; resistência armada; terrorismo de estado.

ABSTRACT

This work investigates the participation of some women in armed resistance groups that were constituted in opposition to the Brazilian military dictatorship. The groups selected for this study are: Revolutionary Marxist Political Workers Organization (Polop), Popular Revolutionary Vanguard (VPR), Revolutionary Armed Vanguard – Palmares (VAR-Palmares) and Oito de Outubro Revolutionary Movement (MR-8), with greater emphasis on RPV. The women we investigated are Damaris Lucena, Dulce Maia, Iara Iavelberg, Jovelina Tonello, Maria do Carmo Brito, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Sonia Lafoz, Tercina de Oliveira and Zenaide Machado. The sources are divided between documents from the repression, available in online archives, testimonies given by women, available online and in biographies books. News from newspapers of the time, available in digital media, and documentaries that also contain interviews granted by them, as well as an interview we conducted with Renata Guerra de Andrade. Our objectives were to investigate how this participation took place, in order to understand what tasks they performed, what was the perspective of revolution they wanted to build, and to what extent the organization of repression made it impossible to carry out this project, crossing not only the lives of militants, but also their families, through the State Terrorism policy.

KEY WORDS: women; armed resistance; state terrorism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Tercina Dias de Oliveira com seus netos antes de embarcarem com destino à Argélia.

Imagem 2: Trecho retirado do Relatório sobre a Operação Pajussara.

Imagem 3: Foto de Dulce Maia na tabela que consta no anexo.

Imagem 4: Foto de Renata Ferraz Guerra de Andrade na tabela que consta no anexo.

Imagem 5: Foto de Iara Iavelberg na tabela que consta no anexo.

Imagem 6: Foto de Damaris Lucena na tabela que consta no anexo.

Imagem 7: Foto de Jovelina Tonello na tabela que consta no anexo.

Imagem 8: Foto de Maria do Carmo na tabela que consta no anexo.

Imagem 9: Foto de Tercina Dias de Oliveira na tabela que consta no anexo.

Imagem 10: Foto de Sonia Lafoz na tabela que consta no anexo.

Imagem 11: Foto de Zenaide Machado na tabela que consta no anexo.

LISTA DE SIGLAS

ALN (Ação Libertadora Nacional)

COLINA (Comando de Libertação Nacional)

DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

JEC (Juventude Estudantil Católica)

MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário)

PCB (Partido Comunista Brasileiro)

POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária)

SN (Segurança Nacional)

TDE (Terrorismo de Estado)

VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares)

MR-8 (Movimento Revolucionário – Oito de Outubro)

VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------------------------------|
| INTRODUÇÃO..... | 18 |
| CAPÍTULO I: A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL, A RESISTÊNCIA ARMADA, E ALGUNS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA | 22 |
| 1.1 O GOLPE DE 1964..... | 22 |
| 1.2 O TERRORISMO DE ESTADO (TDE)..... | 27 |
| 1.3 A RESISTÊNCIA À DITADURA: A LUTA ARMADA COMO OPÇÃO..... | 30 |
| 1.4 OS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA ARMADA..... | 33 |
| 1.5 AS MOTIVAÇÕES DAS MULHERES PARA LUTAR NA RESISTÊNCIA ARMADA..... | 48 |
| CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DA LUTA ARMADA: SETORES, REGRAS DE SEGURANÇA, AÇÕES E AS DIVISÕES DE TAREFAS | 70 |
| 2.1 DISCUSSÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE REVOLUÇÃO | 87 |
| 2.2 AS AÇÕES DAS MULHERES NA LUTA | 111 |
| 2.3 A VIDA NA CLANDESTINIDADE..... | 158 |
| 2.4 AS QUESTÕES SOBRE MATERNIDADE..... | 170 |
| 2.5 O TABU SOBRE ALGUNS ASSUNTOS | 176 |
| CAPÍTULO III: A FACE CRUEL DA REPRESSÃO ATRAVÉS DO TERRORISMO DE ESTADO | 184 |
| 3.1 O CASO DA MILITANTE IARA IAVELBERG | Error! Bookmark not defined. |
| 3.2 COMO A REPRESSÃO TRATAVA AS MULHERES MILITANTES | 232 |
| CONCLUSÃO..... | 240 |
| REFERÊNCIAS..... | 243 |
| APÊNDICES | 248 |

INTRODUÇÃO

O desejo de investigar a participação de mulheres em grupos de luta armada surge a partir de uma trajetória de pesquisa que começou ainda na graduação após estudar sobre uma dessas organizações de resistência, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Investigando esse grupo pudemos perceber que mais do que se colocar contra a ditadura, seus integrantes ansiavam construir uma revolução socialista, muito inspirados nos exemplos de revoluções que ocorriam em todo o mundo, e analisando que essa era uma necessidade no Brasil naquele momento.

Além disso, essa pesquisa anterior nos mostrou que não é possível falar sobre esse grupo ou sobre os grupos de resistência armadas de modo generalizado. A investigação deixou evidente como a VPR foi uma organização permeada de conflitos e contradições. As discussões sobre como a revolução deveria acontecer resultaram em posições definidas e, conseqüentemente, em rupturas que muitas vezes incutiam na criação de outras organizações.

Essas divergências de perspectivas podem ser representadas na divisão entre aqueles que queriam fazer luta armada literalmente e imediatamente, e aqueles que consideravam necessário primeiro o trabalho de base com a classe trabalhadora dos centros urbanos. Nesse sentido, trata-se de um conjunto de sujeitos que se reuniram para discutir a situação política, econômica e social do país, e se organizaram para tentar superá-la.

Tendo isso em vista, o estudo sobre a VPR que fizemos na graduação nos despertou interesse à presença das mulheres nesses grupos, afinal de contas, tratava-se de um espaço que, segundo a perspectiva patriarcal e conservadora da sociedade, não deveria ser ocupado por mulheres, já que eram grupos que pautavam discussões políticas diretamente. Então, consideramos ser interessante investigar como essas mulheres adentraram esse espaço e de que forma aconteceram suas lutas, quais eram suas reivindicações enquanto militantes da resistência armada, e quais conflitos encontraram – e criaram – por essa mesma condição. Sendo assim, construímos o projeto de pesquisa com a seguinte problemática: “De que modo o estudo da atuação de mulheres nos grupos

de luta armada nos ajuda a compreender como se desenvolveu essa forma de resistência em contexto de ditadura militar?”

Para ser possível realizar a pesquisa, elegemos sujeitos específicos de acordo com a nossa familiaridade até o momento de escrita do projeto, e com as fontes disponíveis sobre cada uma. As mulheres que investigamos aqui são Damaris Lucena, Dulce Maia, Iara Iavelberg, Jovelina Tonello, Maria do Carmo Brito, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Sonia Lafoz, Tercina Dias e Zenaide Machado. Todas elas militaram em algum momento na VPR, mas não se restringiram a essa organização. O critério de escolha se deu em decorrência de que alguns desses nomes nós já havíamos notado na investigação sobre a VPR durante a graduação. Nesse sentido, continuamos realizando pesquisas básicas e notamos a necessidade de incluir outros nomes. Nem todas as mulheres que encontramos com participação na VPR puderam ser integradas nesse estudo, por questões de ausência de fontes que viabilizassem a pesquisa.

As fontes que nos auxiliam nessa investigação são documentos oriundos da repressão que encontramos em arquivos online, principalmente o Brasil Nunca Mais Digital, depoimentos prestados pelas mulheres, que estão disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade e em livros de biografias ou de pesquisas sobre o tema, assim como entrevista realizada por nós com uma das mulheres da investigação, Renata Ferraz Guerra de Andrade. Além disso, analisamos entrevistas dessas mulheres, que se encontram em documentários, assim como notícias de jornais da época que trataram do envolvimento delas na luta armada.

Essa diversidade de fontes contém evidências que nos permitem responder a maioria das questões que consideramos na investigação, além de nos colocar novas perguntas. No momento de elaborar o projeto não sabíamos se seria possível contatar cada uma das mulheres que estão vivas para tentar conversar com elas, portanto, optou-se por trabalhar com entrevistas já realizadas, ainda que estejam intrínsecas em outras pesquisas. Por tratar-se de variados modelos de fontes e de produções em temporalidades distintas, algumas no pós-ditadura, e outras a partir dos anos 2000, sempre consideraremos na análise o *contexto* e *quem* as produziram.

As pesquisas que lemos sobre essa temática, de modo geral, nos mostraram como foi importante essa decisão das mulheres naquele momento e como isso vai ser ressignificado nos anos finais da ditadura, e ainda mais após a abertura política. Muitas

mulheres militantes tiveram que se exilar e, em outros países, tiveram contato com discussões acerca de seus papéis sociais, assim, ao retornarem ao Brasil, enfatizaram a importância desse debate e se engajaram em movimentos de militância, resgatando e ressignificando suas atuações anteriores na resistência armada.

Além disso, nota-se que as pesquisas mais recentes, isto é, a partir dos anos 2000, deram enfoque à categoria de gênero como condutora para compreender a experiência dessas mulheres. Dessa forma, os pesquisadores e pesquisadoras investigaram como essas mulheres se colocaram enquanto militantes nos grupos de luta armada, e de que modo as relações de poder de gênero estiveram estabelecidas dentro do grupo que faziam parte, e na sociedade como um todo a partir da atuação da repressão e da grande imprensa no combate aos opositores da ditadura.

Sendo assim, para dar continuidade aos estudos já iniciados sobre essa temática, em nossa pesquisa consideraremos esse aspecto, mas como forma de contribuição a essa área de estudos, intencionamos dar espaço, principalmente, à investigação do modo como os grupos se organizaram, como pensaram suas estruturas e tarefas, e como a repressão impactou fortemente nos seus ideais de revolução, fazendo com que a luta na maior parte do tempo tivesse que ser muito mais pela sobrevivência dos que ali estavam, do que, de fato, pela implementação de um outro projeto de sociedade.

Essa investigação não possui a intenção de heroizar estes sujeitos, nem de condená-los - na perspectiva de quem acredita que não se deva discorrer sobre esse fato - . Nossa tarefa consiste em compreender como essas militantes acreditaram que naquele momento existiam as possibilidades de concretizar uma revolução socialista. Posteriormente, entender como o projeto que possuíam resultou, na realidade, em centenas de presos, torturados, mortos e desaparecidos. Trata-se de uma experiência de luta e questionamento da ordem vigente em território brasileiro. Portanto, aos interessados, como nós, nos movimentos nacionais de lutas e reivindicações, as reflexões e discussões sobre a luta armada são fundamentais.

A dissertação está dividida em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a expor os motivos que resultaram no golpe de 1964 e a ditadura que se instaurou a partir dele, justificada através da preservação da Segurança Nacional, e articulada através do Terrorismo de Estado, conceitos que utilizamos para demonstrar nossa perspectiva. Além disso, procuramos introduzir as discussões acerca da resistência armada de maneira geral,

e as leituras específicas sobre a participação das mulheres nessa resistência. Por fim, expomos os motivos que levaram às mulheres decidirem a militar na luta armada.

No segundo capítulo, buscamos mostrar qual era a forma de organizar a resistência armada, isto é, quais eram as perspectivas e discussões que tinham acerca de como a revolução deveria ocorrer, como estruturaram os setores e como definiram as tarefas que eram necessárias. Depois, nos dedicamos a mostrar quais funções as mulheres cumpriram dentro das organizações, já que a investigação da estrutura dos grupos nos mostrou que existiu uma variedade de tarefas que precisavam serem feitas. Em última análise, demonstramos como esses sujeitos se organizaram em uma vida de clandestinidade e quais foram as implicações dessa condição clandestina não só para a organização, mas nos aspectos mais subjetivos da vida de cada um.

No terceiro e último capítulo, a intenção foi discorrer sobre a violência direta do Terrorismo de Estado. Desse modo, através dos casos que envolvem cada uma dessas mulheres, analisamos que a dimensão dessa política de governo ultrapassou as violências físicas e atingiu psicologicamente e emocionalmente as militantes e os seus familiares. Soma-se a isso as violências específicas que sofreram por serem, além de militantes, mulheres. Nos dedicamos a escrever um tópico para tratar minimamente do caso da militante Iara Iavelberg que, entre as mulheres dessa pesquisa, foi a única não sobrevivente daquele período. Em primeiro momento sua morte foi associada a causa de suicídio, mas a luta de seus familiares pelo esclarecimento, exumação e nova análise do caso, concluiu que Iara foi assassinada.

Ao final, esperamos ter conseguido cumprir com os objetivos propostos e com as pesquisas já existentes sobre essa temática, ainda que esse estudo contenha as suas limitações. Ademais, deseja-se que essa pesquisa possa acrescentar nas discussões que tratam das experiências de lutas em território nacional e acerca das violações de direitos humanos através de práticas violentas como torturas físicas e psicológicas a alvos específicos e aos sujeitos de seu entorno.

CAPÍTULO I: A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL, A RESISTÊNCIA ARMADA, E ALGUNS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA

O objetivo deste capítulo é contextualizar algumas motivações que culminaram no golpe de 01 de abril de 1964 e a ditadura que se instaurou a partir daí. Em seguida, discorreremos sobre a organização de grupos de resistência armada que se articularam para lutar contra essa ditadura. Apresentaremos os objetivos dos/das militantes das organizações, seus ideais de revolução e como avaliaram o contexto daquela época. Posteriormente, dialogaremos com alguns estudos que tratam da participação das mulheres nas organizações armadas existentes, e apresentaremos nossas intenções para os próximos capítulos.

1.1 O GOLPE DE 1964

Em 1964 o presidente da república, João Goulart, foi deposto de seu cargo no governo através de um golpe de Estado que instaurou uma ditadura que durou mais de duas décadas. As motivações para esse acontecimento decorreram de conflitos políticos, econômicos e sociais pelos quais o Brasil passava há algum tempo. Sobre aquele contexto, Virginia Fontes e Sonia Mendonça nos ajudam a entender que,

Configurava-se um quadro político, econômico e social de exacerbação do período 1961-64. As disputas partidárias, a polêmica entre Executivo e Legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar. Por conveniência metodológica, separaremos as diversas instâncias desse processo, lembrando, porém, que foram simultâneas e estavam intimamente articuladas.¹

As pesquisadoras discorreram sobre cada um dos elementos que tratam dos múltiplos conflitos que levaram à tomada do poder pelos militares. De modo resumido,

Em primeiro lugar, os anos 1961-64 caracterizaram-se por intensa mobilização popular. Vivia-se um instável equilíbrio entre os partidos, configurando tanto a ruptura do pacto populista (expresso principalmente através da associação PSD/PTB) quanto a emergência da participação popular não tutelada na cena política. A expressão partidária dessas lutas – centradas nas reformas de base, especialmente

¹ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004. (p.7)

a Reforma Agrária – demonstrava cada vez mais claramente os perfis ideológicos dos parlamentares. Sua atuação direta a favor dos segmentos em luta e a formação de frentes interpartidárias traziam maior transparência à disputa política, descortinando as fissuras no interior da classe dominante e pondo a nu as contradições de classe, independentemente do espectro partidário.²

Outro autor que também apresenta o quadro social da época, é Caio Navarro de Toledo, em artigo intitulado “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”³. Nesse trabalho, ele se dedicou a mostrar algumas minúcias que estiveram presentes na política de governo de João Goulart, e que causaram aversão dos setores mais liberais e conservadores da sociedade. Um dos principais elementos apontados como ameaçador da ordem capitalista vigente, foi a proposta de reforma agrária apresentada por Jango.

Desde o parlamentarismo, Goulart levantou a bandeira da reforma agrária; em discurso no dia 1º de maio de 1962, o presidente propunha a revisão do Artigo 141 da Carta de 1946 que condicionava as desapropriações de terra à “prévia indenização em dinheiro”. Para o conjunto dos partidos e movimentos sociais que defendiam as reformas, a manutenção desse artigo da Constituição, na prática, inviabilizava a reforma agrária. Desde essa época, entidades ruralistas, setores da Igreja católica, partidos liberais conservadores (UDN e setores majoritários do PSD) e a grande imprensa, por exemplo — radicalmente contrários à revisão constitucional — fizeram campanha nacional contra a chamada reforma agrária “radical” do governo. Na perspectiva nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária era essencial para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse alcançar um nível superior de desenvolvimento. De um lado, era preciso aumentar a produção agrícola (alimentos, matérias-primas para a indústria etc.) ao mesmo tempo em que se buscava ampliar o mercado interno para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo situações crescentes de tensões e conflitos sociais, propunha-se uma melhor distribuição de terras improdutivas.⁴

Toledo explica que a reforma defendida por Jango causou divergências de opiniões. Enquanto os setores conservadores de proprietários de terras entendiam que com essa medida o Brasil caminharia ainda mais rumo ao “comunismo”, o presidente apenas intencionava dar continuidade ao processo de industrialização que havia começado no governo de Getúlio Vargas. Desse modo, diferente das acusações, não havia o desejo de romper com a ordem capitalista, pois apenas a reforma agrária não seria suficiente para isso.

² Idem, p.13.

³ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2004.

⁴ Idem, p.21/22.

No entanto, essa foi uma proposta extremamente importante e decisiva para a justificativa do golpe, já que “a manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram, assim, fatores decisivos para a manutenção de uma democracia política muito distante das aspirações e necessidades das classes populares.”⁵

A ideia, que foi também a justificativa, de que o Brasil se tornaria em breve um país comunista é construída a partir das influências de conflitos e disputas internacionais. Isto é, não só o país passava por uma série de conflitos que sustentariam a defesa dos golpistas de que a intervenção era necessária, como a polarização mundial do “capitalismo” versus o “comunismo”, herança da guerra fria, fomentaria ainda mais essa necessidade. Aos defensores do golpe interessava, evidentemente, preservar a perspectiva capitalista hegemônica dos EUA.

Cada vez que o status quo fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou. Seria necessário, portanto, reagir dentro do contexto da guerra fria, como se se tratasse de uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. A guerra fria tornava-se uma realidade presente em toda parte, sempre uma explicação simples para todos os acontecimentos, e o fundamento de uma estratégia global.⁶

No Brasil, essa estratégia foi implementada a partir da articulação do IPES e do IBAD⁷ que,

iniciaram acirrada campanha contra o que consideravam a “bolchevização” do país, tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção “racional” do desenvolvimento. Seu âmbito de ação era nacional, aglutinando setores industriais urbanos – nacionais e associados, grandes e pequenos – e atingindo as oligarquias rurais, pelo viés da Reforma Agrária. Suas argumentações eram: a) que obstáculos ao capital internacional significariam uma brecha para restrições mais amplas a qualquer capital; e b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até mesmo a *hierarquia militar*. O golpe de 1964 significou, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijava e reprimia os movimentos populares. De outro, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos.⁸

⁵ Idem, p.22.

⁶ COMBLIN, P.E Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Tradução de A. Veiga Fialho, p.40.

⁷ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Virgínia Fontes e Sonia Mendonça discorrem sobre essas instituições na obra *História do Brasil Recente* já citada aqui.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004, p.15.

Como apontam Mendonça e Fontes, o lema básico que justificou a intervenção e depois a manutenção da ditadura, foi a “segurança”, ou, a “segurança nacional”. A justificativa foi utilizada para sinalizar que grupos de esquerda planejavam introjetar o comunismo na sociedade brasileira, e que isso colocaria toda a nação em risco. As reformas propostas por Jango, foram interpretadas como muito próximas desse ideal dos setores progressistas.

Nesse sentido, a articulação das forças armadas seria essencial nessa batalha. Além disso, os cidadãos deveriam sentir-se temerosos com essa ameaça e juntar-se aos militares e parte do empresariado, para combater os comunistas. Sobre esse assunto é importante destacar a presença da Escola Superior de Guerra (ESG).

Originária da conjuntura internacional marcada pela guerra fria e sua preocupação com o “enfrentamento” dos blocos ocidental e oriental, a ESG operou a redefinição do conceito de segurança: sua internalização. Caía por terra a visão tradicional da defesa, tornando-se o comunismo um “Inimigo interno”, capaz de tomar “presas fáceis” como o povo brasileiro, em seu precário estágio de desenvolvimento econômico, político e cultural. Para combatê-lo, a DSN definiu a prioridade do binômio segurança-desenvolvimento, bem como a ênfase na necessidade de maior equipamento e autonomia para as Forças Armadas e no fortalecimento do Estado.⁹

Ainda sobre a ESG, podemos entender que

A Escola Superior de Guerra é uma instituição sul generis. Depende exclusivamente do Estado-Maior das Forças Armadas. Goza uma grande independência em relação ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. Além do mais, destina-se a formar civis e militares: uma classe de dirigentes. Depois de 1964, os mais altos postos da administração serão ocupados por ex-alunos da Escola Superior de Guerra.¹⁰

Ainda sobre essa perspectiva de formação para o combate do comunismo, Joseph Comblin traz um conceito importante de como o contexto estava sendo entendido por esses sujeitos. Trata-se da “guerra revolucionária”.

Foi também nos Estados Unidos que se formou a ideia de guerra revolucionária, que vai tornar-se o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados na região do Canal do Panamá. [...] De tantas leituras e meditações os americanos chegaram a alguns princípios bastante simples. Em primeiro lugar, a guerra revolucionária é a nova estratégia do comunismo internacional:

⁹ Idem, p.37-38.

¹⁰ COMBLIN, P.E Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Tradução de A. Veiga Fialho, p.155.

em qualquer lugar onde haja uma guerra revolucionária é preciso ver, daí por diante, a presença do comunismo. Na verdade, afirmam, os russos descobriram que a vitória do socialismo passa pelo Terceiro Mundo: a luta contra o capitalismo passa pelo Terceiro Mundo, e a guerra revolucionária é, para o comunismo, o meio de conquistar o mundo. Desse primeiro princípio decorre o segundo: já que o comunismo está por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, existe entre todos um parentesco evidente e o mesmo modelo deve servir para compreender todos. Não é necessário fazer distinções entre guerra revolucionária, guerra de libertação nacional, guerrilhas, subversão, terrorismo etc. Pode haver apenas fases diferentes de um único processo, o da guerra revolucionária.¹¹

Portanto, a essa altura fica claro que existiu uma disposição para combater de todas as formas o comunismo, interpretado como a forma de governo que seria instaurada ao final da “guerra revolucionária” que estava ocorrendo. É nesse sentido que se argumenta a favor da preservação da Segurança Nacional, que o autor entende como,

A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, natural, uma força. Trata-se portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais. Os Objetivos Nacionais constituem um conjunto bastante vago. Os autores reconhecem que há um só bem, que é a espinha dorsal da segurança nacional e é sempre um objetivo e deve sempre ser colocado em segurança: a sobrevivência da nação. No entanto, imediatamente volta a incerteza. É excepcional que a existência física de uma nação esteja em perigo. Estende-se, portanto, a sobrevivência a um certo número de atributos considerados essenciais à sobrevivência: crenças, uma religião, instituições políticas, etc. E a incerteza volta.¹²

O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional.¹³

Como Joseph Comblin ressaltou, “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo”. No caso do Brasil, o “comunismo” ou os “comunistas” foram associados a ideia de “inimigo interno”. Isto significava que o perigo estava no próprio território brasileiro. Esse inimigo poderia ser qualquer membro da população que se opusesse às formas de governar dos

¹¹ Idem, p.44.

¹² Idem, p.54-55

¹³ Idem, p.55.

militares e que apresentasse risco àquele projeto político, mas sobre alguns sujeitos essa perseguição se deu mais declaradamente.

Antes de falarmos sobre quem foram os sujeitos mais afetados por essa política de governo, gostaríamos de trazer mais uma explicação sobre o conceito de SN.

A segurança é a força do Estado aplicada a seus adversários: qualquer força, violenta ou não. A segurança é uma coisa que pode ser obtida indiferentemente por meios violentos ou não, isso não tem importância. Quem busca a segurança não questiona os meios. Chegamos portanto, à conclusão de que os Objetivos Nacionais têm que ser procurados ou defendidos por todos os meios, indistintamente. No plano da política externa isso significa apagar a fronteira entre a guerra e a diplomacia: a tarefa é a segurança nacional e, dependendo das circunstâncias, passa-se de uma coisa à outra, ou melhor, tudo se confunde, violência e pressões econômicas e psicológicas: tudo constitui um único comportamento. No plano da política interna a segurança nacional destrói as barreiras das garantias constitucionais: a segurança não conhece barreiras: ela é constitucional ou anticonstitucional; se a Constituição a atrapalha, muda-se a Constituição.¹⁴

Comblin foi exato ao dizer que não havia barreiras para garantir a “segurança” de toda a nação, independente se para isso precisassem utilizar meios violentos ou não. Como ressaltou: “se a Constituição a atrapalha, muda-se a Constituição”. E é nesse sentido que para a defesa da SN, o governo articulou-se através de uma política de Terrorismo de Estado.

1.2 O TERRORISMO DE ESTADO (TDE)

O Terrorismo de Estado é a forma com que um governo se organiza a fim de manter os seus interesses utilizando-se da violência e do terror contra os seus opositores. Enrique Padrós, em artigo intitulado: “Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional¹⁵”, discorre detalhadamente sobre como isso se aplicou nas experiências de ditaduras na América Latina.

A categoria TDE está sendo analisada, neste artigo, dentro de um recorte que contempla as manifestações históricas das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano, entre os anos 1960 e 1980. Essas ditaduras se estruturam a partir das diretrizes gerais da

¹⁴ Idem, p.56.

¹⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 13-36.

Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e das orientações da estratégia da contrainsurgência através de uma política estatal que implementou uma metodologia repressiva pautada por sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento de opositores e dos seus cadáveres.¹⁶

Padrós explica que a primeira manifestação dessa forma de operar surgiu na Revolução Francesa, durante a fase do terror dirigida pelos jacobinos. Essa origem também é lembrada no artigo de José Carlos Moreira, “O Terrorismo de Estado e a ditadura civil-militar no Brasil: Direito de Resistência não é Terrorismo¹⁷”.

Quase três séculos depois, a palavra “terrorismo” surge justamente atrelada à ação dos Estados modernos, com o exemplo histórico da França durante a revolução burguesa na ditadura do Comitê de Saúde Pública, liderado por Robespierre nos anos de 1793 e 1794.¹⁸

Para esse autor,

Em princípio, para que exista o terrorismo de Estado não é condição indispensável o funcionamento de um governo autoritário ou uma ditadura, mas, sem dúvida alguma, o contexto de um regime ditatorial o torna muito mais provável. A prática do Terrorismo de Estado por regimes ditatoriais e/ou totalitários tem mostrado que o recorte repressivo vai se alargando com o tempo, atingindo um espectro cada vez mais amplo da população, com uma evidente militarização das relações sociais, segundo a qual todos são suspeitos até prova em contrário.¹⁹

O alargamento do recorte repressivo e da suspeita de todos os cidadãos até que “se prove o contrário” de que discorre José Carlos Moreira, podem também ser vistas na obra de Padrós já citada aqui. Para Padrós,

O TDE procurou eliminar os focos que ameaçavam os interesses que defendia, enquadrar a sociedade dentro das premissas do novo padrão de comportamento político desejado e moldar as instituições a fim de obter obediência ou apatia ante a imposição de novos princípios gerais tomados, por exemplo, da Doutrina Francesa e da Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto, impôs a ordem, a autoridade e consagrou a impunidade. No seu funcionamento, flexibilizou a figura do “inimigo interno” e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais, de lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. Além das ações dirigidas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais),

¹⁶ Idem, p.14.

¹⁷ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-Militar no Brasil: direito de resistência não é terrorismo. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 20., 2011, Brasil. **Anais Conpedi**. Brasil: Anais Conpedi, 2011. p. 50-75. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/11337>. Acesso em: 19 abr. 2022.

¹⁸ Idem, p.50.

¹⁹ Idem, p.58.

sensações de medo e de paralisia atingiram a população em geral, através de canais condutores de uma ‘violência irradiada’, o que facilitou a manutenção do status quo. Essa paralisia da oposição pelo temor e pelo silêncio gerou e disseminou a ‘cultura do medo’, na qual parte da sociedade introjetou um sentimento de culpa pelo imobilismo político, pela evasão e escapismo alienador ou pela diminuição ou ausência de solidariedade. Assim, introspecção, prudência, cautela, dissimulação, autocensura e silêncio foram recursos individuais e cotidianos que, de alguma forma, significaram, em muitos casos e em ‘tempos cinzentos’, a diferença entre o sofrimento e o horror por um lado, e a possibilidade da sobrevivência por outro.²⁰

Aqui o autor deixa evidente os alvos seletivos, e os sujeitos dessa pesquisa - as mulheres da luta armada -, se enquadram como parte dos alvos diretos, mas também indica que isso alargou-se a toda a sociedade através da “cultura do medo”. Como veremos nos próximos capítulos até quem não teve relação com a resistência armada acabou sendo afetado por essa forma de atuação do governo, enquanto outros cidadãos sentiram-se incapacitados para se articular contra a ditadura, numa tentativa de preservarem suas vidas.

Além disso,

As políticas estatais latino-americanas baseadas no terror centraram-se na organização de estruturas de poder de atuação clandestina, paralela à estrutura legal e visível do Estado, e na implementação de práticas repressivas contra a oposição política como a ação psicológica, o sequestro, a detenção ilegal, a tortura, o desaparecimento forçado, a execução sumária e a eliminação de corpos sem deixar vestígios.²¹

Essas práticas aconteceram de diversas maneiras em distintos locais. Para entender melhor, relembra-se e recomenda-se o trabalho desenvolvido pelo historiador Carlos Fico que trata especificamente da atuação de órgãos de informações da ditadura. O autor analisa que havia espionagem e troca de informações entre os diferentes órgãos existentes, além de tocar em elementos fundamentais sobre o tratamento dos presos e presas em cada um dos órgãos da repressão.²²

Dentre os elementos da metodologia do terror: “sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento”, pode-se dizer que no Brasil uma das medidas mais aplicadas do TDE, foram as torturas, mas evidentemente que outras como prisões em massa e

²⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvanía (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. P.13-14.

²¹ Idem, p.16.

²² Ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

desaparecimentos, também ocorreram com frequência ²³. A partir dessa breve contextualização do que significou o TDE, pretendemos mostrar nos capítulos posteriores, através das fontes, como isso aconteceu na prática.

1.3 A RESISTÊNCIA À DITADURA: A LUTA ARMADA COMO OPÇÃO

É certo que a repressão da ditadura não se aplicou apenas aos sujeitos que se organizaram através da resistência armada. Como dissemos, qualquer cidadão que se opusesse abertamente a essa forma de governo e representasse uma ameaça a esse projeto político, foi perseguido ou censurado de alguma maneira. No entanto, como a temática do trabalho centra-se nessa forma específica de resistência, nos dedicaremos aqui apenas a expor como ela foi organizada.

Sobre o conceito de resistência é importante lembrar que

Sabemos que o mesmo possui, na atualidade, uma grande gama de interpretações e hipóteses correlacionadas, especialmente a partir da discussão realizada por Denise Rollemberg (2012; 2014), segundo a qual as organizações revolucionárias, para além da derrubada da ditadura, propunham uma estrutural mudança na sociedade brasileira, cujo próprio sentido da democracia era diferente.²⁴

Portanto, aqui estamos compreendendo a resistência como o ato de oposição radical ao governo instaurado naquele momento, ou, como elaborou Maria Badan: “A resistência neste estudo foi entendida como uma atitude radical de não ceder ao agressor, de não cooperação.”²⁵

Marcelo Ridenti em “O fantasma da revolução brasileira”²⁶ apresenta os resultados da investigação sobre as ações dos grupos de luta armada que se articularam após o golpe de 1964 no Brasil. O fantasma insuperável ao qual se refere é o da revolução democrática e, depois, socialista que não foi concretizada. A primeira com o intuito de impedir o golpe, e a segunda com a tentativa de derrubar a ditadura que se instaurou a partir dele. Nesse sentido, o sociólogo realizou um estudo acerca das formações dos

²³ Para saber mais sobre esses métodos, ver: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

²⁴ KREUZ, Débora Strieder. “**Elas têm um outro jeito de ser, de resistir**”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015, p.14.

²⁵ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.74.

²⁶ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

grupos de luta armada, suas reivindicações revolucionárias e o que impossibilitou a concretização da revolução.

Ridenti inicia o texto nos lembrando que para pensar a experiência dos grupos de resistência armada, é imprescindível considerar o contexto daquele momento no Brasil e em outros países de diferentes continentes. Isso porque, aos nossos olhos e formulações contemporâneas, essa experiência pode parecer puramente aventureira e/ou até mesmo uma “loucura”. No entanto, os sujeitos naqueles anos tinham motivações concretas para optar por essa forma de luta, como afirma o autor.

Não só a sociedade brasileira, mas o mundo inteiro polarizava-se, no final dos anos 1960, em torno de posições revolucionárias e conservadoras. Surgia em toda parte uma "nova esquerda", que procurava romper as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas tradicionais, os quais já não se mostravam capazes de dar conta das rápidas transformações sociais. É uma constante, nas entrevistas obtidas, os entrevistados chamarem a atenção para o fato de que a "luta armada" brasileira nos anos 1960 só pode ser entendida naquele momento histórico preciso, o que nem sempre teria ficado claro em alguns livros de memórias de ex-guerrilheiros que, ao ver o passado com os olhos de hoje, teriam desfigurado e tornado incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários.²⁷

A maioria dos grupos de luta armada surgem de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até então era o partido considerado, por boa parte das pessoas, como o mais representativo dos interesses da classe trabalhadora, sendo conhecido como “partidão”. Na discussão sobre como enfrentar a ditadura que estava colocada, parte do PCB se opôs à opção da luta armada, enquanto alguns militantes que sentiam essa necessidade se uniram com universitários e operários, e avaliaram que naquele momento essa era a opção de luta indispensável para lidar com as forças do Estado.

As organizações que surgiram a partir dessas dissidências discutiam sobre o papel do Brasil nas relações sociais e de produção com todo o mundo. A visão majoritária do PCB era que o Brasil seria um país com aspectos “feudais” ou “semifeudais”, que precisariam ser superados. Portanto, a revolução que se desejasse construir teria que considerar essa discussão. Por outro lado, existiam aqueles que não reconheciam características feudais em território brasileiro e visualizavam que a forma de produção e desenvolvimento econômico do Brasil já estava subordinada a uma lógica imperialista de desenvolvimento industrial.

²⁷ Idem, p.57.

A discussão de como se davam as relações de produção no Brasil incutia os militantes a pensar sobre qual deveria ser o caráter da revolução. Sobre esse ponto, Ridenti diz que duas perspectivas estavam colocadas: a dos que acreditavam que a revolução deveria ser de caráter “burguês” ou de “libertação nacional”, e aqueles que reivindicavam o caráter imediatamente socialista.

A primeira posição representa os militantes que entendiam o Brasil como um país com resquícios feudais, o que implicaria em estabelecer alianças com a burguesia nacional. Já que,

devido ao "entrelaçamento dos imperialistas norte-americanos com os grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, não é possível libertar o país sem ao mesmo tempo expulsar do poder esses grandes capitalistas e latifundiários e substituí-los pelo povo armado, instaurando o governo popular-revolucionário", em substituição à ditadura militar então em vigor".²⁸

Esse é um trecho que Marcelo Ridenti retirou de um documento escrito pela Ação Libertadora Nacional (ALN) no ano de 1969, defendendo a escolha por essa perspectiva. Nota-se que o inimigo está colocado sob a figura do imperialismo, mas mantém-se a posição de que o Brasil era um país com resquícios feudais, por isso considerava-se alguma aliança com a burguesia nacional. Ainda nesse sentido, o autor afirma que

Previa-se a revolução em duas etapas, a primeira das quais deveria ser "burguesa", ou de "libertação nacional". Congregando uma somatória de classes sociais progressistas, unidas para desenvolver as forças produtivas, a revolução burguesa implicaria superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia.²⁹

Em contrapartida, para os militantes que reivindicavam a revolução imediatamente socialista,

o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários.³⁰

Portanto, não enxergavam a possibilidade de articulação com a burguesia em nenhum momento da construção da revolução. Adiante veremos quais eram as organizações que possuíam cada uma dessas perspectivas.

²⁸ Idem, p.33-34.

²⁹ Idem, p.32-33.

³⁰ Idem, p.36.

Como dissemos, os grupos também divergiam sobre as discussões de como a luta deveria acontecer. Influenciados, sobretudo, pela experiência da Revolução Cubana, as reflexões consideravam as possibilidades de estabelecer a luta no campo através das guerrilhas, mas existiam algumas posições que consideravam as ações urbanas como indispensáveis em todo o processo da luta.

Apesar disso, mesmo para aqueles que tinham o estabelecimento de guerrilhas como horizonte que viabilizaria a revolução, as ações em áreas urbanas se fizeram indispensáveis, sobretudo para conseguir o dinheiro que possibilitaria a permanência e segurança no campo por um tempo. Esse assunto, de como fazer a luta, será motivo de conflitos e rupturas entre os grupos, e será tratado com mais detalhes no próximo capítulo.

É importante dizer que existiu uma variedade de organizações armadas durante o período da ditadura. Não seria possível nesse trabalho discorrer sobre cada uma das organizações e suas formas de fazer a luta, então nos limitaremos a trazer informações apenas sobre as organizações que as fontes indicam a participação das mulheres que estudamos. Ainda assim, corre-se o risco de nos determos a uma mais do que outra, em específico a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), pela nossa trajetória de pesquisa até aqui com essa organização, como apontamos na introdução do texto. Mas, nos próximos capítulos, tentaremos deixar minimamente claro a perspectiva de cada um dos grupos que as mulheres dessa pesquisa fizeram parte.

1.4 OS ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA ARMADA

Marcelo Ridenti ainda traz uma reflexão sobre a participação das mulheres na luta armada, no tópico “As mulheres foram à luta” do capítulo “Obscuros heróis: sem vez e sem voz: a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade³¹”. Como afirma, “É surpreendente a presença numérica relativamente significativa do chamado "sexo frágil" em organizações tipicamente militaristas, como a ALN (76; 15,4% do total) e a VPR (35; 24,1%).³²”

³¹ Idem, p.163.

³² Idem, p.198.

Para calcular esses dados numéricos, Ridenti analisou os documentos de órgãos da repressão em que constam processos pelos quais os/as militantes foram condenados. Isso significa que aqueles que participaram das organizações, mas que não foram processados judicialmente, não puderam ser incluídos nessa conta. Ele avalia que

a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.³³

De fato, naquele momento a visão de que as mulheres deveriam ocupar apenas o espaço doméstico era muito forte em toda a sociedade. O movimento feminista caminhava em passos iniciais sobre as discussões e reivindicações por direitos iguais. Ao final da ditadura, inclusive após a experiência das mulheres na luta armada e de muitas exiladas, esse debate irá se ampliar e ter maior alcance.

Como veremos adiante, as mulheres da luta armada, fundamentalmente das organizações que pesquisamos, irão ocupar esse espaço estritamente político de discussões econômicas e sociais que visavam derrubar a ditadura e o fim da sociedade de classes, por motivos diferentes. Algumas trazem em suas falas o questionamento do papel da mulher já naquele tempo, enquanto outras não identificam esse elemento.

A participação das mulheres é contabilizada através dos processos que foram submetidas. Ridenti aponta que muitas foram criminalizadas por suas relações afetivas com os homens da organização, por serem mães, esposas e/ou filhas, enquanto outras foram criminalizadas como participantes ativas dos grupos. O autor ainda ressalta que as primeiras costumavam ser de origem pobre, e as segundas pertencentes à classe média/alta, as “intelectualizadas”.

Ao investigar quais atividades profissionais os/as militantes exerciam, Ridenti chega à conclusão de que,

Especialmente nos grupos armados não houve trabalhadoras manuais envolvidas - nenhuma processada -, contrastando com a média em torno de 13% de trabalhadores manuais urbanos e rurais no total dos acusados de ambos os sexos por envolvimento com as organizações armadas. Entretanto, 28 mulheres processadas por ligação com grupos em armas (8,3%) eram donas de casa. A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras (133; 23,0%) ou de outras profissionais com formação superior (103; 17,8%), perfazendo um total de 422 mulheres (73%), que poderiam ser

³³ Idem, p.197.

classificadas como de camadas médias intelectualizadas; ao passo que 51,6% dos processados de ambos os sexos poderiam ser considerados integrantes dessas camadas sociais. Mesmo em se considerando apenas os dados dos grupos armados urbanos típicos, a percentagem de mulheres dos estratos sociais mais intelectualizados chegaria praticamente a 75% (251 de um total de 336 mulheres processadas, com ocupação conhecida), contra quase 58% (1.096 processados) do total de 1.897 homens e mulheres.³⁴

Ainda que majoritariamente as mulheres das organizações e as escolhidas em nossa análise fossem estudantes e consideradas de classe média, também trabalhamos com mulheres que eram operárias, como Damaris Lucena, Jovelina Tonello e Tercina Dias de Oliveira. Portanto, representam uma exceção de mulheres originalmente trabalhadoras manuais, mesmo que não estivessem exercendo essa atividade profissional durante a militância armada.

A dissertação “Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)³⁵” de Julia Bianchi Reis Insuela, aborda a temática das mulheres na resistência armada, em especial, como afirma a autora, o trabalho se atenta à percepção das mulheres em três níveis: nas organizações, nos órgãos de repressão e informação, e na imprensa.

Julia Bianchi ressalta que o intuito da dissertação foi pesquisar a reconstrução da memória dessas mulheres a fim de notar se existiu - ou não - um apagamento do senso comum entre a grande imprensa e os órgãos de repressão e informação, e, por conseguinte, na sociedade. Todos esses elementos embasam a hipótese que a autora constrói de que,

Identificado o universo comum entre estes níveis diferenciados – o olhar da repressão e o da grande imprensa -, no período em que se deu o enfrentamento armado, busco identificar as memórias construídas sobre as militantes das esquerdas revolucionárias, nas décadas posteriores. A hipótese a ser verificada é em que medida, na construção da memória destes anos, teria havido certo esquecimento ou silêncio a respeito das muitas aproximações entre as representações da grande imprensa e as dos órgãos de repressão e informação. E ainda, em que medida estas semelhanças correspondem às visões marcadas pelo moralismo e pela hipocrisia em relação às mulheres, em particular às mulheres militantes, tão presentes na sociedade. Em outras palavras, as representações destas mulheres nos documentos da repressão pouco diferem do que vemos nos jornais da grande imprensa, que supomos,

³⁴ Idem, p.196.

³⁵ INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

por sua vez, não serem estranhos às representações da própria sociedade.³⁶

As fontes utilizadas na dissertação são “documentos do Fundo de Polícia Política do Rio de Janeiro; dois periódicos – “O Globo” e “Folha de São Paulo”; obras de memória – biografias e autobiografias – de militantes de luta armada.”³⁷ A escolha desses arquivos se dá com a intenção de comparar quais eram as representações das militantes durante o período da ditadura, que estão presentes nesses documentos e nos jornais da grande imprensa, com as memórias que estão contidas nas biografias e autobiografias produzidas posteriormente.

Para Bianchi, a análise das mulheres que participaram da luta armada centra-se na perspectiva e discussão da categoria de gênero, uma vez que a autora considera que o gênero atravessa a experiência dessas mulheres não só nos anos da ditadura, como na construção das memórias sobre aquele período.

No caso das mulheres, existia uma questão de gênero, talvez não consciente, que as “diferia”. Esta questão também não correspondia às demandas centrais de seus pares, principalmente os masculinos. A luta pelo controle do corpo muitas vezes não estava na pauta nos embates desses grupos jovens, mais preocupados em fazer a *revolução* e responsabilizar o capitalismo pela miséria mundial.³⁸

O “gênero” é uma categoria analítica que vai perpassar praticamente todas as pesquisas que trouxemos como referências para pensar os estudos sobre a participação das mulheres na luta armada. Cabe ressaltar que essa categoria está sendo pensada nas pesquisas a partir da análise feita por Joan Scott. De modo bastante resumido, para essa autora

O termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens

³⁶ Idem, p.16.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Idem, p.39.

têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.³⁹

A partir dessa definição e das pesquisas sobre o tema, iremos pensar sobre isso durante todo o trabalho ainda que não seja nossa categoria central. Mas, retomando o trecho da pesquisa de Julia Bianchi, parece existir uma certa desqualificação por parte da autora quanto ao problema do capitalismo, como se este fosse responsável “apenas” pela miséria mundial, e não endossasse também o controle dos corpos. De fato, a autora está correta ao afirmar que essa pauta não estava no embate dos militantes, mas não em tom de desqualificação, como se não considerassem importante, mas sim porque a prioridade naquele momento era organizar a resistência armada para derrotar a ditadura.

Além disso, a autora também trabalha com a categoria de “relações de poder” para compreender a relação de dominação-subordinação que existia entre as militantes e os homens das organizações. Em uma nota de rodapé, ela diz que

É sabido que para as mulheres eram atribuídas tarefas de menor importância, sendo renegadas a segundo plano, e enfrentando o preconceito de seus companheiros. Nas organizações se reproduzia o saber da sociedade moralista e conservadora sem a incorporação das relações de gêneros, reproduzindo o poder masculino. Eram vistas também como mulheres desviantes, a partir do momento em que debater relações de gênero e liberdade sexual também significava dividir o movimento. Os militantes viam-nas como seres sexuais (como mulheres) e, portanto se colocavam em patamares diferentes.⁴⁰

Apesar de sabermos que por parte de alguns militantes, de fato, qualquer referência a práticas machistas na organização causasse repulsas ou falta de interesse em discuti-las, como veremos em um episódio de preparação a um assalto em que isso aparece, consideramos complexo afirmar que às mulheres foram “atribuídas tarefas de menor importância”, pois dá a ideia de que esse fator sempre foi o definidor das ações.

Dizer isso nos coloca o desafio de discutir o que era ação de - muita ou pouca - importância, e em nossa pesquisa encontramos dificuldades em estabelecer essa distinção em organizações que tiveram tarefas tão diversas e cruciais para que as ações armadas

³⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990, p.75.

⁴⁰ INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada**: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971). 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.119.

que ganharam destaque ocorressem. Portanto, mesmo a ação “não armada” era importante e muitas vezes eram realizadas também por homens. Pode-se questionar se esses homens eram considerados “mais fracos”, mas percebemos que há para muitos a vontade expressa de não se envolver em ações armadas.

Alguns sujeitos desse estudo passaram por situações de não ter escolhas sobre as tarefas que assumiram. Foram chamados para ocupar o comando ou integrar um setor de ação armada, não apenas pelo demarcador de gênero, mas porque eram os únicos sobreviventes da organização naquele momento. Contudo, não desconsideramos que em outras organizações isso pudesse ter sido fator determinante, e esse aspecto será ressaltado todas as vezes que visualizarmos essa discriminação entre os sujeitos que investigamos.

Finalmente, o trabalho de Bianchi além de nos instigar a refletir acerca da existência de relações de opressão de gênero dentro da organização, também nos ajuda a pensar como a repressão e a imprensa possuíam uma visão machista e patriarcal sobre as mulheres, que foi materializada na produção de documentos e/ou em notícias que eram circuladas. Ao tratar especificamente de mulheres eram utilizados termos como “esposa”, “amante” ou “amásia”, que serviam para a qualificação ou desqualificação delas.

Ainda na perspectiva da discussão de gênero, Andrei Martin Kotchergenko em artigo intitulado “As mulheres na luta armada no Cone Sul”⁴¹, analisa a participação de mulheres militantes da ALN no Brasil, e do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) no Chile. O autor considera que na própria forma de organizar o grupo as mulheres já sentiam as opressões, e assim como Julia Bianchi, analisa que tarefas simples eram destinadas a elas.

Outra forma marcante de discriminação pela qual passaram muitas mulheres militantes no interior das organizações guerrilheiras foi relativa às funções atribuídas a elas. O comando raramente coube a alguma mulher, sendo ocupado apenas por homens. As funções que lhes restavam, embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como o levantamento de informações, as observações de campo, o apoio logístico e as estratégias de emboscadas.⁴²

Como já dissemos, consideramos complexo afirmar que às mulheres ficaram delimitadas funções mais simples, pois, veremos que, mesmo essas funções “simples”

⁴¹ KOTCHERGENKO, Andrei Martin San Pablo. **As mulheres na luta armada no Cone Sul**. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. p. 281-298.

⁴² Idem, p.293.

eram fundamentais para que cada “grande” ação desse certo. Kotchergenko traz um elemento importante ao dizer que o comando foi ocupado apenas por homens. De fato, na maioria das organizações, homens cumpriram essa tarefa muito mais que mulheres. Essa era a regra.

Porém, nossas fontes indicam que ao menos na VPR e na Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-palmares), mulheres como Maria do Carmo Brito, Inês Etienne Romeu e Zenaide Machado assumiram o comando. As fontes deixam dúvidas se Dulce Maia também esteve no comando em dado momento, apesar de indicar sua significativa participação na organização. Dessa forma, tomaremos cuidado ao apresentar esses casos de exceção, pois não queremos desconsiderá-los, mas sempre reconhecendo que não se tratava de regra na luta armada.

O autor retoma o elemento, já apresentado aqui em outras referências, de que a participação das mulheres na luta armada significou um grande acontecimento para um momento em que a visão dos papéis da mulher era tão limitada.

É interessante destacar que a participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes tanto no Brasil quanto no Chile, representou uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a família e a sociedade esperavam delas nessa época. Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente: ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar, e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos.⁴³

De fato, anos após o fim da ditadura, muitas mulheres da luta armada puderam avaliar suas experiências e destacaram a importância que isso teve para o contexto daquela época. Todavia, não é possível dizer que os grupos de luta armada foram um espaço onde elas puderam debater assuntos especificamente femininos, ou até mesmo supor que elas quisessem fazer isso. As fontes indicam que as mulheres escolheram pela luta armada sabendo que se tratava de uma organização contra a ditadura e pela construção da revolução. À vista disso, sabiam quais discussões permeariam esses grupos.

O trabalho realizado por Kotchergenko nos permite refletir sobre a importância da decisão das mulheres em participar dos grupos de resistência armada naquele momento, e quais as dificuldades que encontraram nessas organizações. O autor defende algumas

⁴³ Idem, p.283.

particularidades na trajetória das mulheres com relação aos homens militantes, que tentaremos perceber em nossa investigação.

Mariana Joffily em artigo “Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”⁴⁴ trabalha com a perspectiva de pensar as opressões de gênero no âmbito da repressão nos países do Cone Sul que viveram sob uma ditadura.

Para refletir sobre a repressão dentro de uma perspectiva de gênero, partiremos dos relatórios das comissões de verdade e justiça, que trazem muitos dados sobre a violação dos direitos humanos nesses períodos autoritários. Em seguida, faremos uma discussão sobre a participação feminina na resistência – armada ou não – aos governos ditatoriais. Por fim, serão apresentados alguns elementos que parecem importantes para o desenvolvimento de uma reflexão mais geral sobre gênero e repressão nas ditaduras militares do Cone Sul.⁴⁵

Para a autora, faz sentido utilizar a categoria de gênero para pensar a experiência dessas mulheres nas repressões que sofreram, pois

Sendo o ingresso feminino nas diversas esferas da vida pública um fenômeno recente nas décadas de 1960 e 1970 e considerando que dentro do projeto político dos atores que deflagraram os golpes militares ou os sustentaram o lugar da mulher estava claramente restrito aos cuidados domésticos ou às obras de caridade, há espaço para supormos que os agentes da repressão política tenham identificado nas mulheres militantes um inimigo com um potencial subversivo ainda mais destacado.⁴⁶

Além disso,

Uma vez que as relações de gênero constituem, como aponta Joan Scott, uma das formas pelas quais o poder na sociedade é exercido, parece bastante plausível supor que a repressão política não apenas se estabelece de maneira diferenciada – tanto no discurso, quanto na prática –, como é sentida de forma distinta por homens e mulheres. As relações de gênero são elas mesmas resultado de um exercício de poder, acrescido, no contexto estudado, pelo exercício de imposição do poder político por parte dos agentes de repressão sobre os militantes de esquerda e membros da oposição aos governos militares.⁴⁷

Joffily foi precisa em sua análise sobre o tratamento diferenciado que a repressão concedeu às mulheres. No caso destas, unicamente por essa condição, enfrentaram violências de cunho sexual muito mais do que os homens, embora a violência tenha

⁴⁴ JOFFILY, Mariana. **Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991)**. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. p. 213-232.

⁴⁵ Idem, p.214.

⁴⁶ Idem, p.223.

⁴⁷ Idem, p.226.

recaído sobre todos que se colocavam como oposição ao governo. “Tanto as presas quanto os presos eram postos num lugar simbólico de passividade e sofrimento diante da potência dos agentes repressivos – fossem eles homens ou mulheres.⁴⁸”

Sobre a questão de violência de gênero, Mariana Joffily traz o exemplo de Dulce Maia.

A brasileira Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assim descreve a maneira como foi recebida: ‘Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações da luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo.’⁴⁹

Na fala de Dulce, podemos destacar que ela teve envolvimento direto nas ações da organização, contrapondo, em certa medida, a ideia de que às mulheres ficaram deliberadas as tarefas de pouca importância. Ao mesmo tempo, ela afirma que por ser mulher, ela recebeu um tratamento “especial” e diferente de seus companheiros. Retomaremos o exemplo de Dulce Maia no capítulo 3 ao tratarmos dos casos de violência do TDE.

A materialização da visão que compreendia as mulheres como objetos, pode ser notada através das torturas que eram aplicadas e que, em grande medida, possuíam cunho sexual de violação do corpo, sendo que no caso daquelas que eram mães ou estavam grávidas, a violência era praticada também contra as crianças. Os casos de Amélia Teles que teve seus filhos levados ao DOI-CODI com dois e cinco anos de idade, e Criméia Almeida que foi presa e torturada enquanto estava grávida de sete meses, evidenciam isso⁵⁰. Assim como veremos os casos de Damaris Lucena e Jovelina Tonello.

Pelas argumentações apresentadas, Joffily conclui que

Seria um equívoco afirmar que a desigualdade de gênero inexistiu durante as ditaduras militares. Entretanto, é preciso evitar uma abordagem simplista que, ao colocar as mulheres como duplas vítimas – dos opressores homens e dos agentes repressivos –, termine por reforçar os preconceitos de gênero, situando as mulheres mais como

⁴⁸ Idem, p.230.

⁴⁹ Idem, p.228.

⁵⁰ Ver: UOL, Aventuras na História. **TORTURADA NA FRENTE DOS PRÓPRIOS FILHOS, AMELINHA TELLES DEU FIM A IMPUNIDADE DE CARLOS BRILHANTE USTRA**. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-quem-foi-amelinha-telles-ditadura-militar.phtml>. Acesso em: 19 abr. 2022

objetos do que como sujeitos de suas próprias histórias. Eis o poder desconcertante dos paradoxos, que deixam pouco espaço para conclusões definitivas...⁵¹

Concordamos com a síntese feita pela autora, sobretudo, quando se refere aos paradoxos existentes e a dificuldade de conclusões definitivas. Nossa pesquisa nos mostrou como os seres eram plurais naqueles tempos e passaram por experiências que são narradas de modos muito distintos, trazendo ou não algum elemento de opressão em suas falas. O trabalho de Joffily nos ajuda, em especial, a pensar essa especificidade de violência que a repressão praticou nas mulheres. Continuaremos esse diálogo em tópico que vai tratar da repressão nas prisões.

Débora Kreuz em sua dissertação “‘Elas têm um outro jeito de ser, de resistir’: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira”⁵², nos ajuda a pensar em questões que devem ser consideradas na nossa investigação. Assim como fizeram os autores que mencionamos, Kreuz não deixa de mostrar a relevância que a decisão das mulheres pela luta armada significou em um momento como aquele, em que temas tão importantes começavam a ser discutidos.

Já nos anos 1960, o debate passou a enfocar outras matérias, pois temas até então considerados tabus, como a sexualidade - que não eram motivo de discussão pública, estando somente no âmbito privado -, passaram a ser considerados como merecedores de atenção. A publicação, em 1949, da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir e, em 1963, *A Mística Feminina*, escrita por Betty Friedan, que examinavam a situação da mulher na sociedade, foram relevantes para a difusão de tais problemáticas. A hierarquia entre os sexos existente na sociedade, baseada na separação entre homens e mulheres, passou a ser profundamente questionada. Devemos mencionar que o lema do movimento “O privado é político” demonstra de forma exemplar o quão relevantes foram tais indagações.⁵³

A autora traz em seu texto uma série de pesquisas que tratam da temática, numa espécie de cronologia, passando pelas primeiras publicações até as mais recentes. Ela faz referências à importância dos trabalhos de Ana Maria Colling, Elizabeth Teixeira, Joana Maria Pedro, Cristina Wolff, e outras mulheres que foram pioneiras ao tratar dessa temática, e, no caso das duas últimas, a pensá-la a partir da categoria de gênero. Essas

⁵¹ JOFFILY, Mariana. **Os Nunca más no Cone Sul**: gênero e repressão política (1984- 1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, p.231.

⁵² KREUZ, Débora Strieder. “**Elas têm um outro jeito de ser, de resistir**”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

⁵³ Idem, p.36-37.

autoras, inclusive, aparecem como referências dos trabalhos que expusemos até aqui. Por esse motivo não os retomamos, pois já se tornaram referências implícitas em trabalhos que avançam pontualmente nas pesquisas sobre esse tema. Mas não deixamos de considerar a relevância que possuem.

Kreuz também analisa a experiência das mulheres a partir da categoria de gênero, pois

Acredita-se, contudo, que para os objetivos do presente trabalho, a utilização do conceito, tal como exposto anteriormente é válida e, quando utilizarmos o termo “mulher” ou “mulheres” sempre estaremos pensando a partir da construção cultural de papéis pré-determinados e não em caracteres essencialistas ou identidades performáticas.⁵⁴

Ela contextualiza, antes desse trecho, a inserção dos debates entre as categorias de “mulher”, “mulheres”, e posteriormente de “gênero”. A partir dessa categoria, e do conceito de “memória”, também referenciado teoricamente pela autora, ela vai analisar a experiência das mulheres através de entrevistas concedidas à pesquisadora, por isso a questão da memória e dos demarcadores de gênero enquanto eram militantes das organizações.

A partir de alguns relatos, Débora Kreuz mostra que as mulheres sentiram a opressão de gênero de diferentes formas. Além de afirmarem que muitas delas jamais chegaram a ocupar os comandos das organizações, elas também sentiram a desigualdade de gênero no momento de fazer ações, principalmente em grupos que se dispuseram a ir ao campo, onde só os homens eram cogitados. Em nossa pesquisa veremos que, apesar de termos mulheres no comando, houve alguns conflitos também com relação ao momento de ir se estabelecer em áreas rurais. Nota-se, portanto, um demarcador de gênero nesse sentido.

Um elemento muito interessante do trabalho da autora, são as fontes que ela analisa e que demonstram como a discussão sobre os papéis da mulher estava presente entre alguns grupos da época.

No documento O Papel da Ação Revolucionária na Organização, escrito em maio de 1969 por membros da ALN, a percepção de que a mulher brasileira não mais está confinada no espaço privado é presente, pois esta teria passado a ser participante ativa dentro do movimento revolucionário nacional. Sobre o mesmo, o documento afirma que se trata de: “[...] um movimento integrado por jovens dos dois sexos. Entre

⁵⁴ Idem, p.22

os componentes, além da mulher brasileira, que até então não 60 participava na ação revolucionária, mas que agora se incorporou nela [...].”⁵⁵

Três organizações diferentes – ALN, AP e PCdoB – ao tratarem desta problemática, apresentam o mesmo posicionamento em relação à participação feminina na luta no campo. Suzana, ao final de seu depoimento, ainda buscou justificar a razão para que mulheres não participassem dessa etapa de enfrentamento “Mas eles iam para a luta no campo”, como se, por ser um lugar teoricamente mais hostil que a cidade, não seria apropriado para a presença de mulheres, devido à suposta fragilidade inata da mulher. Entramos novamente no tópico referente aos papéis historicamente atribuídos aos gêneros: a especificidade feminina frágil impediria sua participação na luta em ambiente supostamente mais agressivo às suas supostas características biológicas.⁵⁶

Assim, observamos que enquanto o movimento feminista - pelo menos no Ocidente -, desenvolvia-se e propunha inúmeras novas discussões, no Brasil vivíamos sob uma ditadura, que calava todos aqueles que buscassem contestá-la. Nesse contexto, organizações clandestinas surgiram com distintas propostas para combater o autoritarismo e lutar pela revolução socialista no país. De acordo a bibliografia citada bem como das entrevistas realizadas, percebemos que as mulheres foram se inserindo nessa luta especialmente a partir do seu ingresso no movimento estudantil, secundarista e universitário, quando tiveram contato com os denominados ideais revolucionários. Buscamos compreender como tais grupos trataram as questões específicas relacionadas às demandas feministas, e percebemos que, mesmo constando em alguns documentos algum reconhecimento de direitos e igualdade, no momento da práxis, as atitudes mais comuns eram aquelas sexistas comuns na sociedade da época.⁵⁷

Tentaremos observar se esses elementos aparecem também entre os e as militantes que pesquisamos e nas organizações em que fizeram parte. Além dessas reflexões, Débora Kreuz traz questões interessantíssimas que concordamos serem cruciais para entender aquela experiência. A autora dedica-se a mostrar os motivos que levaram as mulheres a militarem nas organizações de resistência armada, as imposições da vida na clandestinidade, a associação das mulheres ao termo de “pequeno-burguesas” para a luta devido aos desejos considerados como “ vaidades”, as situações em que passaram nas prisões, até o momento em que retornaram a viver legalmente. Todas essas questões serão consideradas e tentaremos percebê-las em nosso estudo.

⁵⁵ Idem, p.59-60.

⁵⁶ Idem, p.60-61.

⁵⁷ Idem, p.65.

Os trabalhos de alguns jornalistas como Judith Patarra, Martha Vianna e Luiz Maklouf de Carvalho, também compõem as referências dessa pesquisa⁵⁸. Estes trabalhos não só nos ajudam a pensar questões sobre a participação das mulheres na luta armada, mas nos permitem utilizá-los como fontes, pois contém entrevistas concedidas por elas ou por pessoas que militaram na mesma organização acerca das investigadas aqui.

No caso de Judith Patarra e Martha Vianna, as autoras investigam e detalham a trajetória de vida das militantes Iara Iavelberg e Maria do Carmo Brito, respectivamente. Já a obra de Luiz Maklouf, traz uma série de depoimentos de Damaris Lucena, Dulce Maia, Renata Ferraz, Maria do Carmo Brito, Jovelina Tonello, Sonia Lafoz e Tercina Dias. Portanto, como dissemos na introdução, entendemos os trechos de entrevistas que estão nesses livros como parte das fontes com as quais escolhemos trabalhar. No decorrer desse texto trataremos das questões principais que essas obras nos permitiram pensar.

Por fim, outro trabalho que teve grande importância e nos ajudou a refletir sobre nossa investigação, é o de Maria Cláudia Badan Ribeiro, em específico, seu livro “Mulheres na luta armada: Protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)⁵⁹”. Para a autora,

Até o presente momento, as pesquisas históricas sobre o confronto armado no Brasil concentraram-se mais em enfatizar elementos como a obsessão pelo poder ou pela autoridade, falta de organização, verbosidade excessiva, machismos ou mesmo tanatomania. As escolhas individuais de luta aparecem muito pouco enquanto processos, e as vivências da resistência, raramente são abordadas enquanto espaços dialógicos, de construção de identidades, de pluralidades, com seus pontos de conhecimento, de inflexão e de dúvida [...]. O olhar sobre esta experiência política identificou nela uma condição estática, destacando no sujeito apenas violência, substituindo conteúdo pela forma [...] e transformando em um caráter definitivo, aquilo, que nesta luta, foi transitório e determinado pelas injunções históricas. Por outro lado, pouco se explorou na literatura especializada a dinâmica do que se convencionou chamar do “compromisso político”, mostrando suas camadas, o que ele ensejou, sua manifestação enquanto vínculo afetivo, num contexto histórico de dissolução dos espaços de sociabilidade, de corte do diálogo, de aniquilamento da alteridade pela ditadura.⁶⁰

⁵⁸ São eles: PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Iara, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

⁵⁹ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

⁶⁰ Idem, p.18-19.

Maria Badan analisou a participação de, pelo menos, 45 mulheres que passaram por várias organizações, mas se dedicaram mais intensamente à militância na ALN. Através dos relatos dessas mulheres, fonte principal que a autora utiliza, é possível identificar o destaque sobre a questão de fazer a luta ou de como acontecia a resistência naquele momento.

Como a autora afirma, nas pesquisas não há tanto enfoque nessa questão do “compromisso político”, ou, diríamos aqui, da revolução que tentaram construir. Por isso, tentaremos prestar bastante atenção nesse aspecto já que ele nos parece crucial, pois concordamos com ela ao enfatizar que

As escolhas individuais de luta aparecem muito pouco enquanto processos, e as vivências da resistência, raramente são abordadas enquanto espaços dialógicos, de construção de identidades, de pluralidades, com seus pontos de conhecimento, de inflexão e de dúvida [...].⁶¹

Para Badan,

Mais do que se estudar as distintas maneiras de protagonismo e combate das mulheres, nas transformações políticas determinadas por guerras, a ênfase dos trabalhos acadêmicos tem se dedicado em maior grau em compreender seus processos de libertação a partir de um embasamento teórico feminista, sendo que a luta armada raramente é levada em conta nesse processo seja como uma de suas etapas, ou como uma concretização dessa ideia. O aspecto mais enfatizado nos trabalhos acadêmicos que se propuseram a estudar a militância feminina daqueles anos, tem sido a marginalização feminina nos grupos armados, a necessidade da “dessexualização” da militante e a manutenção de uma assimetria entre o papel de homens e mulheres na participação política.⁶²

Evidentemente que não há como desconsiderar os aspectos que a autora menciona, da marginalização feminina, da “dessexualização” e do papel do homem e da mulher na política. Os estudos anteriores que trouxemos aqui indicam exemplos dessas ocorrências. Aliás, nem a própria autora deixa de tratar desses elementos em seu trabalho, mas ela chama atenção também para a importância de compreender que é preciso considerar a organização da luta armada nesse processo e as “injunções históricas” a que foram submetidas. Reconhece ainda que,

No que se refere aos anos de ditadura civil-militar brasileira, a luta política se somou à luta de libertação feminina e a ideia da revolução colocou em xeque o quadro de pensamento da época e o modelo que

⁶¹ Ibidem.

⁶² Idem, p.20.

em geral se aceitava na sociedade. Na militância, mulheres (e homens) descobriram novos horizontes de atuação e novas maneiras de viver. Transformaram e ampliaram o significado da palavra “política”, contestando os tradicionalismos, paternalismos ou tudo que tivesse relação com a palavra “autoridade”. Esse tipo de comportamento contrastava, entretanto, com o padrão moral criado pela ditadura onde a naturalização das diferenças macho e fêmea encontrou um campo fértil no Brasil da época. Por outro lado, as estruturas dominantes da guerra, em particular sob uma lógica castrense, passaram a ter um valor determinante na avaliação de um quadro militante repercutindo de um lado, nas interpretações históricas sobre a presença de mulheres no interior de grupos armados e de outro, perdendo-se de vista, um quadro da liberação feminina (e masculina) em *processo*. [...] A entrada na luta armada respondeu ao desejo e à convicção dessas mulheres. Ela provocou uma mudança de referencial em relação ao que se entendia como “universo cultural feminino”, provocando o rompimento definitivo com as “leis simbólicas” definidas para a mulher.⁶³

Portanto, é inegável que esse momento significou para as mulheres e para o cenário nacional um rompimento com todas as práticas patriarcais que lhes eram familiares. Elas questionaram as atribuições de seus papéis sociais pelo gênero, e se colocaram ainda mais diretamente nas discussões políticas. Desse modo, também é inegável que se depararam com situações de machismo na própria organização, entre os companheiros.

A formação política que poderia contestar todos esses comportamentos opressores estava em desenvolvimento. Essas discussões, evidentemente, iriam aparecer no cotidiano da luta, já que aqueles sujeitos não haviam superado completamente as questões de seu tempo. O que nossa pesquisa tentará perceber é se a forma com que se organizaram, a divisão das tarefas e das funções, está sustentada unicamente na questão do gênero, da classe ou de qualquer outra forma que inclui relações de poder. Nos parece que uma só questão não dá conta de explicar aquela experiência, mas sim a coexistência delas em um contexto de repressão extremamente articulada.

A partir das questões que foram colocadas através dos estudos que trouxemos, e das que apareceram no decorrer de nossa própria pesquisa, nos próximos capítulos pretendemos mostrar as ações que as mulheres realizaram nas organizações, a fim de dialogar com a ideia de que executaram sempre funções de menor importância. Ansiamos investigar as relações que estabeleceram com os militantes, e notar em que medida tiveram que renunciar a suas subjetividades para se adequar aos grupos. Por fim,

⁶³ Idem, p.224-225-226.

intencionamos compreender como foram vítimas do Terrorismo de Estado e como isso se exacerbou pelo fato de serem mulheres.

1.5 AS MOTIVAÇÕES DAS MULHERES PARA LUTAR NA RESISTÊNCIA ARMADA

Como já ressaltamos, as motivações que levaram à escolha pela militância armada são diversas. Apesar de se colocarem em uma luta com o mesmo objetivo, isto é, derrubar a ditadura e a sociedade de classes, as mulheres chegaram até os grupos por caminhos distintos. Consideramos que estudar esse elemento pode nos ajudar a entender as posições que adotaram nas organizações, sobretudo, nas discussões de como fazer a luta.

Isso não significa que ao serem submetidas à clandestinidade não passassem pelas mesmas situações, e compartilhassem sentimentos de medos e angústias. Mas cada trajetória implica em sentir e narrar as experiências vividas na luta armada de determinadas formas. As mulheres dessa pesquisa realizaram e reivindicaram ações distintas e atribuíram sentidos diferentes às situações vividas.

As fontes utilizadas aqui são relatos, experiências narradas por essas mulheres, que podem ser encontradas em livros de biografias, no site da Comissão Nacional da Verdade⁶⁴ e em entrevistas que se tornaram documentários, e também uma entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade concedida à nossa pesquisa. Por esse motivo, trata-se de fontes que são produções da história oral e produções de memória.

Nesse sentido, antes de passarmos às análises de fato, é importante ressaltar alguns elementos sobre essas fontes. Segundo Alessandro Portelli,

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiram sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador.⁶⁵

⁶⁴ Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

⁶⁵ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução Ricardo Santhiago, p.10.

Isso significa que um pesquisador e uma pesquisadora podem entrevistar a mesma pessoa, mas obter relatos diferentes. Tudo dependerá do que está sendo investigado, de como elaboraram as suas questões e de que forma conduziram – e foram conduzidos – a entrevista que, quase sempre, “sai do roteiro”. Tal qual as outras fontes que servem à pesquisa histórica, as entrevistas devem ser analisadas considerando esses elementos, sobretudo, quem as produziu, com quais intencionalidades e em que contexto. Dessa forma, ao tratarmos dos relatos que surgiram em nosso diálogo com Renata, tentaremos sempre destacar essas especificidades.

Sobre o conceito de Memória, é importante destacar uma diferença básica que deve ser compreendida por todo historiador.

História e memória nascem de uma mesma preocupação e partilham o mesmo objecto: a elaboração do passado. No entanto, existe uma <<hierarquia>> entre as duas. De acordo com Paul Ricoeur, a memória possui um estatuto *matriarcal*. A história é um relato, uma escrita do passado segundo as modalidades e as regras de um ofício – de uma arte ou, com muitas aspás, de uma <<ciência>> - que tenta responder a questões suscitadas pela memória. A história nasce, portanto, da memória, libertando-se desta ao colocar o passado à distância, ao considerá-lo, segundo a expressão de Oakeshott, como <<um passado em si>>. A história acaba, enfim, por fazer da memória um dos seus domínios de investigação, como prova a história contemporânea. Também chamada de <<história do tempo presente>>, a história do século XX analisa o testemunho dos actores do passado e integra o relato oral nas suas fontes, a par dos arquivos e de outros documentos materiais ou escritos. Em suma, a história nasce da memória, de que é uma das dimensões, e posteriormente, adoptando uma postura auto-reflexiva, transforma a memória num dos seus *objectos*.⁶⁶

Portanto, aqui tomaremos a Memória como fonte e objeto, considerando quais são os elementos que essas mulheres escolhem trazer ao serem convidadas a narrar suas experiências. Além disso, ressalta-se também que são produções realizadas em tempos distintos, pois as fontes usadas nesse tópico variam entre produções dos anos iniciais pós-ditadura, e relatos mais recentes a partir dos anos 2000. Nesse sentido, passaremos à análise dessas fontes a fim de compreender quais foram os motivos que impulsionaram a militância das mulheres em grupos de resistência armada.

Dulce Maia,

⁶⁶ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política.** Título original: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop. Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012, p.21-22.

Começou o primário em uma escola particular de freiras, no Tremembé, e terminou-o em Santos. Depois foi a Lavras (MG), morar com a avó. Estudou, em regime de internato, no colégio presbiteriano Carlota Kemper. Voltou a Santos e a São Paulo, onde fez o curso técnico na Escola de Serviço Social e trabalhou como voluntária no Hospital do Câncer. A influência da mãe e dos irmãos Carlito e Hugo, todos do Partidão, ajuda Dulce a entrar na Juventude Comunista ali pelos 15 anos – ela, Jorge Mautner e José Roberto Aguillar, para citar dois amigos que lhe são caros. Em 1960, aos 21 anos, já é militante humanista, interessada em artes plásticas e cheia de pendores para o trabalho de agitação cultural.⁶⁷

Como podemos ver, a trajetória de Dulce é marcada pela influência de seus familiares que foram militantes em outros tempos, assim como pela própria militância que começa já em sua adolescência. O trecho abaixo foi retirado do depoimento que ela prestou à Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

Sra. Dulce Maia Souza – A minha mãe foi uma mulher que esteve presa quando da ditadura de Vargas.

Interlocutora não identificada – Dali então a sua...

Sra. Dulce Maia Souza – Não, foi muito antes. Papai, quando me viu uma vez sair para uma ação, porque eles tinham conhecimento...

Interlocutora não identificada – Você começou a militar com que idade?

Sra. Dulce Maia Souza – 17 anos. Mas, não na luta armada. Porque a mamãe foi militante, meu pai tinha ido e eu não fui.

Interlocutora não identificada – Mas, a inspiração de militância veio da sua mãe?

Sra. Dulce Maia Souza – Não, veio de papai também. Mas, a minha avó nasceu durante o império, e meu bisavô era republicano, deu o nome... [...] Então, a família...

Interlocutora não identificada – De lutadores.

Sra. Dulce Maia Souza – De lutadores. Minha avó foi, minha mãe foi...

[...]

Sra. Dulce Maia Souza – Eu sempre tive, na verdade, e a minha família sempre foi militante. Eu fui em muitas manifestações. [...] A minha família era anti-ditadura, só que hoje eu acho que se papai e mamãe fossem vivos, até fariam uma certa auto-crítica em relação a Getúlio. Mas, aconteceu então que haviam laços afetivos, haviam laços muito mais fortes, assim, e isso então se deu.⁶⁸

⁶⁷ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.26.

⁶⁸ VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.6-7-13, sic.

Ou dito de outra maneira,

Eu tive uma atividade política muito cedo porque a minha mãe era militante e ela inclusive durante a guerra esteve presa, e ela era uma contestadora a ditaduras, aliás, meus pais, à ditadura de Vargas, e daí eu aprendi desde cedo a ser uma antifascista.⁶⁹

Por ter sido criada em uma família de militantes e ter se engajado na luta desde cedo, poderíamos imaginar o contato de Dulce com leituras, sobretudo leituras marxistas que tratam das discussões de revolução e que isso teria conduzido sua opção pela luta armada, mas ela afirma que o motivo principal foi o contexto da época que ao colocar a impossibilidade de militar em partidos legais, impele essa decisão. Em suas palavras,

Eu era e sempre fui humanista. Nunca fiz segredo disso. Li Marx, até hoje vejo o marxismo como a concepção mais correta, mas de nenhuma maneira posso me considerar marxista. Eu não tinha essa visão no período da luta armada. Optei por esse caminho porque na época eu achava que não restava outra coisa. Era uma questão continental. Em todas as partes estava havendo um movimento armado. Bem ou mal, o Brasil preencheu o espaço. Não havia outra saída pra nós. Os militares nos colocaram nesse caminho. Não deixavam os partidos políticos existirem. Acabaram com todo o espaço de atuação democrática. Nós realmente tínhamos essa coisa da juventude, de querer transformar, de acreditar que seria por aí. Eu já era guevarista e tremendamente pró-Cuba. Havia o sonho de fazer a transformação. Até hoje considero a revolução cubana correta.⁷⁰

É interessante notar a fala “vejo o marxismo como a concepção mais correta, mas de nenhuma maneira posso me considerar marxista”, evidenciando que “era guevarista e tremendamente pró-Cuba”. Podemos imaginar que existia uma certa confusão com relação as teorias, como se fossem opostas, pois afirma que não era marxista, mas considerava-se guevarista. Ou, então, que Dulce Maia julgava não ter bagagem teórica o suficiente para considerar-se marxista.

Isso nos indica a complexidade de tratar deste tema, pois apesar de os militantes se colocarem como socialistas, ou como dispostos a construir uma revolução nesse sentido, nem todos conheciam ou se identificavam com as leituras teóricas sobre o assunto, e isso irá aparecer posteriormente nas discussões sobre a necessidade – ou não – da teoria para a prática revolucionária.

⁶⁹ MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁷⁰ MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.27.

Outra mulher que também iniciou a militância já na juventude, aos 19 anos de idade, e também teve familiares que estiveram envolvidos em partidos, é Zenaide Machado de Oliveira. Ao contar sua história para a Comissão Nacional da Verdade, Zenaide evidencia que pertence a uma família de migrantes nordestinos e de origem evangélica. Esta questão sempre aparece em suas falas como fundamental para sua opção de militância.

Eu sou de uma família de migrantes nordestinos, tanto pelo lado paterno, quanto materno, são gentes do mundo do trabalho que migraram em busca de oportunidade melhores condições de vida, em uma época que era esse o movimento, as pessoas migravam do interior para as grandes cidades, de zonas rurais. Meus avós paternos eram de Sergipe, foram para o Rio de Janeiro onde casarão e tiveram sete filhos, e minha família pelo lado materno são da Paraíba e os filhos também, quatro filhos, minha mãe é paraibana, filha mais velha, meu pai carioca. Então eu me criei nesse ambiente de pessoas do mundo do trabalho e pessoas que tinham todos de origem evangélica, tanto de um lado quanto de outro...⁷¹

E depois quando na adolescência... Claro que isso tudo também junto com Escola, com cultura, com informação, com leitura, com participação na vida cultural. Como eu, muitos da Igreja também tinham a mesma experiência, a mesma vivência, estavam estudando, entrando em Universidade, vamos dizer que esse caldo de cultura, essa sinergia entre Igreja, religiosidade e a vida lá fora no grande mundo, se misturavam. E a gente foi se sensibilizando e abrindo caminho para um olhar em que as questões da vida pública foram assumindo um papel de status, e até dentro da Igreja também, ganhando importância. Eu acho que do ponto de vista da política, eu fui muito influenciada pela minha avó materna e minha mãe, que embora profundamente religiosas elas fossem Getulistas e Brizolistas. E eram muito empolgadas com todas as conquistas trabalhistas, eu fui para os primeiros Comércio de rua com a minha mãe, minha avó na época já estava cega, mas ela achava uma maravilha, quando nós chegávamos ela queria saber tudo como foi, vibrava muito.⁷²

Esses trechos nos permitem perceber que junto da experiência na igreja, a influência de ter a mãe e a avó militando por causas trabalhistas, são os motivos que compõem a sua trajetória de militância. Apesar disso, assim como para Dulce, é o contexto da época o que mais expressa a crença de Zenaide na resistência armada.

Agora, é lógico que essa influência religiosa, os valores humanitários que eu aprendi na Igreja, esses sentimentos de justiça e de fraternidade, eles foram se enriquecendo com a minha participação na vida fora da Igreja. Eu fui tendo depois uma compreensão através de estudos, de

⁷¹ VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.8, sic.

⁷² *Ibidem*.

leituras coisas que aconteciam no mundo, da Escola e depois no mundo em torno da Universidade, por exemplo, que a questão da desigualdade derivava de uma matriz. E que essa matriz tinha origem no capitalismo, que era propriedade privada da terra, de todas as formas de riqueza, do saber, da cultura, e isso descortinou um horizonte de possibilidades extremamente ricos. Então a questão da vida pública e todas essas experiências que aconteciam no mundo em relação a outras formas de viver, a outra possibilidade de construção de outro mundo, foi seduzindo, me seduzindo e seduzindo à muito também de origem semelhante, que também foram depois participar da resistência. Ditadura diversas formas. E inclusive através da luta armada, muitos de nós como eu, muitos...⁷³

O golpe provocou um sentimento de indignação muito grande, e isso foi muito forte na minha família, nas relações de amizade que tínhamos, nos grupos que a gente tinha de discussão também dentro da Igreja. Porque é aquela coisa da deposição de um Governo constituído legitimamente, isso causou uma perplexidade, uma indignação muito grande, e depois toda brutalidade que veio, com o estado de exceção, com terrorismo de estado. E era um ambiente que se formava, não era... quer dizer, além de um ambiente de esperança, é um ambiente de busca de valorização da liberdade, dos direitos civis, direitos políticos, dos direitos sociais. E nós vimos desse ambiente, aquilo tudo veio para golpear essa brasilidade, essa forma de pensar a vida, o presente e o futuro. O programa do Governo João Goulart, que era um programa de esperança, porque era um acerto de contas de um passado de desigualdade, de brutalidade, de injustiças, com as reformas de base todas. Então eu fui militar, a coisa que foi decisiva para mim foi o golpe, minha mãe era uma simpatizante do Partido Comunista, eles frequentavam minha casa, faziam reuniões e quando veio o golpe eu disse para um... Era do Comitê Estadual, e eu disse: Eu quero entrar nisso, e entrei.⁷⁴

A história de Maria do Carmo Brito carrega algumas semelhanças com a trajetória de Zenaide. Filha de Angelina e Jefferson Oliveira, Maria também militou no Partido Comunista e mais do que isso, teve seu primeiro contato com as lutas sociais através de influências do ambiente religioso em que vivia. O primeiro movimento em que se organizou foi na Juventude Estudantil Católica, a “JEC”, claramente com perspectivas bem distintas das organizações de resistência armada que ela integraria tempo depois.

Quando tinha entre 14 e 15 anos, Maria do Carmo entrou para a Juventude Estudantil Católica, a JEC, grupo de estudantes secundaristas. A JEC fazia parte da Ação Católica, embrião do que seria mais tarde conhecido como a Igreja Progressista do Terceiro Mundo.

⁷³ VERDADE, Comissão Nacional da **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.9, sic.

⁷⁴ *Ibidem*.

Naquele tempo, ainda engatinhava, e seus primeiros passos eram carregados de assistencialismo e caridade cristã.⁷⁵

Maria do Carmo conta que seus pais também eram getulistas, dessa forma, sua vida foi marcada desde cedo pela organização em movimentos de resistência contra o que considerava ser injustiças sociais.

Isso marcou profundamente minha vida, porque eu não vivi – como qualquer filho de comunista – a parte repressiva de Getúlio. Vivi o lado justo: ele deu à minha mãe o que ela tinha direito, e não deu a meu pai o que ele não tinha direito. Quando penso na minha infância, as memórias marcantes vêm assim, misturadas: a guerra acabou, Magda morreu, Getúlio caiu.⁷⁶

Magda a quem se refere é sua irmã falecida, inclusive esse é um dos codinomes que Maria do Carmo irá usar na luta armada, como uma homenagem. Como já foi dito, ela iniciou a militância na JEC, mas após ingressar na universidade, no ano de 1961, Maria conheceu diversas correntes da militância de esquerda. Se organizou primeiro no PCB e, depois, conforme seu horizonte se expandia, militou em outras organizações.

Maria do Carmo saiu do Partido Comunista e caiu na agitação política que sacudia o país. Junto com alguns amigos, Inês Etienne Romeu, Carlos Alberto de Freitas – o Beto -, Amauri de Souza e também Juarez Brito, de quem ela tinha ficado amiga e que era da POLOP, Maria do Carmo participava de tudo. Greve dos operários de Nova Lima, passeatas em Belo Horizonte, lá estavam eles.⁷⁷

Depois de um tempo, Maria do Carmo se desligou do PCB e parou a atividade de militância durante um período. Com a consolidação do golpe e avaliando os movimentos a sua volta, principalmente as resistências da Liga Camponesa, através de sujeitos como Francisco Julião, ela reconsiderou a possibilidade de se organizar novamente.

Com base na análise da questão agrária e do comportamento dos militares, chegou-se à conclusão de que era preciso preparar a luta armada, caso ela viesse a ser necessária. E os preparativos deveriam começar imediatamente. A ideia era conseguir, no meio de intelectuais e simpatizantes, dinheiro para comprar terras. Nelas se instalariam os militantes, cuidando da terra, armazenando armas, num equivalente rural do Grupo dos Onze, de Leonel Brizola. [...] Depois de casada, Maria do Carmo entrou para a POLOP, onde já estava Juarez. E em

⁷⁵ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.21.

⁷⁶ BRITO, Maria do Carmo apud VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.17.

⁷⁷ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.26.

fevereiro de 1963 os dois foram mandados para Goiás, com a missão de retomar o contato com os camponeses. Começava a vida de ciganos.⁷⁸

Da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Maria do Carmo passaria para a VPR e VAR-Palmares durante um tempo, tendo participação significativa em todas as organizações. Falaremos do surgimento dessas organizações no próximo capítulo. Ela é uma das poucas mulheres que assumem o comando dos grupos, mas isso exploraremos adiante. Os depoimentos das mulheres sobre o ingresso nos grupos de resistência armada evidenciam o que já dissemos, só é possível compreender a opção pela luta armada considerando o contexto da época.

Além de pertencerem a famílias em que os pais, avós, tios e tias foram militantes de partidos de esquerda, na juventude, conforme conheciam e ocupavam os espaços sociais como a escola, a universidade, o teatro, cinema, suas relações se ampliavam e passavam a ter contato com leituras e obras que tratavam das experiências revolucionárias no mundo, principalmente Cuba em 1959.

O contexto impulsionava a acreditarem que eram capazes de derrubar a ditadura e construir uma revolução no Brasil, não exatamente igual à de Cuba ou as outras experiências que tinham como inspiração, mas muito semelhante a todos esses movimentos. Era o desejo de ser um sujeito histórico de seu próprio tempo, como nos afirma Renata Ferraz Guerra de Andrade, outra mulher que consideramos nessa pesquisa.

Eu era uma garota em busca de alguma coisa. Tinha uma certa noção da futilidade da minha vida até então, de forma que toda aquela agitação da faculdade, na rua Maria Antônia, me encantou muito. Eu era alienada, mas não era boba. Saquei na mesma hora o lance da ditadura e decidi lutar contra ela. O pensamento marxista é de uma coerência impecável, não deixa furo nenhum, e me pareceu que ali estava a solução de tudo. Vibrei com a possibilidade de transformar as coisas, de me sentir sujeito da história.⁷⁹

Renata, diferente de Dulce, Zenaide e Maria do Carmo, não pertencia a uma família em que os pais ou outros familiares tivessem sido militantes. Em entrevista que resultou no documentário “Paredes Pintadas”, ela diz que,

A minha família e a família de minha mãe era muito reacionária e muito conservadora. Minha mãe e meu pai não tinham um pensamento político muito claro não, mas como essa foi uma mobilização de classe média, classe média alta, todos os amigos estavam aderindo. Houve uma campanha logo depois do golpe, que se chamava “Dê ouro para o

⁷⁸Idem, p.31-32.

⁷⁹ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.32.

bem do Brasil'', nessa campanha as pessoas davam as joias para ajudar a levantar o país, as joias de família. Eu me lembro dos meus pais discutindo sobre isso, se dariam ou não dariam as alianças, resolveram doar porque achavam que depois ia ficar muito sem graça eles aparecerem de aliança quando achavam que toda população, todos os amigos deles haviam doado os seus objetos de ouro.⁸⁰

Filha de pai professor e de mãe dona de casa, Renata nasceu em Piracicaba – São Paulo, e depois mudou-se para a Capital, quando percebeu que o lugar onde morava não daria conta de suprir as necessidades da adolescente que estava em desenvolvimento.

Eu era uma adolescente muito rebelde, mais do que rebelde, eu era curiosa. E tinha curiosidades que a minha cidade não satisfazia, eu queria ir embora, queria ir pra cidade grande e fui. Quando acabei o curso secundário fui embora e... mas por uma série de circunstâncias, meus pais tinham se separado, minha irmã menor também já estava chegando na época de ela fazer faculdade, minha mãe resolveu também ir para São Paulo, e nós então fomos, fomos juntas.⁸¹

A mudança de cidade possibilitou a Renata o contato com cursinhos e universidades, e conseqüentemente com os grupos de resistência armada, já que, assim como tantos outros militantes, é através do ingresso na universidade e da organização nos movimentos estudantis, que passam a discutir essa forma de luta, avaliando a intensificação da repressão da ditadura.

Procurei um cursinho e fui fazer cursinho para prestar vestibular, e foi no cursinho que eu tomei contato com os movimentos de esquerda. Minhas primeiras reuniões eu dizia em casa que a gente estava interessada em discutir uma série de assuntos, entre os quais política, religião, filosofia, mas na verdade isso se encaminhou para a militância política rapidamente.⁸²

Renata fez o cursinho como vestibulanda de Psicologia e teve contato com a psicóloga Iara Iavelberg, militante de extrema importância nas organizações armadas em que participou, e de quem também falaremos nessa pesquisa. Ela nos contou como se deu o seu contato com Iara,

Eu fui mais próxima da Iara na Polop. A gente pertencia à mesma célula, que era a célula da Psicologia. Eu ia estudar psicologia naquela época, então tinha a Iara, a Sonia não. A Sonia, ela fez vestibular acho que no mesmo ano que eu, e ela ficou excedente... sabe o que é isso? Sabe o negócio dos excedentes? Eram os caras que conseguiam ser aprovados, mas não tinha vagas pra eles. Aí eles faziam toda uma

⁸⁰ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomó. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

mobilização para conseguir se matricular e aí ela, a Sonia, foi meio que líder assim desse movimento dos excedentes, ela e o pai dela que tava sempre presente também.⁸³

Ela se refere a Sonia no trecho acima porque perguntamos com quais mulheres ela havia tido mais contato durante os anos de militância. No caso, trata-se de Sonia Lafoz. Renata teve uma significativa participação na VPR. É conhecida como “a loira dos assaltos”, embora afirme nunca ter sido loira e nem usado peruca assim, mas falaremos disso adiante.

Assim como Renata, Iara teve seu universo ampliado após ingressar na universidade e integrar o movimento estudantil. Iara entra na Universidade de São Paulo (USP), no curso de Psicologia, em 1963, mas toda a sua vida foi marcada por questionamentos de valores que se apresentavam como naturais, como mostra a sua biografia, escrita pela jornalista Judith Patarra.

Segundo Patarra, a universidade possibilitou que o mundo que Iara conhecia se ampliasse e ela se tornasse ainda mais questionadora a respeito dos costumes que eram impostos.

A entrada de Iara na Faculdade abriu horizontes à família Iavelberg. Converteu os irmãos menores à música erudita, Vivaldi primeiro. Introduziu-os aos filmes de arte no cine Bijou, praça Roosevelt, no centro. Convidava-os às lanchonetes da moda, à Confeitaria Yara da rua Augusta, então uma das melhores. Levou Raul ao teatro pela primeira vez; assistiram Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, no Teatro da Universidade Católica, o TUCA. Parecia uma estrela cadente em casa dos pais, por causa do afeto a envolver inovações. Quando almoçava no Ipiranga escolhia temas polêmicos. - Por que não dormir com o namorado? Por que tem de casar virgem? Inspirava-se nos artigos de Carmem da Silva, na revista Claudia: temos de ser as protagonistas de nossos destinos. Abordava o preconceito contra nacionalidades, o elitismo e, agora conscientes, a competição e subserviência do bairro. Ensinou etiqueta à mesa, garfo na mão esquerda, faca na direita.⁸⁴

A formação em Psicologia é um dos primeiros passos de Iara em direção à organização de discussões sobre como interpretar e enfrentar a realidade da época, pois, através disso, ela conseguiu coordenar algumas ações dentro da universidade.

Assim que assumiu o Centrinho, Iara vinculou-o ao movimento estudantil e à luta contra a ditadura, politizando as atividades. Ampliou a tendência da gestão anterior, discutir psicologia no contexto da

⁸³ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

⁸⁴ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.82.

realidade nacional a exemplo das Ciências Sociais. Os alunos queixavam-se do vazio científico, estudos teóricos e restritivos. Desejavam liga-los a São Paulo, ao Brasil, aplicar o conhecimento em atuações consistentes. [...] Devotava-se ao Centrinho. Planejou conferências. Atraiu gente de outras áreas.⁸⁵

O Centrinho foi um espaço que Iara organizou para incentivar leituras e discussões acerca do contexto em que viviam e das possibilidades de enfrentamento, em um momento em que já se começava a pautar as discussões sobre revoluções sociais.

Os alunos, cheios de admiração, propagavam: hoje tem aula da Iara. Vinham de outros cursos, tomavam café no bar da esquina, faziam perguntas. Iara cumpria seu papel. Despertava-os intelectualmente e servia de referência política sem acirrar os grupos competidores.⁸⁶

Organizou no Centrinho um curso de Linguagem e Teoria da Informação, a cargo do poeta e linguista Décio Pignatari. Sentou-se com ele à frente, no final abria os debates. - Venha, é interessante e ponto para o currículo – convidava. Assistiu à palestra de Umberto Eco sobre a comunicação de massa no Mackenzie e elogiou a pertinência do tema para o trabalho revolucionário.⁸⁷

Como já vimos na experiência de outras mulheres, assim que a repressão se intensificou e o combate a organizações legais foi acentuado, Iara se viu impelida à militar em um grupo de luta armada. O contato que tinha com as organizações se deu a partir do movimento estudantil e foi, em primeiro momento, com a Polop. Nessa organização, as memórias sobre a participação de Iara se dividem entre a militante que se destacava, haja visto suas atividades no Centrinho, e a militante que não teve relevância alguma.

Muito inteligente, certa fraqueza teórica, Iara não se destacava nos encontros da POLOP devido ao caráter doutrinário das discussões. O sectarismo dominava. Defendíamos a militância estrita, rigorosa, disciplinada – disse Eder Sader. - Insubmissa, ela faltava às reuniões por motivos que, anos depois, eu julgaria os mais saudáveis. Sua existência rica não se continha dentro de um grupo restrito, centralizador.⁸⁸

Mesmo que muitos relatos e as ações indiquem a participação de Iara em diversas tarefas da organização, cumprindo funções diferentes, inclusive, às vezes de caráter mais direto, outras de caráter mais teórico, como vimos, há quem não tenha a interpretado como uma militante de destaque. Isso se deve ao fato de que a memória de cada militante de

⁸⁵Idem, p.128-129.

⁸⁶ Idem, p.110.

⁸⁷ Idem, p.133.

⁸⁸ Idem, p.127.

acordo com cada experiência é formulada e reformulada de modos distintos, como aponta Enzo Traverso.

Tirando a sua força da experiência vivida, a memória é eminentemente *subjectiva*. Fica ancorada aos factos de apresentar provas. O relato do passado prestado por uma testemunha – sempre que não seja um mentiroso consciente – será sempre a sua verdade, ou seja, a imagem do passado em si deposto. Pelo seu carácter subjectivo, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação. Não é apenas, segundo a metáfora de Benjamin, <<a tela de Penélope>> que se modifica todos os dias devido ao esquecimento que <<Ameaça>> em permanência, para reaparecer mais tarde, por vezes muito mais tarde, tecida de uma forma diferente. Não é só o tempo a erodir e a enfraquecer a recordação. A memória é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação.⁸⁹

Dentre as mulheres que conseguimos pesquisar devido aos materiais disponíveis, Iara é a única que foi morta durante os anos da ditadura, portanto não há como trazer sua fala a respeito de suas motivações à luta armada, como fizemos com as outras militantes. Também não dá para, a partir de seus relatos, escutar sobre quais ações participou e como avaliava aquela forma de resistência. O que temos são os depoimentos de quem conviveu e militou ao lado dela.

Portanto, é preciso deixar claro que assim como as mulheres escolheram narrar as suas experiências de determinadas formas, dando enfoque ou não para alguma situação, e considerando quem estivesse “coletando” o seu relato, no caso das fontes que tratam da militante Iara Iavelberg, também nos atentamos a isso. São sujeitos que conviveram com ela em momentos distintos, e cada um formulou a sua percepção de *quem* era a Iara. Essa percepção, evidentemente, carrega as influências do contexto.

Por esse motivo, por mais que tenhamos acesso a muitas informações sobre a sua militância, nada, de fato, pode ser resgatado “como era”. Não só no caso de Iara, mas em todos os outros em que a memória é o objetivo ou a ferramenta de investigação. Como bem salientou Ulpiano de Meneses,

Por sua vez, os praticantes da História Oral e outras disciplinas que privilegiam as histórias de vida, estão atentos para o fato de que uma autobiografia nunca é estática, nem se desenvolve pela simples adição de elementos novos, na sequência do tempo, mas comporta contínuas

⁸⁹ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política.** Título original: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop. Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012, p.23.

reestruturações de eventos passados. E, ainda que se mantenham os núcleos fundamentais, os fios condutores, as contingências do presente se integram a todas as dimensões da narrativa. De forma semelhante, a memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa. [...] Finalmente, a heterogeneidade que pode estar presente na memória individual e, mais amplamente, na de grupos e coletividades, torna seu resgate uma ilusão.⁹⁰

Tendo isso pontuado, apesar de não termos os relatos da própria Iara, a biografia escrita por Judith Patarra dá conta de nos mostrar os elementos necessários que a pesquisa investiga, sobretudo porque temos acesso às entrevistas que foram realizadas para a elaboração do livro, que mostram que apesar de não ter influência de familiares organizados na militância, Iara sempre foi uma questionadora e sempre sentiu a necessidade de lutar contra o que considerava ser injusto.

Iara dedicou – literalmente – sua vida em prol da revolução que desejava construir. Teve oportunidades de sair do país quando a repressão aumentou e quando era frequente receber notícias de companheiros que haviam sido presos, mortos e desaparecidos, e ainda assim recusou. Estamos diante, novamente, de mais um exemplo de que só é possível compreender a escolha e permanência na luta armada tendo em consideração o contexto da época e a imposição de um governo de ditadura, como nos lembra Sonia Lafoz,

A questão da luta armada se colocou de cara. Na nossa santa ingenuidade da época, era o salto de qualidade necessário para derrubar a ditadura e o imperialismo – coisa que as reivindicações específicas do Movimento Estudantil não iam conseguir. Não era uma discussão fácil, porque tinha muito racha, muita divergência, muita briga interna, e às vezes era uma coisa quase que pessoal. Hoje eu considero que esses rachas eram anacrônicos. Teria sido muito mais importante você ter uma posição conjunta.⁹¹

Sonia Lafoz é lembrada por muitos companheiros, e ela mesma constrói a sua memória, como uma militante que teve participação significativa na organização, realizou ações diversas e, principalmente, ações diretas. Era a militante que não tinha dificuldade de pegar em armas e atirar se fosse preciso. É mais uma das mulheres que chegam às organizações de luta armada a partir da experiência anterior como universitária engajada no movimento estudantil.

O vestibular para Psicologia, em 67, resulta na aprovação para a PUC e na lista de excedentes para a USP. Engaja-se na luta por vagas para

⁹⁰ MENESES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992, p.11.

⁹¹ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.385.

todos os excedentes – eixo do Movimento Estudantil no período -, participa do longo acampamento de protestos na Maria Antônia, começa a conhecer as grandes lideranças do período, como Iara Iavelberg, José Dirceu, Aurora Furtado, José Arantes, Fernando Ruivo. O pai, sempre por perto (inclusive no acampamento), dava uma força.⁹²

O vestibular de 1967 reacendeu a questão dos excedentes. Alguns cursos os rejeitavam – Medicina, Psicologia e Biologia – devido à insuficiência de laboratórios. A contradição acirrava a animosidade entre os grupos. Assim, nos primeiros dias, os jovens sem vagas perambularam desnorteados pela Maria Antônia e uma liderança informal se estabeleceu em torno de Sonia Lafoz, candidata à Psicologia, e seu pai. Velho militante do PC espanhol sem atuação partidária no Brasil, Luiz Lafoz assumiu a tarefa voluntária de ajudá-los.⁹³

Os assuntos envolvendo as discussões políticas e sociais fizeram parte da vida de Sonia desde cedo, haja visto que seu pai era um militante do Partido Comunista Espanhol que, inclusive, lutou contra a ditadura franquista. Quando o pai decidiu vir morar no Brasil após terem passado grande parte da vida de Sonia na Argélia, teve contato com alguns militantes comunistas aqui, como o escritor André Carneiro, ajudando –os a se esconderem em sua casa.

Alguns amigos do papai que moravam no interior foram lá pra casa, então eu lembro assim desse fato né, das pessoas preocupadas em se esconder, ter algum lugar pra ir... Então eu me lembro um pouco por aí, desse movimento né. A gente muito assustada em casa, preocupados né...⁹⁴

Apesar disso, seu pai não foi um militante da resistência armada, ajudou como pôde, fornecendo documentos como carteira de trabalho para os militantes, mas não teve envolvimento direto em alguma organização. Somado a essa trajetória, Sonia também avaliava as condições pós-golpe e acreditava que não deveria existir posicionamento contrário quanto a possibilidade da resistência armada. Assim ela justifica a sua opção pela militância na VPR e sobre como se sentia no período,

Fomos para a VPR porque no nosso entendimento da época a ALN não incorporava a questão da guerrilha urbana, só considerava a questão rural. Do ponto de vista pessoal, eu acreditava naquilo, achava que ia libertar o povo brasileiro do jugo do imperialismo. Era uma coisa muito

⁹² Ibidem.

⁹³ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.148.

⁹⁴ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

forte. Isso levou a uma posição militante radical – e à plena convicção da necessidade da luta armada.⁹⁵

A VPR e a ALN foram algumas das organizações que mais contaram com a presença de mulheres na luta. Todas as que abarcamos na pesquisa passaram pela VPR em algum momento, apesar de não terem se limitado a ela. No trecho acima, já é possível notar algumas divergências de posicionamento quanto as ações que deveriam ser feitas, isto é, rurais ou urbanas.

Diferentemente das mulheres que foram apresentadas até aqui, que tem seus ingressos marcados a partir do contato com o movimento estudantil, as organizações também contaram com algumas mulheres que se engajaram na luta a partir de movimentos de resistência de seus locais de trabalho, como as fábricas, ou a partir da experiência, em primeiro momento, de seus cônjuges.

De origens humildes, quase sempre migrantes do Nordeste para a grande São Paulo, o que marca o envolvimento de Damaris, Jovelina e Tercina são as duras situações em que viviam e as necessidades e desejos de terem condições melhores de vida. Sobre Jovelina,

Penúltima filha das quatro que tiveram os trabalhadores rurais Luiz Tonello e Gioconda Mantovani – meeiros de plantações de café, em Presidente Prudente (SP) -, Jovelina nasceu pobre. Aos 7 já estava na roça pegando no pesado – e assim seguiu, sem estudo algum, observando a pontual inquietude da mãe com a injustiça dos patrões. Perdeu-a em 63. Em 64, alheia por completo ao que se passava, mudou-se com o pai e uma irmã solteira para São Paulo. Foi empregada doméstica por quatro anos, até conseguir o emprego de braçal no frigorífico, cortando carnes, limpando a sujeira.⁹⁶

Jovelina encantou-se com o sorriso de Neto num trem de subúrbio, em agosto de 1965. Eram operários os dois – ela, 27 anos, do frigorífico Bordon; ele, 22, em uma fábrica de Osasco. Jô, na paquera, ficou sabendo que ele era comunista e metido com o sindicato – duas coisas muito distantes do seu mundinho pequeno.⁹⁷

Nota-se que Jovelina não era uma mulher que já tinha contato com leituras e discussões teóricas, ao contrário, isso era distante do que havia vivido até então, o próprio conhecimento da possibilidade de luta armada era ausente naquele momento. É o relacionamento com Neto e a análise de sua situação de vida que a impulsionam à luta.

⁹⁵ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.386.

⁹⁶ Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.150.

⁹⁷ Ibidem.

De repente foi mais fácil pra mim, até porque eu era uma pessoa sofrida, criada sem muito mimo, trabalhando desde cedo no pesado. Eu era da classe pobre mesmo. Entrei na luta porque era esposa do Neto. Aos poucos fui entendendo o sentido das coisas. Sabe quando uma criança está brincando, fazendo um castelinho e chega um outro e dá um chute? Então pra mim estava sendo montado um castelo muito bonito, que de repente acabou. Na cadeia é que as coisas ficaram claras. Daí pra frente eu me politizei, tomei consciência. Havia pessoas muito valiosas para mim, como o Fujimori, por exemplo, bonito e valente. A Iara era uma burguesa, uma pessoa finíssima. Mas ela meteu uma botina no pé. Ela ia lá no sítio onde eu estava foi morar lá. Não tinha mais aquela casa bonita, aquela mordomia que eu imaginava que ela tinha. Era uma pessoa finíssima, um rosto lindo, uma Diana, uma mulher que põe um vestido preto e um decote e brilha. Mas ela estava dentro daquilo, daquela vida difícil que a gente estava levando. As pessoas não sabiam cozinhar. Iam cozinhar um arroz e queimavam. Iam fritar um bife e não acertavam – mas estavam ali e todo mundo feliz. Naquela época a gente não brigava. Tinha divergências, mas a gente não brigava.⁹⁸

Iara a quem se refere é a Iara Iavelberg de quem tratamos anteriormente. Havia uma diferença econômica demarcada entre elas e algumas outras mulheres, principalmente as que vieram das fábricas, daí que ela chama atenção ao fato de que “era uma burguesa, uma pessoa finíssima. Mas ela meteu uma botina no pé.” Possivelmente porque, devido a sua condição de classe, imaginava-se que ela não se submeteria à luta “direta”.

Jovelina ressalta que depois de certo tempo se politizou e as coisas foram ficando mais compreensíveis. É comum que em relatos como o dela se perceba que não existiu um contato de leituras e estudos anterior à organização, mas evidentemente que existia a interpretação da dura realidade, e que após terem conhecido discussões sobre as experiências de Che Guevara, Fidel Castro, Vladimir Lênin, Régis Debray e outros, só intensificou o sentimento da necessidade de mudança social.

Neto como era conhecido o marido de Jovelina, é Manoel Dias do Nascimento, filho de Tercina Dias de Oliveira, outra mulher de origem humilde que participou da luta armada. Dentre alguns relacionamentos afetivos, casou-se com Manoel Roque Dias do Nascimento, com quem teve 5 filhos e uma relação que durou 14 anos. Tercina conta que Manoel a deixou por envolvimento com outra mulher, e após o fim dessa relação, ela conheceu Gentil Virgílio da Chagas, a ponte para o seu primeiro contato com o que se aproximava das discussões sobre revolução.

⁹⁸ TONELLO, Jovelina apud Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.161-162.

Na mesma Barreiros, como Gentil fosse chegado à política, andaram metidos com um comitê de apoio a candidatos do Partido Comunista do Brasil. Tercina data daí sua simpatia por Luís Carlos Prestes. A rigor estava muito longe de ser uma comunista – como sempre esteve -, mas, diz, se identificava “com a luta contra a pobreza e a opressão”.⁹⁹

Esse, porém, teria sido um contato breve. É só quando decide ir morar em São Paulo, após o término do relacionamento com Gentil, acompanhada dos filhos, que de fato ingressa em uma organização armada, mais pelas circunstâncias de seu filho Neto envolvido na luta, do que por decisão própria.

Sentou praça em São Cristóvão, sempre costureira, batalhadora e espírita. Em 1959 vendeu um terreno e mudou-se para Osasco, em São Paulo. Neto, aos 15, aprendiz do Senai e logo operário, entrou para o PC do B em 61, Tercina dando todo o apoio. Ia a palestras que ilustres comunistas proferiam nos sindicatos (Prestes entre eles, diz) e driblava com enérgico bom humor os apuros de uma vida economicamente difícil, na qual vez por outra a marmita que Neto levava ao trabalho trazia polenta e abacate verde. Sempre costurando, e agora sozinha, foi vendo os filhos crescerem. Gostou quando Neto foi ao Rio visitar uma exposição da União Soviética e não se apoquentou, no pós-64, quando viu o filho crescer de importância no movimento operário sindical de Osasco, todos os “meninos” (José Campos Barreto – o Zequinha, assassinado com Lamarca -, Roque Aparecido, Espinosa, José Ibrahim e outros) lhe frequentando a casa.¹⁰⁰

Tercina, como veremos, foi muito próxima de um dos militantes mais procurados pela ditadura, Carlos Lamarca, e participou de algumas ações que envolvem a luta, como o treinamento em áreas afastadas a fim de tentar estabelecer a guerrilha rural. Não teve muitas participações em ações armadas nas cidades, ficando a ela designadas tarefas que correspondiam ao cuidado das crianças, filhos dos militantes, e da confecção de roupas devido a sua profissão de costureira. Ainda assim, decidiu fazer parte da resistência, possivelmente por entender que essa era uma forma de lutar contra “a pobreza e a opressão”, reivindicações que se identificava, como afirmou no trecho que trouxemos.

Esse também é o motivo que leva Damaris Lucena, militante da VPR, integrar a resistência armada. Nas palavras dela,

Eu já nasci na luta do lado humilde. A pobreza, que às vezes me obrigou a catar comida no lixo, foi me deixando revoltada desde criança. Não entrei na luta porque achei o fulano bonito ou uma greve bonita. Entrei com consciência de classe, aquela que a gente vai criando quando quer

⁹⁹ Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.148.

¹⁰⁰ Idem, p.148-149.

estudar e não pode, quando quer comer um doce e não tem. A miséria foi sempre presente na minha vida.¹⁰¹

Damaris nasceu em Codó, município no Maranhão, e casou-se jovem com Antônio Raymundo de Lucena. Assim como outras mulheres que apareceram aqui, eles também migraram em busca de oportunidades de emprego que possibilitassem mais qualidade de vida, pois Antônio também não tinha boa condição financeira. De Coroatá, uma das cidades em que moraram, foram para Fortaleza e depois para São Paulo. Antônio primeiro e Damaris posteriormente com o filho Ariston.

Nós dois fomos de família pobre, família lutadora, então nós tivemos os mesmos ideais, eu e ele entramos na luta assim de corpo e alma porque nós não tínhamos diferença de ideologia. A gente nem sabia o que era ideologia, a gente sabia o que era um lutador.¹⁰²

A militância de Damaris se iniciou com a participação em atividades sindicais da indústria em que trabalhou quando mudou-se para São Paulo.

Ela também empregou-se na Jafet, como cozinheira da creche, e logo começou a participar das atividades do Sindicato da Indústria Têxtil. Em 55 foi delegada ao Congresso Nacional das Mulheres, realizado no Rio de Janeiro. Houve protestos contra o presidente Juscelino Kubitschek, que não quis receber uma delegação. Damaris entusiasmou-se. Na volta foi demitida, e a partir de então, incentivada pela vereadora paulista Matilde de Carvalho, tornou-se uma militante. Participou de greves e passeatas, panfletou, agitou. Em 54 entrou para o Partido Comunista do Brasil, onde também enfiou Lucena, já então chamado de “Doutor”, tal a habilidade que tinha para certas coisas práticas. Pertenceram a uma célula operária do partido e Damaris mostra com orgulho uma foto de 1958, em que aparece do lado de Luís Carlos Prestes durante uma conferência. [...] Em 68 estariam na VPR – Rosa e Zé eram os codinomes -.¹⁰³

Apesar de sua militância ter se iniciado nesse momento, em quase todas as suas entrevistas, Damaris ressalta que desde sempre as injustiças sociais chamavam sua atenção e a despertava questionamentos.

Aí fui crescendo, mas eu fui crescendo e vendo as coisas assim que eu achava que não era correto, passava fome, passava necessidade de roupa, necessidade de remédio, sentia muita dor de dente, muita gripe. Mas aí eu via que as pessoas que tinha recurso se alimentavam, se vestiam bem, e eu ficava preocupada com aquilo, me perguntava a mim:

¹⁰¹ LUCENA, Damaris apud Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.46.

¹⁰² LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

¹⁰³ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.46.

por que eles tem tudo e a gente não tem nada? Meu pai trabalhava, mas era tão pouco recurso que não dava pra gente se subsistir das necessidades básicas. E aí eu fui crescendo e fui crescendo, estudei muito pouco... [...] aquilo foi me deixando insultada, eu ficava preocupada “por que que eu não posso estudar?” porque que eu... e era uma coisa assim, eu lembro que... tinha um cinema, que o dono da cidade tinha um cinema e o cinema ficava aberto e eles passava alguns filmes e as crianças pobres ficava tudo na janela e a porta principal ficava fechada, mas ficava a janela e a gente subia na janela pra olhar. E eu lembro que eu vi o Charles Chaplin [risos] com aqueles pezinhos dele assim, muito engraçadinho [risos]. Eu ficava entusiasmada olhando para aquilo, e via as atrizes né, eu via as atrizes, Kim Novak, Ava Gardner, Greta Garbo, eu ficava olhando, ai que vontade, eu tinha vontade de ser artista.¹⁰⁴

É perceptível em sua fala que sua história foi marcada pela falta de acesso a muitos espaços e possibilidades. Diferente de sua vontade, Damaris não pôde ser artista, teve a vida atravessada muito cedo pela necessidade de trabalhar e ajudar nas despesas de casa, sem recursos que a possibilitassem investir em seu desejo.

Aí eu saí e fui trabalhar com meus 13, 14 anos fui trabalhar. Quebrar coco que é um trabalho muito braçal, muito bruto. Você corta os dedos. Você corta a mão com o machado. Você fica o dia inteiro sentado com um machado metido aqui no meio das pernas. Aqui você sentado quebrando coco. É um serviço muito bruto. Coco é um fruta, não sei se é fruta, mas é muito duro. Tem que ser cortado com o machado e com macete. E eu ia quebrar coco. Eu quebrava quatro ou cinco quilos por dia. O coco é uma sementinha assim compridinha. Você quebrar cinco quilos daquilo. Foi muito sacrifício. Isso eu levei até 16 anos nessa luta. Eu lavava roupa pra mim ganhar dinheiro. Eu cortava lenha pra mim ganhar dinheiro. Eu carregava água na cabeça, porque lá como não tinha água encanada você tinha que ir no rio buscar água. Eu levava uns barreirinhos de água pra vender. Eu lavava roupa pra ganhar dinheiro. Eu passava roupa. Eu socava coco no pilão. Pilão é um negócio muito duro pra tirar azeite. Eu socava arroz no pilão também. Lá as fábricas de pilar arroz só pilava arroz pros ricos, os pobres não podia. Então, o pobre às vezes pagava uma pessoa para socar, que é um serviço muito duro. Todos os serviços duros de roça eu sei fazer, porque eu aprendi na luta, no sacrifício e na necessidade. Eu tinha necessidade de comer um pão, de comer uma coisa. Médico, remédio, lá não tinha. Eu fui trabalhar na fábrica com 16 anos. Falei que tinha 18 anos pra mim poder ganhar um pouco mais, pra partir meu salário com a família do meu pai. Meu pai, minha tia e comigo. Era um salário de miséria era 8.800 cruzeiros. Sei lá. Nem sei. Hoje eu não sei quanto que vale aquilo pra falar a verdade. Era 8.800 reais. Eu não sei quanto vale hoje. Sei lá.

¹⁰⁴ LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Acho que vale uns três reais, quatro reais. Não sei. Mas aquilo dava pra gente ir tocando.¹⁰⁵

Foi o ambiente da fábrica que permitiu que ela materializasse seus anseios de lutar contra as injustiças sociais, através da participação em atividades dos sindicatos e em movimentos como as greves. Também foi nesse local que ela ouviu, dessa vez de modo diferente, falar em comunismo.

Quando eu era menina, eu escutei meu pai conversando com uma russa. A russa falou assim pra meu pai, eu tinha uns 8 anos mais ou menos quando eu escutei, ela falou:

- “Aí seu Manuel, nós viemos embora da Rússia porque os vermelhos tomaram lá o poder.”

- “Os vermelhos?” Eu pensei que era gente que tinha pele vermelha (risos). “Os vermelhos tomaram o poder.” Eu falei: “Os vermelhos?” Mas eu também não podia perguntar porque, naquela época, criança não podia entrar na conversa dos idosos, dos velhos. Eu fiquei escutando: “Vermelhos?” Depois eu escutei falar em comunista. Eu também não sabia o que era. “Partido Comunista, os Comunistas...” “Os comunistas, os comunistas comem criança, matam gente, toma a mulher dos outros, toma as coisas que a gente tem.” Eu ficava escutando, mas pra quem eu ia perguntar? Pro meu pai que também era ignorante? Quando eu cheguei em São Paulo que me envolvi com o sindicato dos têxteis. Um dia eu falei: “Gente, o que é que é comunismo?” Eu falei pros companheiros lá.

- “Companheira, comunismo é um partido. É um movimento que quer que todo mundo tenha moradia, todo mundo tenha hospital, todo mundo tenha escola, todo mundo tenha dentista, todo mundo seja tratado como ser humano.”

- “Isso aí é comunista? Ah bom, eu também sou comunista.¹⁰⁶

Observemos que novamente ela ressalta a questão da luta pelo que considera ser justo socialmente, o direito à moradia, à saúde e à educação, enfim, os direitos humanos. Damaris foi uma mulher que trouxe em sua experiência todos os elementos marginalizados de nossa sociedade, mulher, negra, nordestina e pobre. É difícil encontrar uma fala sua em que isso não esteja apresentado como motivos que explicam a sua militância. Além disso, ela sempre sentiu orgulho ao falar sobre sua história de vida e seus antepassados, como mostra esse trecho da entrevista à CNV, realizado mais recentemente, em 2014.

¹⁰⁵ VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.3-4-5. [SIC].

¹⁰⁶ Idem, p.6-7. [SIC]

Eu sempre fui muito contra a injustiça. Eu tinha muita bronca de ver as pessoas fazer injustiças com os outros. De negro. Porque eu sou de família africana. Meu pai... Meu bisavô foi trazido da África e os filhos foram todos vendidos no Brasil. Meus bisavós. Os irmãos dos bisavós foram todos vendidos no Brasil. Minha bisavó ficou só com o pequenininho que era pequenininho de peito. Os grandes era tudo vendido. Então, eu sou de família muito sofrida, que veio lá da terra deles arrancado de lá, virar escravo no Brasil. Isso foi muito triste pra mim. Saber que eu... Não é que eu tenho tristeza, pelo contrário, eu tenho muito orgulho de ser de origem africana. Eu tenho muito orgulho de ser de origem africana. Inclusive, eu estou perguntando pras minhas filhas pra ela saber da onde eu vim. Se é da Angola, se é de Moçambique, eu não sei. Eu sei que eu quero ser de algum país daqueles lá. De algum lugar daqueles lá, eu quero. Eu tenho muito orgulho de ter o cabelo pixaim, de ter o beirão, eu tenho muito orgulho disso. De ser africana, pode crer. Quando eu vejo as injustiças que fazem na África, eu me sinto mal. Eu me sinto muito mal mesmo.¹⁰⁷

Como veremos no próximo capítulo, Damaris não participou de muitas ações armadas na VPR, mas isso não a impossibilitou de ter uma experiência marcada por acontecimentos muito significativos, como a morte de seu marido em sua frente e na dos filhos, os momentos e torturas que passou na prisão, assim como os membros de sua família que nada tinham a ver com a resistência armada, e, por fim, sua estadia em Cuba, após ser libertada no sequestro do cônsul Nobuo Okuchi, em 1970.

Por fim, o objetivo deste tópico foi mostrar quais os motivos e os elementos da trajetória de cada uma dessas mulheres que permitiram com que elas decidissem se organizar em grupos de luta armada para combater a ditadura. Foi possível perceber que as motivações são distintas e que a história de vida desde a infância influenciou nessa decisão, seja por pertencerem a uma família com membros organizados politicamente na militância, ou por terem condições precárias que as impulsionaram a lutar por mais qualidade de vida.

Antes de passarmos a outro tópico, gostaríamos de ressaltar como o documentário “Paredes Pintadas” referenciado algumas vezes, nos ajudou a problematizar e escrever sobre esse tema. Além dele, no último capítulo também iremos trabalhar com outro documentário, sobre a vida de Iara Iavelberg. Chamamos atenção para essa fonte porque

Todo documento, incluindo os documentos de natureza audiovisual, deve ser analisado a partir de uma crítica sistemática que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica (datação, autoria, condições de elaboração, coerência histórica do seu “testemunho”) e do seu conteúdo (potencial informativo sobre um evento ou processo histórico). Com a crescente sofisticação da crítica documental, novas

¹⁰⁷ Idem, p.7. [SIC]

técnicas linguísticas e novas técnicas quantitativas e seriais permitiram não apenas a ampliação do potencial informativo das fontes históricas, mas a própria ampliação da tipologia das fontes.¹⁰⁸

O documentário foi publicado no youtube no ano de 2010 e tem como autoria, de produção, direção e edição, Pedro Santos e Fernando Crocomo. A produção audiovisual traz os relatos de quatro mulheres que participaram da luta armada, e que estão inclusas nessa investigação. Dulce Maia, Sonia Lafoz, Renata Ferraz Guerra de Andrade e Damaris Lucena.

O documento de caráter audiovisual não mostra a presença dos produtores, nem mesmo as perguntas que foram realizadas. Ele dá espaço para que apenas as mulheres falem, e o ouvinte pressupõe as questões a partir das respostas que elas dão. Nota-se que existiram perguntas de assuntos específicos, sobre a trajetória de vida de cada uma, as ações que fizeram, como era ser mulher e militante, a violência do Estado.

Esse documentário será analisado por nós em vários capítulos desse trabalho. Portanto, é importante ressaltar que

Como em toda operação historiográfica, crítica externa e crítica interna, análise e síntese, devem estar devidamente articuladas. Nesse sentido, o uso de fontes audiovisuais e musicais pelo historiador pode ir além da “Ilustração” do contexto ou do “complemento soft” de outras fontes mais “objetivas” (escritas ou iconográficas), revelando-se uma possibilidade a mais de trabalho historiográfico.¹⁰⁹

Na tentativa de analisar o conteúdo presente nessa produção, mas também dialogar com outras fontes, tentaremos sempre cruzar elementos que aparecem nas falas de cada uma das mulheres, destacando as diferenças e especificidades que cada produção possui, bem como as distintas temporalidades em que foram construídas. Por fim, o objetivo deste capítulo foi discorrer sobre nossa perspectiva acerca do golpe que instaurou a ditadura no Brasil, a resistência armada que se construiu a partir disso, e os caminhos que levaram as mulheres a estes grupos de resistência.

¹⁰⁸NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.266.

¹⁰⁹ Idem, p.238.

CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE LUTA ARMADA: SETORES, REGRAS DE SEGURANÇA, AÇÕES E AS DIVISÕES DE TAREFAS

Nesse tópico pretendemos mostrar alguns elementos que constituíram as organizações dos grupos de luta armada, isto é, como, de fato, os militantes se organizaram com relação às ações, divisões de tarefas, táticas e estratégias, e com os impasses e imprevisibilidades que tiveram que lidar naquele contexto de forte repressão. Já em sua formação e nos primeiros anos de atuação, as organizações criaram setores para que pudessem dividir os militantes em algumas tarefas, como afirma Marcelo Ridenti,

Os grupos guerrilheiros urbanos em geral organizavam-se, com algumas variantes, em setores de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural e de "logística", responsável, esta última, pelas principais ações armadas. Cada setor tinha seu representante na direção regional, que muitas vezes se confundia com a própria direção nacional. Os setores da organização, em teoria, não deveriam conhecer-se uns aos outros, por questão de segurança ante a ferocidade dos órgãos de repressão. Os contatos entre as partes de cada organização eram feitos por meio de "pontos" de encontro previamente marcados em locais variados. A falta de algum militante a um ponto significaria que ele fora preso (a maior parte dos capturados pelo regime foi presa em pontos "abertos" por companheiros sob tortura).¹¹⁰

Ridenti traz um conjunto de informações importantes sobre a forma como a organização se estruturava. Aponta que existiam setores distintos, formas de realizar contatos e normas a serem cumpridas. Os "pontos" aos quais o autor se refere, trata-se de locais de encontro marcados pelos membros da organização. Através dos relatos de militantes, tentaremos observar como isso se deu na prática.

Pedro Lobo, militante da VPR desde a sua formação, descreve que a organização,

Obedece a um modelo hierarquizado herdado dos partidos comunistas. Na base da pirâmide ficam os simpatizantes, aqueles que concordam com a linha de atuação da sigla, mas não mantem um contato mais estreito com ela. Ali também está o apoio, militante que contribui com algum dinheiro, cede locais para esconderijo, consegue documentos falsos ou cuida de ajudar o transporte de pessoas ou coisas. O meio do triângulo é ocupado por quadros, guerrilheiros que, de arma em punho, se dedicam ao enfrentamento direto com os militares e as polícias políticas estaduais. No topo se instala a direção, pessoas que, por sua formação, qualidades pessoais ou história dentro das esquerdas, se qualificam ao comando.¹¹¹

¹¹⁰ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.42.

¹¹¹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.37.

Por meio de alguns vestígios documentais como, por exemplo, o documento intitulado “Situação da VPR” analisado por Carla Silva, podemos visualizar que a VPR teve diferentes setores.

No item V, “Balanço”, o documento indica que “é impossível um balanço detalhado, por motivos de segurança”, mas indica que a formação das Unidades de Comando segue. Além disso, noticia que “iniciou-se o treinamento, com uma equipe pioneira já trabalhando e militantes estão sendo transferidos para área”. Evidentemente que essas palavras, sem detalhamentos, trariam imenso otimismo para aqueles que estavam ansiosos no aguardo de começar as ações rurais. Trata-se da criação da área de treinamento no Vale da Ribeira, sobre a qual trataremos a seguir. Ao aprofundar o setor de propaganda, havia uma necessidade de aprimorar também o setor de comunicação interna, qualificado como “setor de inteligência”.¹¹²

O documento trata do otimismo com relação às ações que poderiam ser realizadas no ano que se iniciava, 1970. A pesquisadora analisa outros trechos da fonte, mas gostaríamos de chamar atenção ao fato de que já indica a existência de um setor de propaganda, de comunicação interna e setor de inteligência.

O documento fala mesmo de um “serviço de inteligência”, ao qual caberia recolher esses dados, arquivá-los, e assim coloca-los em condições para, uma vez solicitadas informações sobre um caso, oferece-las completas (da corrupção de figuras célebres, visando campanha de propaganda) ou instalações militares a que pudermos encontrar qual e tal tipo de armas, etc), serviço de inteligência [deve] dar como cumprida sua missão quando atingir o nível que possa fornecer qualquer informação quando for necessário.¹¹³

Além disso, traz ainda um indício do que seria o trabalho de quem integrasse o “Setor de Inteligência”, na análise de outra documentação. Trata-se de documento intitulado “VPR, ‘POR UMA INTELIGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA’ datada de fevereiro de 1970, apreendida no “aparelho” onde residia JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO, do CN/VPR.¹¹⁴”

Em um dos trechos está escrito que,

“Embora todos os informes devam ser o mais detalhados possível, é ao Setor de Inteligência que vai caber a tarefa de, a partir de uma série de informes parciais, constituir informações úteis ao trabalho revolucionário. Nenhuma informação é prematura, como poderia parecer. Amanhã será talvez mais difícil conseguir informações. O momento de consegui-las é agora.” [...]

¹¹² Idem, p.156-157.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Idem, p.157.

O documento fala mesmo de um “serviço de inteligência”, ao qual caberia

“[...] recolher esses dados, arquivá-los, e assim colocá-los em condições para, uma vez solicitadas informações sobre um caso, oferecê-las completas (da corrupção de figuras célebres, visando campanha de propaganda) ou instalações militares a que pudermos encontrar qual e tal tipo de armas, etc), serviço de inteligência [deve] dar como cumprida sua missão quando atingir o nível que possa fornecer qualquer informação quando for necessário.”¹¹⁵

Portanto, aos militantes desse setor, caberia lidar com as informações de interesse da organização, coletá-las, organizá-las e deixá-las prontas para uso. O depoimento de Maria do Carmo Brito e Mário Japa, para Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (militante da luta armada), em janeiro de 1986, indica a existência de outros três setores, o de campo, o “de massas” e o setor logístico.

J - O Quartinho [SIC. Quartim*] quando chegou, o pessoal mais ou menos tentou armar a organização por setores, de luta de massas que era o ME e o MRO e o logístico que era pra fazer as ações que era pra arranjar armas, dinheiro...

MC - Era uma brigaiada danada.

J - E o setor de campo que ia preparar as condições pra guerrilha rural. Isso mais ou menos determinava a organização. Havia três comandantes, era centralizado demais, só que também aí... O Quartim logo se impôs como o teórico que poderia dirigir o setor de massas, então dentro desse setor de organização, a sessão de imprensa foi aí que eu entro. [...]

MC- Durante todo esse período, por ex. você tinha essas reuniões por ex. setor de imprensa e aquela menina que era mulher do Quartim e mais aquele cara lá, aquele paulista, aquele intelectual, como é que chama? Bom não interessa, o cara tá legal, então ia ele e eu ia por Minas, vinha o Angelo, já não lembro quem, eu ia pelo Rio ou Minas, ficava lá discutindo isso, mas acabava que ninguém discutia nada disso, tava todo mundo com a luta armada na cabeça, então era o que é que se ia fazer, é as sessões todas, não interromperam nunca esse fluxo de reuniões rotineiras de 3 estados, só de repente você ia numa reunião pra discutir imprensa, neguinho chegava dizendo: que tinha feito banco, ficavam brigando que o setor logístico tinha feito um banco, não tinha passado dinheiro nenhum, o setor de imprensa ligado à massa, o pessoal ficava danado, já era briga acontecendo.

J - A briga com o Quartinho [SIC. Quartim*] lá foi o seguinte:

MC - Eu sei, me lembro perfeitamente, só faltava me matar

J - Quando havia o setor logístico, o setor de massas e o setor de campo, essas questões, discussões à Ação Nacional, Ação Socialista.

MC - Só que brigavam, os mineiros...

¹¹⁵ Idem, p.158-159.

J - Discutiam, as vezes até discutiam brigavam por causa disso, mas o que determinou a dinâmica interna das coisas não foi nada disso, é que o setor fazia ação, assaltou um banco, fez o quartel e com isso ficava cobrando de Minas, do Rio a sua ação e ao mesmo tempo criava dentro da organização um desequilíbrio muito grande. Ah, o setor de massas tá [incompreensível] teórico não querem fazer luta armada. Começavam por aí, também...

MC - Era baixo nível...

J - Aí havia briga no sentido do seguinte: O setor de campo dizia o seguinte: todos os recursos de assalto à banco vai pro fundamental...

MC - Que é a guerrilha rural.

J - Então, quando reunia os três setores era uma briga desgraçada porque aí já não era a questão política, quer dizer, como a estrutura era o representante do setor logístico, o representante do setor de campo, o representante do setor de massas, não era mais a discussão política, era mais.

MC - Divisão de espólio.

J - Divisão de força [incompreensível] daí o que se prioriza, aí então havia manifestação estudantil e da greve de Osasco, é claro que representante do setor de massas queria se impor, setor de massas precisa em Osasco, precisa de pessoal cair na clandestinidade [incompreensível] precisa de recursos. O setor fundamental é isso, não vamos ter ilusão a respeito da luta da cidade, vai se esgotar, não leva a nada, o estratégico é a guerrilha do campo, eu ouvi falar: quem faz a operação somos nós. Não sei se a discussão chegou aí às claras.

MC - Chegou, clareza, botar dois caras numa ação pra roubar no meio do caminho, abaixou o nível mesmo.

J - Tanto que eu entrei no negócio pelo seguinte: um dia, meu negócio era a imprensa, tranquilo tal, aí chega uma dirigente do setor

MC - Marisa.

J- Um fulano aí é um covardão que não topou entrar na ação. Você topa? Me colocou numa fria.

MC - Ainda mais que era mulher.

J - Aí eu começo a imaginar, peraí, eu nunca dei um tiro na vida, que vou fazer aí, pelo menos um treinamento, quer dizer me explicar como é que funciona isto, pra que tal, mas a coisa foi colocada assim termos de teste, você tá na luta armada, não tem coragem de fazer.

MC - Eu achei muito engraçado quando você mudou de setor. ¹¹⁶

Nesse depoimento, além de percebermos a referência a distintos setores dentro da organização, nota-se também que as relações eram conflituosas. Maria do Carmo e Mário

¹¹⁶ Entrevista com Maria do Carmo concedida à Marcelo Siqueira RIdneti (M) e à Daniel Aarão Reis (D) no dia 27 de janeiro de 1986 no Rio de Janeiro. Tivemos acesso a essa entrevista por meio dos documentos no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Japa falam sobre o destino do dinheiro que a organização conseguia através das ações, isto é, para qual setor deveria ir. De acordo com eles, o setor de campo defendia que deveria ficar com o dinheiro para estabelecer a guerrilha rural. Podemos imaginar que os demais setores, de acordo com suas posições na luta, também defendiam o uso de dinheiro a partir de suas necessidades.

Está demarcado também nesse relato o conflito entre os “teóricos” e os “militaristas”, - adiante iremos explicar esses termos -, e a cobrança com relação às ações realizadas. Ademais, um elemento interessante que aparece no trecho é quando Mário Japa foi chamado para “fazer ação”, isto é, pegar em armas, sendo que como ele afirma “meu negócio era a imprensa”. Aparentemente ele parece ter ficado apreensivo ao ser delegado a essa função, pois até então nunca havia dado um tiro, mas alguns companheiros/as compreendiam que se você estava na luta armada, deveria “fazê-la”. Tanto é que o rapaz que recusou entrar na ação é tratado pela militante “Marisa”, como “covardão”.

Esse relato nos indica também um outro elemento que trataremos adiante. Antes disso, gostaríamos de falar sobre os locais de suma importância para as organizações, os chamados “aparelhos”. Os aparelhos eram, geralmente, apartamentos/casas que serviam de abrigo para os militantes, principalmente quando passaram a se organizar na clandestinidade, assim como para o depósito de armas, munições, documentos, medicamentos, entre outros materiais dos grupos. Quando analisarmos as ações realizadas pelas mulheres, veremos que muitas delas cumpriram “fachada” em aparelhos, isto é, passaram-se por esposas, mães e donas de casa, de locais que abrigavam militantes e documentações comprometedoras.

Podemos entender o funcionamento dos aparelhos com esse exemplo que trata dos anos iniciais da luta, em 1968, quando alguns membros da VPR estavam envolvidos na greve com os trabalhadores de Osasco.

A VPR estava tão presente, que montou uma estrutura ampliada: “três aparelhos para o apoio à greve: um para funcionar como enfermaria, na Vila Jaguaribe, um como retaguarda para as lideranças, no bairro Jaguaré, e o terceiro onde funcionaria a imprensa de greve, com mimeógrafos, no bairro da Vila Yara”.¹¹⁷

¹¹⁷ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.61.

Nota-se que diferentes atividades aconteciam nesses locais, até mesmo atribuições de “enfermaria”, provavelmente considerando os possíveis riscos que corriam. Além de pensarem nessa questão dos perigos físicos que poderiam sofrer, Renata nos indica que a estrutura também era organizada de modo a não deixar vestígios, exceto quando intencionavam fazer “propaganda armada”.

Tinha essas divisões, até na Polop já tinha. Outras organizações também tinham, dividindo em células, por funções, [incompreensível], uma divisão geográfica. Mas era bem-organizado. E as nossas ações armadas eram organizadíssimas, organizadíssimas. Tanto é que desde o início houve quem suspeitasse que aquilo não era coisa de criminoso comum. No início a gente queria que passasse por coisa de criminoso comum, mas era muito organizado. Tudo planejado, tudo perfeito. Expropriava veículo, mudava placa, fazia tudo com os mínimos detalhes para dar certo no final, e dava certo.¹¹⁸

Isso mostra a preocupação dos militantes em planejar as ações nos mínimos detalhes, ainda que nem sempre isso saísse como o esperado. A existência de aparelhos implicava na formulação de uma série de normas e seguranças das organizações, pois caso algum militante fosse pego pela repressão poderia acabar revelando, sob tortura ou não, a localização de outros companheiros e/ou documentos importantes dos grupos.

Nesse sentido, havia o que podemos interpretar como o “ideal” de militante ou de militância. O documento analisado por Carla Silva, ajuda a entender isso.

“haverá três categorias de militantes: o recruta, o combatente, o comandante”:

2. O recruta é o para-militante, isto é, o militante recém incorporado a uma UC, iniciando sua atividade prática como guerrilheiro. Para ser recruta, é preciso aceitar a disciplina da Organização. O recruta participa das discussões políticas e sobre operações.

3. Combatente é o militante da VPR, o guerrilheiro que já demonstrou em sua atividade prática possuir iniciativa, coragem pessoal, vontade de aprender. Que busca aperfeiçoar-se tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista militar.¹¹⁹

Esse documento com título “Estatutos e normas de segurança das Unidades de Combate da Vanguarda Popular Revolucionária” com data de março de 1970, mostra que os/as militantes refletiam e produziam acerca de suas possibilidades e a fim de garantir a segurança, a divisão das tarefas aos militantes indicam isso. Contudo, nem sempre a

¹¹⁸ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

¹¹⁹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.112.

realidade viabilizava o planejamento da organização. O trecho que trouxemos a respeito de Mário Japa ter sido chamado para fazer uma ação porque houve desistência por parte de outro militante comprova isso.

Inclusive, o que é relatado por Mário Japa sobre fazer parte do setor de imprensa, por isso nunca ter atirado, estava em consonância com uma das regras que a organização tinha, como mostra o mesmo documento analisado por Silva.

1. Mesmo entre militantes que se conhecem, só usar nome de guerra.
2. Não ter endereços de outros companheiros, amigos ou simpatizantes
3. Não anotar pontos, a não ser em código, se não se conseguir decorar.
4. Só ter material político em casa em esconderijo. Não adianta ter arquivos, a não ser por tarefa. Os companheiros legais não devem manter armas abertamente em casa.
5. Variar constantemente os pontos. Não ter preguiça de procurar novos lugares. Fazer pontos fora do local de moradia, só encontrar três companheiros no caso de muita necessidade.
6. Evitar circular à noite, só sair após 22 horas em caso de absoluta necessidade.
7. Só circular armado para tarefas que o exijam. Os companheiros clandestinos devem [levar] pílulas.
8. Nos pontos a pontualidade é indispensável. Os faltosos ou impontuais devem ser [punidos]. Observar o ponto, cinco minutos antes. Não entrar se o companheiro [estiver acompanhado] feito o ponto, abandonar o local.
9. O militante que for seguido poderá ocasionar inúmeras quedas. Observar sempre com maturidade.
10. Não marcar nada por telefone.
11. O militante só deve saber o que diz respeito a sua tarefa.
12. Não deve conhecer a casa de outros militantes.¹²⁰

A consonância, no caso, é com a regra de número “11”. Além do exemplo de Japa, temos o exemplo de Renata Guerra de Andrade, ela contou à Judith Patarra que

Os núcleos foram ficando mais reduzidos e as pessoas tiveram que se lançar em todas as tarefas. Era extremamente perigoso. A gente sentia medo então, mas o pior do medo era a insegurança de saber até onde a polícia sabia. Principalmente depois que começaram as quedas. Aí foi terrível, houve medo grande mesmo. Pavor. Podia acontecer a qualquer momento. Enquanto a gente estava atuando, mas não vivia na clandestinidade, não tinha muito medo. A gente tomava as precauções necessárias, observava sempre se estava sendo seguido, mas não tinha

¹²⁰ Idem, p.113-114.

ameaça séria, constante. Por outro lado, a qualquer indício de que um aparelho era conhecido, você tinha que abandonar. Mas também não podia abandonar sem mais nem menos, porque eram pouquíssimos os que restavam. Então a gente ficava naquele dilema crucial: será que eles já têm o meu nome? As pessoas não podiam passar para a clandestinidade sem mais nem menos, porque quem ainda tinha identidade legal, era precioso, podia circular, fazer inúmeras coisas.¹²¹

Renata foi expulsa da organização logo nos anos iniciais de atuação, portanto, se refere a data anterior de 1970. Nesse sentido, está marcada a diferença em participar em um contexto em que a clandestinidade ainda não era a regra. Sobre a expulsão de Renata e de outros três militantes, tratemos à frente.

Não deixamos de prestar atenção nas demais onze regras que o documento anterior traz, são questões que indicam muita reflexão, teorização e medidas de prevenção. No entanto, como dar conta de tudo isso diante daquela realidade? Apenas a confiança nos/nas militantes era suficiente para garantir que eles executariam todas essas medidas? Em tópico que discorre sobre a vida na clandestinidade, mostraremos que muitos não conseguiram cumprir com essas expectativas.

O ideal é colocado aqui no sentido de que muitas vezes se planejou ações sem considerar que os/as militantes pudessem desistir ou mesmo serem presos, dificultando a distribuição e implicando na falta de pessoas para cumprir as tarefas necessárias. Portanto, em alguns casos, o “recruta” precisou ser também o “combatente” e o “comandante”, ainda que não desejasse ocupar essa posição, como foi o caso de Maria do Carmo Brito.

Quando houve o rompimento da VAR-Palmares, foi preciso redefinir a direção do grupo. Fizeram então um congresso-relâmpago em uma casa na Barra da Tijuca e foram eleitas três pessoas: Lamarca, Ladislav e Maria do Carmo. [...] Com todos os argumentos possíveis, Maria do Carmo tentou recusar, dizendo que Juarez seria a escolha ideal.

- Você é mais útil na direção – dizia Jamil -, pois tem capacidade para propor ações práticas que viabilizem a linha política. Além disso, Juarez também estará conosco pois vai fazer parte do *staff* do comando, junto com mais dois ou três companheiros.

Calada, Maria do Carmo escutava, sem poder dizer que, além disso, Juarez tinha uma estranha vantagem em relação a ela: ele *acreditava* no que estava fazendo. Chorando, Maria do Carmo pensava que não era justo alguém que não estivesse acreditando ocupar um posto de direção. Passou a noite chorando no ombro dos três. Era um caminho sem volta. Quando se faz parte de um grupo, as decisões são coletivas. Além disso, não havia saída: Maria do Carmo não tinha certeza suficiente de suas

¹²¹ Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

dúvidas para romper com tudo, inclusive porque isso significaria romper com Juarez e todos os seus amigos.¹²²

A citação acima mostra que em 1970 Maria do Carmo já deixava de acreditar na luta armada, talvez até antes dessa data, mas não via possibilidade de dizer isso aos companheiros e se desligar da organização. Inclusive porque, em fevereiro do mesmo ano, circulou um documento chamado “Normas de desligamento”, que tratava desse assunto. Segundo Carla Silva, o documento dizia que

Uma O. de combatentes não pode permitir a entrada e saída de militantes com explicações vagas ou inadequadas. Um companheiro entre na O. depois de uma compreensão de seu trabalho e de suas responsabilidades de um desligamento é um caso grave, a ser apurado com cuidado e sobre o qual não se pode passar por cima. O Comando da Unidade tem autonomia para concedê-lo, devendo comunicar sua decisão ao CN.

O militante, antes de sair, deve justificar seus motivos para seus companheiros de base, que devem opinar sobre os fatos envolvidos, que devem ser enviados por escrito, podendo ser:

a) Se se trata de problema orgânico, comum a outros militantes, seja forçada a sua solução; b) se se trata de problema pessoal, tal fato deve ficar bem claro, impossibilitando futuras fofocas e racionalização política, por parte do quadro que sai; c) se se trata de divergência política, o quadro possa sair mantendo todo o respeito devido pelos companheiros que continuam seguindo outro caminho.¹²³

Ou seja, Maria do Carmo até poderia se desligar da organização, mas não de maneira fácil. Deveria explicar detalhadamente seus motivos e os companheiros iriam debater sobre a aprovação ou não do comunicado. Dificilmente, visto na insistência de parte da VPR para que ela assumisse o comando nacional, aceitariam sua saída. Além disso, Maria do Carmo diz que essa atitude “implicaria romper com Juarez e todos os seus amigos”, e ela não parecia disposta a renunciar a isso.

Decidir sobre a saída e permanência de algum militante na organização era uma forma de tentar preservar a segurança dos demais, porque um militante que decide sair do grupo, é uma pessoa que tem informações e que, como já dissemos, pode fornecê-las sob tortura ou em outras situações, e colocar em risco todos da organização. Em casos mais extremos, chegou-se a “justiçar” o militante, isto é, justificar o assassinato pela traição

¹²² VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.65.

¹²³ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.142-143.

proferida de recuar ou dar informações. Não foi o caso da VPR, pois não temos referência de nenhum justicamento que tenha ocorrido na organização.

Para evitar que informações fossem dadas em caso de prisão, os militantes também elaboraram algumas medidas sobre o que deveria ser feito em situações como essa.

REGRA Nº 1| I QUANTO MAIOR NÚMERO DE HORAS AGUENTAR, MAIS TEMPO OS COMPANHEIROS TERÃO PARA SABER QUE VOCÊ FOI PRESA E ASSIM NÃO IRÃO AOS PONTOS DE ENCONTRO.

Esta foi a única orientação que funcionou, embora levasse você a apanhar mais. (p.75)

REGRA Nº 2| NÃO FALAR. SE VOCE NÃO FALA, NÃO CAI NINGUÉM, ENTÃO NINGUÉM FALA DE VOCÊ. VOCÊ VAI SOFRER UM POUQUINHO, MAS DEPOIS AGUENTA.¹²⁴

Esses trechos são retirados do livro de Martha Vianna sobre a experiência de Maria do Carmo na militância. Embora criassem essas medidas, na prática nem sempre isso funcionou e muitos não conseguiram resistir. Afinal, como prever a reação de cada sujeito diante da violência? Não eram situações que poderiam ser experimentadas e depois elaboradas, portanto, os militantes tiveram que contar mais uma vez com a confiança de que ninguém entregaria informações. Esse parece ter sido um assunto polêmico dentro da organização, pois há alguns relatos que veremos adiante sobre a ideia de que o militante “verdadeiro” aguenta qualquer tortura, e de que não existia espaço no grupo para questionar isso.

Tendo em vista o que analisamos, sobre as expectativas e a criação de regras que deveriam garantir o silêncio de militantes em situações de quedas e de torturas, e visualizando que na prática isso nem sempre ocorreu, uma das ações que os grupos passaram a realizar foram os sequestros de figuras políticas.

Naquela época, além das metas políticas e militares, havia uma prioridade: soltar os militantes presos. Isso tinha dois significados: recuperar os quadros, gente já testada, e também servir de estímulo para as pessoas não falarem, por mais violenta que fosse a tortura, na esperança da libertação.

Era o que pensávamos, sem saber que a tortura não segura ninguém, a pessoa pode arrebentar em meia hora, duas horas, vinte dias. Na teoria, era uma coisa. Na prática, é bem diferente...

¹²⁴ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.76.

Além disso, o sequestro era visto também como um instrumento para libertar lideranças de outras organizações. As pessoas desses grupos deveriam indicar quem sair, e as diversas organizações agiriam como uma frente política. O sequestro poderia ter ainda outro objetivo: libertar vítimas inocentes, como crianças ou velhos, envolvidos indiretamente em situações que levaram à prisão. Havia finalmente a questão internacional: o sequestro serviria para denunciar ao mundo o que estava acontecendo no Brasil. Era o primeiro semestre de 1970. Começavam a circular rumores sobre o acordo nuclear com a Alemanha. A VPR iniciou um levantamento sério para a próxima grande ação: o sequestro do embaixador alemão.¹²⁵

A prática dos sequestros foi uma discussão polêmica dentro e fora da organização, haja visto a dimensão nacional e internacional que uma ação como essa alcançava. Se, por um lado, você atingia o objetivo, porque de fato muitos militantes foram libertos dessa maneira, por outro, dividia opiniões entre os militantes sobre como esse ato seria visto pela classe trabalhadora, já que nesses casos a imprensa enfatizava ainda mais a imagem dos membros da organização como “terroristas”.

Um exemplo dos conflitos a respeito dessa ação ocorreu no sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher.

O sequestro do embaixador, Giovanni Enrico Bucher, foi organizado pela VPR e ocorreu no dia 7/12/1970, no Rio de Janeiro, só tendo desfecho 40 dias depois, em 13/1/1971, quando o embaixador foi libertado com vida e saúde. [...] Foi o caso com maior duração, o que nos mostra que as dificuldades nas negociações aumentavam e corria o risco também de ter maior impacto político. Foram 40 dias de cativo, 70 presos trocados, e o fim dos sequestros dali pra frente.¹²⁶

Os conflitos se deram em decorrência da dificuldade de negociações com o governo que não aceitou as exigências dos militantes e demorava para retornar o contato, provocando assim um desgaste na ação. Nesse sentido, os/as militantes que ainda estavam na VPR eram favoráveis à execução do embaixador, como forma de mostrar que iriam até o fim nas negociações. No entanto, não foi essa a decisão final.

Quando o governo se recusou a aceitar nomes na negociação, a VPR, após dar ultimato ao governo chegou a realizar uma votação na qual se decidira pela execução do Embaixador. No relato de Alfredo Sirkis, “tinha uns vinte a favor da execução. Só eu e o José Roberto Rezende, que não estava no aparelho, fomos contrários”:

“O terceiro e mais importante voto pró-negociação era o do comandante em chefe. Após ler, um por um, os votos por escrito, expôs sua posição: era contra a execução, mas queria construir uma maioria. Os demais

¹²⁵ Idem, p.68.

¹²⁶ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.205.

mantiveram suas posições. No dia seguinte, Inês Etienne Romeu, dirigente da organização, chegou de São Paulo e também aderiu a Lamarca. Que recorreu ao poder de veto que lhe dava o estatuto da VPR e derrubou a decisão da maioria da assembleia.”

Na avaliação de Sirkis, que participou do sequestro, a decisão contrária impediria a luta armada de ter qualquer imagem positiva junto à opinião pública. Além disso, está claro que salvou a vida dos 70 militantes, além de não colocar a perder todo o esforço dispendido no sequestro.¹²⁷

Essa posição foi pautada na justificativa de que assassinar o embaixador, não seria visto pelos trabalhadores/as como uma ação da revolução, mas possivelmente como um ato terrorista, isto é, da mesma forma como seriam construídas as notícias, caso seguissem o padrão de matérias sobre outras ações. Portanto, está colocada as dificuldades entre realizar ações revolucionárias que consideravam justas e do interesse da classe, mas saber que provavelmente não seriam interpretados dessa forma.

Nos anos anteriores ao desse sequestro, outros foram realizados, com seus resultados positivos, mas também com conflitos. A partir de cada ação dessa maneira, a repressão sentia ainda mais ódio dos/das militantes e conseguia intensificar o seu combate. No sequestro do suíço eles já conheciam algumas táticas dos militantes e estavam preparados para resistir às exigências.¹²⁸

Outra ação que evidencia as dificuldades entre a necessidade de realizar a tarefa e o diálogo com os trabalhadores, eram as expropriações. Esse tipo de ação era crucial porque os grupos precisavam de armas, munições, mas principalmente para manter as despesas como aluguel e alimentação, nos “aparelhos”. Maria do Carmo Brito fala sobre isso,

Começamos então a raciocinar sobre a necessidade de fazer grandes ações financeiras, para sair daquele banco nosso de cada dia. Achávamos bobagem ficar pegando arma, carro, e pensávamos que todo o esforço deveria ser dirigido a grandes ações. Aí poderíamos comprar carros, estabelecer fachadas legais para as pessoas, que permitissem inclusive que algumas delas voltassem a se relacionar com a profissão. Mas aí apareceram novamente as eternas discussões sobre a luta armada. E ressurgiu aquele fantasma que me perseguia sempre: a luta armada em si tinha uma qualidade mágica, era como a história de trazer o partido – a hóstia consagrada – no coração.¹²⁹

¹²⁷ Idem, p.210.

¹²⁸ Em seu livro, Carla Silva dedica um capítulo apenas para tratar desse assunto e de todos os sequestros realizados. Ver cap XI, p.191.

¹²⁹ BRITO, Maria do Carmo apud VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.50.

Isso se dava, em certa medida, porque a ideia de que o militante deveria doar uma quantia para manter a organização, não se sustentou e foi motivo de muitos conflitos, como conta Renata à Judith Patarra.

Uma vez, houve uma discussão em torno do dinheiro que a gente dava para a Polop, a gente tinha que dar uma contribuição uma vez por mês. E ela alegou que não tinha. Mas na mesma reunião, esqueceu que tinha dito isso e mostrou umas pulseiras que tinha comprado (Renata ri muito). Aí fiz duras críticas ao comportamento dela (ri mais): ‘Então, como é que comprou as pulseiras?’. Ela tinha roupas bonitas. Era uma coisa contraditória porque a gente era bem jovem ainda, dependendo da família em muitos casos. Era uma coisa complicada.¹³⁰

“Ela” a quem se refere era Iara Iavelberg. Como veremos, Iara sempre foi retratada como uma mulher muito vaidosa, que não renunciava em estar bem arrumada, mesmo naquelas condições. Então, para ela, era desagradável a disciplina de reservar uma parte do dinheiro que ganhava como professora na USP e destinar à militância. Em diálogo com Lúcia Sarapu, isso fica evidente.

- Eu sei que não posso gastar dinheiro. É um atentado contra a revolução brasileira – lamuriava, gesto zombeteiro de braços.

Depositavam os salários numa caixinha. Não raro surripiava algum e adquiria acessórios: meias, charpe.

- Pronto, tá você de roupa nova. Quem te emprestou?

- Hoje esbanjei feito louca. Comprei duas fatias de presunto! É alimento para a cuca. Se ficamos muito carente dessas coisas, diminui a qualidade da militância. Pode escrever.

- Tá escrito – Lucia achava ótimo.¹³¹

Esse trecho indica a dificuldade de viver naquelas condições precárias da clandestinidade, já que provavelmente era desconfortável que os companheiros e companheiras quisessem “intrometer-se” no uso de seu dinheiro. Reparando no que você comprava ou não. No entanto, em dado momento eles acreditaram que essa era uma condição que viabilizaria a luta.

Evidentemente que isso não se sustentou porque como Renata mesmo diz, em muitos casos ainda dependiam da família. Portanto, o dinheiro não seria suficiente às demandas. Nesse sentido, “mais e mais tínhamos que fazer assaltos a bancos. Porque o

¹³⁰ Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

¹³¹ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.244.

dinheiro que se conseguia era, todo ele, para manter essas pessoas, que de repente poderiam ser presas e, depois de presas, mortas.”¹³²

À vista disso, mesmo que as ações de expropriações gerassem divergências de opiniões entre os militantes, elas foram consideradas necessárias por algum tempo. Além de expropriações e sequestros, as ações realizadas pelas organizações foram diversas, veremos, inclusive, como isso foi praticado por cada mulher em tópico específico. Desde organizar reuniões, levantar áreas, treinar tiros, produzir documentos e fazer contatos, leituras e debates teóricos, até ser “fachada” de aparelhos. Tudo isso estava presente no cotidiano daqueles sujeitos e as ações mudavam de acordo com diferentes análises da realidade e novas necessidades. Cabe então, para finalizar esse assunto, dialogarmos sobre como essas diferentes tarefas eram distribuídas.

Maria Badan Ribeiro nos ajuda a entender um elemento importante sobre esse tema.

Embora a ação armada fosse o elemento final numa “guerra de guerrilhas”, não era apenas ela que determinava o valor de um quadro. Houve um silenciamento sobre a história deste período provocado pelas próprias protagonistas que não raro, assumem posturas desvalorativas ao considerar seu apoio à causa como linha auxiliar menor no jogo de forças da época. Reafirmando a multiplicidade da luta e reivindicando sua importância, Flávia Schilling escreveu, “outra coisa que eu queria dizer (e já briguei com meio mundo por isso) é que não existem formas mais ou menos importantes de militância, todas são importantes, todas são grãos de areia, todas servem”. [...] Pois, uma parte da contribuição à luta contra a ditadura civil-militar foi justamente a realização, dia após dia, de uma quantidade incalculável de tarefas que em geral a historiografia tradicional não levou em consideração. Nossa tentativa foi a de mostrar como essas atividades cotidianas revestiram-se de novo sentido para essas mulheres ao mesmo tempo em que sua atividade, por mínima que fosse, representou enormes riscos.¹³³

Esse é um assunto complexo. Primeiro, é importante dizer que concordamos com essa síntese feita por Maria Badan e Flávia Schilling, de que todas as tarefas realizadas em uma organização são importantes, e para nós é difícil qualificar o que era de maior ou menor relevância, como apontamos no capítulo 1 do trabalho ao dialogar com algumas pesquisas sobre o tema.

¹³² BRITO, Maria do Carmo apud VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.49.

¹³³ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.41-42.

Poderíamos dizer que os/as militantes que pegaram literalmente em armas e fizeram ações de expropriações de carros, em bancos ou quartéis, são os sujeitos relevantes da luta armada. No entanto, como não considerar que uma ação direta só era possível porque antes uma ou um militante havia investigado o local de expropriação, dirigido o carro que levava os companheiros que desceriam para fazer a ação, e “resguardado”, isto é, residido no local que abrigava os armamentos e as pessoas procuradas? Os sujeitos que cumpriram esse tipo de tarefa, não estavam literalmente fazendo ação armada, mas as suas vidas estavam em risco tanto quanto quem o fez. E quem o fez só conseguiu porque antes uma militante cumpriu a tarefa “indireta”, geralmente considerada como de menor relevância.

A pesquisa feita por Maria Badan trata de outros sujeitos e de outra organização, a ALN, que não abordamos na pesquisa, mas ainda assim os elementos que ela traz sobre a divisão de tarefas nessa organização também nos ajudam a entender as delegações de funções às nossas mulheres.

Enquanto Tereza Poggi e Vilma Ary permaneceram atuando de maneira mais independente, Antonieta Campos da Paz, antigo quadro do Partido Comunista, membro da Liga Feminina da Guanabara e militante da coordenação da ALN no Rio de Janeiro, também participou da ALN como um quadro de apoio, apesar de ser direção da ALN. Seu exemplo é paradigmático do tipo de configuração da organização, na medida em que demonstra que a hierarquia na organização, se ela existiu, não esteve ligada a uma “hierarquia essencialmente funcional”. Um quadro experiente politicamente poderia atuar como apoio se assim o desejasse ou se houvesse alguns outros impedimentos de ordem prática. A ascensão na organização – baseada no desempenho de tarefas das mais simples às mais complexas – não se constituía essencialmente, numa situação definidora de comando na organização. Certamente os jovens universitários que se integraram à ALN realizaram mais ações armadas do que seus dirigentes. Mesmo porque o setor armado numa guerrilha é geralmente ocupado por jovens. Aos dirigentes cabem invariavelmente tarefas ligadas à condução da luta e à definição de estratégias. O perfil de cada militante e o tipo de disposição que tinha foram mais decisivos na luta e na distribuição de tarefas, do que elementos como idade, classe, gênero, situação política (partido comunista, movimento estudantil, movimento católico, movimento cultural). Encontramos nessa ideia uma das características inovadoras na organização, que pode ter contribuído para atrair mulheres à ALN, tanto na vanguarda como na retaguarda, prescindindo de um centralismo democrático, e atuando de forma horizontal.¹³⁴

¹³⁴ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.255.

Arriscamos dizer que a demarcação de tarefas e de quais sujeitos poderiam/deveriam realizá-las, pautadas nas questões de gênero, classe, idade, ou outras subjetividades, aconteceu apenas nos momentos iniciais das organizações, quando a ideia de revolução ainda não tinha sido tão confrontada com a realidade da repressão. Depois que a violência se intensificou e resultou em prisões em massas, assassinatos e desaparecimentos de muitos militantes, quem “restou” na luta deveria fazer tudo o que fosse necessário para restituí-la. Essa é uma hipótese que poderá – ou não – ser confirmada com as próximas pesquisas sobre o tema.

[...] você começa dando apoio, mas depois você pensa que tem muita gente, não tem quase ninguém, e você então tem que fazer tudo. Então você é motorista, você vai buscar não sei quem, trazer não sei quem, você vai fazendo várias coisas. Pode ser que outras pessoas, outras mulheres, tenham feito só isso, mas os que eu conheci, acabávamos fazendo tudo porque faltava gente, tinha muita gente fazendo treinamento em Cuba. Ninguém escolhia nada, as coisas iam acontecendo.¹³⁵

Falsificou carteiras de identidade, revisava os textos dos jornais distribuídos pela organização e chegou a realizar um curso de auxiliar de enfermagem quando em trânsito por Mato Grosso, fugindo da repressão em São Paulo. Como disse, as tarefas sobravam para ela fazer. Tânia teve diversas funções. Segundo ela, tentava-se compartimentar a organização por uma questão de segurança, mas havia falta de pessoas para realizar algumas tarefas. Os militantes da ALN acabaram, em sua opinião, atuando muitas vezes de maneira híbrida. Ela, por exemplo, desenvolveu várias tarefas no setor de massas, informação, armado etc. [...].¹³⁶

Esses são exemplos das mulheres que Maria Badan investigou a participação, mas Renata também avaliou a questão no mesmo sentido. Em entrevista que concedeu a nós, ao ser questionada sobre a divisão de tarefas e principalmente como as mulheres se encarregavam das funções, ela diz que

Na minha época não teve mulher nenhuma no comando. Eram próximas do comando, mas não era comando. Mas o que aconteceu depois, eu não sei porque... havia uma carência tão grande de militantes porque todo mundo era preso, eu não sei realmente se essas moças e esses rapazes que ascenderam depois nas direções, se eles foram por mérito ou porque... ou porque não tinha jeito. Eu não sei.¹³⁷

¹³⁵ ZAMIKOWSKI, 2010 apud Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.277.

¹³⁶ MENDES, 2010 apud Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.285.

¹³⁷ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

Continuaremos esse assunto no tópico dedicado ao estudo das ações realizadas por elas. Apenas consideramos importante introduzir essa discussão ao falar sobre a estrutura dos grupos para mostrar como eles se organizavam. Apesar disso, é importante dizer que escutar os relatos de que em determinado momento as pessoas começaram a realizar tarefas que não estavam preparadas ou que não se dispuseram a fazer porque não existiam mais militantes à disposição, não pode significar afirmar que o gênero nunca esteve demarcado na luta.

Nem os estudos apresentados aqui, nem as fontes permitem dizer isso. Podemos até, em situação hipotética, imaginar: E se não tivesse ocorrido quedas de tantos sujeitos, as tarefas ainda assim seriam atribuídas a todas as pessoas? De qualquer modo, isso é uma situação hipotética. A realidade mostra que algumas mulheres vão sim afirmar sobre as desigualdades de gênero naquele momento. Sonia Lafoz é uma delas,

As próprias organizações questionavam a participação da mulher em determinadas atividades. Você podia ficar numa base universitária, até operária, de infra-estrutura, mas pegar em armas não. Foi duro ganhar esse espaço. Não com o Fernando, que não tinha esse problema. Ele era militante mesmo – achava até que eu era muito pequeno-burguesa. O aparelho, por exemplo. Eu queria fazer daquilo uma casa, um lar. Vivia arrumando, deixando bonitinho. Em relação a participar das ações ele nunca criou problema, até incentivava. A Lola (Aurora Furtado), militante mais antiga, já tinha esse problema. O José Arantes, companheiro dela, não queria que ela se expusesse tanto. Às vezes ela reclamava disso.¹³⁸

O relato de Sonia demonstra que não sentiu a desqualificação apenas por ser mulher, mas esta veio acompanhada de “ele achava que eu era muito pequeno-burguesa”. Não há outros indícios que permitam pensar por que o companheiro achou isso, inclusive em outros depoimentos Sonia já disse que não tinha uma boa condição social, elemento que pensamos talvez “justificar” a atribuição desse termo pelo companheiro.

Portanto, sim, a desqualificação de gênero existiu na militância e pretendemos mostrar isso em todos os casos que aparecerem neste trabalho, mas não iremos desconsiderar quando as fontes mostrarem que essa divisão de tarefas ocorreu também por outros fatores.

Embora muitos trabalhos destaquem nos grupos armados uma distinção de sexo latente na distribuição de tarefas e no desenrolar da luta diária, verificamos que tais visões também reproduzem um ponto de vista masculino, quando ganham maior destaque as operações de natureza

¹³⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.386.

militar em que mulheres estiveram envolvidas. Grande parte das entrevistas partilhavam os mesmos direitos, as mesmas responsabilidades e os mesmos riscos dos homens e as atividades geralmente eram distribuídas na organização em função das aptidões de cada uma e não em função do sexo e/ou questões de gênero.¹³⁹

Tentaremos verificar também em que medida isso de fato aconteceu, pois não se tem a pretensão de negar que algumas ações específicas somente mulheres fizeram. Por ex, todos os relatos que conhecemos que se referem ao trabalho de enfermagem, foram feitos por mulheres. No treinamento do Vale do Ribeira, em 1970, Iara foi preparada para realizar essa tarefa. Em alguns congressos, atitudes cotidianas como fazer um café, também foram realizadas mais por mulheres, talvez apenas por elas, do que por homens.

Mas, no mesmo treinamento do Ribeira, por exemplo, não só a Tercina Dias confeccionou as fardas e botas dos militantes, mas também o militante José Lavecchia. Nesse caso, essa divisão se deu porque antes da militância ela já trabalhava como costureira e ele como sapateiro, eram saberes que possuíam e que serviam à luta.

Por isso insistimos que o tema é mais complexo do que dizer que tudo foi uma demarcação apenas de gênero, de classe ou de qualquer outra questão. Esses elementos estavam juntos, eles existiram e impactaram na luta tanto quanto a organização repressiva do Estado que exigiu dos militantes uma articulação, normas e definições que ao menos lhes preservassem a vida, e de acordo com o que conseguiam fazer naquele momento.

2.1 DISCUSSÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE REVOLUÇÃO

No capítulo I, vimos que os grupos de resistência armada se constituíram com o objetivo de enfrentar a ditadura e de construir a revolução que possibilitaria uma nova forma de organização social que não fosse como o capitalismo vigente. Apesar de possuírem o mesmo objetivo, as organizações não concordavam unanimemente com as formas de fazer a luta. As posições sociais de cada um e o contexto mundial da época influenciavam nas disputas sobre os modos de organizar a resistência armada.

As principais referências dos militantes eram a experiência da Revolução Cubana de 1959 e as teorizações de Che Guevara em “La guerra de guerrillas”¹⁴⁰ a respeito da

¹³⁹ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.427-428.

¹⁴⁰ GUEVARA, Che. **La guerra de guerrillas**. 1960.

criação do Exército Popular, e a experiência da Revolução Russa em 1917 com as teorizações de Lênin sobre a criação do partido de vanguarda, o trabalho junto com “as massas” e as ações de propaganda armada. Há alguns indícios sobre referências à experiência de Mao Tsé Tung na China, e de outras revoluções e movimentos sociais em diferentes continentes, mas que não conseguiremos abordar com a atenção necessária.

Basicamente, as posições polarizavam-se quanto à necessidade ou não da estruturação de um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução, partindo da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades. Dentre os defensores do partido de vanguarda na condução da guerrilha estavam o PCBR, a ALA, o PRT e o POC. Na perspectiva desses grupos, com diferentes nuances, caberia ao Partido coordenar a guerrilha rural com a luta armada urbana e também com as ações das massas nas cidades e no campo, dirigindo o conjunto do processo revolucionário.¹⁴¹

Vários agrupamentos não prescreviam a necessidade do partido para deflagrar a guerrilha e fazer a revolução, dentre outros, ALN, VPR, MNR e COLINA. Isso não significa que eles não vissem a emergência do partido numa segunda fase - o que aconteceu na Revolução Cubana, que só constituiu um Partido Comunista depois da tomada do poder.¹⁴²

As inspirações dos militantes naqueles anos provocavam discussões que podemos entender como as disputas entre aqueles que queriam literalmente fazer a luta armada e realizar ações de violência revolucionária, e aqueles que visualizavam a necessidade de uma articulação com a classe trabalhadora e prática de ações que não se restringissem à violência, mas que também permitisse o desenvolvimento da consciência de classe nos operários. Ou, como disse Marcelo Ridenti,

Por certo, um dos fatores fracionadores das esquerdas em armas relacionava-se à concepção do tipo de organização que deveria conduzir a revolução: um partido "leninista" tradicional ou uma organização militarizada como a da guerrilha cubana. Contudo, havia pelo menos um traço marcante comum às posições divergentes: a visão de que as organizações, independentemente das formas pelas quais estariam estruturadas, seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução. No fundo, o centro das discussões estava no papel da suposta vanguarda, e não no movimento contraditório da sociedade de classes.¹⁴³

Em algumas organizações, como a VPR, que tem a sua formação por ex-militares, mas que já em seu início também conta com a presença de estudantes, se deu um intenso debate e disputa sobre as ações serem mais “militaristas” ou “massistas”, como afirmou a historiadora Carla Silva em “A Revolução da VPR”,

¹⁴¹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.39.

¹⁴² Idem, p.40.

¹⁴³ Idem, p.43.

Há um debate que colocou o problema como sendo a relação entre “militaristas x massistas”. Ou seja, supondo que há um grupo de ex-militares na VPR que todos têm uma mesma posição, e que imporiam uma posição de vanguarda contra aqueles que seriam os defensores de ações de massa, que seriam os “intelectuais”.¹⁴⁴

Além disso, a militante Renata Ferraz acompanhou o processo de formação da VPR, e nos conta como esse debate ocorreu.

Havia então uma diferença grande. Eram dois grupos um tanto quanto opostos. Esse pessoal do MNR, eles tinham mais experiências de lutas, inclusive sindicais, é... movimentos assim... aquele movimento dos Marinheiros, movimentos dos sargentos. Aquelas coisas que aconteceram em 64, ou naquela época. Mas apesar disso, eles eram o que nós chamávamos de militaristas, eles não tinham muito apreço pela teoria, nem pela análise da circunstância, das situações que a gente tava vivendo... se havia possibilidade de fazer aquilo que a gente tava pretendendo fazer...¹⁴⁵

A militante utiliza o pronome “nós” porque ela mesma estava em uma posição de luta contrária à dos “militaristas”.

A Fundação foi isso. Então foi a junção desses dois grupos, eles um pouco... e eu acabei, embora sendo da Polop de origem, eu acabei mais ligada a esse pessoal que era do MNR porque fiquei muito próxima da Dulce e muito próxima de alguns desses militantes, tipo Otacílio que era um cearense, é... tipo.... enfim.... Onofre mesmo, eu frequentava a casa dele, ficava muito próxima. A gente tinha umas divergências, mas no dia a dia, no trabalho do dia a dia eu era mais próxima deles do que do pessoal da Polop, que tinha sido da Polop né. E eles realmente tinham uma visão mais imediatista das coisas e isso tudo culminou naquela saída caótica do Lamarca, do quartel. Naquela coisa.¹⁴⁶

Sobre a “saída caótica do Lamarca, do quartel” falaremos no próximo tópico. Nesse momento chamamos atenção ao fato de que, a narradora nos conta que apesar de vir de uma organização que não tinha uma postura considerada “militarista”, ela se aproximou mais dos militantes que defendiam essa posição, do que de sua própria organização de origem, a Polop.

Unificado pela crítica sistemática ao PCB, nasceu desse meio cultural a Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico Política Operária (jornal e depois revista). Daí tornar-se conhecida pela sigla POLOP. [...] A ORM-POLOP realizou três congressos (em 1961, 1963 e 1964) antes do golpe militar e se difundiu no ambiente universitário com uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo. Mas ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa. A POLOP se especializou na

¹⁴⁴ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.53.

¹⁴⁵ DE ANDRADE, Renata. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

¹⁴⁶ Idem.

crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável.¹⁴⁷

A Polop é uma organização conhecida, sobretudo, por sua valorização de debates teóricos e isso fazer parte da sua tática de luta. Diferente da VPR, a Polop contou já em sua formação com um número maior de estudantes, daí a valorização da perspectiva mais teórica. As motivações de Renata para “romper” com essa organização explicam bem a questão entre os “militaristas” e os “massistas”.

Eu acho que a gente... o negócio começou mesmo para mim e para o pessoal da Polop, a ideia da luta armada, começou com a publicação de revolução na revolução do Debrey. Esse livro ele não tinha chegado, não chegou ao Brasil naquela época, mas o Estado de São Paulo por incrível que pareça, até um desses jornalistas aí que escreveu, não sei se foi Maklouf ou o Molico duvidou que isso tivesse acontecido. Mas eu tenho certeza de que isso aconteceu. O Estado de São Paulo publicou um excerto grande do livro, falando da luta armada em Cuba, como é que tinha sido. Isso mexeu muito com a cabeça da gente. Quando a gente está fazendo cisão, tem o partidão, tem cisão do partidão para cá, cisão do partidão para lá, a Polop mesmo é uma cisão. “mas e quando que a gente vai começar a luta armada? Não é para fazer? Então né... tem que ser, tem que começar.” E foi aí que começou, e foi nessa época também que Marighella começou a organizar seus comandos.¹⁴⁸

O fato mencionado por Renata, de que a ideia da luta armada foi cogitada a partir da leitura de “Revolução na Revolução” de Régis Debray, é uma perspectiva também presente na obra do militante Jacob Gorender. Segundo ele, “A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde a guerra de guerrilhas de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?* folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo.”¹⁴⁹ Adiante veremos o que significava a ideia defendida por Debray.

Como dissemos, essa divergência de posições entre os “militaristas” e os “massistas”, inspirados em diferentes teorias, é bem sintetizada por Carla Silva.

Os militantes que buscavam as organizações acreditavam que estavam fazendo uma revolução, e a máxima de Lenin de que “sem teoria revolucionária não há revolução” pairava em seus pensamentos. Já os fundadores da VPR tinham um assumido desprezo pela discussão teórica. Essa relação conflituosa se observa em incontáveis momentos de contatos diretos entre militantes, sejam os de origem militar, vistos como duros e insensíveis, seja os de origem estudantil, vistos como

¹⁴⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.42.

¹⁴⁸ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

¹⁴⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.90.

permeados de vícios pequeno-burgueses e fracos para a luta. A realidade, entretanto, se mostraria muito mais complexa que isso.¹⁵⁰

Esse debate se deu, como falamos, a partir das análises da experiência de Lênin e os operários na Rússia desde 1917. Para Lênin, aqui pautada na leitura de “O que fazer?”¹⁵¹, o trabalho teórico é indispensável ao operário que deseja construir a revolução.

Primeiro, era preciso ter o cuidado de retomar o trabalho teórico, que mal havia começado na época do marxismo legal e já recaía sobre os militantes ilegais; sem um trabalho desse tipo, não seria possível um crescimento eficaz do movimento. Segundo, era necessário avançar ativamente na luta contra a “crítica” legal, que corrompia profundamente os espíritos. Terceiro, era preciso avançar ativamente contra a dispersão e as vacilações no movimento prático, denunciando e refutando qualquer tentativa de rebaixar, consciente ou inconscientemente, o nosso programa e a nossa tática.¹⁵²

A citação de Friedrich Engels em “A guerra dos camponeses na Alemanha”, é lembrada por Lênin como forma de sustentar o argumento sobre a importância do trabalho teórico.

Em particular, os dirigentes deverão instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da antiga concepção de mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, exige ser tratado como uma ciência, isto é, ser estudado.¹⁵³

Lênin considerava que os estudos teóricos eram importantes, pois a teoria revolucionária seria capaz de instruir aqueles que criariam o Partido e estariam na vanguarda da revolução, que para ele, devido ao contexto daquele momento, começaria pelo proletariado russo e depois se estenderia por todo o mundo.

A história nos coloca hoje uma tarefa imediata, que é *a mais revolucionária* de todas as tarefas *imediatas* do proletariado de qualquer outro país. O cumprimento dessa tarefa, a destruição do baluarte mais poderoso, não só da reação europeia, mas também (agora já podemos dizer) da reação asiática, tornaria o proletariado russo a vanguarda do proletariado revolucionário internacional.¹⁵⁴

No capítulo 4 dessa obra, intitulado: “O caráter artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários”, no item “c) Organização de operários e organização de

¹⁵⁰ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.65-66.

¹⁵¹ LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?:** questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020. Revisão da tradução: Paula Vaz de Almeida.

¹⁵² Idem, p.35.

¹⁵³ Idem, p.42.

¹⁵⁴ Idem, p.43.

revolucionários”, Lênin discorre sobre a articulação de proletários e estudantes no processo para se tornarem revolucionários profissionais.

Mas aqui a conclusão é de que é necessário um comitê de revolucionários profissionais, tanto fazendo se será um estudante ou um operário que se desenvolverá como um revolucionário profissional. [...]. Unicamente com os estudantes levando aos operários os fragmentos de conhecimentos políticos que eles próprios tinham, os fragmentos de ideias socialistas que eles adquiriram (porque o principal alimento espiritual do estudante de nossos dias, o marxismo legal, não lhes pode oferecer mais do que as primeiras letras, mais do que fragmentos).¹⁵⁵

Lênin não desconsiderava a relevância de estudantes na luta pela revolução, apontando inclusive em que medida suas trajetórias poderiam contribuir nas discussões acerca da teoria revolucionária. Essas e outras ideias defendidas por Lênin, estavam no horizonte de muitos sujeitos que faziam parte dos grupos de resistência armada, sobretudo daqueles que chegaram aos grupos através dos movimentos estudantis das universidades.

Dessa forma, as organizações contaram com alguns militantes que podem ser considerados como “teóricos” que em toda sua prática enfatizarem a importância das leituras e discussões acerca de autores revolucionários que escreveram sobre suas experiências. Em nosso caso, Iara Iavelberg foi uma militante advinda da Polop, que atuou na VPR, Var-Palmares e no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Sobre a última organização, o pesquisador Thomas Herler aponta que existiram dois momentos de sua consolidação.

Este MR-8, o primeiro, teria iniciado suas ações ainda em 1964, na cidade de Niterói/RJ, sob o nome de Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), fundada pelos militantes Aluizio Palmar, Nielse Fernandes, Milton Gaia Leite, entre outros. Era um momento de forte crítica e debates acirrados no interior do PCB, tendo em vista o Golpe empresarial-militar que dava fim à frágil democracia instituída em 1946. Por conta disto, em vários estados brasileiros, comunistas, em geral mais jovens, recém-ingressos no ensino superior, constituíram dissidências que tinham como ponto comum a recusa aos paradigmas pecebistas. [...] Em 1969, começa a ocorrer a queda deste grupo no meio urbano carioca e curitibano e no meio rural paranaense, sendo o MR-8 completamente desmobilizado pela polícia política. A Marinha, que através do Cenimar realizou os processos destes presos, começa a realizar intensa propaganda em torno deste feito, que foi destaque de matérias de jornais e revistas neste momento. Contudo, neste mesmo ano, a Dissidência da Guanabara que, juntamente com a ALN, realiza o sequestro do embaixador Elbrick, numa tentativa de desmoralizar e confundir a repressão, que se vangloriava pela queda do MR-8, adota este nome, assinando-o no documento que estipulava as condições para

¹⁵⁵ Idem, p.137.

a libertação do embaixador. Assim surge o famoso MR-8 do meio urbano estudantil carioca, que perdura até os dias de hoje.¹⁵⁶

Portanto, há um momento de criação e um momento de reformulação do grupo após o desmantelamento devido à repressão. Iara participará já nos anos finais da luta armada, em 1971, do MR-8 que se articulava na Bahia, e que propunha o estabelecimento da guerrilha rural. No entanto, seus anos iniciais na militância são marcados pelas discussões teóricas e organizações de grupos de leitura que ela incentivava. “Às vezes a base propunha-se estudar marxismo em casa de Maria Lucia, na Lapa, com leitura coletiva e discussões; normalmente, ninguém lera as apostilas. Iara era das mais participantes.”¹⁵⁷

Em relato de Darcy Rodrigues à Patarra, fica claro como as discussões teóricas eram importantes para Iara, compondo a sua militância, sendo vista como alguém que tinha impressionante “nível cultural”, algo que “faltava” aos militantes considerados militaristas. “- Ela sempre nos impressionou pela sensibilidade e nível cultural. O pessoal de origem militar normalmente carecia de formação marxista e admirava muito quem vinha da POLOP – resume Darcy Rodrigues.”¹⁵⁸ Apesar de a fala de Darcy mostrar uma admiração por parte dos militaristas, nem todos visualizavam dessa forma. Há aqueles que acreditavam que travar essas discussões significava perder tempo na luta que deveria ser dedicada inteiramente para treinamentos de guerrilha e ações diretas.

Iara inspirou fortemente Carlos Lamarca, seu companheiro de militância e de vida durante alguns anos na organização, através do incentivo às leituras, e isso nem sempre foi bem-visto por outros militantes.

Digamos que o poder não passava exatamente pela hierarquia militar – assinala Daniel. – As cabeças políticas interferiam, criando ondas diferentes nos debates e decisões. É onde se evidenciava a influência de Iara sobre Lamarca, já ‘aberto’ porque ninguém ‘faz’ a cabeça de ninguém. Os outros, no entanto, suspeitavam que ela corrompia a pureza do líder. Impressionava-me a intolerância, inclusive de companheiros gentilíssimos. Vozes encrespavam-se ao refutá-la, violentas, quase ódio. De certa forma, Iara transformara-se em bode expiatório de frustrações, inclusive sexuais.¹⁵⁹

¹⁵⁶ HERLER, Thomas Joezer. **Formação e Trajetória do primeiro MR-8:** possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969). 2015. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015, p.17-18.

¹⁵⁷ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara:** reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.101.

¹⁵⁸ Idem, p.262.

¹⁵⁹ HERBET apud PATARRA, Judith Lieblich. **Iara:** reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.368.

Alguns militantes não aceitavam com agrado a ideia e possibilidade de travar uma luta de massas que incluíssem atos como panfletagens, elaboração de jornais e de outras questões que envolvessem práticas consideradas “teóricas”. Isso fica evidente na fala de Maria do Carmo também para Judith Patarra,

Um exemplo de aversão à teoria aconteceu quando levei documentos e dinheiro a um ex-sargento, dos últimos a morrer – narra Maria do Carmo. – Foi próximo ao DOPS e a rodoviária velha de São Paulo, num bar tipo manjedoura pública, porque fica todo mundo de pé ao redor do balcão. Entreguei o pacote. Acabamos de tomar o café, saímos e dali a pouco pergunto, assustada: ‘Cadê o dinheiro?’ Respondeu: ‘Os folhetos? Deixei lá.’ Voltamos correndo, apavorados. Recuperamos. Na cabeça dele, textos políticos abandonavam-se propositalmente.¹⁶⁰

Ela conta essa mesma situação, com alguns detalhes a mais, no livro de Martha Vianna.

Naquela época, boa parte do pessoal de origem militar (aqueles que achavam que a luta armada deveria ser reverenciada como a hóstia consagrada) já tinha sido presa ou deixado a organização. Mas alguns ainda permaneciam. Com um deles, Moisés (José Raimundo da Costa), Maria do Carmo tinha um encontro em São Paulo. Ia levando bastante dinheiro, suficiente para manter todo o pessoal de lá durante um bom período. O encontro foi perto da rodoviária, e foram ambos tomar café num bar. Maria do Carmo passou a encomenda, terminaram o café e saíram juntos de carro. Passado um tempo, o companheiro perguntou:

- Diga uma coisa, companheira: e o dinheiro?

- *Como assim? Eu já entreguei, foi a primeira coisa que fiz quando chegamos ao bar.*

O diálogo absurdo continuou:

- Mas aquilo eu deixei lá! Pensei que fossem aqueles folhetos que você vive trazendo!

Voltaram correndo e conseguiram recuperar o pacote, esquecido na parte de baixo do balcão do bar.

Isso mostra como era essa mentalidade militarista: Moisés esqueceu porque pensou que fossem folhetos; se fosse munição não teria esquecido. Este companheiro foi o último dirigente a ser assassinado por confiar no cabo Anselmo, um dos últimos militantes que acreditou nele.¹⁶¹

Nesses trechos fica evidente que havia certa desqualificação pelas atividades que fossem mais “de massas” do que armadas, de modo que, nesse caso, os militantes poderiam ser prejudicados caso não conseguissem recuperar o dinheiro que o companheiro não quis pegar por pensar que se tratava de folhetos.

¹⁶⁰ BRITO apud PATARRA, Judith Lieblch. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.338-339.

¹⁶¹ BRITO apud VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.63.

Como o jovem adolescente em algumas tribos primitivas tornava-se adulto ao matar sua primeira caça, na esquerda começou o mito de que a pessoa, ao pegar um revólver, se transformava em um militante mais puro. Chegou-se até a propor que cada um deveria conseguir sua própria arma. Essa visão mágica e abençoada da luta armada nasceu dos militantes de origem militar e influenciou muita gente.

A esquerda, como a Igreja com sua hóstia, jamais consegue – às vezes por pressão, como nesse tipo de situação – se livrar dessa bobagem irritante que impossibilita o raciocínio. Essa postura leva ao esprit de corps, porque passa a impedir o livre raciocínio, na medida em que vira um axioma: a arma em si eleva o espírito. Então você deixa de questionar porque senão estará indo contra o esprit de corps. Cada vez que se arranjam Grandes Verdades, elas o levam para o buraco, porque deixa de haver livre pensamento, já não há mais criatividade, o encontro de coisas novas.¹⁶²

Essa aversão marcada na posição de quem se identificava mais com a perspectiva “militarista”, era bastante inspirada na experiência de Che Guevara com a consolidação da revolução cubana, como afirma o historiador Carlos Barão, ressaltando essa influência nas organizações de esquerda latino-americanas.

Neste contexto destacaram-se a Revolução Cubana de 1959, a independência da Argélia, em 1962, e a Guerra do Vietnã. O sucesso destas lutas influenciou uma série de outros movimentos sociais da década e, a nossa ver, também o comportamento da esquerda brasileira em diversos setores, nos quais foram aos poucos crescendo as críticas ao modelo soviético de socialismo, que estaria caracterizado pela presença de uma burocracia poderosa e alienante e pela acomodação à ordem internacional.¹⁶³

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio “quintal”, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês. Neste caso, o sucesso revolucionário foi resultado das vitórias político-militares da guerrilha e do movimento (insurrecional) urbano dirigido pelo próprio Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26), o Partido Socialista Popular (PSB) e o Diretório Estudantil Revolucionário.¹⁶⁴

Para quem acreditava que a luta deveria se dar através dessa perspectiva, o horizonte era o de estabelecer a guerrilha rural, em áreas distantes dos centros urbanos

¹⁶² Idem, p.50.

¹⁶³ BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL**: volume i - o impacto das revoluções. 2. ed. Campinas - Sp: Editora Unicamp, 2003, p.262.

¹⁶⁴ Idem, p.263.

que facilitam o cerco da repressão, e em articulação com os camponeses locais. Essa posição era inspirada na experiência dos guerrilheiros cubanos e de Che Guevara, que em sua obra “La Guerra de Guerrillas” ressaltou os elementos que poderiam conduzir à revolução.

Consideramos que tres aportaciones fundamentales hizo la Revolución cubana a la mecánica de los movimientos revolucionarios en América, son ellas: (1) Las fuerzas populares pueden ganar una guerra contra el ejército. (2) No siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas. (3) En la América subdesarrollada el terreno de la lucha armada debe ser fundamentalmente el campo.¹⁶⁵

Guevara chamava atenção ao fato de que nem sempre devemos esperar as condições para a concretização da revolução, mas que os guerrilheiros revolucionários possuem a capacidade de criar ou estimular essas condições. No caso de sua experiência, o foco guerrilheiro, que se dá com o estabelecimento de um pequeno número de combatentes no campo, é o que impulsiona a revolução, pois mostra a capacidade de êxito que ela pode ter. Para ele,

el guerrillero ejercerá su acción en lugares agrestes y poco poblados, y en estos parajes, la lucha del pueblo por sus reivindicaciones se sitúa preferentemente y, hasta casi exclusivamente, en el plano del cambio de la composición social de la tenencia de la tierra, es decir, el guerrillero es, ante todo, un revolucionario agrario. Interpreta los deseos de la gran masa campesina de ser dueña de la tierra, dueña de sus medios de producción, de sus animales, de todo aquello que ha anhelado durante años, de lo que constituye su vida y constituirá también su cementerio.¹⁶⁶

No entanto, Che Guevara não desconsiderava a importância e necessidade das lutas nas cidades. Ele estabeleceu diferença entre o que seria um “Exército de Guerrilha” e um “Exército Regular”, sendo o primeiro essencial para a fase inicial da luta que culminou com a vitória da revolução.

Queda bien establecido que la guerra de guerrillas es una fase la guerra que no tiene de por sí oportunidades de lograr el triunfo, es además una de las fases primarias de la guerra y se irá desarrollando y desarrollando hasta que el Ejército Guerrillero, en su crecimiento constante, adquiera las características de un Ejército Regular. En ese momento estará listo para aplicar golpes definitivos al enemigo y acreditarse la victoria. El triunfo será siempre el producto de un Ejército Regular, aunque sus orígenes sean el de un Ejército Guerrillero.¹⁶⁷

¹⁶⁵ GUEVARA, Che. **La guerra de guerrillas**. 1960, p.4.

¹⁶⁶ Idem, p.5.

¹⁶⁷ Idem, p.6.

Diferente de Lênin, que compreendeu que a vanguarda da revolução seria o partido que representasse os interesses dos operários, devendo atuar nas cidades, a princípio por meio de um jornal, Guevara visualizava que a vanguarda deveria ser o exército guerrilheiro. Para ele, o exército fortaleceria as suas bases em áreas afastadas dos centros urbanos, junto dos camponeses, a quem o interesse em preservar a terra é questão central. Primeiro deveria criar-se as condições em áreas afastadas e só depois com o exército formado, alcançar as cidades. “Es importante destacar que la lucha guerrillera es una lucha de masas, es una lucha de pueblo: la guerrilla, como núcleo armado, es la vanguardia combatiente del mismo, su gran fuerza radica en la masa de la población.”¹⁶⁸

Ou, nas palavras de Jacob Gorender,

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria continental, impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, e diretamente socialista. A simpatia inicial de forças burguesas, como se deu em Cuba, constituía excepcionalidade irrepetível. Tampouco se repetiria outra excepcionalidade: certa leniência do imperialismo norte-americano, que se deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários da Sierra Maestra. Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor — as massas.¹⁶⁹

Portanto, notemos que as duas perspectivas não são extremamente opostas ou desconsideram totalmente as táticas uma da outra. A diferença consiste na necessidade ou não da criação de um partido para deflagrar a revolução e, podemos dizer, em uma “diferença de ordem”, isto é, *em qual local e de que forma* se organizariam inicialmente. Essas divergências de posições estavam atravessadas pelos diferentes contextos de cada análise e experiência, tanto continental, quanto de marco temporal.

Dessa forma, os militantes da esquerda armada refletiam sobre as teorias e experiências que os inspiravam, mas também avaliavam a própria realidade. Isso explica por que visualizamos, em diferentes relatos e documentos, ações nas cidades, quanto treinamentos em campos. Em dado momento, sobretudo com o aumento da repressão,

¹⁶⁸ Idem, p.5.

¹⁶⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.90.

os/as militantes rearticularam suas estratégias e optaram por tentar estabelecer a guerrilha, esta sim, eficaz para despertar os revolucionários, como afirmou Judith Patarra através da fala de “líderes da Polop”.

Panfletagens nas portas de fábrica não despertavam o proletariado, gigante adormecido. Agora genuínas ações de treino, abrangiam cuidadoso levantamento: horários, rotas de fuga, linhas de ônibus, companheiros motorizados em saídas estratégicas. Suspense e crescente ceticismo. Atentados, como aquele do aeroporto de Guararapes, que no Recife matou duas pessoas e feriu várias – Costa e Silva, o alvo, viajara de carro – só prosperariam na crista de movimentos de massa, competência à parte. Os militantes exaltavam-se: o foco guerrilheiro, empuxo para o salto qualitativo de operários e camponeses é o caminho. [...] - Nem sempre convém esperar todas as condições revolucionárias. O foco insurrecional pode cria-las – revidavam, citando o mesmo e obrigatório livro.¹⁷⁰

O trabalho de Carla Silva, já citado aqui, demonstra através dos arquivos analisados pela autora, em especial, um documento escrito por “Cid” codinome de Carlos Lamarca, intitulado “Caminhos da Guerrilha”, que os sujeitos sabiam que a opção pela “guerra de guerrilhas” exigiria tempo e preparação. Os treinamentos militares que aconteceram em áreas como o Vale do Ribeira, a Guerrilha do Araguaia, e a Guerrilha de Três Passos, são exemplos dessa tentativa e de como ir ao campo não era tarefa fácil e não resolvia todos os problemas. Segundo o documento, “Cid” afirma que

Deve-se compreender que o processo é longo; luta sangrenta, com todo o povo em armas (o que não se consegue de hoje para amanhã, em que pese as ansiedades). Não aceitamos (nem cremos viável) a guerra de curta duração, que tem como consequência a contrarrevolução e inumeráveis dificuldades para a construção do socialismo. A continuidade do povo em armas, depois da tomada de poder, possibilitará a revolução cultural, primeiro passo para a construção do socialismo.¹⁷¹

Além disso, a autora traz também um documento assinado por uma mulher através do codinome “Patrícia”, que também chama atenção para a necessidade de rearticular a luta com foco agora na construção da guerrilha rural. O documento intitulado “Considerações acerca da Guerra Revolucionária” diz que,

Através de nossos setores armados é que daremos solução aos movimentos urbanos e desenvolveremos a criação de outras forças armadas no meio do povo. Precisamos dar às nossas massas uma alternativa concreta de tomada de poder e não um palavreado oco.

¹⁷⁰ PATARRA, Judith Lieblch. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.132.

¹⁷¹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.53.

Temos que nos mostrar através de ações e de um programa político do qual elas tomem conhecimento.¹⁷²

Zenaide Machado, uma das mulheres que investigamos, também adotou a posição da necessidade da criação das guerrilhas, enquanto militava no MR-8.

aí eu entro na universidade em 67 e lá encontro uma fermentação política, um ambiente de muito debate né, o mundo era um mundo de muitos conflitos mas era um mundo que acenava com possibilidades de mudança né, se acreditava muito que um outro mundo era possível, que valia a pena lutar por isso tínhamos exemplos espalhados pelo mundo e a revolução Cubana já deixava seus frutos e nos trazia muita esperança e muitas leituras eram feitas a partir do que foi aquele processo de revolução das transformações naquele país, tinha China também né, Malcolm Schmidt né nós liamos muito aquilo né, tinha as discursões também que vinham do Vietnã no Norte né um povo pequeno lutando contra uma potência internacional né, com toda tecnologia o monopólio das armas né, da ciência e do saber e eles lá resistindo bravamente né aquela resistência heroica, então isso tudo foi compondo um ideário não é, e fazer o caminho para a luta armada foi um caminho de certa forma um caminho curto não é, então eu ingressei o primeiro a primeira organização era uma organização muito vinculada espelhava-se nas ações de Cuba que foi o MR8, o MR8 mas não o MR8 da Guanabara, o MR8 do antigo estado do Rio de Janeiro que era uma linda um pouco diferente depois teve um outro MR8 que surgiu mas muito mais ligado a uma ideia de que era algum, fundamental construir um partido político e o MR8 no qual eu fui militar era um muito debreista guevarista, muito inspirado na coisa Cubana, na experiência Cubana né, então, era a ideia de que ir contra o Estado de exceção da ditadura era necessário formar fazer guerrilhas, formar colunas moveis estratégicas e enfim, em vários pontos do país e foi por aí que eu comecei essa minha militância.¹⁷³

Porque logo depois começa a surgir essa discussão toda em torno do (ininteligível) soviético, as incidências vão se formando e muito fortes no estudantil. E aí em 67 eu já estava dentro de um grupo com um pensamento muito radical, com relação a como resistir à Ditadura e abraçando a um projeto socialista, um projeto comunista. E já era um agrupamento que tinha uma posição Debreista Guevarista, que era a coisa de fazer a guerrilha, a guerrilha rural, essa foi a minha primeira entrada na luta armada por um grupo de Niterói. [...] Sim, esse MR-8 se formou a partir de uma dissidência, que a principal liderança era o Apolônio de Carvalho, não é? E depois fomos tomando caminhos diferente e a gente que era mais estudantes, alguns operários e tudo, a gente já parte para uma influência mais da Revolução Cubana. E caindo aqueles textos na mão do Debret, do Guevara, Vietnã, Revolução na Revolução, enfim. E depois eu vou... Esse grupo todo foi... Uma parte foi presa e os sobreviventes vão tomando outros rumos, e depois eu fui militar na VPR, onde fui presa.¹⁷⁴

¹⁷² Idem, p.57.

¹⁷³ VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.4, [SIC].

¹⁷⁴ Idem, p.10, [SIC].

A posição “debreista” a qual Zenaide se refere, trata-se do já mencionado livro “revolução na revolução” de Régis Debray, que analisou as possibilidades de criação de focos revolucionários tendo a experiência de Cuba como inspiração. O autor nos explica que,

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra-ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva. Inserido na onda de exaltação da guerrilha rural, Debray não só afirmou que as cidades são o túmulo da revolução, como se permitiu ridicularizar os revolucionários urbanos — acomodados “burgueses” da esquerda. O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.¹⁷⁵

Sonia Lafoz também foi uma militante do MR-8, e assim como Zenaide visualizava a importância do estabelecimento das guerrilhas. Como dissemos, os/as militantes sempre mantiveram o debate sobre a guerrilha urbana e a guerrilha rural durante o desenrolar da luta armada.

Ficou uma briga feia, saímos da VPR, veio o Stuart conversar com a gente. Dissemos que iríamos para o MR-8 desde que imediatamente fossemos transferidos para a área estratégica. A gente teria condições, quadros com práticas de luta armada. Finalmente – era uma grande angústia minha, eu sempre tinha feito a luta armada urbana, tinha know how na guerrilha urbana, mas a minha perspectiva, e seria uma postura coincidente com a visão da revolução brasileira, era ir para o campo. Claro que era idealista, só tinha vivido na cidade, imagine o que eu imaginava do campo. O MR-8 nunca tinha tido prática armada, exceto o primeiro secreto. Quem dominava o know how, era ALN e VPR. MR-8 se mantinha até pela própria posição política mais em cima do movimento de base, clandestino, mas só isso. Quando veio esse grupo de seis com toda essa prática, eles precisando de dinheiro, eles propuseram ficarmos mais um ano no Rio, fazendo parte do grupo de fogo, que iria fazer ações para angariar fundos, treinaria o pessoal do MR-8 em ação armada, e aí iria para a área estratégica, que seria na Bahia e a gente não sabia. [...] No início a guerrilha iria para o campo, seria o foco. Depois a guerrilha urbana. Depois não consegue mais separar o foco da guerrilha rural da urbana. Já se precisava ter uma

¹⁷⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.91.

estrutura que fizessem as duas, mesmo não considerando a guerrilha urbana estratégica, então várias coisas mudaram a teoria. Estratégica era a guerrilha no campo, considerando que através do campo que ia se ampliar a consciência. Porque o campo era o elo mais próximo do capitalismo, desde a [incompreensível] até as próprias contradições de classe. O que era uma loucura, porque já tinha proletariado com força incrível, tanto que em 78 já se tem oposição sindical, nascimento do PT. De vanguarda. Metalúrgicos. E a gente só campo, campo.¹⁷⁶

Nessa fala de Sonia, notamos que a análise da realidade e a preocupação com o resultado das ações está constantemente sendo realizada. Os/as militantes avaliavam as condições e possibilidades do estabelecimento no campo, que era o principal anseio dos inspirados na revolução cubana, mas não deixavam de considerar que para isso ações urbanas eram necessárias. O debate teórico estava constantemente sendo feito enquanto as ações práticas também aconteciam.

Maria do Carmo Brito em entrevista à Martha Vianna, traz um exemplo de como se dava as discussões acerca dos caminhos para a revolução brasileira.

Tempo de ação, mas também de muitas teorias e discussões. Ladislav Dowbor, economista brilhante, que tinha vivido anos no exterior, foi um dos brasileiros que estavam fora e que voltou nessa época, com novas formas de analisar a situação. Ele tinha escrito uma tese que impressionou profundamente Maria do Carmo e todo o pessoal do Colina.

O fundamento econômico era errado – embora naquele momento não tivéssemos nos dado conta disto – mas a análise sociológica eu acho corretíssima até hoje. O erro era o mesmo que Marighella também cometia: o Brasil tinha recebido um derrame de dólares, estava começando o milagre econômico, mas como sabíamos que aquilo era uma falácia, partíamos do princípio de que o país tinha embarcado numa canoa furada. Mas só que não era isso o que as pessoas sentiam. Àquela altura, a população estava adorando o tal milagre, começando a comprar suas casas no Banco Nacional de Habitação, o milagroso BNH, progredindo, feliz da vida. E nós íamos perdendo os pontos de apoio. Foi o mesmo que ocorreu, na história recente, por exemplo, com o Plano Cruzado (e mais tarde com o Real). Sabemos que foi uma fraude, mas isso não impediu que fossem eleitos 22 governadores pelo PMDB. A análise sociológica dizia o seguinte: a sociedade capitalista moderna produziu, como nos Estados Unidos, os anticorpos da revolução proletária, na medida em que organizou os sindicatos como parte integrante do sistema, como elemento de propaganda desse sistema, e deu privilégio aos operários, condições objetivas de vida melhor, como instrução para os filhos, saúde, tudo isso. Tanto é que nenhum país desenvolvido tornou-se socialista. Quanto mais desenvolvido, menos socialista. Então, de acordo com essa teoria, a revolução só interessa à massa de deserdados, de marginalizados, e deixa de interessar ao operário industrial. Mas aonde estariam esses

¹⁷⁶ Entrevista de Sonia Lafoz à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

deserdados? [...] Os deserdados estavam – como ainda hoje – no campo e na periferia das cidades. As ações passaram então a ser dirigidas a essa parte da população.¹⁷⁷

Mais uma vez a análise que faziam de sua realidade, evidencia uma das justificativas para o estabelecimento da guerrilha rural, a de que a revolução interessaria à população do campo, pois eles, muito mais que o “operário industrial” eram os mais atingidos pela exploração do capitalismo.

De modo geral, as disputas entre estabelecer a guerrilha rural e ter isso como foco da organização, ou desenvolver trabalhos de massas para que a insurreição operária possa acontecer, podem ser entendidas como a sintetização feita por Zenaide,

Fazendo uma simplificação, tinham dois grandes eixos: Os que pensavam a revolução, o caminho para a revolução através de um Partido político. E os outros que pensavam que o caminho para a revolução era através da luta armada, que no bojo desse processo é que surgiria um Partido revolucionário. Essa questão parece uma questão só teórica, mas ela não era, ela era uma questão que resultava em caminhos do ponto de vista das escolhas táticas, muito distintos, bastante distintos.¹⁷⁸

Essas disputas podem ser ainda mais exemplificadas na análise de alguns momentos específicos, como, por exemplo, a realização de congressos e ações grandiosas feitas pelas organizações.

O momento e lugar de afinar as lutas e propostas, seguindo a tradição da esquerda, eram os congressos. Imagine-se as dificuldades para esse fim, algumas delas são narradas em livros de memórias. Os congressos são a prova de que a organização lutava contra o aventureirismo romântico, buscando uma linha de ação que correspondesse ao momento. Os debates buscavam se alinhar a uma linha revolucionária mais ampla, o que não afastava conflitos de todo tipo.¹⁷⁹

Os trechos abaixo correspondem à entrevista que Maria do Carmo Brito e Mário Japa concederam aos pesquisadores Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (militante da luta armada), em 27 de janeiro de 1986, no Rio de Janeiro, e elucidam as discussões entre os militantes sobre o caráter da revolução, e principalmente os conflitos que existiam.

MC- Mas é irrelevante quem definiu a data porque na verdade o Espinosa inclusive na parada, ficou com o pessoal da VAR, entendeu?

¹⁷⁷ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.51.

¹⁷⁸ VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.16-17.

¹⁷⁹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.75.

E ele era de SP, a questão não era essa, é que nas reuniões de Mongaguá, foram ficando claro as divergências, mas de fato na reunião, nas reuniões de SP anteriores 3 meses ao congresso, o Espinosa era um dos caras que lutavam pela fusão, porque nós queríamos a fusão, quem não queria a fusão era o pessoal que posteriormente ficou na VAR, que não queria de jeito nenhum, porque era os militantes de SP que era a pequena burguesia que era sargento que não tinha nada a ver porque é revolução proletária, era insurreição, você já sabe o resto...

J – Foquistas.

MC – Que eram os foquistas contra a turma da classe operária etc. Era essa a divergência. E o Espinosa, inclusive, mudou de posição e depois ficou, [incompreensível] na crítica, tentando enxergar no meio desse processo porque nós fizemos uma direção provisória entre junho e setembro composta de 7 membros e os que ficaram pra organizar o congresso, foram os que posteriormente ficaram na VAR e nós tivemos ainda um problema grave entre junho e setembro que foi o problema do cofre, porque eles não queriam fazer o cofre porque não acreditavam no cofre, foi um inferno absoluto, a gente acabou fazendo o cofre contra ventos e marés, contra a opinião de todos e tinha dinheiro no cofre, era verdade o cofre, mas o cofre era um divisor de águas, porque se o cofre fosse verdade isso significava que você podia realmente partir pra ação política, e não mais pra ação de meios armados que era uma ação despolitizante, desgastante, só levava quedas, e não levava mais nada e o pessoal achava que tinha que partir pra...¹⁸⁰

As reuniões as quais refere-se, ocorridas em Mongaguá, resultariam no congresso que levaria a formação da VAR-Palmares a partir da ruptura de parte do Colina e parte da VPR. Segundo Carla Silva,

O “Congresso de Abril”, ocorrido em Mongaguá, consolidou a criação, contou “com cerca de 25 militantes, 20 deles delegados eleitos pelas células”. Segundo Chagas, nesse congresso “O termo foco foi substituído pela expressão ‘coluna móvel estratégica’, a qual seria a forma principal de luta, combinando-se com guerrilhas irregulares fora da área estratégica”. A direção ficava assim definida: Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Fernando Mesquita, Mario Japa e Claudio Souza Ribeiro. Tinha como objetivo “político imediato a retomada e o aprofundamento dos contatos com os COLINA de Minas e da Guanabara, com o intuito de cristalizar uma fusão para ampliar nacionalmente a luta revolucionária”, função essa que seria parcialmente cumprida por Iara Iavelberg. Ou seja, um outro congresso seria necessário para consolidar a fusão, convencendo as bases dos próprios grupos.¹⁸¹

Maria do Carmo refere-se a uma fusão desejada por ela e outros militantes da VPR, mas que não foi aceita por outros que acabariam integrando a VAR, porque se

¹⁸⁰ Entrevista com Maria do Carmo concedida à Marcelo Siqueira RIDneti (M) e à Daniel Aarão Reis (D) no dia 27 de janeiro de 1986 no Rio de Janeiro. Tivemos acesso a essa entrevista por meio dos documentos no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

¹⁸¹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.93.

opunham a fazer uma fusão com os “foquistas”. Aqui a divergência teórica está marcada como “os foquistas contra a turma da classe operária”.

Ademais, no depoimento ela ainda ressalta que não teve participação na organização desse congresso.

MC – Mas a gente não mexeu no congresso, ninguém trabalhou pra o congresso nenhum dos 5. nós fomos de tratar de outras coisas.

M- Não era tão importante até então fazer essa fusão, o importante era a luta armada?

MC – Para nós a fusão estava feita, o pessoal queria fazer o congresso igualzinho o partido da Nicarágua, virou o partido MP [incompreensível], virou partido porque tem que ter os formalismos em todas convenções leninistas, só falta ter jornal na clandestinidade que é para organizar a classe operária direito, tá entendendo era igualzinho aquelas séries de coisas que a gente aprendeu nas quais você não se lembrava, você queria fazer luta armada, guerrilha, você queria usar o modelo cubano de ação, eram procedimentos leninistas ortodoxos, nós agora queríamos fazer congresso, fazer jornal [incompreensível] a vida cotidiana de celas [incompreensível] numa época que realmente...

J- A gente tinha questões de emergência, tinha que guardar uma porção de gente que era metido com os [incompreensível] da rua;

MC – Não era só isso, enquanto organizaram o congresso, a gente fazia as ações armadas que mantinham mais de 100 clandestinos que você tinha nessa altura porque com as prisões nós tínhamos 20 clandestinos no Rio, 40 em Minas e os mineiros tinham vindo pra cá e você tinha que mantê-los, alimentá-los, não era questão de você levar o congresso a sério, era que se você não fizesse as ações, o pessoal morria de fome, não tinha saída, e nós muito bobos assumimos a tarefa de manter a organização enquanto os outros faziam os documentos, as reuniões e os contatos

M – O Lamarca sempre esteve com vocês? Por outras versões o Lamarca no congresso teria decidido lá em Teresópolis o que teria optado por ficar com uma segunda VPR anteriormente não teria uma definição.

MC – Não tava entendendo, mas esse cara não teve a vida política que eu tive, ele não estava nem entendendo o que era aquilo, quando ele entendeu ele ficou com a segunda, ele não estava entendendo nada, para nós é fácil, pois a gente passou a vida inteira discutindo se é marxista, leninista, [incompreensível] de libertação, socialistas, pra ele não existia, pra ele, saiu do quartel, pra fazer luta armada, então quando se colocou a questão se é pra fazer isso ou aquilo pra ele estava claro, ele não entendeu nada nessa história toda, ele não entendeu por ser burro nem nada, eu não conheço a tua trajetória, a do Daniel eu sei mais ou menos, dá pra entender, ele não estava dentro disso.

J – Ele era a boa fé nessa coisa que foi até uma decepção danada.

MC – Quase morreu. Mas ele descobriu no congresso por um método muito complicado, lá pelas tantas, 3 pessoas que sabiam do local do congresso e não voltaram ao congresso, então nós tínhamos 30 pessoas na mão de 3 que não tinham voltado, então o congresso estava caído,

pelas regras da época, o congresso tinha caído você tinha 30 pessoas a qualquer momento, você atenta para pegar todo mundo, então você tinha que optar o que iria fazer os organizadores do congresso optaram por deixar na casa exposta o Lamarca, entre outros, eu só tô visando ele como ex.

M – E saíram os teóricos.

MC- Os teóricos ficaram nos hotéis em Teresópolis, onde ninguém sabia o endereço, mas isso pra ele foi vital, foi quando ele decidiu, ele disse, “eu acho correto eu ficar aqui porque esses merdas não tem capacidade militar e eu posso defender isso aqui e eles não, agora ao me deixar aqui...”

D – Eles saíram alegando o que?

J – Questão de segurança.

MC – Questão de segurança, ao me deixar

J – Foi a oportunidade que ele, estabeleceu [incompreensível]

MC – O Lamarca, o Juarez, eu, nós todos ficamos, saiu o Max, Espinosa, o Beto, ficaram nos hotéis de Teresópolis, decisão do [incompreensível] foi o [incompreensível] que fez a divisão.

J – Então o Lamarca dizia o seguinte: é muito bom eu ficar aqui porque eu posso defender militarmente isso, esses merdas não, agora me deixam aqui, sabendo que é aqui que vai cair é porque estes caras de luta armada não querem nem saber, este congresso rachou com esse incidente, claro porque ficava evidente que a prioridade das pessoas não era luta armada nenhuma.

D – Quando vocês cobravam deles esses lances, o que eles disseram?

MC – Não dava para cobrar esse lance, porque o congresso leninista tem regras e leis, então tinha uma direção no congresso, escolhida pelos 3 que trabalhavam, a gente não podia trabalhar para o congresso porque nós estávamos fazendo as ações para manter a organização, Daniel. Dá uma [incompreensível]

J – Teve gente que ficou dois meses trancado num apartamento escrevendo documento de propaganda.

MC – Exato, enquanto a gente ficava no banco nosso [incompreensível]

MC – A visão da gente era que não era para crescer, quer dizer se você vai criar exército, você não tem que necessariamente e nem deve no primeiro momento se preocupar com o partido, você pode ter um grupo menor e você cria segmentos do exército e esse sim pode ser mais amplos, as pessoas podem ser cristãs não precisam ser marxistas-leninistas e então a gente tinha uma política de não crescimento nesse sentido mas de uma articulação bastante estreita com aqueles grupos que fossem aproximando, tanto que, a gente então, nesse congresso, decidiu que organizava um núcleo menor de militantes e as unidades de combate não a nível partidário, né, orgânico, mas a nível de exército mesmo, elas estão, iam ter um caráter de relação mais frouxa e era por

aí o crescimento então não dá para te responder [em branco] porque não funcionava mais assim.¹⁸²

Consideramos algumas falas confusas, pois ao mesmo tempo em que está contando sobre o congresso de Mongaguá, relembra sobre reuniões que acontecerem antes no congresso de Teresópolis, e os acontecimentos se misturam. Isso é uma característica da memória e da história oral, que quando está sendo dita, não necessariamente estabelecerá uma cronologia dos fatos, pois enquanto são narrados é normal que um acontecimento se sobreponha ao outro, na medida em que se lembra ou se esquece de situações. Como nos ensinou Enzo Traverso,

A história supõe um olhar exterior sobre os acontecimentos do passado, enquanto a memória implica uma relação de interioridade com os factos relatados. A memória perpetua o passado no presente, enquanto a história fixa o passado numa ordem temporal fechada, acabada, organizada seguindo procedimentos racionais nos antípodas da sensibilidade subjectiva do vivido. A memória atravessa as épocas, enquanto a história as separa.¹⁸³

No entanto, gostaríamos de chamar atenção a alguns elementos que destacam novamente uma divergência teórica a respeito de como fazer a revolução. Maria do Carmo afirma que o congresso foi organizado com “procedimentos leninistas ortodoxos” e semelhante a organização de um partido, com sugestão de criação de jornais, enquanto o que eles - parte da VPR - desejavam era fazer guerrilha, “usar o modelo cubano de ação”.

Além disso, nos parece que Maria do Carmo não tinha necessariamente uma posição completamente definida apenas de uma perspectiva, pois como já vimos ela era crítica aos militantes que eram militares e à ideia de que a luta armada só se fazia com armas na mão, mas nesses trechos ela ressalta que enquanto estavam produzindo documentos e organizando congressos, ela e outros companheiros estavam fazendo as ações que garantiriam a sobrevivência dos militantes. Portanto, trata-se de alguém que não polarizou sua posição, mas realizou o que pensava ser necessário no momento.

Por fim, as falas deixam evidente as posições demarcadas entre as discussões sobre a revolução quando tratam do desejo de Lamarca por fazer a guerrilha, isto é, ele

¹⁸² Entrevista com Maria do Carmo concedida à Marcelo Siqueira RIdneti (M) e à Daniel Aarão Reis (D) no dia 27 de janeiro de 1986 no Rio de Janeiro. Tivemos acesso a essa entrevista por meio dos documentos no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

¹⁸³ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política.** Título original: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique.* Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop. Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012, p.33.

teria desertado do quartel com essa ambição e essa perspectiva de luta, portanto, “não estava entendendo nada o que era aquilo”, ou, em outras palavras, talvez não interessasse a ele como prioridade aquelas discussões, pois o que compreendia como luta armada eram as ações diretas.

Essa posição fica ainda mais delimitada quando, ao perceber que existia a possibilidade de o endereço do congresso ter sido descoberto, já que três militantes haviam saído e não retornado, Lamarca é “deixado” no local enquanto os militantes referenciados como os “teóricos” teriam se escondido em hotéis em Teresópolis. Para o capitão, isso mostrava que os “teóricos” não tinham a capacidade que a militância e a luta exigiam, como demonstra o depoimento de Mário Japa.

J – Então o Lamarca dizia o seguinte: é muito bom eu ficar aqui porque eu posso defender militarmente isso, esses merdas não, agora me deixam aqui, sabendo que é aqui que vai cair é porque estes caras de luta armada não querem nem saber, este congresso rachou com esse incidente, claro porque ficava evidente que a prioridade das pessoas não era luta armada nenhuma.¹⁸⁴

Outro acontecimento importante que aparece nos relatos de Maria do Carmo é com relação ao “roubo do cofre”, o qual ela se refere que teve resistência na decisão de “fazê-lo”. Essa seria uma ação que marcaria a experiência dos grupos de luta armada em vários sentidos, sobretudo pelo fato de que, naquele momento, demonstrava a eles uma capacidade de poder que possuíam a partir de um grande ato, e principalmente porque com o dinheiro poderiam diminuir as ações de expropriações que precisavam realizar para manter os custos que a luta implicava.

A maior ação de expropriação realizada por um grupo de resistência - o assalto ao Cofre do Ademar - seria realizada justamente pela VAR-Palmares. Dia 18/7/1969 a grande ação foi realizada, conseguindo arrecadar em torno de US\$2,5 milhões de dólares. Tinha o objetivo ainda de divulgar documentos que ajudassem a denunciar corrupção, mas esse objetivo não foi atingido, pois não havia tais documentos naquele cofre”. Dentre os participantes da ação estavam Sonia Lafoz, Wellington Moreira Diniz, Juarez Guimarães de Brito, José Araújo Nóbrega, Carlos Minc, Darcy Rodrigues, Renata Guerra, José Espinosa. Foram acionados também os metalúrgicos Delci Fensterseifer e Jesus Peredes Soto, que seriam os técnicos da abertura do cofre. Segundo sintetizou Solnik, “numa ação normal de um banco eles arrecadavam cinquenta mil cruzeiros. Agora tinham arrecadado

¹⁸⁴ Entrevista com Maria do Carmo concedida à Marcelo Siqueira RIdneti (M) e à Daniel Aarão Reis (D) no dia 27 de janeiro de 1986 no Rio de Janeiro. Tivemos acesso a essa entrevista por meio dos documentos no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

duzentas vezes isso. A ação valeu por duzentas. [...], Mas nada, de fato, voltaria a ser como era”.¹⁸⁵

De fato, nada voltou a ser como era, sobretudo porque essa grande ação trouxe mais uma vez a questão nunca deixada de lado: os caminhos a trilhar para conseguir concretizar a revolução.

Com o dinheiro, veio a divisão do grupo, pois havia divergência de opiniões sobre o tipo de ação política a ser feito. A VAR-Palmares era a favor de uma atividade a ser desenvolvida a mais longo prazo, com infiltrações nos sindicatos e voltada basicamente para a luta nos grandes centros urbanos, onde estava o operariado mais organizado. No fundo, a eterna questão do caráter da revolução: socialista ou de libertação nacional. A VPR queria partir para a luta política urbana e rural, apoiando as reivindicações populares com a luta armada. Os militantes das duas organizações de origem, o Colina e a primeira VPR, se misturaram. Juarez, Herbert Daniel e Maria do Carmo, por exemplo, optaram pela segunda VPR. Carlos Araújo, Dilma Roussef ficaram com a VAR-Palmares. Foi feita então uma partilha. A VPR optou por colocar sua parte em lugar seguro, fora do Brasil.¹⁸⁶

Sobre a formação da segunda VPR, Sonia Lafoz diz que

Um tempo na geladeira, mais ações, leitura de documentos, luta interna sempre acirrada, repressão fechando o cerco. Depois do sequestro do alemão, em junho de 70, Sônia e Roberto estão entre os militantes que passam a questionar a permanência na Organização. Divergem dos métodos da direção – acusada de cercear a discussão interna –, reclamam do desprezo prático pelo trabalho político e da prioridade às ações armadas. [...]

*Quando voltou a ser VPR, depois do racha dos 7, caiu um bocado de gente. Já era o estertor do estertor. A VPR ficou fraca e desbaratada. Um completo desespero. Não tinha mais cabimento fazer o sequestro do suíço. Deu certo – o que foi bom –, mas ficou claro que a repressão mudara sua tática, passara à ofensiva. Achamos – e colocamos isso em documento – que a VPR tinha mais é que enfiar a viola no saco, juntar-se a outras organizações. Por causa disso o Herbert Daniel nos chamou de “galinhas cacarejantes” num documento. A VPR não tinha mais nada. A reconstrução enquanto VPR era impraticável. A linha política já tinha ido pro saco. A gente já foi pro MR-8 com uma dúvida grande de que as coisas seriam impossíveis. Já entramos no 8 questionando a possibilidade mais geral de um processo armado mais longo.*¹⁸⁷

Nessa fala de Sonia, fica explícito como essas discussões sobre o caráter da revolução e análise da realidade eram conflituosas e, em alguns momentos,

¹⁸⁵ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.90-91.

¹⁸⁶ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.54.

¹⁸⁷ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.393-394.

desrespeitosas, já que ela afirma ter sido chamada de “galinha cacarejante”. De mesmo modo, mostra que nem sempre era possível dialogar sobre as condições da luta armada, principalmente quando você já estava descrente na possibilidade da concretização da luta, pois corria-se o risco de ser desqualificada. Veremos adiante depoimentos de Maria do Carmo Brito que tratam da impossibilidade de falar sobre determinados assuntos.

Essas foram algumas fontes que escolhemos trazer para compreender minimamente como se davam as discussões sobre a forma de conduzir a luta e consolidar a revolução. Evidentemente que existem inúmeros outros relatos que podem dar conta dessa tarefa, e que mostrarão outras perspectivas, táticas e estratégias de diferentes organizações. Ao realizar esse trabalho, percebemos como estudar uma só organização já nos coloca tarefas complexas o suficiente para uma pesquisa. Dar conta minuciosamente da perspectiva e da luta travada por todos os grupos de resistência armada seria impossível nesse estudo.

Ainda assim, consideramos fundamental provocar essa discussão, pois as disputas nas formas de realizar a luta, muito mais do que evidenciar as posições teóricas de cada militante, condicionaram suas ações. Acreditamos que as fontes selecionadas e as bibliografias de referência nos ajudam a entender os desafios que estavam colocados aos militantes da esquerda radical naqueles anos. Nesse tópico analisamos depoimentos produzidos nos anos iniciais após o fim da ditadura, e depoimentos mais recentes. Os relatos indicam posturas e avaliações distintas sobre a experiência da luta armada, sobretudo ao considerarmos que são produzidos em contextos diferentes.

Ao estudar a experiência brasileira na tentativa de construir a revolução, é indispensável ressaltar que, diferente da revolução Cubana que consolidou seu caráter socialista após a tomada do poder, as organizações (ao menos as citadas neste trabalho) se colocaram desde sempre como socialistas, e isso foi crucial para o combate que sofreram. Os/as militantes se organizaram sob uma ditadura que, segundo a lógica do TDE e da DSN, utilizou a força extrema da repressão, como a prática de torturas e assassinatos, e seu poder coercitivo a fim de que toda a população que não estivesse envolvida na resistência, sentisse medo e se articulasse contra esses sujeitos, inclusive, colaborando com denúncias.

Tentamos mostrar também que a própria discussão sobre como conduzir a revolução era um desafio colocado, pois independente da forma, nenhuma ação se daria

sem grandes dificuldades e implicações. Se reduzidos às ações de massas nos centros urbanos, sentiam que faltava o exemplo para os proletários de que o êxito da revolução que tanto falavam era possível. Em contrapartida, se limitados ao campo, as necessidades básicas para realizar a guerrilha não poderiam ser atendidas. Somente as ações urbanas possibilitariam os mantimentos, armas e dinheiros necessários que uma guerrilha rural exigia.

Todos esses desafios existiram ao mesmo tempo em que seus rostos e nomes eram vinculados ao termo de “terroristas” que, de forma genérica, causariam “mal” à população. Dessa forma, a dificuldade era se articular com os/as trabalhadores/as camponeses e das cidades, concomitantemente com as classes hegemônicas tentando os colocar como inimigos que tinham interesses de classe distintos e precisavam ser combatidos.

Foi nesse cenário que os sujeitos se organizaram através da resistência armada, tentando conciliar o projeto de revolução que ansiavam, se adequando e se rearticulando sempre que houvesse necessidade, inspirados em alguns momentos pela ideia da criação de um partido dos operários que seria a vanguarda da revolução, visto por alguns como “massistas” ou “muito teóricos”, e de outra forma tentando estabelecer a guerrilha rural que em seu cerne já indicava imediatamente a imprescindibilidade das ações armadas. Essas diferenças acentuaram os conflitos nas relações sociais e explicam a existência de diversas organizações.

Ao mesmo tempo, os/as militantes lidavam com outras questões candentes de seu tempo, como, por exemplo, as discussões acerca da “revolução sexual” ou da “liberdade da mulher”, a criação do anticoncepcional e o questionamento intenso dos papéis de gênero atribuídos socialmente. Essas questões se acentuavam ainda mais em uma vida na clandestinidade, que foi como viveram a maior parte do tempo de atuação, onde a liberdade de ir e vir estava restringida e onde se dividia apartamento/casa com pessoas desconhecidas. Os/as militantes se colocavam como questionadores e revolucionários da ordem social, econômica e política, mas também reproduziam valores morais e conservadores em suas relações sociais, afinal, embora possuíssem a perspectiva de uma nova sociedade, ainda eram sujeitos de seu próprio tempo.

Portanto, para compreendermos a experiência da resistência armada em nosso território, especialmente porquê as ações se desenrolaram de determinadas formas, com

muitas discussões, revisões, e resultados inesperados, há que se considerar o contexto de forte repressão pelo uso da força e do consenso que implica na atuação em clandestinidade, assim como os conflitos emaranhados nas relações sociais daqueles que lutaram juntos.

2.2 AS AÇÕES DAS MULHERES NA LUTA

O objetivo deste tópico é tentar mapear as ações que as mulheres realizaram nos grupos de resistência armada. Nos referimos a “grupos”, pois as nossas fontes indicam que a maioria delas não militaram exclusivamente em uma organização, mas transitaram entre algumas. As organizações que mais aparecem nas fontes são a VPR, a VAR-Palmares e o MR-8, apesar de antes de integrarem esses grupos, boa parte terem pertencido à Polop e/ou ao PCB.

Para fazer esse mapeamento, dispomos de documentos da repressão que tratam, majoritariamente, de denúncias e acusações sobre a atuação das militantes, em alguns casos até depoimentos prestados aos agentes da repressão. Também continuamos analisando entrevistas das mulheres concedidas à pesquisadores que se dedicaram a essa temática e produziram livros, com a finalidade de, através de seus relatos, identificar as ações que praticaram.

Trabalhamos com essas fontes com os cuidados possíveis e necessários, entendendo que se trata, por um lado, de documentos de órgãos repressivos que possuíam uma narrativa a respeito da ditadura e dos/das militantes, portanto, são sempre produzidos tentando validar essa narrativa. Como afirmou Maria Tucci Carneiro,

Hoje, pesquisar a documentação produzida por essa Polícia Política e seus segmentos estaduais significa conviver com diferentes discursos que, apesar de naturezas distintas, coexistem dentro de um mesmo prontuário expressando uma verdade aparente:

- o discurso da ordem (o policial);
- o discurso da desordem (o da resistência);
- o discurso colaboracionista (o do delator e da grande imprensa).

Temos que considerar que, ao entrarem para o espaço policial, os documentos confiscados - a maioria impressos sob a forma de livros, panfletos, boletins, manifestos, postais, vinhetas, cartões de visita etc. - sofreram um *processo de gerenciamento* cuja desmontagem é imprescindível para a reconstituição da lógica da desconfiança.¹⁸⁸

¹⁸⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição*. O lugar dos

Ainda reconhecendo os cuidados que devemos ter ao tratar dessas fontes, decidimos trabalhar com elas por concordamos com Carlos Bacellar ao afirmar que “A documentação da própria Polícia, sob as diversas denominações que o órgão teve ao longo do tempo, são bastante ricas e ainda muito pouco exploradas pelos historiadores.”¹⁸⁹

O pesquisador também afirma que

Para o período republicano recente, merecem grande destaque os acervos do Deops, recolhidos aos arquivos públicos estaduais durante a década de 1990. Vastos, tais acervos vêm sendo intensamente pesquisados, revelando os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas considerados perigosos, subversivos. O denso material, constituído de fichas de arquivo e de prontuários por indivíduos ou por pessoa jurídica - sindicatos e partidos, entre muitos outros - tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques.¹⁹⁰

Nesse sentido, o que tentaremos perceber através de documentos do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) e de outros órgãos da repressão, é quais ações as mulheres da pesquisa foram acusadas de praticar, e a partir disso, dialogar com os relatos orais e memorialísticos delas que podem – ou não – confirmar essa atuação. Como afirmou Alessandro Portelli ao discorrer sobre o “cruzamento” entre as fontes,

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer” os fatos. Em primeiro lugar, nem sempre é esse o caso. Ademais, como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte.¹⁹¹

Como continuaremos analisando as entrevistas dadas por essas mulheres a diferentes pesquisadores com intencionalidades distintas, se faz necessário mais uma vez, lembrar que

O lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual. Sendo assim, os narradores assumem uma responsabilidade cada vez que relatam sua

impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Anablume, 2006, p.154.

¹⁸⁹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 32.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução Ricardo Santhiago, p.17-18.

história. Devemos sempre nos lembrar disso: assim como o narrador tem a responsabilidade de contar, o historiador tem a responsabilidade de abrir um espaço narrativo, escutando ativamente o que o narrador tem a dizer.¹⁹²

Por fim, o leitor ou a leitora irão perceber que traremos recortes de um mesmo assunto ou de uma mesma questão que foi feita por diferentes pesquisadores, e que as respostas apesar de tratarem do mesmo fato, são dadas elencando diferentes elementos, às vezes falando mais, outras falando menos. Como afirmou Beatriz Sarlo,

A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar.¹⁹³

Dito isso, podemos afirmar que as ações praticadas pelas militantes da luta armada foram diversas, desde a organização e participação em reuniões para discutir teoria revolucionária, congressos para dialogar sobre estratégias e táticas, até ações diretas como estabelecimento em áreas rurais para a realização de treinamentos com a finalidade de constituir a guerrilha, expropriações de carros, bancos, e sequestros de figuras políticas relevantes naquele contexto. E ainda nessas últimas, até mesmo a participação se dava de modo diverso, pois às vezes a militante planejava a ação, mas não participava “literalmente” realizando-a. No caso das mulheres dessa pesquisa, veremos como essas multiplicidades de tarefas se expressam.

Algumas mulheres militaram juntas na organização e na mesma ação, outras não chegaram a se conhecer. Algumas fizeram parte de mais que uma organização, assim como existiram aquelas que estiveram em um único grupo e que decidiram se retirar da luta já nos anos iniciais quando avaliaram que a repressão não possibilitaria as condições necessárias aos objetivos que possuíam. Há quem, mesmo avaliando que não seria possível estabelecer a revolução, ainda assim decidiu permanecer na luta. As fontes indicam ações em anos diferentes, mostrando que algumas tiveram participação significativa já em 1967/1968 quando os grupos se consolidaram, enquanto outras aparecem apenas nos anos finais, como em 1971.

Dulce Maia é uma das mulheres que já está organizada e realizando ações pela VPR desde 1968. Segundo o documento do Departamento de Ordem Política e Social

¹⁹² Idem, p.19-20.

¹⁹³ SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p.25.

(Dops/SP), que aparece no livro do jornalista Luiz Maklouf, Dulce é acusada de participar das seguintes ações:

- 1) Atentando ao QG do II Exército (26 de junho de 1968)
- 2) Assalto ao Banco Mercantil da rua Joaquim Floriano (1º de agosto de 1968)
- 3) Morte do capitão Chandler – fez o levantamento do local (12 de outubro de 1968)
- 4) Primeiro assalto contra a agência do Banco do Estado de São Paulo na rua Iguatemi (15 de outubro de 1968)
- 5) Segundo assalto contra a agência do Banco do Estado de São Paulo na rua Iguatemi (6 de dezembro de 1968)
- 6) Expropriação de veículo.¹⁹⁴

A execução do oficial do Exército dos Estados Unidos, Charles Chandler, ficou judicialmente sob a responsabilidade de Carlos Marighella e alguns militantes da ALN, mas sabe-se que pequena parte da VPR esteve de acordo com essa ação, daí decorre a participação de Dulce, já que desconhecemos que ela tenha feito parte da ALN em algum momento. Ela explica como se deu sua tarefa:

Coube a mim fazer o levantamento de seus horários e deslocamentos, trabalho facilitado por uma coincidência: eu trabalhava, à época, no laboratório Odil, onde ajudava na montagem do filme *O Bandido da Luz Vermelha*, do Rogério Sganzerla. O laboratório ficava na mesma rua onde morava o Chandler, a Petrópolis, próximo à casa da apresentadora Hebe Camargo. Fiz o levantamento tranquilamente. A ação iria ocorrer no dia 8 – para homenagear o Che Guevara –, mas houve um problema: o Chandler não saiu de casa nesse dia. No dia 12 deu tudo certo.¹⁹⁵

Notamos que embora tenha participado dessa ação, não foi diretamente, isto é, rendendo e atirando em Chandler, mas fazendo o levantamento de sua rotina. Por vezes podemos pensar que a ação é só o ato “principal”, mas antes disso há todas as tarefas minuciosas que levam até esse momento, e Dulce realizou muitas dessas tarefas que consistiam em levantar informações que servissem aos planejamentos das organizações. Ela reconhece que participou de modos distintos. “Eu tive uma militância muito ativa né

¹⁹⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.23.

¹⁹⁵ Idem, p.36.

porque eu sempre fiz muita coisa, então eu não só organizava os shows, como arrumava casa pra guardá-los, escondê-los, como eu tinha que fazer contatos com jornalistas...”¹⁹⁶

Quando fala sobre arrumar casa para “guardá-los, escondê-los”, está se referindo aos militantes da organização. Uma outra ação que não aparece no documento, mas que Dulce realizou foi o assalto à Casa de Armas Diana, em São Paulo. Sobre essa ação, ela conta que

Essa foi sensacional – e me rendeu de presente uma arma bonita, um revólver Schmidt calibre 32. Nós comemoramos muito no dia de Natal, mas tivemos problemas na véspera da ação. Precisávamos de um carro grande, que pudesse carregar as armas, e eu acabei expropriando um Galaxie que era do pai de um companheiro. O homem era gerente do Banco do Brasil. Deu um problema danado. Os jornais davam: “Galaxie azul para o terror”. Tivemos que esperar uns dias, até a coisa esfriar. O assalto foi perfeito, tranquilo. Levamos todas as armas. A gente tinha muita coragem, aquele tesão de acreditar muito na revolução, na transformação das coisas.¹⁹⁷

Nessa fala podemos notar que Dulce foi uma das mulheres que pegou em armas em algum momento, pois afirma que a ação lhe rendeu um belo revólver. Portanto, mais uma vez visualizamos tarefas distintas como pegar em armas, levantar informações, esconder militantes, estabelecer contatos. Além disso, indica as dificuldades que estavam colocadas. O carro utilizado era do pai de um militante, que não fazia parte da organização e provavelmente não sabia da participação do filho. Isso colocou em risco não só o pessoal da organização, mas esse homem que era, inclusive, gerente do Banco do Brasil.

Ao mesmo tempo, Dulce afirma que “a gente tinha muita coragem, aquele tesão de acreditar muito na revolução, na transformação das coisas”. Nos anos iniciais da luta, como em 1968, essa era a justificativa e o sentimento de muitos. De fato, acreditavam e queriam fazer uma revolução que mudasse aquela sociedade. Com o acirramento da repressão nos anos posteriores, esse motivo não seria mais suficiente para garantir a permanência de muitos militantes na luta.

O documento oriundo da repressão recebido em cartório no dia 10 de maio de 1971, traz informações de militantes que foram indiciados por estarem atuando na VPR

¹⁹⁶ MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

¹⁹⁷ MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.40.

em meados de 1968, e nos permite visualizar que Dulce também se encarregava de organizar reuniões.

38 – AQUILINA BO BARDI – fls. 568.

Era amiga de DULCE DE SOUZA, vulgo “Judith”, com quem se identificava na política esquerdista e a quem atendeu solicitação, autorizando a realização em sua residência, em meados de 1968, de uma reunião dos dirigentes da V.P.R. e da A.L.N., nas pessoas de DIOGENES JOSE DE CARVALHO, vulgo “Luiz”, ONOFRE PINTO, vulgo “Augusto”, CARLOS MARIGHELLA e JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, vulgo “Toledo”, conforme consta às fls.537 verso a 561/562.¹⁹⁸

Lina Bo Bardi foi uma grande arquiteta que expressou apoio à organização por ser amiga de Dulce. Aqui estão algumas de nossas limitações ao lidar com essa fonte documental, pois em muitos documentos que tratam dos sujeitos específicos dessa pesquisa não temos as acusações próprias, mas investigamos a partir dos vestígios que existem nas denúncias de outros companheiros/as, como é neste caso na denúncia contra Bo Bardi.

Podemos notar que Dulce é descrita como a mulher que ajudava na organização de reuniões com os dirigentes. Isso nos indica que ela tinha contato muito próximo com pessoas conhecidas da VPR, tendo, inclusive, um relacionamento afetivo com o militante Diógenes de Carvalho, que também aparece nas fontes. O documento permite pensar que além de contato próximo com pessoas centrais, podemos confirmar a relevância da participação de Dulce na organização realizando tarefas que podem ser consideradas extremamente necessárias. Isso fica mais claro na denúncia contra Sergio Ferro Pereira, em que ela é citada.

No seu escritório, promoveu reunião com a presença de SERGIO SOUZA LIMA, JULIO BARONE, digo, na qual DIOGENES JOSE DE CARVALHO OLIVEIRA, vulgo “Luiz”, deu instruções a respeito de explosivos de fabricação caseira. Posteriormente esse grupo e mais RODRIGO BROTERO LEFEVRE, compareceram em outra reunião, onde recebeu instruções sobre manejo, funcionamento e limpeza de armas. As armas utilizadas para esses ensinamentos foram um fuzil FAL, outro comum e revólveres, levados para o local por DULCE DE SOUZA, vulgo “Judith”. Em março de 1968, em companhia de “Judith”, RODRIGO BROTERO LEVEFRE e outro desconhecido, colocaram uma bomba no Consulado Americano, desta Capital. Auxiliou a V.P.R. na obtenção de explosivos e espoletas conseguidas nos assaltos verificados na pedreira da Estrada de Ubatuba e na Pedreira Fortaleza. Depois disso manteve ligações com “Judith” de dez em dez dias, para tratar de assuntos da organização, quando ela se fazia

¹⁹⁸ Documento de 10/05/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

acompanhar de PEDRO LOBO, vulgo “Gegê” ou ONOFRE PINTO, Vulgo “Augusto”, CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO e DIOGENES JOSE DE CARVALHO, vulgo “Luiz”.¹⁹⁹

A fonte ainda afirma que Rodrigo Brotero Lefevre,

Frequentou curso de manejo de armas, cujas aulas eram ministradas por DIOGENES JOSE DE CARVALHO OLIVEIRA, vulgo “Luiz” e na qual participaram SERGIO SOUZA LIMA, SERGIO FERRO PEREIRA, CARLOS HENRIQUE HECK, JULIO BARONE e DULCE DE SOUZA.²⁰⁰

Ou seja, nessas duas denúncias, visualizamos várias tarefas cumpridas por Dulce, inclusive tarefas que podem ser consideradas perigosíssimas, desde levar armas para local de treinamento, colocar bombas em consulados, até participar de curso de manejo de armas. A respeito da bomba no consulado americano que deixou alguns feridos, há dúvidas sobre a participação de Dulce e de militantes da VPR, pois, anos depois, Sérgio Ferro contou à imprensa que prestou o depoimento dessa maneira, isto é, acusando Dulce e outros militantes que não tiveram envolvimento, devido às condições de tortura em que foi submetido.²⁰¹

Esse é mais um exemplo das nossas limitações ao trabalhar com essas fontes, pois muitas vezes os militantes assumiam tarefas que não fizeram e diziam conhecer pessoas que nunca tiveram contato, como estratégia de que isso diminuísse ou eliminasse as torturas a que estavam sujeitos. E ainda, não são todas as ações que estão relatadas nas fontes orais, como já salientamos, depende sempre de quais perguntas são feitas a partir dos objetivos que os pesquisadores/as da temática possuem e daquilo que os entrevistados conseguem relatar. Então chamamos atenção novamente ao fato de que é necessário analisar essas fontes considerando suas condições de produção, ao invés de interpretar seu conteúdo como inquestionável.

Regressando ao documento que Maklouf traz em seu livro, sobre as acusações de Dulce Maia, a morte de Chandler, os dois assaltos contra a agência do Banco do Estado de São Paulo, o roubo de armas no Hospital Militar de Cambuci, a explosão com carro-

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Para saber mais sobre acontecimento, ver notícia: <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-justica-condena-folha-por-erro-de-elio-gaspari/#> Acesso em: 28 nov. 2021.

bomba no Quartel do II Exército e a expropriação de veículo, foram ações que ela realizou junto de outra militante que investigamos, Renata Ferraz Guerra de Andrade.

Renata e Dulce formaram a primeira dupla de guerrilheiras da VPR – e carregam no currículo a participação direta em duas das ações armadas mais espetaculares do período: o roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, a 22 de junho de 1968, e a explosão de um carro-bomba no Quartel-General do II Exército, no Ibirapuera, a 26 de junho, quatro dias depois.²⁰²

Renata confirma e é assim que lembra da sua experiência com a sua dupla da militância, “Eu e Dulce éramos as únicas mulheres do chamado “setor logístico” da organização. Todos queriam participar, todo mundo queria participar das ações. Era uma coisa assim de...um upgrade de militância.”²⁰³

Ao se referir como as únicas mulheres do “setor logístico” da organização, Renata indica como também iniciou sua militância já nos primeiros momentos que os grupos de luta armada se consolidaram, pois a partir de 1969 em diante, veremos mais mulheres no setor logístico e em outras funções. Assim como Dulce, Renata também teve uma participação minuciosa no episódio da morte de Chandler.

O setor logístico da Organização respondeu com o ‘justiçamento revolucionário’ – fuzilar Charles Chandler – planejado para o dia 8, aniversário da morte de Che e passeata em memória de José Guimarães. Várias vezes Renata vigiou a casa.²⁰⁴

Renata teria feito a vigia da casa, assim como Dulce Maia. Nas fontes que trabalhamos, o único vestígio que encontramos sobre sua participação nessa ação, está no livro de Judith Patarra, pois nos depoimentos Renata sempre falou de outras ações. Já sobre o envolvimento nos assaltos, Maklouf afirma que

Dulce atuou na infra-estrutura dos dois assaltos – dois! sim senhor – ao Banco do Estado de São Paulo da rua Iguatemi, 1364. O primeiro a 15 de outubro de 1968 – apenas três dias após o assassinato de Chandler, foi considerado o maior assalto a banco até aquele momento. [...] O mesmo banco foi assaltado, pelo mesmo grupo, 51 dias depois, a 6 de dezembro. “É um assalto outra vez”, ouviu o mesmo gerente, Luiz Orlando Sealisse, do guerrilheiro nissei Yoshitane Fujimori, um dos mais decididos que a VPR abrigou. Não houve mulheres dentro do banco. Renata participou do levantamento e da segurança externa do

²⁰² CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.31.

²⁰³ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomó. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

²⁰⁴PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.254.

primeiro. Dulce dirigiu o carro de transbordo nos dois. Não é sem orgulho que ela relembra:

Eu participei dos dois – dirigindo o fusca que pegava os companheiros após a ação. A segunda ação nós chamamos de videoteipe. Foi fácil demais. Depois eu levava o dinheiro para o aparelho do Doutor e da Damáris, no Ipiranga, pelo qual eu era responsável. Era uma pilha de dinheiro. Servia de brinquedo para as crianças da Damáris.²⁰⁵

Os assaltos aos bancos tinham a finalidade de obter dinheiro para manter as necessidades das organizações. Dulce cumpriu a função de motorista, tarefa que assume com orgulho e que é como geralmente é lembrada por muitos companheiros.

Dulce fazia muito de motorista. Dulce dirigia bem e ela fazia muito de motorista. Levava, transportava pessoas, transportava... no meio de ação mesmo, de um carro para outro. Ela teve presente sim durante todo esse período. Na expropriação de fuzis do hospital militar em São Paulo, que eu não me lembro direito qual foi a data, mas esse tem uma história boa.²⁰⁶

De acordo com o que Renata nos contou, ela também intencionava cumprir tarefa de motorista em ações, mas o tempo não foi suficiente para que isso se tornasse possível.

Eu não era boa motorista na época, aliás eu estava começando a aprender, era muita nova né, tinha 20 anos na época, então eu até aprendi... eu fiz até... tirar a carteira. Só que quando a minha carteira de habilitação ficou pronta, e o objetivo era esse, eu usar para dirigir carro da organização, eu já não pude mais ir buscar, já estava clandestina. Não deu mais para ir buscar e pouco tempo depois eu saí do Brasil.²⁰⁷

Enquanto Dulce teve a tarefa de dirigir, Renata aparece participando apenas do primeiro assalto, cumprindo a função de segurança externa. Não encontramos relatos dela sobre o assalto a esse Banco do Estado de São Paulo, mas a respeito do assalto ao Banco Mercantil, ela parece lembrar ao jornalista Maklouf, com muito entusiasmo.

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram. Foi aí que eu virei a “terrorista loura”. Foi uma coisa proposital da Organização, para mostrar que havia mulheres. O engraçado é que eu nunca fui loura. Estava disfarçada de saia preta curta, meia três-quartos de colegial, franja preta, lenço na cabeça e óculos escuros. Usava uma japona de lã – era inverno – com o 32 de sempre enfiado no bolso. Cada qual tinha a sua tarefa. Era tudo cronometrado. A minha tarefa era esvaziar os caixas. Cometemos um erro ao não mandar os funcionários e clientes olharem

²⁰⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.41.

²⁰⁶ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

²⁰⁷ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

para a parede. Eles ficaram olhando para a gente. Houve um discursinho político antes, mas foi tão rápido que ninguém nem percebeu. Eu fui para os caixas e comecei a procurar uma chave. Era uma moça bem-educada e não ia ficar dando chute, quebrando as coisas. Demorou um pouco e aí um dos homens ficou bravo, deu chute, gritou. Queria mais agilidade. No final deu tudo certo.²⁰⁸

Como ela mesmo afirma: “A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram”. Renata quis mesmo aparecer nessa ação, tanto é que foi planejada com uma pequena discussão sobre como seria sua atuação. Mas antes de falarmos disso, gostaríamos de chamar atenção ao fato de ter virado a “terrorista loira”, ou como é comumente conhecido, “a loira dos assaltos”.

Renata não foi a única mulher a quem esse termo de “terrorista loira” foi atribuído. Em sua dissertação, Julia Bianchi Reis analisa uma matéria de 25 de setembro de 1971 produzida pelo jornal “O Globo”, em que uma mulher é apontada também como “loira da metralha”²⁰⁹. Ademais, outra mulher que é reconhecida dessa mesma forma, é Maria José Nahas. Segundo notícia de 22 de junho de 2012, do Jornal “Estado de Minas”, “Maria José ficou conhecida, por ser loira e portar uma metralhadora. Na imprensa, entre os militantes e os policiais passou a ser chamada de a ‘Loira da Metralhadora’.”²¹⁰

Como Julia Bianchi afirmou,

Uma particularidade dos periódicos figura em torno das notícias sobre uma mulher loira que participava das ações armadas. Seria a tão famosa “loira da metralhadora”. Começa-se a criar um mito: existiria uma única mulher loira - sempre loira - que praticava todas as ações. Tal informação se dá na tentativa de desmerecer as mulheres e enfatizarem o apelo sexual. Percebe-se, então, a conotação sexual, apelativa e depreciativa que os jornais associavam às militantes.²¹¹

Portanto, ao que indicam as evidências, “a loira da metralhadora” não foi uma mulher específica, mas várias delas que tiveram suas imagens construídas desse modo, através de termos com conotação apelativa e de sexualização que foram elaboradas a

²⁰⁸ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

²⁰⁹ INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada**: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971). 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.78.

²¹⁰ Ver: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/22/interna_politica,301712/conheca-a-historia-do-dia-em-que-a-turma-da-dilma-caiu.shtml. Acesso em: 28 nov. 2021

²¹¹ INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada**: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971). 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.78.

partir do imaginário masculino. Esse elemento foi atribuído à Renata e desmentido pela própria.

Entrevistador: E a partir desse dia que você ficou conhecida como a loira dos assaltos?

Renata: Pois é. Virei a loira dos assaltos, nem loira eu era... pelo contrário, eu tava com uma franja morena assim, botei um lenço na cabeça, um óculos assim, um monte de coisa e uma franja morena... aí virei a loira, porque é fantasia né.

Entrevistador: Alguém falou? Como é que...?

Renata: Não. Ninguém falou, é coisa da imprensa. É coisa da imprensa. “Tem uma mulher? Ah, só pode ser loira, só pode ser ela que está comandando todo mundo” aí começa... as fantasias.²¹²

Esse mesmo acontecimento foi contado por Renata mais de uma vez. Aqui aparecem os depoimentos que encontramos nos livros “Mulheres que foram à luta armada”, “Iara – reportagem biográfica”, e no documentário “Paredes Pintadas”. Em todos, ela ressalta que não estava usando uma peruca loira, para ter sido retratada como “loura dos assaltos”. Mas é interessante notar que embora relate o mesmo fato, as situações são narradas de modos diferentes.

Nunca fui a loura dos assaltos. Na 1ª. Ação armada botei um lenço e uma franja preta. Mesmo assim, virei loira da metralhadora. É coisa do imaginário. Era engraçado, divertido, principalmente antes de sermos identificados. Eu já tinha participado de várias “desapropriações” de automóveis e assalto a um banco, o Mercantil do Itaim. Foi a primeira vez, e inequívoca, que fui vista; e apesar da franja, virei loira. Depois disso começou a sair nos jornais e me lembro que na UH saiu um título: ‘Essa Bonnie subversiva’. O filme estava passando, e ainda havia uma discussão se os assaltos eram feitos por políticos ou não. Ninguém tinha certeza, apesar da forte suspeita. Também ninguém sabia quem eram os grupos. Nós e o Marighela. Lembrei de uma vez que estávamos planejando e um companheiro ria muito: ‘Ah, quero ver nos jornais amanhã – mulher no assalto’. Planejávamos atrás do teatro Maria Della Costa, depois da bomba do 4º RI. Fui, iam vários, para não irem poucas pessoas à ação.²¹³

Na primeira citação que trouxemos, Renata expressa entusiasmada que essa foi a primeira ação em que ela apareceu e foi vista pelas pessoas, e que foi uma ação proposital da organização para mostrar que havia mulheres ali. Já nesse trecho acima, ela diz que ter sido vista foi uma situação inequívoca. A intenção aqui, assim como fizemos com os

²¹² **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

²¹³ Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

documentos oriundos da repressão, é mostrar as limitações de trabalhar com memórias que, como já dissemos, são reelaboradas e contadas de diferentes formas.

Além disso, Renata comenta que nessa ação sua tarefa era esvaziar os caixas, e que a forma como realizou causou irritação em outro militante que gostaria de mais agilidade.

Aí a minha missão era esvaziar os caixas. Só que eu fui para os caixas...os caixas eram umas gaiolinhas assim, umas gaiolinhas assim dessas de escritório, e eu comecei a procurar a chave né...Aí chegou o Pará, o companheiro Pará e falou assim ‘‘Cecília que que é isso? [Barulho]’’, deu um chute, arrebentou a gaiolinha toda. Como é que ia me ocorrer, eu, moça educada, chegar lá e dar um pontapé para arrebentar o negócio? Estava procurando chave...²¹⁴

Essas implicações de realizar uma tarefa e o companheiro se incomodar, ou até mesmo cogitar que você não participe, aparecem em alguns relatos de algumas mulheres. Trata-se de uma atitude em uma ação que já estava sendo planejada com pequenas discussões. O livro de Maklouf detalha que os organizadores tiveram uma discussão no momento de delegar as funções.

A princípio, Renata participaria com Wilson Fava, seu namorado, observando as ruas a fim de notar se existiria algum problema/perigo no momento da ação, e assim conseguir avisar aos companheiros. Ela não aceitou, dizendo aos militantes que ali estavam:

Só isso, Luiz? Por que dois pra fazer tão pouco? Se é pra cuidar do povo na rua, ver se alguém sai correndo pra avisar a polícia e observar a ação para depois podermos fazer a autocrítica dela, como contribuição de quem a viu de fora, um só chega.

Luiz explicou que o comando tinha determinado assim, mas Cecília/Renata voltou à carga:

Eu sei. Mas tá na hora de colocar uma mulher numa ação qualquer. Direto nela, armada e tudo. Por que só homens? Isso é machismo puro!

Hermes Comenta:

A diatribe dela exigia uma definição imediata: vai com mulher ou sem, mas isso tinha que ser decidido naquela hora. Cecília não aceitaria uma protelação e dispararia a vomitar conceitos feministas, nos lembrando, com apoio integral de Judith, é claro, alguns escritos de

²¹⁴ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomó. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

*Lênin, Fidel, Che, Rosa de Luxemburgo etc. etc. sobre o destacado papel das mulheres na revolução.*²¹⁵

Esse trecho trata de assunto bastante polêmico, pois mostra um companheiro dizendo que conceitos feministas seriam vomitados, indicando provavelmente uma aversão a essas discussões. Portanto, a experiência de Renata nos permite dizer que ela notava situações e práticas machistas já naquele tempo. Renata, com o apoio de Dulce Maia, a “Judith”, aparece como uma mulher que questionou, e mais do que isso, não aceitou não participar de ação direta. Tentaremos perceber adiante se isso também se manifesta na fala de outras mulheres.

No entanto, é interessante notar como as memórias são construídas e sempre reelaboradas, indicando, em alguns momentos, contradições. Apesar de contar à Maklouf sobre essa situação, na qual se coloca como uma questionadora das delegações de tarefas pelos militantes, em nossa conversa Renata não faz referência a esse caso, nem a nenhum outro que possa ter significado uma discriminação de gênero por parte dos companheiros. Ela diz que,

Olha, curiosamente eu nunca senti nenhum machismo de parte deles, embora fossem militares, embora fossem alguns deles um pouco rudes, digamos assim, não eram pessoas de muitas luzes, de muitos estudos. Mas eu nunca senti nada desse tipo, pelo contrário, me aceitavam muito bem. O Cláudio mesmo, o Cláudio dava pulos quando soube que eu ia participar da ação mercantil do Itaim, ele dava pulos e achava maravilhoso. Ah, vão ver no jornal amanhã, mulher no assalto. [risos]. Eu não senti. E muitos deles moraram comigo em diversos lugares, até no Chile mesmo. Eu tive sempre uma relação muito boa com eles. Nunca senti essa discriminação por ser mulher. Eles confiavam muito em mim.²¹⁶

Com relação a participação no Atentado ao QG do II Exército, Renata conta que ocorreu da seguinte forma:

A ação foi assim, os nossos militantes, ex-marinheiros, eram todos marinheiros rasos, mas um deles, o Ronaldo Tavares adorava botar uma roupa de oficial. E ele era grandão, então assim, ele ficava um imponente, bem convincente. Ele botou uma roupa de oficial, chegou para a sentinela do hospital e disse assim

- Sentinela, ouvi um tiro. Foi sua arma?

- Não, senhor.

²¹⁵ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.38-39.

²¹⁶ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

- Deixa eu ver.

Pronto. Pegou a arma da sentinela, rendeu a sentinela, entraram tranquilamente com uma Kombi dentro do hospital, apanharam os fuzis, puseram dentro e foram embora. O ministro da guerra, na época, chamava-se General Lisboa, ficou enfurecido e saiu dizendo que nós, os terroristas, éramos uns covardes porque atacávamos hospitais indefesos. O que fuzis estavam fazendo em hospitais indefesos ninguém explicava né. Mas havia fuzis no hospital. Aí então nós resolvemos...ah, aí ele disse assim “eles são uns covardes, porque não atacam os meus quartéis? Venham atacar os meus quartéis.” Aí nós fomos. Foi quando houve aquela explosão de dinamite no 4º RI, no Ibirapuera em São Paulo, foi por causa disso. Coisa da qual nos arrependemos bastante depois. Foi uma provocação que a gente aceitou indevidamente. Enchemos uma caminhonete com dinamite e o Wilson acelerou, pisou no acelerador, jogou fora. Foi um estrondo monumental.

Entrevistador: Vocês chegaram a ver a explosão? Já tinha...

Renata: Não. Nem ouvir. A gente soube do estrondo depois, mas como a gente se afastou rapidamente do lugar, nem...eu nem ouvi. Foi quando morreu o Mário Kozel Filho, que era sentinela no 4º RI. O objetivo era destruir fisicamente uma parte do quartel, mas não atacar pessoas. Foi um acidente. Foi um acidente. Não havia a intenção de atacar pessoa alguma.

Entrevistador: E quando vocês ficaram sabendo da morte dele, como é que foi?

Renata: Ah, foi bem desagradável. Foi bem desagradável. Mas infelizmente quando você mexe com objetos perigosos, essas coisas acontecem.²¹⁷

Aqui, gostaríamos de chamar atenção a fala de Renata sobre eles terem se arrependido de praticar a ação, e de não possuírem a intenção de atacar ou ferir ninguém, justificando que foi um acidente. Não é raro encontrar depoimentos que ressaltam que as intenções das ações que resultaram em mortos, feridos ou lesados não era essa. Inclusive, em outras ações como as expropriações de veículos, que também constam na lista de crimes cometidos por ela e por Dulce Maia, eram deixados bilhetes avisando que o carro seria devolvido.

A gente roubava carros para fazer as ações. Tinha uma técnica para tudo, era uma coisa bem bolada. O carro interessante, em geral, era aquele de quatro portas, só com o motorista. A gente seguia, normalmente em três. Quando chegava em casa e ia entrar na garagem, você achacava o cidadão, fazia ele descer e levava o carro. Depois

²¹⁷ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomó. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

devolvia, telefonando para dizer onde estava. Eu mesma cheguei a devolver documentos pelo correio.²¹⁸

O objetivo das expropriações de veículos era resolver questões imediatas, sair mais rápido de locais quando o carro que os militantes usavam apresentava algum problema durante a ação, e despistar os militares quando percebiam que poderiam ser pegos. Como era o desejo de muitos militantes que parte da classe trabalhadora que não estava organizada na luta armada, em algum momento estivesse, havia sempre discussões se as ações aproximariam ou afastariam esses sujeitos.

Certamente, expropriar o veículo não despertaria um sentimento de desejo em relação a fazer parte da luta, mas também não podemos afirmar que ao devolvê-lo, as vítimas entenderiam qual havia sido a intencionalidade dos militantes. Carla Silva mostra em “A revolução da VPR”, um caso em que um documento foi entregue a uma mulher que teve seu carro expropriado, explicando que seria devolvido. O documento foi encontrado em um inquérito do Superior Tribunal Militar, o que indica que mesmo tendo sido avisada sobre a devolução, ela denunciou a ação.²¹⁹ Mais uma vez está colocado o desafio de articular o que planejavam com as possibilidades que a realidade oferecia.

Além das ações que aparecem no documento apresentado por Luiz Maklouf, encontramos um documento da repressão de 4 de fevereiro de 1971, que trata de denúncias realizadas pelo representante do Ministério Público, a respeito de fatos cometidos por alguns sujeitos pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária – VPR em anos posteriores, inclusive em 1968. Analisaremos esse documento adiante, mas gostaríamos de adiantar um trecho de uma denúncia contra Joaquim dos Santos, em que Renata é citada.

9. JOAQUIM DOS SANTOS, fl. 561/569, filiou-se à VPR em 1968, e agiu como seu filiado e mantenedor até que foi prêso, já na vigência do decreto-lei 898/69. Em companhia de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, José Araújo da Nóbrega, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Armando Augusto Vargas Dias, participou da tentativa de assalto à agência do BRADESCO na Vila Anástacio, já apurada nos autos do processo 139/69, mas sem a inclusão do ora denunciado que, por tal fato, responderá agora. Também participou da tentativa de assalto à 4ª. Circunscrição do Serviço Militar, em companhia de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Valdir

²¹⁸ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.32.

²¹⁹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.73.

Carlos Sarapu, Yoshitane Fugimori, Antonio Nogueira da Silva Filho e Hermes Camargo Batista.²²⁰

Nessa acusação, identificamos que outras duas possíveis ações praticadas por Renata enquanto esteve na VPR, foram a tentativa de assalto à agência do Bradesco e a tentativa de assalto à 4ª Circunscrição do Serviço Militar. Infelizmente, não encontramos nas fontes orais algum comentário específico sobre essas ações para que pudéssemos saber se Renata confirma sua participação.

Renata também nos contou que realizou treinamentos de tiros quando optou por estabelecer uma luta que tivesse caráter mais “militar”, que considerasse mais as ações diretas. “A gente treinava, fazia uns treinos, não era uma coisa assim muito rigorosa, mas era como dava para fazer. Ia para a represa, para a estrada de Santos, para o mato, e dava uns tirinhos lá para aprender.”²²¹

Além de ter se envolvido em algumas das ações mais importantes e conhecidas das organizações, Renata também cumpriu tarefas que podem ser consideradas “minuciosas”, que diziam respeito a organização interna do grupo. Segundo Judith,

Nos primeiros meses de 1968 Onofre encarregou Renata Guerra de Andrade da assistência teórica ao círculo de estudos que funcionava à noite em Quitaúna, prosseguindo a rotina estabelecida desde o contato inicial com a POLOP. Em outubro Iara substituiu-a, conduzida de óculos opacos. Às duas primeiras reuniões nas casas de Onofre e Nóbrega não compareceu Lamarca, líder da base e seu maior estrategista. Mas ao abordarem a questão militar sua presença tornou-se necessária.²²²

Os encontros com a finalidade de assistência teórica faziam parte das discussões que os/as militantes estabeleciam sobre o desenvolvimento da luta, isto é, como ela deveria ser feita. Questionavam se a articulação com as massas – como eles chamavam – se daria inicialmente, ou se buscariam esse apoio apenas depois de darem o primeiro passo em direção à revolução, o que fazia parte do pensamento de vanguarda. Nesses encontros a intenção era, geralmente, realizar leituras e discussões de revolucionários ou teóricos que se debruçaram sobre os estudos do capitalismo e formas de enfrentá-lo. As fontes

²²⁰ Documento de 04/02/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

²²¹ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

²²² PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.261.

indicam que algumas leituras feitas pelos militantes eram de textos de Karl Marx, Engels, Lênin, Che Guevara, Régis Debray, já indicados aqui.

Iara Iavelberg é uma das mulheres que mais se dedicou à prática de grupos de leituras e discussões teóricas nas organizações que fez parte, como fica evidente no tópico em que apresentamos as escolhas pela luta armada. Desde o início da militância ela se organizou através do Centrinho, e depois foi ampliando sua participação como pôde. Segundo trecho do livro de Judith Patarra,

Agora, sempre que cruzava um trabalhador, Iara via o revolucionário potencial. Palavras e leitura o acordariam. - É incrível o sujeito ignorar a bomba que traz na mão – entonava. Um esclarecerá o outro, todos aprenderão a música. O emocionante é que nossa geração vive o privilégio da grande mudança.²²³

Além de chamar atenção à necessidade de discutir teoria, Iara também tinha a característica de se atentar às emoções dos militantes na luta. Há relatos de companheiros que dizem que ela sempre perguntava se estava tudo bem realmente, com interesse na vida pessoal dos e das militantes para além de discutir apenas as questões que envolviam a organização.

Iara advogava suas atitudes em conversas pessoais. Ainda não enfrentava sem amarras os companheiros reunidos.

- Absurdo esquecer o emocional, oculto sob o racionalismo paupérrimo dos pensadores. Como é que não enxergam? As críticas a mim só desmascaram a repressão interna. Freud explica – acalmava-se a sorrir. – Você tem que ser revolucionário também no amor, na vida familiar. Devemos construir o homem novo, disse o Che. Permitir à revolução penetrar no comportamento e consciência de todos.²²⁴

Durante os debates, Iara insistiu no atendimento psicológico aos militantes, seu nicho na luta armada. Esmerava-se por abrandar os preconceitos.²²⁵

Sua preocupação com o militante enquanto ser humano mais uma vez ficou evidente... para ela, tão importante quanto as discussões sobre estratégia e tática de luta, era a situação psicológica das militantes, que desejava fosse a melhor dentro do possível. Sugeriu que a organização criasse condições para que os companheiros tivessem um local onde pudessem descansar das tensões a que eram submetidos... Pessoa bonita, sensível, tranquila, solidária, Iara conseguia traduzir na prática o conselho do Guevara ‘endurecer-se sem perder a ternura’, já que as

²²³ Idem, p.99.

²²⁴ Idem, p.127.

²²⁵ Idem, p.348-349.

condições adversas em que vivíamos podiam nos tornar indiferentes à dor alheia.²²⁶

A posição de Iara diante da luta provocou impressões diversas e, podemos dizer, contraditórias, em seus companheiros. Há quem não tenha conseguido enxergar para além de seus relacionamentos afetivos com os militantes, principalmente com Carlos Lamarca, e há quem a veja como uma militante “combativa nas pequenas causas e apaixonada pela justiça, como conta Ecléa Bosi para Judith”²²⁷. O fato é que a militância de Iara foi muito significativa, assim como Dulce e Renata, ela desempenhou diversas tarefas nas organizações.

Ainda em 1967, antes de entrar na VPR, ela “recebeu da POLOP a incumbência de fazer contatos políticos na Guanabara, ligados ao congresso da UNE. A quem perguntasse, iria à 19ª reunião da SBPC, de 9 a 15 de julho.”²²⁸ Ainda em 1968, Iara

Ajeitou ser enviada à Bahia para contatar grupos clandestinos, um trabalho da Organização e a Dissidência da Guanabara. Marcos Medeiros seria o companheiro de viagem. Desde o congresso em Valinhos escreviam-se.²²⁹

Durante o segundo semestre de 1968 Iara cobriu pontos e levou mensagens, tarefa vital à dinâmica da Organização. Datilografou e distribuiu o jornal. Fez levantamento e transbordos – passagem dos malotes bancários de um carro a outro. Aprendeu a atirar. Espinosa e ela embrenhavam-se na fazenda junto à rodovia Castelo Branco onde é hoje Alphaville.²³⁰

Ou seja, em 1968 já percebemos uma atividade bastante intensa de Iara na organização. Neste momento ela havia saído da Polop e estava na VPR, cumprindo tarefas diversas, desde pertencendo ao “setor intelectual” e promovendo os debates de discussões teóricas, até fazendo contatos políticos, cobrindo pontos, realizando levantamentos de áreas de interesse da organização, datilografando e distribuindo jornais, assim como levando e trazendo mensagens de militantes.

Essas tarefas, que apesar de serem minuciosas se forem comparadas à participação em grandes ações diretas, eram de extrema importância para o funcionamento do grupo, e, inclusive, perigosas, visto que o processo de deslocamento constante colocava sua vida e dos companheiros/as em risco. Podemos observar que as mesmas tarefas foram

²²⁶ ETIENNE ROMEU, Inês apud PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.349.

²²⁷ Idem, p.93.

²²⁸ Idem, p.169.

²²⁹ Idem, p.193.

²³⁰ Idem, p.244.

realizadas por diferentes militantes. Dulce Maia efetuou ações como Iara de levantamento de áreas, e Damaris Lucena realizou as mesmas tarefas que Dulce, como guardar muitos objetos e pessoas em sua casa.

Nossa função na VPR era apoio logístico. Eles confiavam muito na gente. A casa da Lima e Silva era um aparelho da Organização. Foi montada uma oficina de fazer armas, um negócio tão bem-feito que as granadas ficavam iguais às do Exército. O “Doutor”, embora sem um olho, era muito bom nessas coisas. Nós ficávamos mais nos bastidores, mas uma vez eu participei de uma ação: a expropriação de explosivos na pedreira de Cajamar. Só eu e a Dulce Maia de mulheres. A Telma tinha 10 meses, mas foi junto, para ajudar a disfarçar. Guardávamos tudo o que a Organização tinha: armas, fardas, livros, papelada interna, dinheiro, companheiros perseguidos e clandestinos. O “Doutor” viajava para o campo, construía casas na área que seria da guerrilha.²³¹

Nesse trecho, Damaris nos indica algumas ações diferentes que cumpriu em sua militância: apoio logístico sendo responsável pela casa que servia como aparelho da Organização, e a expropriação de explosivos junto de Dulce Maia. A respeito dessa última, Damaris conta com mais detalhes como se deu sua participação:

Nós fomos fazer uma ação e levamos ela, pequenininha. [Aponta para Ângela Telma, sua filha]. Fomos fazer uma ação lá em... em Cajamar, a Dulce Maia, eu, Pedro Lobo, o Diógenes e mais outros companheiros, e levamos ela pequenininha [risos] para dar, como se diz, dar fachada. Ela era pequenininha no colo [risos], e a Dulce Maia com ela no colo e nós ia com tanta arma dentro do carro. E aí a polícia chegou e passou “ah, a menininha tá com febre e não sei o que...” e eu também “e a mãe tá com febre também” aí passamos... Nós não encontramos os explosivos naquele dia, nós fomos atrás e não encontramos. Mas depois na outra vez, nós fomos e trouxemos os explosivos. Nós fomos, ele foi a pessoa que indicou para nós foi atrás e descobriu onde é que estava o explosivo e nós fomos buscar. Chegamos lá, já se... já se colocou ele, ele já tinha deixado organizado porque ele sabia, ele trabalhava lá. Ele deixou tudo organizado, já botou no carro e já viemos embora. Já não teve mais problema naquela noite. E aquele cheiro forte que tem, dinamite né... esquisito, aquilo tem um cheiro muito forte. Mas naquela noite não teve problema porque era... era uma noite muito quente e não tinha policiamento, nada. A gente passou sem problema. E assim, poucas ações que eu tomei parte, assim, não tomei parte em muitas ações porque era muito perigoso porque eu que tomava conta da casa com toda aquela aparelhagem de arma, de dinheiro, de uniforme, de livro e de pessoas, eu não podia estar muito envolvida porque era perigoso.²³²

²³¹ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.46-47.

²³² LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Como Damaris afirma, ela não fez parte de muitas ações. De fato, quando falamos dos episódios mais conhecidos nas organizações, como expropriações e sequestros, não encontramos a presença dela. Suas tarefas principais eram cuidar de aparelhos e realizar fachada de família, visto que já era uma militante casada e que tinha filhos, o que “facilitou” a decisão.

O mesmo documento que trouxemos aqui anteriormente, permite visualizar uma acusação contra Damaris por cumprir tarefa de cuidar de aparelho, confirmando o perigo que ela afirmou que tinha essa função.

29. ADAMARIS DE OLIVEIRA LUCENA, fl.2591. esposa do terrorista Antonio Raimundo de Lucena e mãe do terrorista Ariston de Oliveira Lucena, esta denunciada recebeu da organização documento falso, com o nome de MARIA LUIZA DE ARRUDA, com o qual adquiriu a casa e terreno situados em Atibaia onde foi instalado um aparelho, depositadas armas – inclusive as roubadas por Carlos Lamarca do 4º Regimento de Infantaria – e dinheiro procedente de assaltos a bancos, além de instrumentos cirúrgicos roubados pela organização do Pronto Socorro Santa Lúcia. Acha-se banida do território nacional, trocada que foi pela vida do cônsul japonês em São Paulo. Está incurso nas sanções dos artigos 14 e 42 do decreto-lei 898/69.²³³

Isto é, apesar de não participar diretamente das ações de expropriações, sua casa era uma das que guardava o dinheiro advindo dessas situações, e isso implicava muitos riscos. Nossas fontes indicam que no ano seguinte, 1969, outras mulheres farão as mesmas tarefas que Damaris, como cuidar de aparelhos e cumprir fachada de família. Antes de falar disso, gostaríamos de trazer mais um exemplo de ações que foram praticadas por elas ainda em 1968, neste caso por Jovelina Tonello.

Jô “topava tudo o que ele (Neto) falava” – a expressão é dela – e lá pelo meio do ano a “necessidade da luta” convocou os serviços do bebê, um bom disfarce para que Jô fosse distribuir panfletos, Ernesto Carlos no carrinho, algumas bombas caseiras na bolsa que carregava. Houve uma passeata, um rápido confronto com a polícia, e de repente lá estava Jô ajudando o marido e outros companheiros a expropriar meio na marra a arma de um policial.²³⁴

Aqui temos Jovelina distribuindo panfletos, disfarçada de mãe de família, já que de fato ter um filho possibilitava isso. Ela cumpriu função de mãe que estava passeando com seu bebê, e assim realizou com os companheiros a expropriação de uma arma de policial. Também não encontramos fontes que mostrem sua participação em ações

²³³ Documento de 04/02/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital

²³⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.151.

famosas da organização, mas era alguém que estava ali colocando sua vida em risco mesmo nas tarefas menos “evidentes”, mostrando que a participação das mulheres nos grupos se deu em diversos âmbitos e setores.

O ano de 1969 vai ser marcado por grandes acontecimentos, mas as mulheres continuaram fazendo as tarefas que estavam acostumadas. Dulce e Damaris continuaram guardando pessoas e objetos importantes em suas casas. Essa prática é relatada por Damaris da seguinte forma,

Nós estávamos na VPR desde 62, 63 nós já estávamos na VPR. Aí começou a prisão dos companheiros já em 62, 63 já começou prendendo os companheiros. E a gente, que a nossa casa era um... Aparelho que ia todo mundo lá. Que foi até um erro que nós cometemos alugar um aparelho para ir todo mundo. Que tinha que ser só a gente. Nós guardávamos as armas. Nós guardávamos os livros. Nós guardávamos as roupas. Guardava remédio. Guardava dinheiro. Era uma coisa assim muito importante aquele aparelho. Mas aí muita gente conhecia. Entre essa muita gente que conhecia foram sendo presos e quando essa gente foi sendo presa, nós tivemos que ficar clandestinos.²³⁵

Aqui está mais uma questão que se coloca ao lidar com as fontes de memória, pois ela diz que pertenciam à VPR “desde 62, 63”. Não temos indícios de que a VPR existisse já nesses anos, tendo sido oficializada apenas em 1968, mas provavelmente Damaris lembra dessa data como o início da sua militância em organizações de caráter mais radical. Em outra fonte, ela conta como se sentia fazendo suas tarefas.

Era muita tensão. Muita tensão. Por exemplo, conduzir armas de um lado a outros para os companheiros levar para as bases, aí você levar as armas era muita tensão, cê ficava muito aterrorizado porque era aquele mundaréu de arma dentro do carro...²³⁶

As militantes viviam em constante tensão, pois a possibilidade e o medo de que fossem pegas era sempre muito real. Nesses casos, eles construía algumas estratégias para tentar despistar quaisquer suspeitas de suas atividades, como relata Damaris em um dia que soube que a polícia estava em sua casa. “Eu falei “nossa, então vamos ficar quieto”. Nós tínhamos muito livro, nós tínhamos muita coisa, começamos a tacar fogo

²³⁵ VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.14. SIC.

²³⁶ LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. 2010. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=2082s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

nos livros, a cavar os buracos e enfiar os livros dentro e tapar porque ficamos com medo de ser preso e ser torturado.”²³⁷

Ela também conta sobre uma ação que foi fazer junto com seu filho transportando armas, e o carro que dirigiam estragou. Eles ficaram na estrada e alguns policiais que estavam por ali os abordaram para saber se estava tudo bem. Por pouco não foram descobertos, mas voltaremos a esse caso quando falarmos sobre as dificuldades que existiam ao se organizarem na clandestinidade.

Como dissemos, Dulce Maia continuou realizando as mesmas ações até o começo de 1969, pouco antes de ser presa. Nesses dois trechos ela ressalta suas atividades como motorista.

Porque eu fui entregar o cabo Mariani e o soldado José Birato, que foi morto, o soldado José Birato, na casa do João Francisco Guarnieri. E, quem me atendeu, me recebeu. Recebemos, foi a Vânia Santana, a viúva de Guarnieri, que estava grávida, por sinal, uma barriga grande. Eu entreguei os dois, eu tinha guardado muita gente, tinha guardado muito material, limpei aparelho, fiquei o dia todo fazendo, que tinham sido presos, haviam sido presos quatro companheiros naquela... No caminhão lá de Itapeperica da Serra, se não me falha a memória.²³⁸

Eu tinha que ficar correndo atrás dos amigos e ficar guardando pessoas que estavam correndo risco de ser presos. E daí de última hora eu vi que eu tinha guardado todo mundo, e eu teria lugar para ir, claro, mas eu não sei por que razão, eu fiquei querendo colo materno. Eu fui para casa de meus pais e lá eu fui presa porque eu não sabia que um dos presos lá em Itapeperica da Serra, conhecia a casa de meus pais.²³⁹

Dulce passou todo o dia 26 de janeiro transportando militantes e ao final, quando quis ir até a casa de sua mãe por considerar que lá seria um lugar seguro, foi presa após outro militante que já tinha sido pego delatar o local. Isso indica o que já apontamos, que realizar essas tarefas que não são as que ganhavam evidência na grande imprensa, podem parecer de menor importância, mas ao contrário disso, eram algumas das tarefas mais perigosas, e as militantes tinham noção ao aceitarem. Adiante analisaremos o que Dulce conta sobre o período que passou na prisão, em um tópico que merece atenção especial sobre a atuação do Terrorismo de Estado.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022., p.2. [SIC].

²³⁹ MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. 2010. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=2082s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

Foi também nesse ano que ela recebeu treinamento de tiro de um dos companheiros mais conhecidos nas ações armadas, Carlos Lamarca, por quem ela teve muito apreço.

Dulce recebeu aulas de Lamarca no famoso curso de tiro a bancárias, que o quartel ofereceu ao Banco Brasileiro de Descontos, depois da “expropriação”.

- Fui várias vezes ao 4º. RI e à casa dele, na Vila Militar em Quitaúna. Sinto grande amor por Lamarca.²⁴⁰

Sua dupla na militância, Renata Ferraz Guerra de Andrade, também recebeu treinamentos de tiros, mas de outro militante, como ela conta em entrevistada à Judith Patarra.

Quando começamos a fazer ações armadas, havia disputas pelo privilégio de participar. Eu, desde o começo, fiquei participando do setor logístico da organização, que era o que se ocupava da participação direta. Mas eram poucos. A maior parte dos militantes desse setor eram originários da outra ala, do MNR. A gente fez um treinamento meio precário. Algumas pessoas tinham estado em Cuba, era usual fazer o curso lá, voltar e dar treinamento. Meu primeiro treinamento quem deu foi João Lucas Alves, nosso primeiro morto, nossa primeira perda. Ele foi preso e torturado até a morte. Acho que em 69 em BH. Antes da onda de quedas.²⁴¹

A fonte não indica se o treinamento aconteceu de fato em 1969, mas acreditamos que tenha sido entre o final de 1968 e o começo desse ano, antes da prisão de Dulce Maia, pois Renata conta um episódio que analisaremos em outro tópico, em que treinaram juntas e quase foram pegas. Foi também nesse mesmo ano que Dulce apareceu como dirigente da VPR ao lado de Iara Iavelberg e outros militantes, como demonstra a acusação contra Sergio Pereira de Souza Lima, em documento já analisado por nós.

Fizeram parte da base de arquiteto, em sua companhia SERGIO FERRO PEREIRA, CARLOS HENRIQUE HECK, JULIO BARONE e RODRIGO BROTERC LEFEVRE, que promoviam reuniões de caráter político, com os seguintes dirigentes da V.P.R.: DIOGENES DE SOUZA CARVALHO, vulgo “Luiz”, DULCE DE SOUZA, vulgo “Judith”, ARISTON LUCENA, ONOFRE PINTO, vulgo “Augusto”, PEDRO LOBO DE OLIVEIRA, vulgo “Gegê”, JOSE RONALDO TAVARES DE LIRA E SILVA, vulgo “Roberto Gordo”, CARLOS LAMARCA, vulgo “Cid”, JOSE RAIMUNDO DA COSTA, vulgo “Moisés”, LADISLAS DOWBOR, vulgo “Jamil”, IARA

²⁴⁰ PATARRA, Judith Liebllich. *Iara*: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.204.

²⁴¹ Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

IABELBERG, vulgo “Norma”, JOSE MARIANA FERREIRA, vulgo “Cabo Mariane”.²⁴²

Esse documento embora seja datado em 1971, traz em seu conteúdo ações que aconteceram em 1968, 1969 e 1970. Em sua página inicial está escrito que,

Instaurou-se o presente procedimento policial, para dar continuidade às investigações contra os integrantes da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA – V.P.R, que continuaram a agir contra a Segurança Nacional, subvertendo a ordem e praticando atos de terror, atentatórios contra a estrutura sócio-política do país, através dos elementos supra qualificados, alguns dos quais já banidos do território pátrio.²⁴³

Ou seja, a mesma semelhança com outras acusações de que os militantes agiam contra a Segurança Nacional e promovendo o terror. Nele, Iara aparece como uma das dirigentes da VPR como vimos no trecho anterior ao falarmos de Dulce, mas não vai muito além disso sobre as ações dela, só ressalta que

Em companhia de SERGIO FERRO PEREIRA esteve no Estado da Guanabara onde, após encontrarem com YARA YABELBERG, - vulgo “Celia”, foram levados de olhos vendados a um local, para participar de um Congresso da V.P.R. Auxiliou o Grupo de Arquitetos a esconder YARA YABELBERG, vulgo “Celia”, por ocasião de sua fuga da área de Jacupiranga, tendo posteriormente, promovido uma reunião na casa de sua mãe, onde ela esteve presente. [...] Participou do II Congresso ocorrido no Estado da Guanabara, onde foram discutidos problemas da organização, tendo viajado em sua companhia JULIO BARONE, sendo levados para o local por YARA YABELBERG de olhos vendados.²⁴⁴

Isto é, há mais de uma citação em que ela aparece como sendo a responsável por transportar militantes até o congresso da organização. Dessa forma, sabemos que essa era mais uma das ações que continuou realizando em 1969.

Como dissemos, 1969 foi um ano marcado por acontecimentos importantes para as organizações. Um desses acontecimentos foi o Congresso que deu origem à VAR-Palmares, organização fundada através da fusão de militantes da VPR e do Colina. Para a formalização da VAR, foram realizadas mais de uma reunião que podem ser entendidas como conferências e congressos, que duraram mais de um mês até a criação de fato, como vimos no capítulo 1.

Foram feitos pelo menos dois grandes congressos, em Mongaguá – SP e em Teresópolis – RJ, até que, enfim, se consolidasse o que seria a VAR-Palmares e a nova

²⁴² Documento de 10/05/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

VPR. Iara, Maria do Carmo e Jovelina são mulheres que participaram desse processo de modos distintos.

Iara foi encarregada dos contatos e circulação de documentos preparatórios ao encontro em Mongaguá, litoral Sul de São Paulo, quando VPR e COLINA dariam origem a um novo agrupamento, a Vanguarda Armada Revolucionária – VAR-Palmares.²⁴⁵

Já Jovelina e os filhos,

No começo de 69 voltaram à capital, a tomar conta de um aparelhão em Vila Formoso – o que escondia o casal Lamarca e Iara, muito frequentado, entre outros, por Mário Japa, Lia, Cristina (Ana Matilde) e seu então companheiro Diogo (Fernando Mesquita). Jô se deu bem com o capitão – e vice-versa. Em junho, para melhorar a fachada de uma arriscada viagem a Mongaguá – ao congresso que formalizaria a criação da VAR-Palmares – Jô e o filho embarcam num fusca. Espinosa ao volante, Cristina ao lado dele, Lamarca, ela e Ernesto Carlos atrás. [...] Jô foi a doméstica do congresso de Mongaguá. Estava lá por Neto – “fazia parte do casamento” – mas “achava os companheiros maravilhosos” e “achava bonito o que estavam fazendo”. Teve uns certos entreveros com Cristina – que a tratou como empregada e certa vez se fez passar por mãe de Ernesto Carlos -, mas nada que a desanimasse.²⁴⁶

Maklouf não traz detalhes de quais seriam os “entreveros” que Cristina e Jovelina teriam tido. A fonte indica que ela participou cumprindo fachada, mas que se fez mais presente por consideração à participação que o marido tinha na organização. De qualquer modo, não deixa de ser alguém que esteve ali e que poderia auxiliar no que fosse necessário.

Com relação à participação de Maria do Carmo - e ainda de Iara -, o documento de 10 de agosto de 1970 que trata da acusação de “Neusa Maria Messias da Cunha e outros”, traz informações sobre mais de 60 militantes. Na página inicial consta que é de “Origem: DOPS “Processo VAR-Palmares” e o crime é “Lei de Segurança Nacional”.

Refere-se à denúncia do representante do Ministério Público contra os 68 militantes listados, pela participação na VAR-Palmares.

Trata o presente inquérito da organização clandestina “VAR-PALMARES” e de sua atividade subversivo-terrorista na Cidade de São Paulo, com ramificações para outras regiões do Estado. Em se tratando de uma organização constituída por um elevado número de células, cuja fisiologia é o resultante da atividade harmônica de tôdas

²⁴⁵ PATARRA, Judith Lieblch. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.294.

²⁴⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.151-152.

elas ou de grande parte, nem sempre é possível fixar-se a exata participação isolada de cada um dos ora denunciados, o que não implica na impossibilidade da fixação da responsabilidade deles, já que existente uma coautoria e todos são igualmente responsáveis pelos atos delitivos do grupo.²⁴⁷

Nota-se que a escrita trata da organização como de caráter “subversivo-terrorista”, o que fazia parte da visão dos órgãos da repressão a respeito desses sujeitos, assim como todos são colocados sob a mesma responsabilidade pelas ações do grupo, não importando se os denunciados tivessem - de fato - ou não alguma relação com a organização.

O documento segue trazendo informações sobre a criação da VAR-Palmares a partir da fusão do COLINA com parte da VPR no congresso realizado em 1969. É notável que Maria do Carmo Brito aparece como alguém que teve um papel de relevância neste congresso, ao lado de alguns dos nomes mais conhecidos da organização. “Nessa reunião, segundo o próprio Espinosa, tiveram papel de relevo Cláudio de Souza Ribeiro, Carlos Lamarca, Juarez de Brito, Maria do Carmo Brito, Pedro Garcia Pacheco.”²⁴⁸

Posteriormente trata também de um outro congresso em setembro do mesmo ano, para discutir a cisão da VAR. As posições se dividiam entre aqueles que sentiam a necessidade de intensificar as ações de caráter militarista em oposição aos que não queriam avançar dessa maneira naquele momento. A divergência ocasionou o que ficou conhecido como “o racha”.

O comando do denominado grupo do “racha” é constituído, depois do relatado, por José de Araújo da Nóbrega, José Ronaldo Tavares de Lima e Silva, Wellington Moreira Diniz, Celso Lungaretti, Tereza Angelo, Joaquim Venturini Filho, Iara Iavelberg (amante de Lamarca), Darci Rodrigues, Carlos Igo, Cláudio de Souza Ribeiro, Chizuo Osawa, José Raimundo da Costa, Juarez e Maria do Carmo de Brito, José Mariane, Ladislav Dowbor, Yoshitane Fugimore, Manoel Dias do Nascimento, Carlos Alberto Soares de Freitas e outros (fls. 18v).²⁴⁹

Iara e Maria do Carmo aparecem então como mulheres que ocuparam o comando do grupo que se formou a partir desse congresso. Aqui, cabe atenção para como Iara é descrita no documento “(amante de Lamarca)”. Outra mulher, Maria Joana Teles, também irá “receber” esse adjetivo em outra parte desse arquivo. Em muitos documentos da repressão encontramos os termos de “amásia” e “amante” ao tratarem de alguma mulher,

²⁴⁷ Documento de 10/08/1970, encontrado em arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

e isso também se estendia para os noticiários de grandes jornais da época. É o caso da notícia de 17 de junho de 1970 realizada pelo “O Globo”²⁵⁰.



Embora não esteja centralizada e em nenhuma manchete, quando visualizamos a página da notícia no jornal é este recorte de “Iara, amante de Lamarca” que aparece como o primeiro texto, apesar da notícia não ser inteiramente dedicada a ela. Abaixo da escrita e de sua foto, é possível ler o seguinte texto:

Iara Iavelberg, amante de Carlos Lamarca, está sendo apontada pelas autoridades de Segurança como participante ativa do sequestro do Embaixador alemão. Iara tem um irmão, Samuel Iavelberg, que juntamente com a esposa, Miriam Abramova Iavelberg, é militante da organização subversiva VAR-Palmares. A participação de Iara é interpretada como afirmação de prestígio junto a Lamarca, cuja esposa, hoje em Cuba com os filhos, era apontada como pessoa doente, que criava sérios entraves à vida irregular de ativista subversivo do ex-oficial, principalmente quando êle atravessou grandes dificuldades financeiras.²⁵¹

Ressaltamos que o texto diz o seguinte:

A participação de Iara é interpretada como afirmação de prestígio junto a Lamarca, cuja esposa, hoje em Cuba com os filhos, era apontada como pessoa doente, que criava sérios entraves à vida irregular de ativista subversivo do ex-oficial.²⁵²

²⁵⁰ O GLOBO. São Paulo, 17 jun. 1970. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019700617> > Acesso em 20 jun. 2021

²⁵¹ Idem.

²⁵² Idem.

Ou seja, em tom apelativo, ressalta que Lamarca tem uma esposa doente que cria entraves à vida que ele escolheu como “subversivo”, enquanto Iara é a mulher que o acompanha nessa vida como “amante” e de prestígio. É importante entender que os jornais enquanto fontes históricas também possuem as suas intencionalidades.

Uma escrita dessa maneira com elementos específicos evidenciados, como esses que chamamos atenção acima, estimula nos leitores a visão que o jornal possuía e desejava propagar sobre militantes. Iara não é só a terrorista que participa da luta armada, mas também a amante em um relacionamento cuja esposa está doente e foi mandada embora junto com os filhos.

Retornando ao documento, Iara aparece como figura importante na organização da VAR.

YARA YAVELBERG, ao lado de Dilma Vana e Miriam Abramovai, é a figura relevante de mulher dentro da VAR-Palmares. Tão ativa é a sua participação nos movimentos subversivos, que Maria Cora Sacomani, ainda antes da própria existência da Var, participou de reuniões clandestinas na casa de Miriam e dos Iavelbergs. Dilma Vânia coloca Yara entre as figuras que se sobressaíam. A fls. 642/646 é citada entre as participantes dos encontros realizados no apartamento da rua da Consolação, já referidos. Não há dúvida sobre a sua criminosa atuação.²⁵³

Já Maria do Carmo Brito tem sua descrição junto com a de seu marido da época, Juarez de Brito.

JUAREZ DE BRITO e MARIA DO CARMO BRITO, no campo da subversão, nivelam-se a Lamarca, Lungaretti, João Batista de Souza. Seus nomes aparecem ligados a quase todas as ações da Var. Eram os “donos” da Colina e, no congresso de Mongaguá fizeram a fusão com a V.P.R. Apoderaram-se e fizeram uso do dinheiro furtado na casa de Ana Capriglione. Participaram da reunião onde houve o “racha”. Assaltantes de bancos, falsificadores, pessoas de periculosidade extrema.²⁵⁴

Nota-se que Maria do Carmo Brito foi retratada como alguém de “periculosidade extrema” devido a sua suposta participação em assaltos a bancos e falsificações, e por ser acusada de praticar assalto à casa de Ana Capriglione. Logo trataremos dessa ação específica, antes desejamos fazer um comentário de que ao final desse documento, Iara

²⁵³ Documento de 10/08/1970, encontrado em arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

²⁵⁴ Idem.

aparece como criminalizada pelo art. 21 do Decreto-Lei nº 314 de 1967²⁵⁵, “com a agravante do art. 43 III do mesmo decreto-lei”.

Segundo informação que consta no site da Câmara dos Deputados, o decreto “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.” Os artigos que Iara e outros militantes foram criminalizados, diz respeito a:

Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 43. São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime:

III - ter, no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigido a atividade dos demais agentes²⁵⁶.

Sendo que no arquivo onde o documento se encontra, consta as fases que esse processo teve e o resultado do julgamento na primeira fase. Iara foi condenada à pena de 15 meses de reclusão (artigo 12).

Art. 12. Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades pre-judiciais ou perigosas à segurança nacional: Pena - reclusão, de 1 a 5 anos.²⁵⁷

Em outro documento que já citamos aqui, de 4 de fevereiro de 1971, que trata de denúncias de ações que militantes teriam cometido enquanto estavam em diferentes organizações, portanto se refere à data de 1969 e 1970, ela também foi acusada de participar de reuniões.

36. IARA IAVELBERG ou IARA HABENKORN, fl.2425, foragida, qualificada indiretamente a fl.2425, é apontada no inquérito policial que embasa a presente Denúncia como integrante da VPR, tendo participado de reuniões de cúpula da organização subversiva. Nos documentos apreendidos com Eduardo Kugelmas (fl.2415 a 2424) há alguns em que constam referências à acusada. Está incurso nas sanções dos artigos 14, 25 e 42 do decreto-lei 898/69.²⁵⁸

²⁵⁵ BRASIL. Constituição (1967). Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. . Brasília, 13 mar. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Documento de 04/02/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

A mesma fonte traz uma acusação contra Miguel Varone, que nos permite visualizar uma das tarefas realizadas por Maria do Carmo Brito, já que o documento diz que Miguel levou documentos para ela. “Foi, ainda, no cumprimento de tarefas para a organização criminosa, que viajou ao Rio de Janeiro, levando documentos para Maria do Carmo Brito e trazendo, de volta para São Paulo, documentos para ‘Miguel’.”²⁵⁹

Posteriormente Maria do Carmo Brito aparece, agora com acusação própria, como uma mulher que realizou várias tarefas nas organizações em que militou,

34. MARIA DO CARMO BRITO, banida do território nacional, fl. 2356, depois de militar nas organizações subversivas auto-denominadas Partido Comunista Brasileiro, POLOP, COLINA, VAR PALMARES, filiou-se à VPR, após o denominado “racha”, tendo participado da reunião em que foi decidida a montagem de áreas de treinamento de guerrilhas; fez levantamento na região norte do Rio Grande do Sul, visando à formação de focos de guerrilha rural, entregando o resultado a Lamarca. No “congresso” da VPR, em novembro de 1969, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, passou a integrar a direção da VPR, ao lado de Lamarca, Dowbor. Em fins de 1969 participou da montagem da Companhia Pesqueira do Alto Uruguai, em Três Passos, cuja finalidade era dar aparência honesta a um núcleo da organização, e apoiar as guerrilhas projetadas. Está incurso nas sanções dos artigos 14, 25 e 42 do decreto-lei 898/69.²⁶⁰

Como consta no documento, Maria do Carmo chegou a ocupar o comando de direção da VPR em determinado momento. Essa foi uma das poucas organizações armadas que temos conhecimento de que tiveram mulheres no comando principal. Apesar dessa função, nota-se que Maria do Carmo também realizou outras tarefas, como o levantamento de áreas para treinamentos de guerrilha e montagens de fachadas. Neste caso, estamos lidando com uma mulher que participou da organização realizando funções distintas, desde tarefas básicas até a posição de comando, uma das maiores funções no grupo. Inclusive, quando é selecionada para ocupar o comando da VPR, tenta recusar e sugere que seja assumido por seu marido, Juarez, como vimos no capítulo anterior.

Sendo assim, estamos lidando com uma mulher que mesmo tendo a possibilidade de cumprir função considerada de grande relevância, pensou em recusar. Ainda que o caso de Maria do Carmo Brito não se configure como uma regra para pensar a participação de todas as mulheres da organização, nos mostra como as questões que envolveram a articulação da luta armada são bastante complexas. É importante lembrar

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

que esses sujeitos estavam se organizando na clandestinidade, ou seja, a partir de determinado momento a organização da luta aconteceu da maneira que era possível, com as pessoas que ainda permaneciam nela e com o que dava para ser feito naquele momento, tendo em vista que muitos já haviam sido presos, mortos, ou banidos/exilados do país.

Por falar em se organizar na clandestinidade, os/as militantes precisavam construir estratégias que possibilitassem se manter clandestinos. Nesse sentido, é elaborada uma das maiores ações dos grupos de luta armada, que foi planejada pela VAR-Palmares, mas contou com a participação de militantes da VPR: o assalto ao cofre do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, o episódio que Maria do Carmo foi acusada de praticar assalto contra Ana Capriglione. Sobre esse acontecimento, vimos no capítulo I no tópico sobre as ações, como se desenvolveu.

Nessa ação, uma das mulheres que mais tem destaque por ter participado diretamente é Sonia Lafoz. Assim ela nos conta detalhes,

O Ademar de Barros, ele tinha uma amante né. Essa amante, todo mundo sabia, na imprensa, você sabia que ele tinha essa amante que era a Capriglione né. E ele roubava, roubava, roubava e não tinha, como hoje né... você tem os paraísos fiscais e tal, não tinha, então...ele ponzou num cofre e guardava na casa dessa amante. E um dos sobrinhos dessa amante, que tinha vínculos com a militância de esquerda, abriu para a gente. Aliás, tinham dois cofres, tinha um em Copacabana e um em Santa Tereza, cheios de dólar (risos). E ele abriu e colocou para a esquerda a possibilidade de se roubar este cofre. Aí houve um ‘bool’ de organizações né, na época, isso foi em 69, que resolveu fazer os cofres do Ademar. Em Santa Tereza era excelente porque Santa Tereza era uma casa, então era tranquilo de se fazer uma ação armada dessa natureza. Eram aqueles cofres antigos, pesadíssimos de ferro, então tinha todo um esquema de descer na madeira porque tinham umas escadas...porque era um casarão antigo, era daqueles de Santa Tereza, tinha uma escadaria, então a gente fez deslizar o cofre por essas madeiras, colocamos as madeiras assim para que o cofre deslizasse, para que a gente pudesse enfiar o cofre dentro da Aero Willys [barulho] (risos), com o peso vem pra baixo assim, quase fura os 4 pneus (risos). E aí saímos sem problema nenhum, sem dar nenhum tiro...e aí o segundo problema do cofre do Ademar, era abrir o cofre do Ademar com o tal do maçarico né. E isso ficou no aparelho com a gente, com os companheiros que foram abrir o cofre. E era muito engraçado porque era aquele maçarico antigo com água né, que saía água né...o maçarico você fazia assim e ele tem um mecanismo de sair água para esfriar né, o ferro. Então aquilo estava sendo aberto e as notinhas de dólar boiando dentro da água, né. E aí a gente pegava as notas, botamos um fio assim, e pendurava as notinhas para secar (risos). Foi muito engraçado, essa cena marcou assim, eu lembro até hoje as notinhas secando né, porque não tinha outro jeito de abrir aquele cofre né. E foi, aí depois esse dinheiro...bom, aí até hoje não se sabe muito bem o que que aconteceu com esse dinheiro né. 2 milhões e pouco, 2 milhões e 400 de dólar. É o

maior dinheiro que vi na minha vida, nunca mais vi... (risos). Nunca mais vi.²⁶¹

Sonia conta com detalhes como se deu essa ação e as dificuldades que enfrentaram. Notemos que os/as militantes tiveram conhecimento do dinheiro através de um sobrinho de Ana Capriglione, que estava envolvido na luta. Isso mostra a dedicação por parte dos sujeitos na militância, de realmente fazerem tudo pela revolução, inclusive denunciar o dinheiro que sua tia sabia onde estava, provavelmente pensando em como isso poderia ser bom e dar uma trégua nas ações das organizações.

Além disso, ela diz que não soube o que foi feito com todo o dinheiro. Como vimos que Maria do Carmo foi acusada de praticar assalto à casa de Ana, há vestígios de que ela tenha sido uma das únicas militantes que souberam o destino dos milhões adquiridos, como aponta Maklouf.

A dificuldade de esclarecer as coisas está relacionada ao apoio que a Embaixada da Argélia deu à guerrilha brasileira – um tema até hoje delicado. Apurei que o contato com um diplomata da embaixada, visando a guarda do dinheiro do cofre, foi responsabilidade de Maria do Carmo e de Juarez, seu marido e companheiro de direção. Não passou pela VPR (ou seja, não foi orgânico) e foi fruto de iniciativa pessoal. Depois que Juarez morreu – já veremos como – Maria do Carmo era a única que poderia restabelecer o contato, o que realmente fez (como contou acima) depois que saiu do Brasil. Sua resistência em abrir o nome do curador deve-se exclusivamente ao receio que ainda tem de acabar prejudicando pessoas que estão vivas.²⁶²

Ou seja, Maria do Carmo também esteve envolvida nessa ação, evidenciando mais uma vez a longa e intensa participação que teve como militante. Mas retornando à Sonia, essa não foi sua única tarefa no ano de 1969, ao contrário, ela praticou muitas ações importantes e perigosas, uma delas foi a fachada de irmã na cirurgia plástica que Carlos Lamarca se submeteu a fim de modificar seu rosto para despistar os militares, já que era um dos sujeitos mais procurados pela repressão.

Precisavam de uma mulher para fazer o papel da irmã. No início eu não sabia que era ele. Só soube no aparelho da Barra da Tijuca, uma casa antiga. Ele foi pra lá – e aí eu tive que fazer aquele papel de atriz, de irmã, dar a entender que ele seria meio afeminado, que precisaria arrumar o nariz.

A fachada foi disfarçar o Lamarca de gay?

²⁶¹ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. 2010. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=2082s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

²⁶² CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.131.

Foi. O médico sabia, mas a clínica não. A equipe de enfermagem, o anestesista, ninguém sabia. Então você tinha que entrar com a conversa de que era um paciente que queria melhorar a cara, o nariz, a arcada dentária, porque se achava feio e precisava se arrumar. Então, que justificativa que eu tinha que dar? Que era um homossexual! Hoje é comum, mas naquela época homem não fazia cirurgia plástica. Então a gente foi por aí. Na casa a gente ficou treinando com ele. Ele ficava puto.²⁶³

Certamente foi a ação mais delicada da sua vida do ponto de vista do risco, não?

Talvez sim. Ter uma direção daquele peso sob minha responsabilidade não era simples. O tempo também foi longo: alguns dias. Eu ficava numa certa tranquilidade porque os médicos da Organização disseram que era seguro, que estavam tranquilos. Mas se alguém dentro daquela clínica desconfiasse de qualquer coisa a gente seria pego em total tranquilidade. Eles iam cercar aquilo - e como é que a gente ia sair? Foi o risco do risco.²⁶⁴

As perguntas em negrito provavelmente foram feitas por Maklouf a ela. Aqui está uma ação atípica, provavelmente Sonia foi a única mulher que teve essa tarefa, já que se trata de um caso específico de cirurgia plástica. Ela deixa claro como sentia medo da possibilidade de serem pegos, mas também não deixou de tornar esse momento “divertido”, como ela conta para Luiz Makouf sobre os detalhes da ação.

Ao dizer que ficavam treinando, é questionada: “Treinando como?”. Ela responde,

“Olhe, você se comporte com mais delicadeza, você mexa assim com a mão”, coisas do gênero. Tinha que treinar um pouquinho. Eu tive que comprar umas cuequinhas vermelhas, umas coisas mais efeminadas, um pijaminha mais arrumado. A ideia era criar a melhor história possível, com detalhes.

Aí você chegou lá e mostrou a cuequinha vermelha?

Não de cara. Nós fomos arrumar a mala e ela ficou em cima da cama, “Eu não ponho isso”, ele disse. “Você põe”, eu disse. “Não vou pôr, eu não quero, eu não preciso disso”. A gente aproveitava pra fazer gozação. Ele ficava morrendo de irritado. Mas era uma pessoa muito doce, um gozador também. Entrou logo na brincadeira. “Vocês se cuidem, cuidado comigo”, dizia. Ficou uma coisa mais relaxada. O Lamarca era uma pessoa muito terna, alegre, brincalhona.²⁶⁵

É interessante analisar esse trecho, pois ele retrata a resistência de Lamarca em usar aquilo que lhe “caracterizaria” como um homem gay, o que serviria para “justificar” a cirurgia, já que, naquele tempo, isso seria considerado menos provável em um homem hétero. Ao olharmos para isso hoje, podemos estranhar e até mesmo questionar o cunho

²⁶³ Idem, p.377.

²⁶⁴ Idem, p.378.

²⁶⁵ Ibidem.

dessas brincadeiras. Será que atualmente, quando está muito mais evidente o debate acerca das questões relacionadas às mulheres, aos lgbtqiap+, e outras pautas diversas que abrangem os sujeitos marginalizados, isso seria tolerado? Ou será que a revolução que se intencione construir daqui em diante passará pela revisão dessas mínimas questões?

Pode ser que tenha quem acuse esses sujeitos de se colocarem como construtores do “homem novo”, mas manterem em suas práticas atitudes consideradas conservadoras/preconceituosas. O que conseguimos saber é que naquele momento essas discussões não eram o centro da organização, por motivos de interesses, mas principalmente pela falta de conhecimento ao que se tinha produzido até o momento.

Além dessa ação,

No primeiro semestre de 69 Sônia já aprendera a atirar – nas matas do Embu – e já fizera um curso rápido de preparação de explosivos. Moravam, então, num aparelho maior, com Mário Japa, Chael, João Domingos da Silva e mais um casal.

A prova de fogo definitiva de Sônia Lafoz aconteceu durante a exposição que o Exército resolveu montar na Praça da República – para mostrar o material subversivo apreendido na invasão do Conjunto Residencial da USP (Cruisp). Uma bomba lá dentro seria ideal para desmoralizar a pantomima – foi o que achou a Organização – e coube a ela a missão suicida. P.387

Era uma bomba de tempo, dentro de uma caixinha de metal, enfiada num livro de capa dura. Eu tinha que colocar o livro na exposição, nas prateleiras dos livros que eles tinham apreendido no Cruisp. Fiquei com medo de carregar aquilo: “Ai, meu Deus, e se esse trem não estiver bem regulado? Vai explodir em mim”. Mas entrei, fiquei observando o movimento e coloquei lá. Circulei um pouco e fui embora. O Fernando e o Chael me pegaram de carro ali na Praça da República mesmo. A bomba explodiu de madrugada. Foi programada pra 12 horas depois, pra não machucar ninguém. Dava medo, mas eu administrava bem. Na véspera ficava sempre muito angustiada, mas na hora administrava bem. Depois dava um suor, um choro, um pouquinho de taquicardia.²⁶⁶

Nesse trecho é possível identificar várias ações realizadas por Sonia: aprendeu a atirar, fez curso de preparação de explosivos e colocou bomba. Tarefas sempre marcadas por muito risco de vida que corria, assim como já vimos aqui através da experiência de outras mulheres. Também na companhia de Chael e Fernando Ruivo, seu companheiro, ela fez outras ações.

Minha primeira ação armada foi servir de chamariz para expropriar um carro às proximidades da avenida Angélica. Eu fui como prostituta, vestido mais curto. Houve uma preocupação de fazer o papel bem-feito.

²⁶⁶ Idem, p.387-388.

Estava com o Fernando e com o Chael. O carro serviu para uma ação de banco, essa sim pra valer. Fizemos um banco perto da Augusta. Eu usei uma Winchester .44 que era do Fernando. Foi muito fácil – mas houve, antes, uma tremenda discussão sobre colocar ou não uma meia na cara. Isso no maior calor. Mas ficou a meia: calor, casacão pra esconder a arma e ainda a meia na cara. Eu me lembro do Fernando, do Chael. Eu entrei no banco. Minha parte era recolher o dinheiro.²⁶⁷

Percebe-se que ao falar que fez a ação como prostituta e que usou até um “vestido mais curto”, ela mostra a preocupação que tinham com os mínimos detalhes, em não dar pista de quem de fato eram e o que estavam fazendo, mas realmente tornar “característica” a imagem que queriam passar. Nessa ação sua função era recolher o dinheiro, mas ela estava armada. Sonia participou de muitas ações armadas de fato, ela é lembrada por companheiros como uma mulher que sabia atirar muito bem. Falaremos disso quando tratarmos dos sequestros que aconteceram no ano de 1970, do qual ela fez parte.

O final de 1969 vai ser marcado pelos levantamentos e treinamentos em áreas rurais a fim de tentar estabelecer a guerrilha, assim como os preparativos que levariam ao Vale do Ribeira em 1970. Nesse processo, Tercina Dias aparece auxiliando.

Foi no sítio que Tercina conheceu Lamarca – já disposta a mudar-se para a escola de treinamento da VPR. Neto lhe havia feito o convite de cara, num dos poucos encontros que tiveram depois que ele voltou a São Paulo. Ela topou do mesmo jeito, sem pensar duas vezes e sabendo do que se tratava, engajada por inteiro que já estava na luta. [...] A levaram de Osasco para Santos, com os três netos. Ficou primeiro em um aparelho, depois num hotel modesto – onde os Bergel a visitavam regularmente. Como a infra do Vale ainda não estava pronta, voltou para São Paulo, ocupando um aparelho no Jardim da Penha, depois mais outro de que não se lembra mais, novamente o sítio de Neto e Jô e finalmente a Capelinha, ali por novembro.²⁶⁸

Tercina, conhecida como “Tia”, sempre cumpriu essas funções de fachadas de famílias, principalmente por ser alguém que tinha contato frequente com crianças já que cuidava de seus netos, filhos de Jovelina e Manoel. Ela não foi a única a participar de “escola de treinamento”. Apesar de não sabermos a data exata, o livro de Patarra traz informações mostrando que Iara e Maria também faziam essas tarefas.

Chegou o dia em que tornaram a levá-la à chácara de Pirituba. Deveria subir repetidamente o morro, arrancar raízes de mandioca, acostumando-se ao que a esperava na Serra. A preparação, que lhe valia ataques agressivos, limitava-se à ginástica numa esteira e bronzear-se. Maria do Carmo, algumas vezes no aparelho, rigorosa consigo e os outros, ajudou a apanhar mandioca e simulava recriminá-la.

²⁶⁷ Idem, p.386.

²⁶⁸ Idem, p.153.

- Ginastiquinha! E esse monte de árvores aí? Você precisa subir nelas.
- Enquanto não chegar no acampamento, fico limpinha e sossegada nas minhas flexões.
- Eu, quadrada e chata, sabia que era contra-senso. No entanto calava-me. Assumir-se feminina em meio à nossa rigidez demandava grande coragem. Eu sentia amizade, respeito e carinho por ela. Então, embora discordasse, defendia-a.
- Além do desajeito, mulher menstruada não entra na água – agrediam os sargentos. – A coluna atravessa um rio, ela fica.
- Devagar, companheiro. A medicina já provou que mênstruo não sobe à cabeça. Até lavamos o cabelo!²⁶⁹

Como dissemos, os treinamentos em áreas rurais, neste caso em uma chácara, tinham a finalidade de estabelecer a guerrilha para aqueles que acreditavam que esse era o caminho que permitiria a concretização da revolução. Nesse trecho podemos ver o comentário de um companheiro sobre a participação das mulheres nesse tipo de tarefa, marcando uma posição bastante agressiva ao indicar que mulher menstruada não deveria entrar na água.

O ano de 1970, assim como 1969, é marcado por grandes e importantes acontecimentos. É o ano em que após a repressão ter se intensificado e desenvolvido as suas formas de combate, muitos militantes apelaram a sequestros de figuras políticas importantes a fim de trocar pelos companheiros que estavam presos. Também é o ano em que acontece o treinamento no Vale do Ribeira, que, segundo Carla Silva, foi estruturado dessa forma

Inicialmente houve o estabelecimento do campo de guerrilha num local entre o litoral de São Paulo e Curitiba, conhecido como Sítio Palmital. Seria, adiante, conhecido como área 1. Havia um ponto de apoio, no litoral, fora da zona da mata, que era uma casa em Peruíbe. E por fim, a área um pouco mais extensa onde os treinamentos teriam avançado, a Zona 2, sobre a qual há a maior controvérsia sobre como foi que ela caiu, já que a área 1 já estava desativada quando foi entregue na tortura.²⁷⁰

A historiadora ainda afirma que,

A experiência histórica do Vale da Ribeira é uma das mais importantes do ponto de vista da preparação para a luta armada nos anos de resistência à ditadura no Brasil. Denotou uma opção para realizar treinamentos no Brasil, o que era uma necessidade e poderia ter tido

²⁶⁹ PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.357.

²⁷⁰ SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR**: a vanguarda popular revolucionária. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.166.

muitos frutos, apesar das inúmeras condições adversas. Foi um momento de colocar em prática um projeto, que acabou ficando na lembrança como tendo sido o projeto de um único homem, Calos Lamarca.²⁷¹

Tivemos algumas mulheres presentes no processo que envolve essa experiência. Damaris Lucena aparece novamente cumprindo sua tarefa de guardar as armas que os guerrilheiros levariam para o local, como afirma.

Os FAL que estavam lá em casa tinham que ir pro Vale – e era eu que fazia esse serviço. Tinha muita arma lá em casa. Só de bala dava uma caixa de 500 quilos. O “Doutor” desmontava os fuzis e eu fazia os pacotes com papel de presente. Você olhava e jurava que era um presente. Trazia de duas em duas, que o FAL é grande e pesado. Me vestia que nem uma burguesa, ia na cabeleireira, fazia o maior penteado, vestia minissaia. Parecia uma perua. Pegava os pacotes, botava na Rural Wyllis e trazia pra São Paulo. Os contatos eram o Mário Japa e o Monteiro, que então levavam as armas para o Vale do Ribeira. Era arriscado – mas eu fazia com gosto. Sabia que meu filho era guerrilheiro – e fazia a minha parte.²⁷²

Assim como no caso de Sonia que vestiu roupas que a permitiram se “passar” por uma prostituta, Damaris o fez com a finalidade de se disfarçar como uma mulher burguesa. Ela ressalta a ida ao salão e o uso de minissaia para facilitar esse disfarce. Isso indica como em muitas ações se pensava nos mínimos detalhes daquilo que eles consideravam necessário a imagem que queriam retratar.

Já Tercina tinha uma atividade completamente diferente, a de confeccionar botas e fardas para os guerrilheiros.

Foi tia e mãe dos guerrilheiros do Vale do Ribeira. Além do árduo trabalho doméstico – onde se incluía a confecção de fardas militares –, dava pitos e conselhos àqueles que podia ver (não eram todos, por questão de segurança). Sempre com os três netos – Samuel, Zuleide e Carlos, o primeiro desde cedo atirando uma .45 (“tinha ótima pontaria”, diz Tercina), o último certa vez aos prantos com o “fracasso” em uma caminhada mais puxada. Darci Rodrigues, o sargento, andou espalhando, em Cuba, que Tercina, no Vale, mais chorava do que outra coisa. Até hoje ela é brava com ele por causa disso. “Nunca derramei uma lágrima”, diz, lembrando-se com carinho da convivência com a esforçada candidata a guerrilheira Iara Iavelberg.²⁷³

²⁷¹ Idem, p.163.

²⁷² LUCENA, Damaris apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.80.

²⁷³ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.153.

Não foi só Tercina que teve “problemas” com Darcy Rodrigues. Como a fonte aponta, Iara Iavelberg também esteve nesse treinamento, e foi vítima de algumas represálias por parte do ex-sargento.

No começo de outubro, Iara manifestou desejo de incorporar-se ao treinamento no vale do Ribeira. Os militares opuseram-se, em especial Darcy: frágil e desajeitada, maneirismos pedantes, sem hábito de caminhar, asma, alergias. Inepta ao mato cheio de mosquitos. Aliás, reprovava a ida de casais. A situação especial frustraria os outros. E, curto e grosso, convinha excluir mulheres em geral.²⁷⁴

Apesar de Darcy ter uma posição forte na VPR, por ser um dos militaristas, não foi suficiente para impedir a ida de Iara até a área de treinamento. Herbert Daniel é quem lembra das situações vividas por ela e outros companheiros nessa situação.

Os mosquitos quase a enlouqueceram, mas a hostilidade dos companheiros militares foi pior. Nas reuniões noturnas de crítica e autocrítica as agressões convergiam. Acusavam-na de atrapalhar o coletivo, cometer intermináveis erros, pouca solidariedade. Lamarca falava, mas precavia-se do papel de defensor.

– Os companheiros, implicantes e preconceituosos, a rejeitam porque sou casado. Foram intoxicados pelas mentiras dos jornais – condescendeu a Daniel, credenciado a defendê-la.

- Eu podia levantar a voz por Iara – explica ele. – Embora intelectual marchava bem, pontaria competente, rapidez ao cortar palmitos. E amigo de todos. Aparei arestas, preveni conflitos individuais quando me fizeram confidências. Compreendia melhor o conjunto.²⁷⁵

A princípio, Iara ia para o Ribeira e cumpriria tarefa de enfermeira.

Iara guardou o equipamento obrigatório nos grandes bolsos – esparadrapo, gases, água oxigenada, pomadas, comprimidos contra febre, conservas, ajeitou o boné bico-de-pato que todos usavam nas cores de camuflagem, preto, verde-musgo ou o amarelo-claro que escolheu. Um tecido impermeável, costurado na barra, atrás, protegia a nuca do frio e da chuva.²⁷⁶

Ao que indicam as fontes não foi essa a única função que Iara desempenhou naquela área. Notemos que são duas perspectivas diferentes a respeito da mesma pessoa e da mesma situação. De um lado, a visão de que Iara era frágil e desajeitada para a luta, e de outro, a defesa de que ela marchava bem e tinha pontaria competente. Segundo Patarra, Iara e Carmem foram as únicas mulheres a irem de fato ao Ribeira, apesar de a análise de Maklouf permitir identificarmos que Tercina também estava lá. Mas chamando

²⁷⁴ PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.335.

²⁷⁵ Idem, p.366.

²⁷⁶ Idem, p.364.

atenção ao fato de que eram poucas mulheres, e sobre essas poucas Darcy disse o seguinte:

– Foi um presente extraordinário. Nosso último contato. A presença das companheiras na mata serviu de fiel da balança, fator de unidade. Certos gestos de delicadeza, só os tivemos por causa delas. Trazer uma orquídea do mato, enfeitar a base. Transmitiram-nos civilidade. Experiência única, o treinamento. Quem não viveu, não pode imaginar.²⁷⁷

Darcy tem essa posição que podemos considerar contraditória, - visto que os trechos anteriores mostram como ele subestimava e insultava as mulheres -, porque ao passarem tempos juntos, já nos dias finais do treinamento, a convivência parece ter se tornado melhor. Isso nos mostra mais uma vez a complexidade de lidar com as memórias que são muitas vezes confusas e relatadas de modos diferentes.

O treinamento no Vale do Ribeira termina com a repressão descobrindo o local, e a prisão de muitos militantes que sabiam informações fundamentais, inclusive sobre Lamarca, que era muito procurado. A fim de evitar que, sob tortura, pudessem contar algo à repressão que desencadeasse mais prisões, a VPR planejou um rápido sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi que estava no Brasil.

O segundo sequestro foi uma ação da VPR, um ato embora bem planejado e executado, realizado de forma intempestiva, pois a segurança de todos estava em jogo, gerando apenas 5 pessoas resgatadas. Foi o sequestro do cônsul japonês de São Paulo, Nobuo Okuchi, ocorrido em 11/3/1970. O sequestro foi realizado dia 11 e no dia 16 os libertados já chegaram ao México. [...]Do ponto de vista prático foi resolvido rapidamente, embora tenha tido o menor número de trocas, sendo um ato desesperado de salvar informações. Deste sequestro participaram 15 militantes dos quais oito foram presos e cinco morreram nas mãos da repressão. Foi uma ação com altos riscos. Um militante da VPR que tinha importantes informações sobre Carlos Lamarca e seu esquema de treinamento de guerrilha no Vale da Ribeira levou a que o processo fosse rápido e direto através da ação, comandada por Ladislav Dowbor e Eduardo Leite.²⁷⁸

Nossas fontes não indicam participação direta das mulheres nesse sequestro, apenas a libertação de uma delas, Damaris Lucena e os filhos pequenos, que já estava presa, e a partir daquele momento foi para o México. Depois do México, Damaris iria

²⁷⁷ Idem, p.377.

²⁷⁸ SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR: a vanguarda popular revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.197.

para Cuba, onde ficaria até o fim do processo de anistia aqui no Brasil. Mas desse assunto trataremos adiante.

Nesse mesmo ano aconteceriam mais dois sequestros importantes, e diferente do sequestro do cônsul, esse libertaria mais de 100 presos políticos. Sonia Lafoz participa dos dois, mas antes continua realizando ações para conseguir dinheiro e suprir as necessidades da organização, como mostra o documento da procuradoria geral da justiça militar de 17 de março de 1972.

Denuncio: José Roberto Gonçalves Rezende; Roberto das Chagas da Silva; Inês Etienne Romeu; Adair Gonçalves Reis; Sonia Eliane Lafoz; José Maurício Gradel e Jesus Paredes Sotto; [...] No dia 22 de Maio de 1970, cerca das 3.00 da tarde, os denunciados assaltaram e roubaram cerca de cinco mil cruzeiros (CR\$.5.000,00) da Casa de Cambio Adam, situada na Av. Atlantica no. 1.998-B. [...] Segundo o depoimento do 1º denunciado, a finalidade da “expropriação” era de conseguir dinheiro em espécie a fim de cobrir despesas efetuadas pela Organização de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da qual todos faziam parte. [...] Assim, ofereço a presente denúncia contra todos os indiciados, dando-os como infratores do art. 28 do Decreto-Lei no. 898, de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional), a fim de que venham a ser processados e julgados; observando-se a todas as prescrições legais.²⁷⁹

O artigo 28 do Decreto-Lei de 1969²⁸⁰ ao qual foram criminalizados, diz o seguinte: “Art. 28. Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo: Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.”²⁸¹ Percebe-se que no primeiro semestre de 1970 eles ainda sentiam a necessidade de realizar essas ações, provavelmente por terem como incerto o destino do dinheiro roubado de Ademar de Barros, em julho de 1969.

É também em junho de 1970 que ocorre outro grande sequestro do Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben.

Este caso tem duas peculiaridades. A primeira é que os planos dessa ação já haviam sido localizados pela polícia, quando estava ainda sendo planejado por Juvenal, tornando o embaixador “não-sequestrável”. Mas a ousadia ia longe, refizeram o plano e junto com a ALN levaram a empreitada adiante, surpreendendo a repressão de forma incrível. A segunda peculiaridade é que em 5/4/1970 ocorrera o desfecho do sequestro do embaixador alemão na Guatemala, Karl von Spreti. O governo não aceitara a troca pelos 22 presos pedida, houve a execução

²⁷⁹ Documento de 17/03/1972, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

²⁸⁰ BRASIL. Constituição (1969). Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. . Brasília, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

²⁸¹ Idem.

do embaixador. Portanto, a pressão do governo alemão contra o Brasil seria imensa nesse caso. Através dele 40 presos foram libertados e entregues na Argélia. Logo na sequência do sequestro os nomes dos resgatados são banidos do território brasileiro, assim como já ocorrera nos anteriores. Se voltassem ao Brasil corriam risco de vida pois seriam especialmente visados pelos agentes da repressão.²⁸²

Desse sequestro, Sonia Lafoz participou diretamente, como traz um documento da repressão, utilizado por Luiz Maklouf.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1970. Sob o comando militar de Eduardo Collen Leite, o “Bacuri” de Denise Crispim, a VPR e a ALN sequestram o embaixador da Alemanha, Ehrenfried von Holleben. Na linha de frente, além de “Bacuri”, Herbert Daniel, José Milton Barbosa, Alex Polari de Alverga, Roberto Chagas da Silva, Manoel Henrique Ferreira, José Roberto Gonçalves de Rezende, Alfredo Sirkis e... Sônia Lafoz.

Lafoz estava realmente lá – e participou, atirando, do tiroteio que garantiu o primeiro sequestro com vítimas. “Bacuri” matou o agente da Polícia Federal Irlando de Souza Régis (que estava no Mercedes do embaixador e reagiu à abordagem). Outro agente foi ferido a bala – Luiz Antônio Sampaio – e outro – José Banhares da Silva – foi atingido por estilhaços dos vidros da Variant que fazia a segurança do diplomata.²⁸³

Além desse documento, ela mesma conta como se deu a sua participação.

Lembra o casal que fica namorando e fazendo hora na escadinha da rua Cândido Mendes, local da abordagem? Eu era ela. Nosso objetivo era atirar e imobilizar o carro da cobertura depois que o carro do embaixador fosse abalroado.

Você chegou e já foi pra escadinha?

Não. Nós chegamos lá com antecedência e eu fiquei no carro, com o Roberto, que depois ia ser meu companheiro, pai da Sílvia. Ficamos ouvindo o jogo Inglaterra e Tchecoslováquia, a conversa era “pô, será que o cara vem, não vem”. Você fica muito atento. Na hora certa eu saí e fui pra escadinha. Fizemos de conta que estávamos namorando. Eu estava com uma Luger. De repente foi o tiroteio, o tiro na lâmpada. É uma coisa que acontece muito rápido, muito rápido. O segurança do embaixador se apavorou muito e rapidamente levou a mão à arma. A cobertura dele atirou várias vezes. O José Milton deu um tiro na lâmpada da rua, ficou mais escuro. A gente saiu atirando, rendendo os agentes. Mandamos eles se abaixarem no carro, entramos rápido no nosso carro e fomos embora. Eu vi os caras caindo. Só no dia seguinte soubemos que um deles morreu. O embaixador foi enfiado num caixote, colocado dentro da Kombi e levado pro aparelho. O Sirkis e o Gerson (Theodoro de Oliveira) estavam na Kombi. No aparelho em que o embaixador ficou tinha outra grande mulher, a Teresa Ângelo, esposa do Gerson.

²⁸² SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR: a vanguarda popular revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.200.

²⁸³ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.379.

Quem atirou?

Que eu me lembre: eu, o “Bacuri”, o Zé Milton, o Daniel e o Alex. Eles eram dois seguranças. Não estavam pra brincadeira.

Quantos tiros você deu?

A Luger é uma pistola automática. Dei quatro tiros bem mirados. Nos pneus, pra eles não saírem, e na lataria.

Por que você foi escolhida para participar da ação?

Foi uma discussão dentro da Organização. Eu já era tradicionalmente a moça que atirava bem e dava cobertura.²⁸⁴

Visualizamos que a participação dela foi fazendo fachada de namorada e depois atirando no pneu e na lataria do carro a fim de impedir que eles fugissem, provavelmente Sonia participou do planejamento desse sequestro também. Como dissemos, Sonia é uma das poucas mulheres que tendo participado de ações diretas, pegou – literalmente – em armas. Inclusive, a fonte mostra que, segundo eles, ela era a moça que atirava bem, e alguns relatos de companheiros para Maklouf confirmam isso.

A respeito desse sequestro, é dessa maneira que ela avalia a situação anos depois do ocorrido.

Se você me perguntar o que eu senti depois do sequestro...40 pessoas fora da cadeia foi o que eu senti. Alguns companheiros que eu tinha conhecido de perto... então essa foi a maior emoção, de poder tirar 40 pessoas das garras da repressão sabendo que todos eram torturados, que todos estavam sofrendo violência física, moral, tudo o que você imagina que possa ser uma prisão naquele período.

Só que aí eles reagiram né, os seguranças reagiram e aí a gente teve que atirar, mas no carro mesmo...

Entrevistador: Você chegou a acertar o segurança?

Sônia: É. Um segurança foi, foi, foi...acertado sim. Um segurança. Era o Bacuri na época o comandante da ação. Até hoje ninguém sabe direito qual arma que, de qual arma saiu o tiro né, até hoje não se tem muito claro. Mas ficou um ferido né. Um segurança ferido e o embaixador não, o embaixador... aí a gente pôs ele num caixão, num caixão assim de madeira, e não sei se você sabe, mas o carro que ele tava bateu né, num ônibus. (risos). Por incrível que pareça, uma batidinha de trânsito pequena, mas imagina...²⁸⁵

Da forma em que relata, parece que não tinham a intenção de atirar e ferir o embaixador e o segurança, mas aconteceu porque eles reagiram. Possivelmente é a mesma

²⁸⁴ Idem, p.379-380-381.

²⁸⁵ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. 2010. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=2082s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

perspectiva de expropriar os veículos, mas devolvê-los depois, assim como contou Renata sobre a explosão no quartel que vitimou Mário Kozel Filho, de que não tinham a intenção de que a morte acontecesse. Isso indica que as ações eram quase sempre articuladas para que não ficassem feridos ou mortos, mas os planejamentos nem sempre se dão da mesma forma no momento da prática da ação.

É emblemático quando lemos que “40 presos fora da cadeia, foi o que eu senti”. Comprova que essas ações, embora sejam passíveis de muita análise e crítica, se deram de modo a realizar aquilo que a realidade pedia, o que era possível – às vezes impossível – de ser feito, salvar os companheiros e, assim, salvar-se também. Entre as mulheres libertadas a partir desse sequestro estão Dulce Maia, Maria do Carmo Brito e Tercina Dias de Oliveira, que seguiram caminho à Argélia.

Depois desse sequestro, Sonia passaria a questionar a permanência na organização, avaliando os resultados e as dificuldades que se impunham cada vez mais, e cogitando sair da VPR. No entanto, ela continuou atuando, dessa vez pelo MR-8, até de fato decidir se “desligar” de qualquer atividade de luta armada em 1971.

Em setembro de 1970 ela participa de outro assalto.

Em setembro Lafoz já integra um comando armado da nova Organização. Assalta, no dia 13 – com Solange Lourenço Gomes (aquela mesmo) e Maria da Glória Araújo Ferreira -, a Churrascaria Gaúcha na rua Marques de Valença, 83, Tijuca. Entre os rapazes, Roberto Chagas da Silva, Cid Queiroz Benjamim, Nelson Rodrigues Filho e João Lopes Salgado. Levaram dinheiro, dois revólveres, jogaram uma bomba caseira num painel de vidro com o adesivo “Ninguém segura o Brasil”. O panfleto deixado no local dizia: “Que o imperialismo não cante vitória antes do tempo! A luta mal começou!”²⁸⁶

Para finalizar as grandes ações do ano de 1970, em dezembro acontece o sequestro que mais libertou presos políticos, um total de 70 pessoas, mas que também só acirrou as discussões, e até mesmo mortes de companheiros que já pensavam sobre a efetividade das ações e a concretização da revolução.

O sequestro do embaixador, Giovanni Enrico Bucher, foi organizado pela VPR e ocorreu no dia 7/12/1970, no Rio de Janeiro, só tendo desfecho 40 dias depois, em 13/1/1971, quando o embaixador foi libertado com vida e saúde. [...]Foi o caso com maior duração, o que nos mostra que as dificuldades nas negociações aumentavam e corria o

²⁸⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.393.

risco também de ter maior impacto político. Foram 40 dias de cativo, 70 presos trocados, e o fim dos sequestros dali pra frente.²⁸⁷

Carla Silva apresenta uma tabela indicando os nomes dos militantes libertos e as organizações que pertenciam, pois não foram apenas da VPR. Dentre esses, está Jovelina Tonello do Nascimento. Não temos indícios de que as mulheres que investigamos tenham participado dessa ação, uma vez que já haviam sido presas. Algumas foram libertadas em sequestros anteriores e não estavam mais no Brasil. Apesar disso, Inês Etienne Romeu é uma das mulheres que participa como motorista de um dos carros que cercou o embaixador.

A autora detalha bem os conflitos que estiveram envolvidos nesse episódio, a dificuldade de comunicação dos militantes com membros do governo, militares e a imprensa, nomes que foram dados na lista de presos e que foram recusados, tudo isso enquanto os dias iam passando, o que implicava também no cansaço por parte da organização. Expomos isso no capítulo 1, ao tratar da estrutura das organizações e suas dificuldades.

O sequestro termina com a ida dos 70 militantes para o Chile, onde também encontram dificuldades, sobretudo após o golpe no governo de Salvador Allende. Silva mostra também como vários militantes se suicidaram em decorrência dos traumas da prisão, e como outros, mesmo diante desse cenário, ainda planejavam retornar ao Brasil em algum momento e continuar a luta. A VPR perdia cada vez mais sua força e seus militantes ao final de 1970.

Em contrapartida, o ano de 1971, apesar de não ser marcado por grandes ações como as que vimos, demonstra uma articulação de alguns militantes oriundos de outras organizações para o MR-8. Nesse grupo, a intenção de ir para o sertão e tentar fazer a guerrilha rural era muito presente, tanto que alguns militantes encontraram uma área para esse fim, e Sonia apesar de querer muito, não conseguiu participar.

Fiquei brigando para ir, mas eles pediram que eu ficasse mais um tempo no grupo armado. A Organização estava na lona e precisava levantar fundos para fazer a guerrilha rural. Fiz empresa, fiz o carro-forte da Brinks, fiz o pagamento de uma fábrica em Nova Iguaçu.²⁸⁸

²⁸⁷ SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR: a vanguarda popular revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.205.

²⁸⁸ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.395.

Ou seja, percebe-se que mesmo descrente e questionando a efetividade das ações, ela continuou cumprindo tarefas como as que aparecem acima. É também no MR-8 que Sonia Lafoz realiza uma das ações mais perigosas de sua vida e uma das últimas antes de sair do país. Segundo Maklouf,

Sonia e Roberto vão cobrir um ponto na avenida Suburbana. Levam, além de seus revólveres, mais um .38 para repassar ao militante que os espera. Mal se encontram, numa pracinha em frente à igreja do bairro, são abordados por um camburão da polícia civil – ao que parece a pedido do padre, desconfiado de que o local fosse um ponto de distribuição de drogas. Reagem a bala.²⁸⁹

Esse desencontro rendeu uma troca de tiros que atingiram Sonia. Assim ela conta como a ação aconteceu.

A gente tinha marcado um ponto com três companheiros e eu, que eram ponto normal, ponto de hábito só para dizer ‘‘ó, está tudo bem, a gente está...’’. E a gente ia armado, a organização tinha decidido em função de uma série de quedas e de outros companheiros, que a gente deveria, que algumas pessoas deveriam ir armadas, em qualquer circunstância andar armado, então a gente andava armado. Aí a gente ficou na frente de uma igreja, o ponto era perto de uma igreja. Na frente assim, tinha um laguinho, era perto e a igreja atrás. E o padre denunciou. O padre viu 3 pessoas, depois eu cheguei. Achou suspeito e chamou a repressão. Chamou a polícia. E a polícia veio, a gente percebeu né, para cercar a gente, aí a gente saiu correndo. E saiu correndo, atirando, e eles atirando né...e a gente...E aí a gente saiu correndo para a avenida. Fechou um carro, né. Entrou num carro de um sujeito, só que aí eu levei 2 tiros na perna e um na cabeça, só que não entrou né. Tudo de raspão. Aí entramos no carro né, com um companheiro dirigindo, pedimos o carro para o rapaz: ‘‘O senhor vai emprestar o seu carro’’ (risos), mas a gente devolveia todos. A gente sempre devolveia. Quando eu vi...o primeiro tiro eu levei na perna, eu caí, mas eu nem senti direito, né. O segundo tiro eu me lembro que eu senti uma pancada na cabeça, mas também continuei correndo porque é muito rápido, você não percebe, você não para para pensar. Quando eu entrei no carro que eu vi que eu estava realmente muito ensanguentada, estava com toda essa parte aqui molhada de sangue [sinal na cabeça e no peito], aí falei ‘‘bom, vou morrer né’’. Aí falei para o companheiro: ‘‘se eu morrer, você me larga em algum lugar e se salva né’’. Aí a gente foi para o meu aparelho. Só que era... o aparelho, a casa, tinha que passar por um corredor e era uma casinha no fundo de uma outra casa, que os donos da casa tinham. E aí foi bem complicado, teve que esperar que não tivesse ninguém para que eu pudesse passar por causa da sangueira, né. Aí acionar todo o esquema médico da organização que era complicado também porque né..., mas aí conseguiram tirar a bala né, ficou uma alojada aqui [sinal na cabeça], só a bala aqui entre a pele da, da... cabeça e o osso né. Só que já estava inchadão, estava desse tamanho [sinal com as mãos] porque demorou muito. Isso foi de manhã e eles só foram tirar essa bala de noitão, lá por umas dez, onze horas da noite, então já estava feio,

²⁸⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.395.

mas conseguiram meio que no grito, sem anestesia, sem nada, (risos), na pinça, igual aqueles filmes de faroeste, (risos). Credo, não gosto nem de lembrar porque doeu para burro, mas enfim...Aí depois eu fiquei num aparelho né, até ficar boa. Eu... esse foi muito ruim, esse foi muito pior porque era um aparelho, era um lugar, segundo disseram, que estava para alugar e estava fechado e eu não podia fazer barulho. Eu estava lá escondidinha, eu não podia fazer barulho porque os vizinhos supunham que o apartamento estaria vazio. E uma vez por dia só que alguém levava, que eu não via né, levava comida, tal..., mas eu não podia puxar a descarga, (risos), eu não podia nada. E eu me lembro que isso, até hoje, agora eu consigo comer goiaba, mas eu não conseguia comer goiaba porque teve um dia que levaram goiaba para eu comer, e eu comi uma, provavelmente as outras ficaram por ali e aquilo ficou aquele cheiro, goiaba tem um cheiro forte né, e eu não podia jogar fora também. Não podia né...tinha que deixar a goiaba com aquele cheirão, mas aí tudo bem, (risos). Depois foi tranquilo..., mas aí ficou um buraco ó, está vendo? [sinal na perna]. Direitinho. Passou assim, não pegou veia, não pegou nada, uma sorte, está vendo?

Entrevistador: Esse passou de raspão?

Sônia: É, tem um aqui, um aqui [sinal na cabeça], e esse que ficou, ficou o chumbo, ficou aqui..., mas é só raspãozinho assim, não pegou nada. Sorte grande. Muita sorte. Muita sorte.²⁹⁰

Esse trecho deixa bastante evidente as dificuldades intrínsecas à própria organização. Desde o planejamento e participação direta nas tarefas que implica risco total de vida, até a dificuldade em acessar tratamentos, remédios e socorros quando fosse necessário, como nessa situação de Sonia que poderia ter ocasionado a morte. Logo depois desse acontecimento, mas não exclusivamente por causa dele, Sonia se desliga da organização e vai embora do Brasil após descobrir uma gravidez. Falaremos disso em outro momento.

As fontes não tratam com exatidão a data, mas citam acontecimentos como a morte de Carlos Alberto Soares, o Breno, da VAR-Palmares e a libertação do sequestrado Aloysio Gomide, no Uruguai, como contexto, que nos permite identificar Zenaide Machado desempenhando atividades em 1971.

Encarregaram Zenaide Machado de Oliveira, a Rachel, de providenciar passaportes. Lamarca pediu a Iara que fosse conhecê-la. Desejava suas impressões, cauteloso como nunca, tantas quedas e rapidez na repressão. Sondasse-lhe a posição na luta interna. Zenaide alimentava-o de textos sobre desenvolvimento e relações econômicas da América

²⁹⁰ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. 2010. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=2082s>. Acesso em: 28 nov. 2021.

Latina, do economista argentino Raúl Prebisch. Manifestara interesse em conhecê-los, na correspondência interna.²⁹¹

Além de providenciar passaportes, Zenaide enviou a Lamarca textos sobre o desenvolvimento da América Latina. Muitos militantes em suas práticas e desejos revolucionários resgatavam o elemento latino-americano, com orgulho da revolução que seria feita aqui. Zenaide aparece também como uma liderança da organização VPR, após Inês Etienne, Herbert Daniel e Lamarca deixarem esse “posto”.

Sr. Anivaldo Padilha (Comissão Nacional da Verdade) - Naquele momento você era a única liderança da (ininteligível) que estava (ininteligível) solta? Porque (ininteligível) do Brasil (ininteligível).

Sra. Zenaide Machado de Oliveira - E o Zé Raimundo da Costa já tinha sido preso e assassinado, o Ivan Mota Dias também, que também estava na direção, também já tinha sido preso e assassinado. A direção anterior que era o Lamarca, Inês Ettiënne Romeu e o Hebert Daniel... O Hebert Daniel estava conosco, mas ele tinha se afastado do comando, mas ele não chegou a ser preso, ele ainda estava militando, alguns não chegaram a ser presos.

Sr. Anivaldo Padilha (Comissão Nacional da Verdade) - Então você era praticamente a única liderança que estava (ininteligível). Militando e comandando.

Sra. Zenaide Machado de Oliveira - É.²⁹²

Nessa entrevista concedida à Comissão Nacional da Verdade, Zenaide deixa entender que assumiu o comando do grupo. Portanto, estamos diante de mais uma mulher que cumpriu tarefas diversas na militância e assumiu função de ocupar o comando do grupo em dado momento.

1971 termina com mais mortes pela repressão, entre elas a de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto e Iara Iavelberg. Durante muitos anos, Iara teve o laudo de sua morte escrito como em decorrência de suicídio, mas a luta dos familiares pôde provar, quase trinta anos depois, que ela foi assassinada. Em outro capítulo nos deteremos melhor sobre como esse processo ocorreu.

Os anseios e ações que possibilitassem a construção da revolução não cessam em 1971. Carla Silva mostra indícios de que, no ano de 1974, parte dos sobreviventes da VPR pensavam em retornar ao Brasil para se reorganizar. Com relação a isso, temos um triste

²⁹¹ PATARRA, Judith Lieblch. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.437.

²⁹² VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.30. [SIC].

episódio conhecido como Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, em que seis militantes, atraídos a partir da promessa de reorganizar a luta, foram mortos neste local. Sobre isso, Silva dedica parte de seu livro, mas cita a obra “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”²⁹³, do jornalista e militante da VPR, Aluizio Palmar, que quase poderia constar como uma dessas vítimas, como o trabalho mais importante sobre essa temática.

Contudo, as ações das mulheres que investigamos cessaram a partir de 1971. Não encontramos fontes que indicam alguma articulação posterior a essa data, sobretudo porque a maioria delas depois de banidas/exiladas não haviam retornado ao Brasil ainda, o que só fariam a partir da Anistia, ou mesmo muitos anos depois. Portanto, cabe-nos encerrar aqui o mapeamento das ações que realizaram nos grupos em que fizeram parte.

Vimos que existiram aquelas que participaram de ações diretas como motoristas, que ajudaram no planejamento, que assaltaram bancos, realizaram treinamentos de tiros e aquelas que não desejaram e não pegaram em armas. Houve quem participasse da organização como militante disposta a fazer fachada de esposa com filhos, quem cuidou de locais que guardavam armas e pessoas procuradas, quem foi para áreas rurais fazer treinamento de guerrilha, e quem não chegou até esse momento das organizações, se desligando já em 1968.

Todas essas ações indicam a presença de mulheres que cumpriram tarefas diversas e importantes considerando o objetivo que os grupos possuíam, e como era possível se organizar naquele contexto. Isso nos indica que a elas não ficou relegado papel ou funções de pouca relevância, e que mesmo que as fontes nos mostrem situações de discriminação e ofensas por parte de alguns companheiros, ainda assim a presença dessas mulheres existiu e foi fundamental nas pequenas tarefas até nas grandes ações que viraram notícias.

2.3 A vida na clandestinidade

Como vimos, a organização da luta armada se deu em grande parte do tempo na clandestinidade, pois com a criminalização de partidos e movimentos políticos que se apresentavam contra o governo, as medidas de repressão aumentaram e implicaram no

²⁹³ PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2006.

abandono de qualquer atividade que antes era realizada legalmente. Se organizar de modo clandestino impôs na renúncia da vida que os militantes conheciam até então, já que a partir do momento em que foram taxados como terroristas e procurados em todo país, qualquer situação que os colocassem em vista significava risco de vida. Como afirmou Carolina Scarpelli,

A ação violenta do Estado impetrada com o objetivo de segregar e neutralizar setores da sociedade que pudessem questionar a nova ordem imposta levou vários indivíduos a vivenciar situações-limite como a prisão, a tortura, o desaparecimento, o exílio e a clandestinidade, provocando novas configurações de identidades sociais e de subjetividades. Diante do desmembramento da ordem do mundo cotidiano, cultural e político em que esses indivíduos estão imersos, o rompimento com o mundo social onde aprenderam a se mover, a se relacionar, a viver, questionamo-nos como e porque os indivíduos deram conta dessas situações-extremas.²⁹⁴

As implicações exigiram dos militantes que abandonassem suas famílias e conhecidos, as atividades que realizavam, como estudos, trabalho e lazer, ou que ao menos fossem cuidadosos ao manter esses vínculos e práticas, já que não só corriam risco de vida, mas também colocavam em perigo familiares e amigos que, como as fontes indicam, não foram poupados da repressão mesmo não tendo envolvimento com a luta armada. E muitos militantes assim fizeram, acreditando que pela revolução se dá a vida.

Mesmo justificando suas escolhas pela revolução, não foram poupados das angústias advindas das exigências dessa forma de organização. Nesse tópico, pretendemos mostrar como as dificuldades se manifestaram de formas diversas, desde a estrutura da organização com relação ao dinheiro, a divisão de aparelhos e ações, o descumprimento das normas de segurança, até questões mais subjetivas como a decisão de ter ou não filhos, continuar ou não na luta, e falar ou não em situações de torturas.

Como já mostramos no item “A organização dos grupos de luta armada”, uma das dificuldades existentes era com relação ao dinheiro que possibilitaria a realização das ações, já que esse foi um motivo de discussão entre os militantes. Trouxemos esses dois exemplos do livro de Patarra, para tentar explicar.

Concordavam com o foco guerrilheiro, origem da cisão na POLOP, era objetivo central. Mas exigia fortunas para aparelhos, áreas de treinamento, armas, sustento de clandestinos. Aqui, dividiam-se. Havia

²⁹⁴ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **MARCAS DA CLANDESTINIDADE**: memórias da ditadura militar brasileira. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.52.

os defensores de “expropriações” bancárias e os partidários de finanças próprias – participação em empresas, venda de quadros, o TUSP.²⁹⁵

Aparelhos precários, bancos aprimoram a segurança e nem assim as desapropriações cobrem os gastos da clandestinidade. [...]

– Demos três meses de aluguel adiantado – precisa Espinosa. – Trocávamos de carro a cada 15 dias, no máximo 20, porque alguém poderia nos reconhecer e anotar a chapa. O dono de casa, proprietário do sobrado vizinho, denunciou-nos à polícia criminal como possíveis ladrões de automóveis.²⁹⁶

Vimos que a discussão de como fazer a luta, isto é, se deveria ser urbana ou em áreas rurais, foi bastante presente nas organizações, e, por vezes, motivos de muitos conflitos e rupturas. No primeiro trecho fica evidente que mesmo concordando em estabelecer foco guerrilheiro, ainda assim a necessidade de fazer ações em áreas urbanas estava colocada, pois isso possibilitaria dinheiro para a manutenção nas áreas de foco e nas necessidades existentes antes de chegar a esse momento. Portanto, o desejo de se organizar de uma determinada forma, mas ter que lidar com as condições materiais possíveis era um desafio a ser enfrentado.

Já o segundo trecho mostra as dificuldades que tinham ao adquirir os carros, indispensáveis às ações. Os/as militantes foram interpretados pelos vizinhos dos aparelhos em que ficavam, como ladrões e, por isso, denunciados, correndo o risco de serem presos e torturados. Além desse, outros episódios envolvendo o uso dos carros aconteceram, como nos conta um que Damaris Lucena vivenciou.

Ângela Telma: Conta, conta aquela vez que você foi levar as armas que...

Damaris: Um dia nós viemos com as armas, eu e meu filho, e aí o carro quebrou na estrada. Na, na, na... como era o nome?

Ângela Telma: Na Fernão Dias?

Damaris: Na Fernão Dias não, aqui na, já saindo, entrando na Fernão Dias o carro quebrou, nossa senhora... e ficamos, o carro cheio de arma, eu e meu filho, ai meu Deus, e agora? Escuro. Aí eu desci, ele desceu também, aí veio os policiais e falou “que?”, aí eu falei “olha seu policial, o carro aqui quebrou, aconteceu lá...”

Ângela Telma: quebrou o pneu...

Damaris: Eu falei “eu fico aqui”, ele falou...

²⁹⁵ PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.203.

²⁹⁶ Idem, p.350.

- “Não, a senhora não fica aqui não, que tem muita gente ruim por aqui. Inclusive, tem esses terroristas aí que diz que tão atacando gente aí de noite. Não fica aqui não, minha senhora, vamos para o posto lá...”

E o carro cheio de arma. Ai meu deus, ainda bem que estava tudo coberto. Aí eu entrei no carro, eles me levaram, me deixaram lá, depois veio, arrumaram lá, o borracheiro, trocou o carro e tal. Aí eles pegaram umas fotos dessa altura assim, o meu marido e outros companheiros.

- “A senhora leva, a senhora...”

- “ah sim, se eu vir algum, seu policial pode deixar que eu venho...” era meu marido, ai meu deus do céu. Eu olhei as fotos, cheguei, o meu marido ficou “Pelo amor de deus”, eu falei: “pois, é, foi a polícia que deu essas fotos pra nós”. Olha que perigo.²⁹⁷

Isso nos dá a dimensão de como era perigoso fazer qualquer tipo de ação, pois significava colocar a vida em risco. A discussão sobre modos de obter dinheiro era importante porque isso iria influenciar no acontecimento – ou não – de muitas ações, e, conseqüentemente, no perigo que corriam de serem pegos. Nessa lógica, quanto menos se arriscassem com expropriações melhor seria, daí a ideia de realizar o assalto ao cofre de Ademar de Barros ou ações grandiosas. Mas, apesar disso, a expropriação também tinha, para alguns, a denotação de um ato político de acordo com sua posição na luta.

Outro problema com relação à questão financeira é relatado por Maria do Carmo Brito que conta sobre um dos momentos que passou enquanto estava clandestina.

Todos os militantes clandestinos, inclusive os dirigentes, recebiam uma mesma quantia para sobreviver: o equivalente a uma média com pão e manteiga e dois ‘sunabões’ (assim eram chamados os pratos feitos, servidos nos bares e restaurantes populares) por dia, além do dinheiro para a condução. Todos recebiam também um extra, caso tivessem uma emergência – como um médico, por exemplo – ou ficassem sozinhos. Mas, em princípio, só se gastava aquela diária.

O ‘sunabão’ era um negócio incomível: um dia macarrão gosmento com almôndegas feitas de pelanca de carne e galinha, no outro coisa igual ou pior. Então, pensei: mais vale comer uma vez só por dia, mas comer decentemente. E ia ao La Mole do Leblon, rachava o prato com alguém, e ficava feliz. Mas muita gente criticava essa atitude, dizendo que havia comida baratinha na Lapa. A Lapa era um bairro boêmio, frequentado – pelo menos, era o que a gente imaginava – por marginais e prostitutas, e então eu argumentava que, lá, iria acabar sendo presa pela Delegacia de Costumes. E a resposta que ouvia era sempre a mesma: mulher não dá mesmo para essas coisas, estão vendo?

²⁹⁷ LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

*“Essas coisas” era a clandestinidade. A clandestinidade é uma vida muito dura, torna as pessoas chatas, amarguradas, mesquinhas.*²⁹⁸

A fala de Maria do Carmo nos indica duas questões: ela ressalta a dificuldade de se organizar na clandestinidade, dizendo que “é uma vida muito dura, torna as pessoas chatas, amarguradas, mesquinhas”. Evidentemente porque era difícil ter que renunciar às práticas de se alimentar bem, deixar de visitar pessoas e evitar situações “normais” que antes eram frequentes. Essas regras da organização, sobretudo com o uso do dinheiro, apesar de incômodas, eram necessárias para garantir a possibilidade de continuarem lutando.

Por outro lado, ela ressalta que alguns companheiros diziam: “mulher não dá mesmo para essas coisas, estão vendo?”. Essa perspectiva, inclusive, implicaria na visão por muitos militantes de Maria do Carmo e Iara Iavelberg como “pequeno-burguesas” demais para a luta, como mostram ambas as biografias, em alguns casos. É curioso que neste exemplo ressalta-se o elemento de “ser mulher”, isto é, a mulher que não serve para a clandestinidade. Apesar de o gênero ser o elemento ressaltado, seria interessante procurar relatos de homens que foram taxados como “pequeno-burgueses” e verificar se foram desqualificados da luta por essa condição.

Sobre essa hipótese, Renata nos contou que apesar de existir poucos casos dessa “acusação”, de modo geral, ela achava a organização tranquila com relação a essa questão.

Não tinha menina mais pequeno-burguesa do que Iara. Iara adorava uma roupa bacana, uma coisinha e você viu no que deu né? Ficou até o fim. Então, quer dizer, isso tinha um pouco, gente que não apreciava, não valorizava muito essas coisas, mas também não havia um clima de perseguição, eu não sei, na VPR eu não me lembro disso de jeito nenhum. A gente tinha gente rica, gente rica, e era normal como qualquer um de nós.²⁹⁹

Ademais, lembramos que outra mulher que foi vista como “pequeno-burguesa” foi Sonia Lafoz, em exemplo que trouxemos anteriormente em tópico sobre a estrutura dos grupos armados. Ela é uma das mulheres que pesquisamos que mais relata as desigualdades de gênero que sofreu. Em entrevista ao documentário “Paredes Pintadas”

²⁹⁸ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.63-64.

²⁹⁹ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

ao ser questionada diretamente sobre como era ser mulher e viver em clandestinidade. Ela responde da seguinte forma,

Entrevistador: Como é que era você ser mulher naquele ambiente extremamente...

Sonia Lafoz: Masculino? A gente tinha que manifestar que era capaz de fazer as mesmas coisas (risos), o tempo inteiro. Tinha...tinha componentes complicados nesse sentido, às vezes a gente tinha que dividir o mesmo aparelho, o mesmo lugar né. Em geral o número de mulheres era inferior, você tinha mais homens do que mulheres. Porque nesse período as mulheres já tinham uma visão um pouquinho mais avançada que as das suas mães e as dos seus pais, levando em conta que essa opção já fazia com que a gente tivesse uma visão diferenciada das mulheres daquela época. As mulheres daquela época eram em geral mais propensas a se casar, ter filhos né...bonitinho, a gente já começou o movimento feminista desde a década de 60, as mulheres que queriam né, ter uma vida diferente, queriam uma... ser reconhecidas como cidadãs e como seres humanos, não como ‘’esposa de’’ né... trabalhar, estudar, então isso na década de 60 tem um peso muito grande. E vai acontecer também dentro das organizações clandestinas né, esse confronto vai acontecer também, e às vezes, como eu estava te dizendo, a gente convivia no mesmo aparelho porque muitas vezes você tinha que... que fazer... você alugava uma casa ou um apartamento como se fosse um casal, e ali era um aparelho clandestino e tal. Então às vezes... a questão sexual tinha um peso também né, óbvio, uma mulher... às vezes moravam três, quatro homens, sem poder ter um relacionamento normal com outras mulheres, na clandestinidade... a questão sexual às vezes a florava. Nunca houve nenhum tipo de coisa mais agressiva e tal, mas a gente percebia que isso tinha... isso tinha problemas né (risos), imagina se não, óbvio, gente jovem, na flor da idade, todo mundo muito... (risos), e você com uma sexualidade reprimida, como é que você fazia? Como é que os homens clandestinos iam procurar uma namorada? Aí às vezes se formavam casais né, de companheiros, mas muitas vezes, por exemplo, a militância exigia que um companheiro fosse para o lado e a companheira para o outro né, e com muitas dificuldades de se encontrar. Filho nem pensar, quer dizer..., mas acontecia né...³⁰⁰

Sonia afirma o que, de fato, é inegável. O movimento das mulheres na luta armada naquela época em que a visão patriarcal de que elas não deveriam diretamente “fazer política” era muito forte, e foi muito importante para romper algumas barreiras de um movimento que só se desenvolveria mais, e se reformularia, sobretudo, considerando a experiência dessas mulheres naqueles anos.

³⁰⁰ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Porém, mostra como é complexo trabalhar com memórias e como estas apontam, às vezes, contradições. No trecho acima, ela diz que o tempo todo era necessário provar a capacidade de fazer a luta, e que existiam complicações em ser mulher e estar na clandestinidade. Contudo, logo depois parece justificar qualquer comportamento/situação, devido justamente à condição de clandestinos, afinal “Como é que os homens clandestinos iam procurar uma namorada?”.

Através dessa fala, ela traz também o problema da divisão de aparelhos. Alguns militantes estariam se conhecendo e tendo que dividir espaços pela primeira vez. Não possuíam relações íntimas de afeto até aquele momento, implicando, portanto, na incerteza que é conhecer outra pessoa, imaginar se existirá afinidade nos gostos e modos de viver, entre outras questões que só aparecem nessa circunstância.

Passaram-se anos no tempo exclusivo das organizações. A ausência de familiares e amigos do passado legal e a cidade estrangeira geravam aguda necessidade de contato. Mas a excessiva intimidade nos pequenos aparelhos exacerbava a intolerância. Noite e dia pessoas de hábito e educação diferentes partilhavam camas e banheiro. A companheira sentada de pernas abertas, por exemplo, melindrava a militante educada em colégio de freiras. O detalhe, insignificante, desrespeitava sua sensibilidade. Só no interior de si desenvolviam mecanismos que resguardavam alguma privacidade.³⁰¹

Às vezes não dava tempo de sequer construir uma relação, mas essa era a condição da luta. Adiante veremos outro caso em que Iara Iavelberg teve muitos conflitos na divisão de um aparelho na Bahia. Nesses locais estariam presentes as dificuldades de convivência, as questões sexuais e subjetivas de cada um, e isso impactaria de alguma forma na luta.

Apesar de Sonia dizer que “nunca houve nenhum tipo de coisa mais agressiva e tal”, existe um acontecimento polêmico na VPR, que é a acusação de um estupro por parte de um militante. Maklouf dedica um capítulo de seu livro apenas para tratar desse assunto. Trata-se da denúncia da militante Carmem Jacomini contra Darci Rodrigues.

A denúncia que chegou à direção da VAR informava que o sargento desertor Darci Rodrigues, quadro militar experiente, muitas ações armadas e amigo de Lamarca, havia tentado seduzir a militante Patrícia (codinome de Carmem) no aparelho em que moravam sozinhos e clandestinos. [...] “Ou dá, ou não participa das ações armadas”, foi isso

³⁰¹ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.299.

o que ele disse a Carmem, segundo a memória de Celso Lungaretti, então integrante do Setor de Inteligência da Organização.³⁰²

Maklouf traz a perspectiva de Celso sobre o caso, a de Darci Rodrigues, e a de algumas mulheres que participavam da luta armada no momento que isso aconteceu. Segundo Sonia,

O Darci era radical, sargento. A Carmem era muito alegre, aberta. Não era altamente politizada. Fazia teatro, foi namorada do Markito e tinha esse jeitão muito feminista. A gente falava: “Te manca, porque o pessoal aqui é diferente, não é grupo de teatro, não”. Não é que ela provocasse. Ela rondava mesmo.

Ele falava: “Pô, você fica aí, dando sopa?”

A gente ia em cima, criticava. O Darci era machista – “Como é que a gente vai fazer com mulher menstruada na guerrilha?”, costumava perguntar – mas ele me respeitava como militante e eu a ele. Fizemos uma ação de banco; depois tiramos umas armas do pessoal da Marinha na Praia Vermelha. Não acho que ele tenha estuprado ou coisa parecida. No máximo deve ter forçado a barra. “Pô, você fica dando sopa, então vamos lá.” Se ela não quisesse não teria rolado. Eu também vivi situações semelhantes algumas vezes. Uma delas quando morava num aparelho da Vila Cosmos com o sargento José Araújo Nóbrega. Eu tinha essa discussão com ele, que também queria dar uma de macho, não sei o quê, pororó. Como eu morava lá, acontecia de me pegar desprevenida, saindo de um banho, por exemplo. Mas nunca disse nada, nunca ousou nada. Sempre manteve a linha. Às vezes ficava me enchendo o saco: “Pára de me provocar”, essas coisas. Eu mandava ele pra longe. Tinha essa coisa, mas a gente podia driblar com a maior tranquilidade.³⁰³

Nesse trecho, Sonia ressalta que Carmem tinha um “jeitão muito feminista” e que ela e outros companheiros a avisavam para “se mancar”. Não dá para ter certeza se ela fala isso como uma forma de retrain o comportamento de Carmem, ou de alertá-la para que não arrumasse problemas, pois em seguida ela reconhece que Darci era machista. Então nos parece dúbia essa posição.

Provavelmente a fala dela para o documentário, de que nunca aconteceu nenhuma situação mais agressiva, se deu porque não acreditou que essa situação se tratava de um estupro, de fato. Ela diz que respeitava e era respeitada por Darci, e que se Carmem não quisesse, nada teria acontecido. Para embasar essa fala, ressalta que passou por situações parecidas, mas que dava para “driblar com maior tranquilidade”. Portanto, ao mesmo tempo em que reconhece práticas e sujeitos machistas na organização, também coloca em dúvida esse acontecimento tão grave.

³⁰² CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.136.

³⁰³ Idem, p.139.

Em seu livro “Náufrago da Utopia: Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos”³⁰⁴, Celso Lungaretti expõe o acontecimento.

Menos agradável para Júlio é um papel que ele, a contragosto, acaba cumprindo. Ao manter um contato com a militante Carmen Jacomini (Patrícia), que tem um simpatizante para repassar ao setor de Inteligência, recebe uma queixa inusitada: a de que o Darcy, superior imediato de Carmen, exigiu que ela dormisse com ele, sob pena de nunca mais deixá-la participar de ações armadas, designando-a para cumprir somente tarefas secundárias. Logo o Darcy, um dos companheiros mais estimados, cuja solidariedade o reconfortou tanto em Teresópolis! Júlio nem sequer simpatiza com Carmen, com seu jeito de militante universitária que (supõe) nunca correu um milésimo dos riscos assumidos por Darcy. Não poderia ser mais compreensiva, levar em conta a carência sexual e afetiva que um militante clandestino tem de suportar? Mas, escravo do dever, pergunta apenas a Carmen se ela refletiu bem e quer mesmo que ele transmita essa denúncia a uma instância superior. Ela responde que sim e Júlio científica Juarez. O Comando Nacional assume a apuração, Carmen e Darcy são acareados e, entre justificativas e desculpas, o caso termina sem maiores consequências.³⁰⁵

Nessa citação estão colocadas algumas questões complexas. Primeiro, a de que há uma acusação que nos mostra uma divisão de tarefas baseadas em uma opressão de gênero, isto é, se a companheira se recusasse a ter relações com o militante Darcy, não faria mais tarefas de ações armadas. A segunda, de que o próprio Celso a desqualifica por sua posição na luta. Para ele, Carmen seria uma “militante universitária” que não correu os riscos que o militante militarista já passou. Há uma valorização do que seria o militante mais “revolucionário”.

Por fim, ele tenta justificar a atitude do companheiro ao considerar “a carência sexual e afetiva que um militante clandestino tem de suportar”. Isto é, o mesmo problema relatado por Sonia no documentário, de que a sexualidade estava reprimida nessas condições e que, portanto, estar nos aparelhos com outros militantes com as emoções “à flor da pele” implicava em algumas atitudes, aparece aqui. No entanto, não encontramos relatos de alguma mulher militante que vivendo a mesma experiência, tentou coagir algum companheiro a ter relações sob ameaças de exclusão – ou não – de ações.

Esse é um caso polêmico na história da VPR, que, como vimos, terminou sem muitas “consequências” e que divide opiniões sobre a sua veracidade até hoje. Prova disso

³⁰⁴ LUNGARETTI, Celso. **Náufrago da utopia**. Vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. SP, Geração editorial, 2005.

³⁰⁵ Idem, p.137-138.

são as perspectivas de Sonia e Maria do Carmo a respeito do caso e do militante Darcy Rodrigues.³⁰⁶

Outra dificuldade que mencionamos é a quebra das regras da organização devido aos sentimentos causados pela clandestinidade. Os militantes tentavam estabelecer normas, regras ou acordos a fim de preservarem suas vidas e conseguir manter a organização. Muitas delas consistiam em não ter conhecimento das funções exatas que cada um possuía, e até mesmo não saber quem de fato eram essas pessoas. Além disso, também era orientado que não se visitasse mais os familiares/conhecidos. No entanto, para alguns era mais difícil conseguir seguir essas condutas.

Em entrevista à Judith Patarra, Zenaide demonstra algumas das normas que deveriam ser seguidas para a organização “funcionar”.

Não existiam canais de comunicação democráticos, a gente tinha os canais muito determinados pela clandestinidade. A gente não tinha nada, jornal, como os tupamaros. E a norma era destruir imediatamente. Por norma tinha que ler e destruir. Passar pra outro era uma transgressão da norma. E não havia muito a prática de escrever, porque comprometia. E tudo passava pelo oral, uma mediação complicada, passível das apropriações mais diversas, não é nem questão de boa ou má fé, era como apreendia.³⁰⁷

Além disso, “Ninguém, exceto os militantes de contato direto, deveria saber que as amigas tinham ingressado na organização clandestina. Mas Iara não resistiu e, por indícios, contou a Decio.”³⁰⁸. Outra situação em que isso é perceptível, é relatada por Dina Sfat e Paulo José.

– Não nos pediu nada. Nem dinheiro, nem roupa, nem abrigo. Só a ouvimos. Contou-nos que lia tudo sobre tortura, provavelmente inevitável. Prepara-se para viver, pensei. Existe o texto e o subtexto. Passou-nos um texto coordenado e coerente. Transgredira as regras da organização por afeto. Nós também, ao convidá-la, conscientes do risco. Nunca mais nos procurou, e ninguém o fez em nome dela. Foi generosa. Pergunto-me se tinha expectativas, já que falou de tortura. Talvez, macunaimicamente, imaginasse que a protegeríamos via TV Globo.³⁰⁹

Podemos ver que Iara foi uma das mulheres que não seguiu o que era esperado, contando a alguns que fazia parte de uma organização armada, e visitando conhecidos.

³⁰⁶ Ver: CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.136-141.

³⁰⁷ Entrevista de Zenaide Machado à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

³⁰⁸ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.99.

³⁰⁹ Idem, p.413.

Existem outros trechos no livro de Judith que mostram a mesma ação por parte de Iara em outros momentos. Isso se dava possivelmente porque a falta de contato com aquilo e com quem lhe era habitual, provocasse angústias, saudades, desejo de ver pela última vez, necessidade de contato físico em momentos muito difíceis, como foi o caso de Dulce Maia que desejava um colo materno e por isso foi visitar a casa de sua mãe, onde acabou sendo presa.

Dessa maneira, as atitudes que demonstravam fragilidade e desânimo, sobretudo após as inúmeras mortes e desaparecimentos, começaram a ser revistas, de maneira a compreendê-las dentro da tensão e da violência que o contexto nacional emanava. Percebemos que tais ações foram tomadas em nome da tentativa de oferecer um suporte psicológico aos militantes. A dinâmica da clandestinidade, portanto, pressupunha a entrega total dos militantes à causa revolucionária, de maneira que a individualidade deveria ser quase abandonada.³¹⁰

Há também essa situação relatada por Sonia Lafoz no livro de Maklouf,

Não. Aí a gente se abria mais. Eu me lembro da Iara (Iavelberg). A gente ia no Jangadeiro tomar um chopinho. Fugia um pouco das regras. As mulheres se relacionavam mais. A Teresa (Ângelo) era uma pessoa que conversava mais comigo. A mulher tinha esse lado, de se colocar mais nas suas emoções. Os homens, muito pouco. Muitas vezes a gente ficava com vontade de encontrar as companheiras, pra falar de coisas pessoais – às vezes sem citar os nomes porque não podia. Mas se falava: “Eu tive que ficar longe do meu companheiro, que teve que fazer uma ação não sei onde...” Então, as coisas fluíam mais.³¹¹

Além disso, Sonia diz que

Havia pouco elogio, não tinha essa. Quando a gente ia pra um ponto pra discutir com o “Bacuri”, por exemplo, não tinha tempo de se conversar frulas dessa natureza. Eram coisas muito objetivas: “Oi, companheira, tudo bem?” “Tudo bem, como é que faz?” “Olha, isso está pronto, a arma, o ponto, o mapa é esse, a tua atividade vai ser essa”. Era frio. Não tinha muito elogio. Ou então o elogio era pro grupo. “Conseguimos, companheiros, que bom, fizemos um bom trabalho.” Era uma coisa meio assim. Não se tinha tempo, concretamente falando. As emoções não fluíam, porque não era numa mesa de boteco que a gente conversava. Era uma profissão arriscada. Às vezes você até reclamava: “Pô, mas que gente fria!” Mas era isso. Você tinha pouco tempo, a repressão podia estar sempre por ali. Com exceção, é claro, das pessoas um pouco mais próximas – como o pai da Sílvia, o Roberto. A gente tinha um relacionamento de companheiro e

³¹⁰ KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015, p.82.

³¹¹ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.382.

*ai se comentava mais, “pô, senti medo, não senti, senti mais medo”.
Coisas mais detalhadas, mais emoção. Senão, não.*³¹²

Sonia ainda conta que as mulheres se relacionavam muito mais do que os homens, e que a exposição de suas emoções/vulnerabilidades também acontecia mais pelas mulheres, que tentavam fazer contato para falar de coisas pessoais. Isso demonstra a falta que sentiam de elementos cotidianos de uma vida que não precisava ser vivida clandestinamente. Para ela,

era um sobressalto contínuo. Primeiro viver com outro nome se perde parte da identidade. Já é complicado vivenciar outra pessoa. O contato com companheiros, sem as pessoas saberem seu nome verdadeiro, até que grau de superficialidade você tinha com as pessoas em função de desconhecerem de onde você é, de onde vem. Demorei muito para me acostumar ao meu nome no Chile. A preocupação de estar sendo seguida, de alguém olhar meio torto, alguém que por coincidência fazer o mesmo percurso, a noite invasão de aparelho. E durante a ação armada, toda a carga de adrenalina, era como se uma varinha de condão tirando o medo. Todos os músculos, nervos, voltado para a ação. Não era preocupação em salvar a pele, era de que tudo saísse a contento. Eu me preocupava com a segurança de todos os companheiros. Muitas vezes fiz cobertura, tinha pontaria razoável. Eu tinha que proteger a vida dos outros, até esquecia de mim. Mas a mão fica fria, suada, a respiração muda. Depois relaxava. Aí a vontade as vezes era chorar, botar para fora. Agora, muito idealista, muito de viver pelo socialismo brasileiro, a convicção muito grande, era uma profissão de fé que mobilizava pra fazer esse tipo de coisa.³¹³

Nesse relato, Sonia aponta uma série de dificuldades que a vida naquele modo impunha, mas mostra o que podemos entender como o motivo que fez tantos militantes suportarem esses momentos difíceis e de angústias: viver pelo socialismo brasileiro. A convicção, como ela mesmo diz, era muito grande, e por isso, deveriam passar pelas situações que culminariam na revolução. Como afirmaram Romilda Costa e Lívía de Azevedo,

Ao elaborar e ordenar, pelos fios da memória, as experiências vividas é comum nas falas uma busca de sentido para explicar a força que precisaram encontrar para suportar tudo que o regime ditatorial lhes impôs. Também é bastante recorrente o argumento de que estavam envolvidas em um projeto político que ultrapassava interesses pessoais e familiares. O discurso elaborado dá conta de que aquela noção era o que as fortalecia nos momentos de torturas física e psicológica.³¹⁴

³¹² Idem, p.381-382.

³¹³ Entrevista de Sonia Lafoz à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

³¹⁴ MOTTA, Romilda Costa; RANGEL, Lívía de Azevedo Silveira. Lutas clandestinas, maternidades em dilema: memórias de mulheres militantes nas ditaduras civismilitares do cone sul. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, p. 538-566, jan-jun. 2020, p.549.

2.4 AS QUESTÕES SOBRE MATERNIDADE

Outra dificuldade que se colocou em uma situação de vida clandestina, era a gravidez e a maternidade. Algumas mulheres que estudamos acabaram engravidando enquanto estavam nas organizações, e outras já entraram na luta sendo mães. Para ambas, estavam colocadas as dificuldades com relação a como ter um filho ou criar uma filha em situação de clandestinidade. Sobre esse assunto, a historiadora Carla Conradi afirma que

Alguns trabalhos no âmbito dos estudos de gênero e de viés feminista têm discutido essa relação, originando algumas considerações pertinentes, principalmente ao formular críticas não somente como a memória social sobre a ditadura civil-militar no Brasil vem sendo construída, mas como, dentro das pesquisas sobre o protagonismo de mulheres, durante esse período, a maternidade é discutida. Esses estudos têm mostrado que a maternidade durante a militância, em muitos casos, se trata de uma maternidade decidida de maneira consciente, já que são mulheres jovens que elegeram a militância como projeto de vida e, mesmo sabendo das complicações de serem mães nesse período, também elegeram a maternidade. E, naquele momento, para essas mulheres, não havia a necessidade de engravidar pela imposição do “relógio biológico”, que determinaria quando a mulher deve ser mãe, o que ressalta ainda mais a liberdade dessa escolha.³¹⁵

Para aquelas que engravidaram depois de terem se envolvido em organizações armadas, as preocupações se davam em torno de como gestar naquelas condições, uma vez que precisariam de contato frequente com médicos e outros profissionais da área da saúde. A barriga também cresceria, e isso implicaria em diminuir ou se eximir de participar de ações armadas, visto que dificilmente não seriam identificadas.

Com relação as mulheres que já eram mães, as dificuldades se colocavam em como cuidar dos filhos e ao mesmo tempo militar, e principalmente como tentar poupá-los dos riscos que corriam já que seriam considerados filhos de “terroristas”. O caso de Adilson, Denise e Ângela, filhos de Damaris Lucena, evidenciam isso. E, evidentemente, que essa dificuldade se estenderia às mulheres que estavam grávidas, quando tivessem os bebês.

Portanto, concordamos com as reflexões propostas por Conradi sobre o fato de que,

Não há como delinear a militância feminina sem adicionar à maternidade a sua indiscutível marca de gênero, somente as mulheres

³¹⁵ CONRADI, C. C. N. Entre maternidade e dilemas subjetivos: a experiência política de Teresa Urban - Paraná (1964-1985). *Revista de História Regional*, v. 21, n. 2, 19 dez. 2016, p.418.

podem parir e, para elas, há uma parte desta prática que é inegável e, ainda, pouco explorada pelas/os historiadoras/es: –Como, em uma vida clandestina ou nas prisões, realizar o devido acompanhamento médico para o pré-natal? –Como enfrentar uma gravidez de risco, precisando estar em repouso e fugindo da repressão? –Como essas mulheres vivenciaram os partos feitos em situações de extremo risco, seja em aparelhos, no cárcere ou em centros clandestinos de detenção? –E os sentimentos de solidão e de desamparo vividos pelas mulheres que pariram e não tiveram o mínimo necessário à chegada dos/as recém-nascidos/as e também não puderam amamentar? –A preocupação com a saúde dos bebês, já que não tinham acompanhamento médico? –Como dar conta da gestão do cotidiano com filhos/as pequenos/as, dada a inexperiência por serem, muitas delas, mães pela primeira vez? –E os sentimentos de culpa e de angústia por precisarem deixar seus/as filhos/as com familiares, por temerem pela segurança deles/as? –Quais foram as estratégias, as adequações e os improvisos para conciliar militância e maternidade? –Será que alguns desses pontos, elencados acima foram identificados por essas mulheres durante a experiência da maternidade? –Qual era o modelo de maternidade que elas tinham?³¹⁶

Essas e outras dificuldades causaram uma série de pensamentos e reflexões sobre a decisão de ter ou não filhos, e foram motivos de conflitos entre os militantes. Sonia Lafoz, por exemplo, em trecho já analisado aqui, aponta que “filho nem pensar”. Estava se referindo a possibilidade de gravidez na militância. Ela, que já vinha questionando a efetividade das ações armadas e da luta, ao descobrir sua gravidez, irá decidir se desligar totalmente das organizações.

A descoberta da gravidez desmoronou a minha cabeça. Aí eu comecei a questionar tudo. Eu e o Tuca decidimos sair do Brasil. Começamos a discutir com o MR-8 que a gente queria sair. Mas aí a Organização começou a dar pra trás.

- Não, vocês não podem sair, não é assim.

Isso cobrindo ponto em cima de ponto. Aí eu já falei:

- Ó, não quero mais fazer ação. A Organização que me sustente, que me agente, porque eu não tenho pra onde ir.

Aí a Organização criou problema. “Não, mas como é que a gente vai sustentar militante se não tem dinheiro?” Aí já vem toda aquela coisa da desconfiança: “Se você sair você pode dedar”. Foi um horror. O MR-8 aí era o Stuart Angel. Ele foi jogo duro. Nesse período eu comecei a dizer pro Tuca:

- Você vai cobrir os pontos, você vai discutir. Eu estou grávida, sensível, me recuperando do tiro, eu vou estourar.

Então toda a negociação foi feita pelo Tuca – até porque não tinha sentido a gente se expor, os dois, nessa situação. O Tuca me passava a

³¹⁶ Ibidem.

inflexibilidade da Organização. Os argumentos eram: não tem dinheiro, vocês podem abrir. A coisa era nesse nível.

- Como é que a gente faz? E agora? Não temos dinheiro. Vamos pra onde?

Isso ficou claro pós-gravidez?

Já havia algum questionamento. Talvez se eu fosse pro interior, reorganizada, estruturada, saindo do esquema Rio/São Paulo. Foi uma possibilidade que a Iara Iavelberg sugeriu. Tivemos um último encontro muito cheio de emoção, em que ela respeitou a minha opção. Se fosse no momento inicial, quando eu tinha todas as esperanças, talvez eu tivesse feito um aborto, não sei. Mas as coisas interagem – era a minha primeira gravidez e aí você começa a pensar coisas que raramente pensa num processo desses: na sua vida, no fato de que agora tem um outro ser que precisa de mim. A Organização não ofereceu uma estrutura de família no interior. Isso não foi colocado. O Stuart falou que estávamos saindo fora, abandonando a guerra. “Não merecem mais a nossa confiança e estão fora da Organização.” São coisas que fazem a gente perder o controle. Não foi dito assim, mas a gente sentiu alguma ameaça. Tipo: “Se cuidem, que a gente pode tomar alguma decisão mais drástica”. Do ponto de vista deles, se a gente não era mais da Organização, tudo era possível, inclusive a traição.³¹⁷

O ano era 1971 e o grupo em que militava naquele momento, era o MR-8. Notemos que escolher continuar com a gravidez não foi uma decisão fácil, pois ela encontrou resistência por parte de alguns membros da organização. Sonia percebia que precisaria sair do país para conseguir ter o filho, pois naquelas condições seria praticamente impossível. No entanto, como muitos companheiros já haviam sido presos e/ou estavam desaparecidos, para quem ainda acreditava na necessidade da luta, era difícil concordar com a saída dos poucos militantes que restavam. Nesse sentido, ela relata os conflitos com membros do MR-8.

Um apoio importante que Sonia teve nessa situação, foi o de Iara Iavelberg. Ela conta que Iara foi muito compreensível com a sua decisão. Nos arquivos que constam as entrevistas que Judith Patarra usou para a produção do livro, Sonia explica melhor como aconteceu essa conversa.

Iara não defendeu a organização nesse sentido, entendeu bem a minha necessidade de sair, meu cansaço, meu descrédito da revolução brasileira ser vitoriosa, eu já estava fazendo uma revisão crítica. Eu acho que ela já tinha essa sensação. Saí do encontro sentindo isso. Acho que ela não estava indo com toda a carga necessária. Era a relação dela com Lamarca que pesava muito, muito. Ela não falou nada dele. Eu não

³¹⁷ LAFOZ, Sonia apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.407-408.

tinha certeza de que era uma relação desse nível de companheirismo, a gente sabia da ex-mulher em Cuba etc.

[...]

Ela tentou uma argumentação, você não acha que foi uma experiência que ainda não foi vivida, trabalhar numa frente camponesa? Muito assim. Mas não foi enfática. E também não disse você está sendo covarde, indo embora, o que foi a reação do Stuart.³¹⁸

Essa atitude merece atenção, pois Iara foi uma das militantes que lutou até o último minuto de vida – literalmente – pela revolução. Como poderia concordar que uma companheira se retirasse da luta? Talvez porque a maternidade também sempre tenha sido um desejo de Iara e talvez ela, na mesma situação, decidisse por lutar para ter o filho assim como Sonia? Percebe-se que, neste caso, a solidariedade vem de uma mulher para outra, diferente da reação que alguns companheiros homens tiveram.

Esse depoimento é muito enfático também, pois Sonia diz que sentiu que Iara não estava mais “indo com toda a carga necessária”, o que podemos imaginar que ela não estivesse mais militando ou crente na luta como antes, mas que a decisão para continuar, passava por considerar sua relação com Lamarca. Mesmo enxergando-a para além de Lamarca, e tendo visto que Iara teve uma participação extremamente significativa na luta armada, não negamos que, de fato, esse relacionamento foi importante e preencheu de sentido a sua vida. Patarra deixa claro isso em muitos momentos. Portanto, não é difícil acreditar que tenha sido esse o motivo de sua permanência naquele contexto de tantos acontecimentos terríveis em que ela parecia já supor a derrota.

O depoimento de Sonia traz ainda outra dificuldade presente nas organizações e já analisadas aqui em outros casos, que era a quase impossibilidade de se desligar da organização. Não só porque naquela altura já não restavam mais militantes suficientes para a luta, como também porque havia a desconfiança de que um militante que se desligasse, poderia, em algum momento, passar informações à repressão. Dessa forma, alguns companheiros tentaram de todas as maneiras impedir o desligamento de outros, mesmo em circunstâncias como essa, de uma gravidez.

Diferente de Sonia, algumas mulheres que descobriram a gravidez durante a militância, avaliando as condições da época decidiram não ter o filho. É o caso de Maria do Carmo Brito.

³¹⁸ Sonia Lafoz em entrevista para Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

Um dia, Maria do Carmo, que sempre gostou de comer bem, embora em pouca quantidade, foi a uma feijoada em casa de um casal brasileiro, Eneida e Luís Vasconcellos. Matou as saudades: comeu, comeu, e aconteceu algo que nunca lhe tinha acontecido antes: vomitou tudo. Procurou Celeste, uma médica da Frelimo, de origem portuguesa, que confirmou suas suspeitas. Ela estava, segundo a médica, “abundantemente grávida”. Mas nem deu para sentir a alegria da notícia da primeira gravidez. Aquilo seria impensável, com o projeto que tinham de voltar ao Brasil e continuar a luta.

Concordei plenamente que a gravidez era inviável, mas fiquei numa fossa terrível. Na verdade, bastava Ângelo ter dito “eu quero”, e eu teria o filho. Da mesma forma, se eu tivesse dito “quero”, ele teria topado imediatamente.

Mas ninguém falou nada.³¹⁹

(...) Na Argélia fiquei grávida uma primeira vez, e nós consideramos que era necessário abortar por razões políticas, por causa da volta ao Brasil, que naquela época era iminente. Tive que ir à Suíça fazer o aborto, porque na Argélia isso poderia nos causar problemas políticos muito graves, era ilegal, podia dar expulsão, seria incorreto; então fui, mas sei que não estava convencida. Fui oprimida, talvez não pela relação, mas por uma auto-opressão política. Mas foi uma decisão livre, né? No Chile fiz outro aborto em condições muito desagradáveis, sozinha, sem ninguém saber, porque naquela altura achei que eu é que não queria... e não conversei nem com o pai da criança, ele soube muitos meses depois e foi muito desagradável também (...).³²⁰

Maria do Carmo relata duas situações de aborto que realizou, ambas quando não estava mais no Brasil. O período de exílio foi um tanto quanto conturbado. Eles estavam em outro território e precisariam reorganizar a vida, às vezes sem saber falar o idioma local, ou mesmo sem saber como iriam se manter financeiramente, portanto, mesmo que estivessem “longe” da repressão, algumas dificuldades estavam colocadas.

Havia ainda o peso de que os/as militantes que eram libertos em sequestros ou que por outras circunstâncias, que não vontade própria de desligamento, saiam do Brasil, deveriam voltar em algum momento para fazer a luta. O período fora era uma estratégia não só para garantir a sobrevivência, mas também para aproveitar e estabelecer contatos com outros militantes, em alguns casos até fazer treinamentos. Diante dessas condições, Maria do Carmo não via a possibilidade de ter filhos, e nem Ângelo Pezzuti seu cônjuge na época.

³¹⁹ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.111.

³²⁰ BRITO, Maria do Carmo apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.157.

Nota-se que o compromisso com a revolução ainda era uma condição em sua vida. Nem por isso a decisão de abortar foi fácil ou livre de sofrimentos para ela, que ficou “numa fossa terrível”. Há diferentes posturas em situações como essa, influenciadas muito pelo desgaste e pela crença que a militante possui naquele momento, as possibilidades que analisa de a luta dar certo. Nesse sentido, existiu quem tenha decidido por interromper a gestação, numa tentativa de evitar mais sofrimentos, e quem tenha optado por lutar pela própria vida e do filho/filha que viria.

Como falamos, há também os casos de mulheres que quando ingressaram nas organizações, já eram mães. Sobre essa experiência, Damaris Lucena conta que

Ser mãe de quatro filhos naquela situação era a coisa mais simples do mundo. Eu entendia que estava lutando principalmente por eles, pelo futuro. A minha fé era tão grande que nada daquilo eu achava difícil. As crianças nunca complicaram a minha vida em nenhum tipo de movimento. Até ao contrário, porque eu levava junto e ajudava a disfarçar. Eu só tinha medo de ser presa e de ser morta na frente dos meus filhos. Os mais crescidos, como Ariston, sabiam por alto o sentido da luta. Todos eles conviveram no dia-a-dia com os companheiros mais procurados da Organização. O “Bacuri”, por exemplo, volta e meia estava com a gente. As crianças sabiam que não podiam brincar muito longe de casa, porque de repente a gente tinha que sair correndo.³²¹

Impressiona como ela relata que aquela “era a coisa mais simples do mundo”. Mesmo que tivesse medo de que algo acontecesse a eles ou que fosse morta na presença dos filhos, ela não demonstra ter outras dificuldades com relação a essa condição da maternidade. Inclusive, o relato dela nos mostra um elemento interessante que é de utilizar essa situação como uma “ferramenta” de luta “porque eu levava junto e ajuda a disfarçar”. Vimos que Damaris cumpriu muitas tarefas de “fachada” de aparelhos. Nesse sentido, os filhos eram muito importantes para endossar a ideia de que ali residia uma família “normal”.

Portanto, em muitos casos, as dificuldades apresentadas eram ressignificadas e utilizadas como uma tática para a luta. Isso nos mostra como aqueles sujeitos estavam sempre atentos a situações que poderiam lhes beneficiar em prol da revolução, e como sempre tentava agir com as possibilidades dadas.³²²

³²¹ LUCENA, Damaris apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.57.

³²² Casos que mostram isso é o de mães que sensibilizaram a opinião pública ao denunciar os filhos que foram desaparecidos, como é o exemplo de Zuzu Angel. Para saber mais, ver: WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedus*, Brasil, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago/dez. 2013.

Para finalizar, concordamos com a historiadora Ivonete Pereira, em artigo que analisa os casos de Maria Amélia de Almeida Teles e Irma Antognazzi, ao afirmar que

Essas mulheres, ao narrarem suas memórias, nos mostram que são sujeitos detentores de subjetividades, que carregam em si toda uma carga de símbolos e de significados, os quais nem sempre são compreendidos por nós e devem, portanto, ser analisados de maneira cuidadosa. Trata-se de uma cautela essencial para não nos perdermos no emaranhado de suas narrativas, correndo assim o risco de não percebermos que, se em suas trajetórias, existem semelhanças em suas identificações – resguardadas as particularidades –, como no caso da militância, e que também existem, para uma mesma identificação – a da maternidade –, significações distintas.³²³

Desse modo, trata-se de um tema também complexo que não nos indicará uma posição unânime por parte de todas as mulheres, mas decisões e reflexões distintas, que fizeram de acordo com o contexto em que estavam vivendo. Não deixa, entretanto, de ser um assunto instigante que merece mais atenção e dedicação de futuras pesquisas sobre a temática.

2.5 O TABU SOBRE ALGUNS ASSUNTOS

Há alguns assuntos que as organizações consideravam como “tabus”, ou como temas que não poderiam ser debatidos tranquilamente. Isso implicava em algumas dificuldades porque uma vez que não se poderia falar sobre algum tema, também não se repensava algumas estratégias. Um deles era sobre o desconforto em falar quando não se estava mais crente que a luta daria certo, e que pensava-se em, talvez, se desligar. Uma das percepções que Maria do Carmo teve sobre isso foi quando,

Era o final de 1969.

Numa sala apertada de uma casa em Jacarepaguá, Juarez, Maria do Carmo, Carlos Lamarca, Iara Yavelberg e alguns poucos companheiros ouviam, atentos, o discurso de fim de ano do general-presidente. ‘Tudo vai mudar’, dizia Emílio Garrastazu Médici. Os cinco minutos finais foram dedicados ao terrorismo. Solene, imperial, firme, Médici declarou: “Serei implacável, não ficará pedra sobre pedra”, dizia, prometendo “extirpar aquele mal que dizimava a nação brasileira”. Não eram palavras vãs. Havia nelas uma determinação que não admitia dúvidas. Maria do Carmo traz até hoje a cena bem nítida na memória.

³²³ PEREIRA, I. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, [S. l.], v. 12, n. 1-2, 2011. DOI: 10.51880/ho.v12i1-2.166. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/166>. Acesso em: 19 abril. 2022, p.126.

O que fizemos todos nós, ali, juntos? Morremos de rir. 'Oh, que medo!', dizíamos e ríamos. Era a nossa arrogância, a onipotência que dá a certeza da verdade. De fato, aquele discurso merecia que parássemos e pensássemos. Não para desistir, mas para reavaliar a situação.

Lembro que só a Yara e eu ficamos aflitas com aquela reação. Não sei se é porque éramos mulheres. Talvez por mais racionalidade, porque a sensibilidade leva você muitas vezes a ser mais racional.

A partir daquele momento, para Maria do Carmo, ficou mais claro ainda que a luta armada não ia dar certo.³²⁴

Há um elemento fundamental que é: se você abandonasse a organização, a vida perderia o sentido. De fato, muitos militantes incorporaram a revolução como o sentido condutor de suas vidas. Iara foi uma delas. Mesmo sabendo que, provavelmente, acabaria morta, ela se recusou a abandonar a militância. Portanto, abandonar a luta era mais um motivo de angústia devido a perda de sentido de suas vidas.

Esse relato ainda permite perceber que em alguns momentos havia uma certa desqualificação e dúvida por parte dos militantes de onde a repressão poderia chegar, como a sua forma de se articular poderia, de fato, ser implacável. Mas não era algo que a crença na luta, o ideal de que estavam cumprindo seus papéis, permitia ser dito para todos os companheiros. Na verdade, alguns nem sentiam isso.

Havia algum tempo que Maria do Carmo já não acreditava no sucesso da luta armada. [...] Também Herbert Daniel, mais amigo que propriamente companheiro de militância, e Iara Yavelberg, a companheira de Lamarca, sentiam a mesma dúvida e a mesma angústia. Com eles, Maria do Carmo podia conversar.

Tenho certeza que boa parte das pessoas não sentia tanta segurança como diziam. Mas botar para fora, só com os mais íntimos. Porque a conclusão era a seguinte: se você está com dúvidas é porque vai embora. E, dependendo do grupo, dar essa impressão significava que você corria o risco de levar um tiro de seus próprios companheiros. Depois, porque se as pessoas não acreditassem naquilo, a vida deixaria de ter sentido. Além disso, não havia como sair: você não podia se entregar, porque sabia que seria torturado do mesmo jeito, além de ficar desmoralizado com todo mundo. Finalmente, havia o dado muito concreto dos companheiros que corriam um enorme risco a seu lado no cotidiano – a namorada, o namorado, o amigo. Não dava para fugir daquela raia. Porque você não ia sair e deixar seus amigos na fogueira, sozinhos. Então, acreditando ou não, só havia um caminho: continuar na luta.³²⁵

³²⁴ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Iara, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.60.

³²⁵ Idem, p.61.

Além de Maria do Carmo e Iara Javelberg, Renata Guerra de Andrade também havia começado a perder a crença de que o plano da revolução poderia dar certo. Em entrevista à Judith Patarra, ela conta que

Fundamentalmente fui embora porque fui expulsa da Vpr. Eu era da turma do Quartim. Havia divergência teórica, mas fundamentalmente a gente contestava naquele momento tudo o que a esquerda desencadeava. A gente sentia, de alguma forma, que a gente não tinha todo esse poder que alguns companheiros achavam que a gente tinha. Então, quando houve a saída do Lamarca, ele colocou a possibilidade de sair e trazer um monte de armamento. Acontece que as pessoas começaram a delirar. Não ficaram contentes apenas com a saída dele. Queriam fazer uma noite apocalíptica, explodir coisas. Não tinha muito sentido. Era tão bom que o Lamarca viesse para nós e trouxesse todo o material logístico possível, e continuasse trabalhando. Até que por imprevidência de uns – o caminhão – desencadeou-se a série interminável de quedas.

Fui expulsa sem estar presente. Quando eu soube que a repressão tinha meu nome, eu, Wilson, Quartim, Maryse, saímos de SP. Ficamos escondidos o verão, porque éramos os mais procurados. Esperamos amenizar. Porque se constituía uma direção, e ela caía. Onofre é um dos desaparecidos na Argentina (na fronteira com o Brasil). As pessoas suspeitavam muito. Qualquer obscuridade no passado da pessoa dava margem a isso. Resolvia tudo matando, justificando (clima de violência também entre militantes). Porque o tempo inteiro, tudo era questão de vida ou morte. Então, não tinha como verificar a mínima suspeita contra a pessoa. Aí tinha que resolver, corta ou não corta. Vpr nunca justificou.³²⁶

Ela traz esse elemento de “resolvia tudo matando, justificando (clima de violência também entre militantes). Porque o tempo inteiro, tudo era questão de vida ou morte” que explica, em parte, o medo ou o desconforto que militantes sentiam e que, por isso, não se arriscavam a expor suas dúvidas. Sobre o assunto da expulsão de Renata e de outros três militantes (Wilson Fava, João Quartim e Marize) da VPR, ela nos contou que o motivo foi a deserção de Lamarca do quartel lá em 1969.

Isso tudo culminou naquela saída caótica do Lamarca, do quartel. Naquela coisa. E por esse motivo eu fui expulsa da VPR. Eu fui expulsa da VPR porque quem fez o contato com ele fui eu. Eu fiz o primeiro, ele era contato do Onofre, na verdade, mais antigo né, eles não se viam há muito tempo. Então quando eu fui lá em Quitaúna e conversei com ele, ele me falou daquele negócio de sair com um caminhão de armas e tudo isso. Só que pelo que ele me contou aquilo não era uma oportunidade única que tivesse que ser naquele momento. Bastava haver uma coincidência, ele ser o oficial de tiro e os outros nossos contatos ali que era o Darcy Rodrigues, Mariane e Zanirato, estarem também de serviços. Bastava isso, e isso acontecia esporadicamente.

³²⁶ Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

Não era todo dia, mas acontecia. E o que aconteceu com relação a isso então... Onofre quis fazer a organização acreditar que era uma oportunidade única. E a gente... meu medo era o seguinte: desencadear uma repressão brutal como efetivamente aconteceu, que a gente não conseguisse segurar porque o que a gente ia fazer com tanta arma? Não tinha nem gente para segurar tanta arma. Não era só arma a questão, tinham muitas outras coisas para resolver. E tanto é que depois disso, depois que começou essa repressão brutal não só contra a VPR, mas contra toda a esquerda, o que aconteceu foi que a esquerda passou a fazer ações de subsistência praticamente né, fazer expropriação de banco, e não sei o que, basicamente para sustentar os seus militantes na clandestinidade porque não... e não para juntar recursos para efetivamente avançar na luta de alguma forma. Então tinha isso, era muita gente que não pensava muito bem nas consequências daquilo que aconteceu, ou superestimava as nossas forças, as nossas possibilidades e isso foi bastante catastrófico. Não sei se tivesse sido diferente naquele momento poderia evoluir de uma outra forma, não sei... pode ser que tivesse evoluído da mesma forma, tudo caísse, que tudo fosse reprimido, todo mundo preso, todo mundo no exílio, não sei.³²⁷

Nesse relato ficam evidentes vários elementos que analisamos nesse trabalho. Primeiro com relação a uma das tarefas cumpridas por Renata, neste caso, de fazer o contato com aquele que seria um dos homens mais procurados pela repressão anos depois. Posteriormente, o medo que ela sentia de que a repressão se articulasse de modo violento ainda mais, o que mostra uma análise da realidade daquele momento, e terceiro, os problemas da luta, isto é, Renata diz que tinham mais armas do que militantes para empunhá-las. Ainda, ressalta que as ações foram muito mais para sobrevivência do que, de fato, para a construção da revolução, como já mostramos em outros tópicos. Ela continua,

Nós não fomos expulsos em congresso nenhum. O congresso de fundação, digamos, da VPR aconteceu em dezembro no Pereque-Mirim. E foi quando a gente assumiu o nome Vanguarda Popular Revolucionária e tal, mas não havia uma dissidência naquela ocasião. Havia coisas dissimuladas né, por exemplo, o Onofre saiu de lá naquele momento, durante a conferência... ele saiu sabe para que? Para embarcar a Maria Pavan, a mulher do Lamarca e os filhos, a Cláudia e o César, pra Cuba. Isso sem consultar ninguém. Ele resolveu que ia fazer, combinou com Lamarca e fez isso. Mandou a família para a cuba e a gente não sabia nem para que que ele tinha saído já, porque que ele tinha saído... [incompreensível]. Então a gente não perguntava muito, não tinha como perguntar muito. Foi e despachou a Maria com as crianças pra Cuba. Eles estavam decididos a fazer de qualquer forma essa saída do Lamarca.

[...]

³²⁷ GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas.** Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

E foi uma direção da VPR que me expulsou, a mim e outros três militantes. Eles alegaram indisciplina, e realmente houve uma indisciplina. A indisciplina foi no sentido de informar as pessoas que aquela não era uma oportunidade única, que aquilo não era legal acontecer naquele momento, não precisava ser naquele momento, podia ser no momento que a gente tivesse mais forte, mais organizado. Enfim, foi, aconteceu lá para fevereiro de 69 essa expulsão.³²⁸

Uma das críticas de Renata a essa ação, era a de que ela avaliava que não precisava ser realizada exatamente naquele momento, mas como afirma “eles estavam decididos a fazer de qualquer forma essa saída do Lamarca”. O relato mostra, inclusive, um dos pontos que trabalhamos nesse tópico que diz respeito às dificuldades de seguir as regras criadas pelos próprios militantes. A militante diz que Onofre saiu enquanto o congresso acontecia, e sem consultar ninguém. Ou seja, mostra certo descaso com algumas ações da organização. Por fim, Renata conta que

Apesar dessa expulsão, não houve um clima de desconfiança. Nem dos expulsos, nem com relação ao resto da VPR autêntica. O que aconteceu foi que a VPR disse que ia cuidar da nossa segurança sim e tal, só que eles não estavam conseguindo cuidar nem da segurança deles. Nem das pessoas que estavam assumindo a direção. Então, “mas escuta a gente vai ficar dependendo da segurança da VPR que não consegue nem parar em pé?” Vamos embora. Saí. A ideia era voltar tempo depois, eu acabei ficando dez anos e meio fora, mas a ideia era voltar depois.³²⁹

Ao afirmar que a organização se dispôs a cuidar da segurança deles, mas não conseguia cuidar nem da própria, ela só evidencia as análises que mostram como a organização foi ficando cada vez mais desestruturada, com o número de quedas dos militantes. Impressiona que, ainda assim, eles tentaram por alguns meses/anos continuar a luta.

Além dos acontecimentos narrados por Renata, o relato de Maria do Carmo indica que parecia não haver muita saída para aqueles que desejavam se desligar, pois qualquer atitude poderia causar torturas, desmoralização entre os companheiros, e significar o abandono de amigos “na fogueira, sozinhos”. Há um sentimento de culpa presente nesse tipo de pensamento. Apesar dele, Maria do Carmo não aguentaria as torturas sem soltar algumas informações que levariam ao paradeiro de alguns companheiros, como Tercina e Ladislav.

(...) O que aconteceu é que fui perdendo os meus complexos de culpa pelos erros cometidos na cadeia e aumentando a minha capacidade de fazer uma autocrítica na prática, que significava para mim começar a

³²⁸ Idem.

³²⁹ Idem.

fazer o que tinha feito antes, ter a franqueza de dizer o que pensava, porque, se eu dissesse, as pessoas iam dizer que eu estava desbundando ou coisa parecida. Havia uma censura muito violenta, que no caso da nossa organização chegava à censura de correspondência. Muita correspondência que me mandavam de Cuba pra Argélia foi censurada, riscada, escrito assim: “censurado por inorgânico, censurado por inorgânico”. Era muito duro! Passei por um drama de consciência enorme porque estava na defensiva pelos erros cometidos na prisão, mas o que eu dizia é que eu queria que se discutissem os erros que eu tinha cometido dentro e fora da prisão, pois a própria prisão no Brasil não teria tomado as características que tomou se nós não tivéssemos feito todas aquelas cagadas antes. Então, foi preciso (...) talvez tenha sido a época da minha vida em que tenha que ter tido mais coragem. Acho que é assim que sinto, porque estava mal sob vários pontos de vista e tinha que discutir isso tudo, porque aí eu já achava que não dava pra ninguém voltar pro Brasil e achava também que se devia retirar todo mundo que estava clandestino lá (...) Por essa altura começam inclusive acusações de eu ser da CIA, de dormir com o cônsul americano, era tudo uma história muito complicada que um dia será feita, mas que foi muito difícil (...) Depois a gente soube que havia um sujeito realmente infiltrado na nossa organização, que era o Cabo Anselmo, e, de fato, uma pessoa que dizia que não podia entrar ninguém e tinha que tirar todo mundo, fazia-lhe o contrário do jogo. Como hoje ficou comprovado que o sujeito virou capitão ou major lá na Oban, fica claro então por que foi feita essa coisa toda, simplesmente porque era uma posição política correta, claro. Se a posição desgosta a repressão é porque é correta. Vamos ser pragmáticos. Era correta (...).³³⁰

O relato acima mostra que anos depois ela iria rever a postura que teve, mas prova que a maioria dos militantes acreditavam muito que eram capazes de aguentar a violência sem fornecer informações.

É muito comum entre os militantes essa visão da ideologia como um espectro que dependeria da crença e dedicação de cada um: se a pessoa fosse firme ideologicamente falando, não falaria e aguentaria. Ora, se a pessoa falasse então seria passível de um tribunal revolucionário, pois se sentia um traidor ideológico. Estes elementos constituem a ética dos militantes.³³¹

Essa crença mostrava que,

Há a construção do “comportamento exemplar”, quiçá inspirado no opúsculo de Marighella, *Se fores preso, camarada*, de 1953, onde ele falava das técnicas repressivas que sofrera no Estado Novo varguista. Cabia ao militante saber aguentar-se na tortura, ideia introjetada, mas descolada do real.³³²

³³⁰ BRITO, Maria do Carmo apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.139.

³³¹ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.136.

³³² Idem, p.131.

Para isso, os militantes pensariam em regras a serem seguidas caso fossem presos. Tratamos delas no cap I, em item que falava sobre a estrutura das organizações armadas, e falaremos adiante em tópico sobre o Terrorismo de Estado, mas resumia-se ao uso de cápsulas de veneno, tempo estimado para aguentar, instruções para machucar o próprio corpo e até a tentativa de suicídio. E por mais que essas alternativas nos pareçam absurdas, muitos militantes preferiam aplicá-las do que morrer nas mãos da repressão.

O medo interno meu, constante, era cair. Ser colocada de frente da repressão. Aí sabíamos dos métodos de tortura, esse era um pavor, vou [incompreensível], não vou, duvida constante. Quem não aguentou, eu não tenho nenhuma crítica. Com exceção dos que foram por outro lado. Mas abrir na tortura... Eu tinha remédio o cianureto, sempre perto de mim. Depois do desarranjo do Mariano, suspenderam. Terrível, além da repressão ter a diarreia. Eu tinha a decisão de tomar. Fantasiei N vezes. Eu imaginava que a pílula seria um desmaio e se morria. Eu tinha convicção de que tomaria, não enfrentaria a repressão.³³³

Por fim, concordamos com a síntese de Carla Silva ao dizer que,

Está mais que claro que as prisões geravam efeito dominó, era muito difícil não falar nada e mesmo as falas que respeitavam as regras de segurança muitas vezes acabavam por trazer danos maiores, involuntariamente. A seguir, o documento muda, trazendo informações que podiam ser altamente relevantes, que são dicas sobre como os torturadores agiam, indicando como seria mais apropriado se comportar no caso de prisão. Essas informações poderiam ser essenciais para ajudar a salvar vidas, mas evidentemente não havia qualquer garantia nesse sentido. Os procedimentos podiam variar de uma delegacia a outra e a forma como cada militante reagiria era sempre uma incógnita.³³⁴

Como a historiadora afirma, apesar de formularem regras e normas, nada garantia que pudessem aguentar. Exemplo disso é o caso de Dulce Maia que assim como Maria do Carmo, não aguentou as torturas e acabou fornecendo algumas informações sobre um apartamento que costumavam se reunir, onde foi preso o militante João Leonardo.

Foi uma fraqueza abrir uma coisa que nem nos pertencia. Foi muito duro e muito sofrido. Não devia ter aberto – mas pensei, naquele desespero, que ninguém estaria lá. Houve uma série de erros de segurança: eu não devia ter conhecido o aparelho da outra organização, eles deviam tê-lo desmobilizado depois da minha prisão, Markito não devia ter ido lá. Nada disso explica muita coisa. João

³³³ Entrevista de Sonia Lafoz à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). [Algumas correções nossas em palavras abreviadas].

³³⁴ SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p.133.

*Leonardo passou a ter uma atitude muito dura comigo – mas anos mais tarde chegou a compreender.*³³⁵

O relato de Dulce mostra que antes mesmo de ter aberto informações, havia uma série de normas que foram descumpridas. A entrega de informações, assim como no caso de Maria do Carmo Brito e de tantas outras militantes, só aconteceu depois de muito resistirem e tentarem aplicar as regras que ajudaram a criar. Não se pode dizer que imediatamente houve a intenção de entregar companheiros, mas como seres humanos com limitações, não puderam resistir tempo suficiente até que fossem notadas as suas quedas.

Finalmente, a intenção desse tópico foi mostrar que a condição de clandestinidade implicou em variadas dificuldades às organizações. A forma como se estruturaram em conjunto com a atuação da repressão, não permitiu que pudessem concretizar a tão sonhada revolução. Os/as militantes viveram cada dia pensando se iriam sobreviver, se teriam que mudar de local, pois, em dado momento, a repressão se tornou implacável em encontrá-los.

A vida na clandestinidade tratou-se da perda de privacidade, mas principalmente de viver em constante medo e/ou apreensão, o que tem as suas implicações emocionais e, conseqüentemente, físicas. A partir disso, cada sujeito elaborou para si formas de continuar (sobre)vivendo à dura realidade colocada. Alguns, em seu limite, ultrapassaram as regras e o que era esperado, e sofreram as conseqüências disso. Outras decidiram sair da organização e do país ao perceberem que a clandestinidade exigia necessidades que não abriam mão.

Há aquelas que chegaram ao dia seguinte apoiadas na ideia de que o revolucionário dá a vida pela revolução, portanto, “aguentavam” o que a clandestinidade implicava, pois isso era parte da escolha que fizeram. E há quem, não tendo vivido a maior parte do tempo na clandestinidade, pois foram presas antes, ao serem libertas e banidas/exiladas, tiveram que elaborar sentidos para lidar com os traumas ocasionados pela experiência da prisão e de, de repente, estarem em um território completamente desconhecido até aquele momento. Portanto, nenhum sujeito ficou ileso dessa violência.

³³⁵ MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.60.

CAPÍTULO III: A FACE CRUEL DA REPRESSÃO ATRAVÉS DO TERRORISMO DE ESTADO

Como observamos, os sujeitos que se colocaram contra a ditadura, seja atuando em partidos ou movimentos políticos, criticando o governo em músicas, charges, teatros, e, principalmente, através da resistência armada, que pautava a legitimidade da violência para lutar contra o Estado, sofreram perseguição e foram reprimidos de diversas maneiras por um Estado que se organizou através de práticas do terror. Os autores com quem dialogamos no capítulo I deste trabalho, nos indicam que no Brasil uma das medidas repressivas mais utilizadas, foram as torturas.

Quando falamos em torturas estamos nos referindo às diversas formas com que elas aconteceram, desde a tortura psicológica, verbal até a física, no próprio indivíduo criminalizado e/ou em pessoas de seu entorno. As mulheres dessa pesquisa, infelizmente, expressam com exemplos concretos como se deu essa prática que ocasionou traumas que não findaram mesmo após os anos de chumbo.

Zenaide Machado conta à Comissão Nacional da Verdade, sua experiência enquanto militante e quando foi presa.

Eu fui presa no Rio de Janeiro, e durante todo o tempo de prisão estive em Quartéis (ininteligível), a tradicional PE da Barão de Mesquita, depois a Polícia do Exército da Vila Militar e diversos Quartéis da Vila Militar. Por exemplo: O Batalhão de Artilharia, o Batalhão de Infantaria, de Logística, Batalhão de Saúde, o Campo de Instrução de Gericinó, o Batalhão de Material Bélico. Além da Barão de Mesquita e da Polícia do Exército da Vila Militar, que era o antigo Pelotão de Investigações Criminais. Depois eu fui...³³⁶

Sra. Zenaide Machado de Oliveira - Não, eu fiquei sendo perseguida por Exército, Marinha e Aeronáutica dois anos e meio, e eu fiquei incomunicável por cerca de 60 dias, e só aí eu pela... Ofícios dos Advogados, pedido de habeas corpus e tal, por ali. Do período de incomunicabilidade, tortura, na Barão de Mesquita e eu fui levada para o Pelotão de Investigações Criminais, que era a Polícia do Exército lá da Vila Militar. Ainda fiquei lá também, lá eu não sofri torturas físicas, eu sofri constrangimentos morais, torturas psicológicas, aquelas simulações de fuzilamento.³³⁷

³³⁶ VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.7. [SIC].

³³⁷ Idem, p.30-31. [SIC].

Analisemos que ela relata ter passado por vários centros de detenções, o que por si só pode provocar sentimentos de medo, angústias e incertezas no indivíduo, que está constantemente sendo deslocado de um local para outro. Não é difícil encontrar relatos em que os militantes afirmam terem sido detidos em diferentes locais. Enrique Padrós em artigo que analisa o TDE nas experiências das ditaduras do Cone Sul, aponta que um dos objetivos ou das características dessa forma de governo é a “Diluição da responsabilidade dos funcionários repressivos (“semeadores de medo”). Segundo o autor,

O rodízio de agentes e funcionários em ações repressivas garantia corresponsabilidade, cumplicidade e silêncio sobre o TDE, bem como um “pacto de honra” corporativo e coeso (solidariedade repressiva), além de uma racionalidade burocrática e divisão de tarefas verticalmente controladas. Disciplina, obediência à hierarquia, busca de vantagens pessoais e perspectiva de imunidade permanente se combinaram. O medo de punição reforçou essa coesão interna e tornou a exigência de imunidade cláusula incondicional nas negociações de fim de ciclo.³³⁸

Não podemos afirmar que a passagem de Zenaide por vários presídios tenha sido exatamente uma prática do exposto acima, mas a síntese feita por Padrós permite uma suposição sobre isso. Ademais, Zenaide afirma que não sofreu torturas físicas, mas foi vítima de “constrangimentos morais, torturas psicológicas, aquelas simulações de fuzilamento”. Ainda que não tenha sofrido torturas físicas, as situações que relata já são suficientes para gerar traumas por toda vida. Aqui cabe uma observação quanto aos traumas,

De forma organizada e sucinta podemos afirmar que o trauma causado pela violência estatal, apesar da empatia que criamos com aquelas que nos fornecem seu testemunho, deve ser objeto de reflexão e crítica. A pesquisadora Dora Schwarzstein também menciona o cuidado no tratamento das fontes, especialmente as traumáticas: “[...], no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporarla plenamente a la narrativa histórica.”³³⁹

Nesse capítulo iremos lidar com diversos relatos que estão repletos de evidências traumáticas de situações que as mulheres passaram. Tentaremos sempre perceber isso na

³³⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p.21.

³³⁹ SCHWARZSTEIN, 2001, p. 79 apud KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015, p.24

lógica do TDE, independente se as torturas foram ou não físicas e diretas, o que pode se costumar pensar como “ápice” da violência. Portanto, iremos tentar manter a distância necessária do conteúdo sensível que a fonte oferece para conseguir analisá-la.

As simulações de fuzilamento não chegavam ao ato de fato, mas provocava nos militantes a sensação de que poderiam ser mortos naquele momento. Ela também conta que foi perseguida e, após ser presa, ficou incomunicável por 60 dias. Isso implica com que viva constantemente com medo e ao mesmo tempo ocasiona sentimentos de angústia nos familiares e conhecidos por estar incomunicável.

Outra mulher que também foi presa, mas diferente de Zenaide, sofreu torturas físicas, foi Dulce Maia. Ela conta sua experiência à Comissão Nacional da Verdade,

Sra. Dulce Maia Souza – Não tem, exato, não tem nada... Aqueles bancos. E, ali eu cheguei apanhando, corredor polonês e tal, e de repente me amarram ali, eu fiquei amarrada nesse banco com choque, com fio no dedo da mão, dedo do pé, um telefone.

Interlocutora não identificada – Imediatamente quando você chegou?

Sra. Dulce Maia Souza – Imediatamente. Eu passei por um corredor polonês, me amarram ali, de cabeça dependurada, fiquei toda amarrada. Choques no corpo todo, agulhas, vela, e eu recebendo água nas narinas, com a cabeça dependurada. E, eu fiquei... Eles usavam choque de telefone, aquele telefone de campanha, depois televisão, para aumentar a frequência, eles mudavam de canal. Choques com... Esses cassetetes que tem duas...

Interlocutora não identificada – Sim, dois polos.

Sra. Dulce Maia Souza – Dois polos, me davam choques. Eu estava toda já rasgada, porque no carro rasgaram a minha roupa e tudo, e daí me fizeram nua, inclusive. E, ali eu fiquei... Eu não sei precisar a hora, mas era antes de duas da madrugada. E, quando foi, o tempo todo uma bestialidade incrível, eles me tiraram dali, me tiravam... Me punham... Eu nunca fui no pau de arara, eu sempre fui dependurada, tanto é que eu tenho essa perna bem ruim, pelas pernas, amarradas e de cabeça para baixo.

Interlocutora não identificada – Com os braços soltos?

Sra. Dulce Maia Souza – Com os braços soltos. E, eles me davam muito, muito choque na vagina, inclusive, nos olhos, na narina, me deram muito choque na pálpebra e narina, deram muito choque, bico de seio. E, eu ficava ali dependurada com murros e com tudo, eles eram umas bestas feras, a verdade... Era a verdade.³⁴⁰

³⁴⁰ VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.5. [SIC].

Dulce relata as severas torturas que sofreu, físicas e emocionais, já que uma conseqüentemente causava a outra. Como vimos em capítulos anteriores, Dulce foi presa na noite de 26 de janeiro de 1969, ao decidir ir até a casa de sua mãe sem imaginar que o local estivesse cercado pela repressão. Seu depoimento é um, entre tantos, dos mais fortes que temos, - embora seja difícil dimensionar o impacto de cada experiência -, pois ela afirma que os repressores diziam “você vai parir eletricidade!”.

Nas horas que antecederam a minha prisão eu guardei Diógenes e José Araújo Nóbrega na casa de meu irmão Carlito. Fui guardando, guardando, guardando, e resolvi dormir na casa de meus pais, no Brooklin, rua Joaquim Nabuco. Os militares chegaram lá às 2 da manhã. Eu já estava dormindo. Fui presa na noite do dia 25 de janeiro na frente de minha mãe, debaixo de pancadas, num corredor polonês. Me levaram para o quartel do Ibirapuera, o mesmo da bomba, episódio que àquela altura já tinha sido aberto, incluindo a minha participação. Fiquei horas a fio amarrada em um banco. A tortura durou a noite toda. Ao amanhecer, para escapar da tortura, eu disse que tinha um ponto, um encontro com um companheiro. Não pensava. Só queria sair da tortura. Levei-os a uma rua perto da Augusta, no trecho da Praça Roosevelt, que estava em obras. O ponto era frio – eu tinha inventado – e não encontramos ninguém. À tarde aconteceu a mesma coisa. Eu era sempre pendurada nua, de cabeça para baixo. Uma vez puseram um arame na minha vagina. O sargento metia a cabeça entre as minhas pernas e gritava: “você vai parir eletricidade”. Essa foi uma lembrança amarga que ficou.³⁴¹

O trecho acima é retirado do livro escrito por Luiz Maklouf, a partir de entrevista que Dulce concedeu a ele. O livro foi publicado em 1998 e, em outra entrevista, concedida ao documentário “Paredes Pintadas”, lançado em 2010, Dulce ainda relembra desse acontecimento. Isso nos indica um marco temporal de mais de uma década em que o mesmo assunto foi lembrado por ela, ou seja, mostra como essas questões permanecem por anos e anos, e, provavelmente permaneceu até o final de sua vida.

Eu fico muito confusa por causa da minha emoção, eu visualizo muito as cenas, a minha memória visual é muito maior, eu vivi muito intensamente, então eu lembro de detalhes, mas a memória auditiva, memória propriamente eu perdi [...] eles me deixaram ver as caras, inclusive eu lembro muito bem, lembro muito bem da cara do militar que me estuprou, que me deu choques na vagina, que disse que eu iria parir eletricidade, isso eu me lembro muito bem.³⁴²

Como afirmou Pierre Nora,

³⁴¹ MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.56.

³⁴² MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções.³⁴³

Em uma fala solta, sem demorar muito, ela conta que saiu da prisão em um estado crítico de saúde. “Fui a Cuba a um tratamento de saúde, fiquei quase dois meses lá porque eu estava muito mal, saí com 38 quilos da prisão. Tive muitos problemas, tive que reaprender a falar, reaprender a escrever. Eu tremia muito até bem pouco tempo atrás.”³⁴⁴

Nesse curto trecho é possível visualizar as marcas deixadas pelo TDE, uma vez que ela relata que teve que reaprender coordenações que, geralmente, desenvolve-se a partir dos anos iniciais de vida, e que ainda tremia “até bem pouco tempo atrás”. As torturas foram tantas que, em entrevista à CNV, ela conta que em dado momento desejou a morte.

Sra. Dulce Maia Souza – Do carnaval, eu fui chamada... Eu tinha a intenção de ser morta, eu queria que me fuzilassem. Mas, queria que o fuzilamento fosse público... E, quando eu soube que...

Interlocutora não identificada – Você não aguentava mais o sofrimento?

Sra. Dulce Maia Souza – Não, eu não aguentava mais. E, quando eu fui levada para a PE, eu disse “é a hora, é o momento”. Mas, só que deí a volta por cima porquê? Era carnaval. Havia um cordão de isolamento, havia jipes do Exército e havia uma coisa que era uma quantidade de pessoas em volta do cordão, para ver quem é que ia sair, de certo, (ininteligível) com todo esse aparato, vai sair gigante. E, eu saio, branca, porque estava meses ali, e muito, além de branca, muito magra, magérrima, e me deu... Não havia condição realmente também de eu correr de nada, mas me deu uma força, entendeu?

Interlocutora não identificada – Aquelas pessoas?

Sra. Dulce Maia Souza – Aquelas pessoas.³⁴⁵

Mais uma vez há evidências de seu estado físico enquanto esteve na prisão, mas aqui ela diz que ter visto as pessoas do lado de fora, deu forças para tentar se manter viva, um indicativo – ainda que óbvio - de que a prática de isolar os/as militantes nos centros

³⁴³ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.9.

³⁴⁴ MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

³⁴⁵ VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.32. [SIC].

de detenções e excluir a possibilidade de comunicação com familiares e/ou conhecidos, agravava o estado psíquico e inculcava ao chegar em seu extremo preferindo ser fuzilada a continuar naquela situação.

Outra circunstância narrada por Dulce que a violentou profundamente foi ter visto companheiros serem torturados. Isso também é relatado por outros militantes que além de verem, às vezes tiveram que eles mesmos torturarem seus amigos de luta.

Interlocutora não identificada – Dulce, se você pudesse falar o que você falou da tortura, realmente, é sempre muito difícil e muito doloroso, muito tempo se passou, e se você pudesse, falar um pouco como você... O que você pensa sobre a tortura, como você significou, ressignificou esse fato na sua vida?

Sra. Dulce Maia Souza – O que eu acho mais terrível é que ela ainda continua existindo. Para mim, o pior da tortura, não faz... É importante, eu acho que eu fale, não foi eu ser torturada, foi eu ver o Clemens ser torturado. P.33 [...]

Sra. Dulce Maia Souza – O Clemens foi casado com a... Como é o nome dela? Eu a reencontrei no dia do... Espera aí, Ida. Ida, que mora na Alemanha, a Ida. O Clemens era biólogo, ou é biólogo, ele parece que está vivendo no Brasil, o Clemens. Alemão, ele trabalhava com o Paulo Vanzolini. E, ele esteve na... Ele esteve, não sei se na Amazônia, onde ele estava, e pegou paludismo, e ele estava em uma crise de paludismo no dia em que ele foi torturado. Então, ele estava com uma febre, ele estava completamente inchado, em um Estado realmente de doente, de... Um Estado de uma pessoa frágil, e eles torturaram na minha presença e foi violentíssimo.

Interlocutora não identificada – Foi por algum motivo especial que eles fizeram você assistir ou não?

Sra. Dulce Maia Souza – Sim. Eles sempre faziam com que a gente visse ou que a gente também... Para chocar a gente, amedrontar a gente...³⁴⁶

Essa fala de Dulce nos permite perceber uma das dimensões e objetivos do TDE, que foi a sua prática educativa, assim explicada por Padrós,

Em um primeiro momento, combater a oposição política em todas as suas formas de manifestação e organização se transformou no grande motivo de atuação da estrutura repressiva das ditaduras de Segurança Nacional. Fundamentadas nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, a eliminação da figura do “inimigo interno” implicou em uma violência permanente, sistemática, clandestina e global. Assim foi semeado o temor, o desespero, a autocensura. Nesse sentido, o TDE cumpriu sua função educativa, quebrando voluntarismos e resistências,

³⁴⁶ Idem, p.34. [SIC].

o que, combinado com a sensação de impunidade, acentuava o medo e o imobilismo, ou seja, a paralisia das mobilizações sociais.³⁴⁷

Embora a síntese se refira principalmente à atuação do Estado impelindo a imobilização de parte da sociedade que ainda não havia sido criminalizada, também é possível pensar a função educativa do TDE com relação aos próprios militantes presos, pois como Dulce afirmou, ela foi colocada várias vezes para ver torturas acontecerem, o que evidentemente desperta a sensação de medo nos militantes e a possibilidade de que sejam os próximos a passarem pelas torturas caso não “colaborem”.

Todas essas torturas as quais Dulce foi submetida ou presenciou em seus companheiros, extrapolaram o limite físico e se tornaram psicológicas ocasionando traumas durante toda a sua vida e impactando nos relacionamentos que ela construiu após ditadura, quando não mais passava por isso. Um exemplo concreto é o seu relacionamento com Diógenes de Carvalho, que também foi militante, iniciado ainda quando estavam na organização, com quem ela se casou e morou fora do Brasil depois de serem libertos. Ela conta como os traumas das torturas atravessaram essa relação,

Ele não teve condições de entender. Eu estava muito mal: irascível, desagradável, agressiva. Durante muitos anos eu fiquei mal comigo mesma por estar mal. Não suportava meu próprio estado. A prisão, a tortura e o banimento acabaram comigo. Tive uma menopausa precoce aos 41 anos. Consequência da tortura, do Pentotal que me aplicaram. Fiquei meses e meses sem ter menstruação. Então eu estava num processo de menopausa, eu tinha síndrome menstrual, e eu não sabia o que era síndrome menstrual. Tinha um stress crônico. Estava morrendo de stress e não era sabido que era stress. Como Diógenes poderia suportar um ser assim? Ele me suportou muito, mas era difícil pra ele. Era suave, tremendamente doce. Abria a janela e ficava maravilhado com o dia. A separação se consumou quando eu voltei do exílio. Ele ficou lá. Ele não aguentava mais. Para mim foi terrível. Mas eu era insuportável e necessitava muito voltar para o Brasil. Nunca mais tive marido de lá pra cá. Houve uma outra relação, coisa de dias, mas eu não quis mantê-la. Foi a minha opção. Hoje eu sou uma pessoa bem resolvida e muito suave comigo mesma. Passei muitos anos sem conseguir dormir direito – mas não por problema de consciência. Eu nunca deixei de me olhar no espelho. Se tivesse tido um comportamento desonroso, se tivesse traído, eu com certeza não me olharia no espelho. Os meus fantasmas me maltratariam.³⁴⁸

³⁴⁷PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p.16.

³⁴⁸MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.89-90.

Esse é um depoimento marcado por culpa. Primeiro, o sentimento de angústia por tudo o que sofreu, ficando mal consigo mesma por anos, não suportando o próprio estado, como ela mesmo diz, mas principalmente uma culpa que “justifica” o fim da relação com seu companheiro. “Como Diógenes poderia suportar um ser assim? Ele suportou muito, mas era difícil para ele.” Essas duras - e tristes - palavras de Dulce Maia indicam o estado em que pode chegar um ser humano que sofre as consequências do TDE, aversão ao próprio ser e a compreensão distorcida de que não é agradável para estar ao lado de alguém, o que automaticamente implica num isolamento próprio ao não conseguir construir outras relações.

Dulce Maia relata uma série de marcas que ficaram em decorrência do que sofreu. Agressividade, menopausa precoce que ocasionou meses sem menstruar, stress crônico, anos sem dormir direito, e nunca mais outras relações. Percebe-se então que os traumas se manifestaram em Dulce nas dimensões emocionais e físicas. A vida dela e de tantas outras mulheres e homens foram marcadas por essa experiência, existindo um antes e depois da ditadura, uma vez que precisaram reencontrar ou construir a vida saudável emocionalmente que foi interrompida por essas circunstâncias.

Damaris Lucena foi outra militante vítima do TDE que traz em seus depoimentos as violências e os traumas que sofreu. Damaris passou por experiências nas quais a violência não se limitou a ela, mas alcançou seus familiares, sua irmã e seus filhos. Uma das primeiras vezes em que sentiu a força da repressão foi quando seu marido Antônio Raymundo Lucena foi morto na frente dela e das crianças que estavam em casa.

Ficamos um tempo lá em Embu-Guaçu, sete ou oito meses e depois fomos para Atibaia. E lá Atibaia tinha um informante da polícia. Quando nós mudamos pra lá, o cara já ficou informando da vida da gente. O cara ficava vigiando a gente. Eu ia no bar comprar gás, comprar alguma verdura e ele estava lá olhando assim. Às vezes, meu marido descia do carro. Às vezes, ele não descia porque estava com a Telma no colo. E o homem olhando. O homem era informante da polícia. Eu só fiquei sabendo que ele era informante no dia que mataram meu marido, que ele gritava: “Eu avisava pra vocês que essa coisa tinha uma coisa assim e vocês não queriam acreditar em mim.” Aí, quando era umas três horas da tarde mais ou menos, estava um dia meio chuvoso, eu estava estudando a lição pros meninos, porque eu não podia nem colocar os meninos na escola. Os dois que eram esses daí e a irmã que é gêmea com ele. Eles tinham 9 anos e a Telma tinha 3 anos e meio. Aí eu estava ensinando a lição pra eles, bateu na porta aquele monte de policial. Meu marido estava deitado. Aí eu falei: “Nossa tem um monte de policial aí.” Cercaram a casa. “Virgem Maria, meu Deus do céu.” Meu marido saiu, estava sem camisa e eles falaram: “Vai vestir a camisa que você vai prestar declaração na delegacia.” Meu marido falou, eu

falava: “Eu não me entrego pra ninguém. Ninguém vai me pendurar no pau de arara. Ninguém mais vai me levar preso.” Ele pegou a arma e resistiu à prisão. Foi um momento muito terrível. Naquele dia, naquele momento eu tive muito medo de ser morta. Mas muito medo mesmo. Eu fiquei sentada com ela no colo que era pequena, com um filho aqui sentado e a outra filha sentada e o cara com a arma na minha cabeça e os caras gritavam: “Mata ela! Mata ela! Mata os filhos dela!” Eu tive muito medo. Mas muito medo mesmo de ser morta naquela noite. Foi uma coisa muito triste. Eu com ela no colo e ela me olhava, aí um momento eu me levantei e aí vi dar o tiro de misericórdia na cabeça do meu marido. Ele já estava quase morto, o pé dele torceu assim. Eu falei, meu marido ainda estava vivo quando deram aquele tiro na cabeça dele. Voltei e me sentei de novo. E os caras gritavam: “Mata ela! Mata logo ela! Mata os filhos dela!” Eu tive tanto medo de ser morta naquela noite [choro] e os meus filhos inocentes também. Os maiores sabiam no que nós estávamos envolvidos, mas a pequenininha não sabia. Eu tive medo de ser morta naquela noite. Eu e os meus filhos pequenos. Eu tive muito medo, foi muito triste. Outro medo também que eu tive medo de ser morta é que tomaram ela dos meus braços. Levaram meus filhos não sei pra onde, me jogaram num quarto e me cobriram de pancada. Aquele monte de delegado me dando pancada. Minha dentadura enganchou aqui na gengiva. Eu levei uns três ou quatro dias com a dentadura enganchada aqui. Aí eles davam lá um café com leite de manhã e eu empurrava aquele pão molhado pra eu poder engolir que eu não podia nem mexer com a boca. Eu apanhei naquela noite que só vendo. Eu tive muito medo de morrer também. Duas vezes que eu fui presa eu tive medo de morrer e deixar meus filhos na mão daqueles animais, daqueles bichos, nem bicho faz aquilo. Aquilo são uns monstros. Quando eu me lembro daquela gente, eu tenho um ódio daquela gente. Não posso nem ouvir falar. Nesse delegado, tenho eu ódio dessa gente da ditadura essa caterva que ainda assombra por aí, sabe? Eu tive muito medo de ser morta.³⁴⁹

Nesse trecho podemos ver vários desdobramentos do TDE. Primeiro, a casa que estava sendo vigiada, inclusive Damaris e Antônio também sendo vigiados em seu cotidiano. Mais uma vez as análises de Enrique Padrós nos ajudam a entender essa prática, a partir das explicações do autor sobre as características gerais do TDE, uma delas sendo a

7) Política de controle: Consistiu na ampliação asfixiante das funções de vigilância (patrulha, seguimento e espionagem). As comunidades de informações, de estrutura macrocéfala, acentuaram com sua ação e presença a insegurança e o temor. Violação de privacidade, controle de correspondência, escuta telefônica e rotina ostensiva de seguimentos aumentou a opressão, enquanto um exército de informantes, delatores,

³⁴⁹ VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.14-15. [SIC].

espiões e agentes infiltrados se expandiam pelos espaços cotidianos e rotineiros da população.³⁵⁰

Nota-se a partir dessa característica que a perseguição contra os/as militantes não se limitava aos sujeitos da luta armada, mas a todos que representassem qualquer resistência ao governo, pois eram realizadas práticas como escuta telefônica e seguimentos. No caso de Damaris, ela ressalta que havia um homem espionando as ações cotidianas dela e do marido, inclusive já tendo sido percebido por eles, mas confirmado somente quando ela escutou o homem dizendo que sabia que “tinha uma coisa assim”.

Em segundo lugar, gostaríamos de chamar atenção a outra dimensão da violência institucional. Damaris precisou tirar as crianças da escola, uma vez que era um local onde poderiam ser reconhecidos como filhos dos militantes e correrem perigo ou mesmo serem utilizados para fornecer informações sobre seus pais. Ela teve que alfabetizar as crianças em casa mesmo com suas limitações, pois nem ela quando criança teve acesso aos estudos completos, já que precisou trabalhar desde muito cedo para ajudar no mantimento financeiro de sua família, como vimos no capítulo I.

A tarefa de alfabetização provavelmente não era feita com a constância que uma escola asseguraria, por exemplo, visto que Damaris realizava outras atividades enquanto mãe, dona de casa e militante, que precisavam ser conciliadas. Ademais, a escola para além de um local que proporciona a aprendizagem, é um espaço de sociabilização, fundamental para o desenvolvimento das crianças, portanto, ser impossibilitado de frequentar esse local e tantos outros, mostra como essa violência institucional ultrapassa seus inimigos diretos e atravessa desde cedo a vida de quem está a sua volta.

O terceiro e último apontamento sobre as dimensões do TDE evidentes no trecho, é propriamente a morte de Antônio, que já estava baleado e ainda assim levou “o tiro de misericórdia”, pois Damaris afirma que ele ainda estava vivo quando atiraram pela última vez. Além disso, ela conta como ficou o tempo todo com medo de morrer e, possivelmente, com medo de que as crianças fossem mortas também. Ela diz que foi levada para um quarto onde apanhou muito, ao mesmo tempo em que seus filhos foram tirados dela, o que nos indica uma prática de tortura psicológica já que ela poderia pensar

³⁵⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p.22.

que seus filhos foram levados dali para serem mortos ou para não verem ela ser morta. Assim ela conta em entrevista no documentário “Paredes Pintadas”,

Não deu tempo de nada não, foi uma violência medonha. Depois arrancaram meus filhos dos meus braços, ela era pequenininha, já estava com ela no colo. Ela gritava que nem uma louca, ela viu o mari..., pai levar um tiro na cabeça. Meu marido levou um tiro na cabeça que foi o tiro de misericórdia, ele já estava no chão, assim já quase morto, aí deram um tiro na cabeça dele e ela viu, ela deu um grito. Pancada, empurrão, coronhada, é uma coisa maluca sabe, uma coisa maluca... ameaças. E na delegacia foi uma... uma coisa violenta também, eu apanhei muito e vários delegados me espancando. Foi muito violento. Eu estou viva, meu filho, porque... eu acho, eu não sei qual é a providência que me ajudou sabe, não sei se é a providência divina que eu ainda tô viva porque a pancadaria foi grande, era pra mim ter sido assassinada naquela noite de tanto apanhar. [...] Eles disseram para mim “nós vamos, nós vamos torturar teus filhos pra tu ver.” E aí quando eu vi meus filhos lá, eu subi na janelinha... e vi meus filhos. Me deu uma crise, quase que eu enlouqueci naquele dia. me deu uma crise muito grande, muito grande mesmo que eu comecei a gritar e não parava de gritar, não parava de gritar porque eles disseram que iam trazer meus filhos para torturar na minha vista, e eu dei uma crise muito forte, muito forte, quase, quase enlouqueci. Aí eu fiquei, caí, na, assim, a mão... a Eliana me segurou, eu fiquei assim meio ... aí chegou uma freira com um remédio, eu bati com a mão no copo d’água da freira, a freira com um comprimido para me dar, eu falei “cê não me dá veneno...”, bati com a mão no copo d’água, o copo caiu, e eu... quase me dá uma crise de morte. Eu vi meus filhos, que eles disseram que iam torturar pra mim ver. Mas a coisa foi tão violenta que eles pegaram os meninos e foram embora, levaram os meninos embora.³⁵¹

Sobre esse acontecimento, seu filho, Adilson conta sua perspectiva do fato.

Adilson Lucena: Oito anos eu tinha... naquele dia a gente estava sendo alfabetizado porque chegou um momento que a gente não conseguia mais ir na escola, e ela estava alfabetizando a gente quando eles cercaram a casa. [...] Depois que acabou o tiroteio, eu saí e vi toda aquela cena, e eu voltei correndo chorando. E depois elas saíram, a Telma... a Damaris com a Telma no braço e a Denise, e aí foi onde se produziu o tiro de misericórdia né, mas foi nossa... uma loucura para a gente. [...] Bom, eu, a Denise, nós fomos parar nesse... nessa Celso Garcia, a gente foi muito maltratado lá por conta disso né, “os filhos dos terroristas”. E aí, bom, depois desses dias todos veio o... a Valquíria que era diretora, vestiu a gente e nós fomos para o DOPS. Foi lá que a gente viu a Damaris depois de tanto tempo, esses vinte e poucos dias de prisões... vimos a Damaris e depois eu lembro que eles, a gente foi levado para um, para um ônibus e havia uma cobertura imensa de

³⁵¹LUCENA, Damaris apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

polícia, nossa, uma coisa louca mesmo né, a gente nunca tinha visto aquilo...³⁵²

Adilson ressalta que foram maltratados sob a justificativa introjetada socialmente de que eram “os filhos dos terroristas”, ou seja, isso “justificava” qualquer maltratamento. Estamos diante de uma história que traz quase todas as dimensões do TDE, pois além de Damaris e Antônio, as crianças foram afetadas desde a infância. Por mais que tentemos, não saberemos como de fato se sentem as vítimas dessa história, mas podemos imaginar como é ter uma vida atravessada pelo acontecimento de ter presenciado a morte do pai, ter sido tirado de perto da mãe e levado a um juizado de menores e a locais onde eram lidos como terroristas.

Damaris também contou essa história ao jornalista Luiz Maklouf, sobre a morte de Antônio e o que aconteceu depois que ela foi presa.

Até hoje eu não sei direito como a casa caiu. Não sei se delataram ou se a polícia estava atrás de bandidos. Sei que o aparelho era fechado, pouca gente tinha conhecimento dele. É possível que tenha sido um acidente e que a ligação com a questão política tenha sido feita depois. Vasculharam a casa, encontraram as armas, trouxeram um caminhão para levá-las. Diziam: “Vamos matar logo todo mundo”. Me deram um bofetão. “Mata ela logo, acaba com essa raça de filhos da puta.” Eles pareciam uns demônios. Ficaram lá até o começo da noite, mas não disseram nada relacionado à política.”³⁵³

Quando me levaram pra delegacia, ali pelas 7 da noite, o corpo do “Doutor” ainda estava lá. Aí eles já tinham feito a ligação, porque eu escutei um falar: “Vocês deviam ter matado ela também”. O outro respondeu: “Não. Essa mulher vai ser uma boa fonte de informação”. Fomos pra delegacia de Atibaia, eu e as crianças. Aí foi chegando delegado de tudo quanto era lugar. O Fleury, o capitão Maurício, o capitão Albernaz. Tinha um dos olhos azuis, grandão, alto. E tinha um tal de Bexiga, parecendo um índio, com a cara toda furada. O Maurício, o Albernaz e esses dois, Virgem Maria. Me colocaram num quartinho. Eu apanhei muito. Foi um pau violento. Tinha um com um braço engessado. Bateu com o gesso na minha boca e quebrou minha dentadura. Todos os delegados me deram porrada. Só suspenderam o pau quando o pessoal da Oban chegou e assumiu o controle. Porque aí o pau ia ser maior, mais sofisticado, mais bem-feito. Quando me levaram para a Tutóia já era de madrugada. Eu cheguei na Oban com a cara muito inchada. Não podia abrir a boca direito porque a dentadura encaixou na gengiva. A ponte também encaixou. Nem falar eu podia. Fiquei o dia inteiro lá, deitada. Veio a menstruação. Não tinha roupa.

³⁵² LUCENA, Adilson apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

³⁵³ LUCENA, Damaris apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.81.

Fiquei toda ensanguentada. Eles diziam: “Tira essa mulher daqui essa mulher está podre”. Quando me chamaram para a entrevista, eu não tinha nem como tomar banho. Levei uns quatro dias naquele estado deplorável, o rosto muito inchado. A sorte é que fiquei presa com uma doutora, uma socióloga chamada Eliana Rollemberg. Essa também apanhou muito. Primeiro nós ficamos com medo uma da outra, mas depois ela me ajudou. Me deu calcinha, me deu modess, limpava o meu rosto. Depois desses quatro dias é que começaram as torturas e os choques. O Maurício, o Albernaz e o capitão Homero me interrogaram. Mas tinha outra turma. Eles diziam assim: “A senhora deve falar porque senão vem a turma do presunto e aí a senhora vai ver”. Eu falava assim: “Olha, eu vejo dizer aí fora que vocês aqui dentro tiram as roupas das pessoas para torturar”. O Albernaz falou: “O quê, sua puta?” Eu respondi: “Você não pode me chamar de puta porque nunca deitou junto comigo, nunca passou a perna em cima de mim. Vocês não vão tirar a minha roupa. Podem me fuzilar que eu perdoe vocês, mas tirar a minha roupa eu não aceito”. Não tiraram. Passaram três ou quatro dias me chamando de puta. Até aí não tinha choque, era só psicológico. Depois descobriram que eu era casada até na igreja e passaram a me chamar de senhora Lucena. O medo era muito grande. Nossa Senhora! Nem se fala. Toda vez que eles metiam a chave na porta eu me urinava todinha. Porque era demais, era demais. O choque e a tortura psicológica, Nossa Senhora. O choque é terrível. Botam aquele negócio no ouvido e parece que arranca o tampo da cabeça. Botam nos pulsos e parece que estão derramando óleo fervendo nos teus braços. Aquilo parece que vai derretendo os ossos. Eles chamavam 10, 11 da noite, não tinha hora certa. Tinha um desgraçado de um moleque, parece que primo do Kozel. O moleque trazia um maço de chave e ficava metendo na porta. Aquilo deixava a gente louca. Aí nos levavam e começavam a interrogar. Queriam saber onde é que estava o Lamarca e como é que nós estávamos organizados. Perguntavam: “Por que a senhora não conta que o seu marido é comunista?” Eu respondia: “Vocês contam pras mulheres de vocês o que vocês fazem comigo aqui?” Ficavam calados. Eu andei dando umas ralhadas neles, assim, de palavras. Eu falava mas eu tinha medo. Era uma pulga no meio daquele monte de leão. Me chamavam de dona Damaris, de dona Lucena, mas todo dia era aquele inferno, aquela tortura.³⁵⁴

O trecho nos permite perceber que Damaris só não foi morta também como Antônio porque os militares acreditavam que ela poderia fornecer informações a respeito da militância e de sujeitos específicos, como o Lamarca que já era muito procurado. Além disso, nota-se que nessa entrevista ela relata situações que se configuram como torturas físicas, além das torturas psicológicas que já havíamos visto.

Ainda no relato acima, é possível notar vestígios que indicam uma posição da moralidade por parte dos militares e por parte de Damaris, ao se referir a ela como “puta” e ela retrucar dizendo “você não pode me chamar de puta porque nunca deitou junto comigo, nunca passou a perna em cima de mim”. Ou seja, evidencia a visão de que a

³⁵⁴ Idem, p.83.

mulher que dormia com “vários” homens ou que não fosse casada, seria considerada “puta”, já que quando se descobria a relação matrimonial que elas possuíam, o tratamento mudava. Trataremos desse assunto em outro tópico adiante.

Em suma, um dos depoimentos mais fortes que encontramos na trajetória dessa pesquisa foram os de Damaris relatando as violências físicas que sofreu, como, por exemplo, esse que cedeu à CNV.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Então Damaris, sobre as torturas que você foi submetida na Operação Bandeirante. Você... Sobre as torturas psicológicas, eles ameaçavam o tempo todo trazer os seus filhos. Você levou choques também?

Damaris Lucena – Levei choque.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Levou choque na mão, na boca...

Damaris Lucena – Mas o choque na mão, vai no corpo inteiro. Você já se queimou com gordura quente?

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Já.

Damaris Lucena – Parece que estão despejando gordura quente no seu corpo. O choque nas mãos parece que seu corpo está aberto e estão despejando gordura fervendo. É uma coisa medonha. Choque.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – E a senhora foi colocada na cadeira do dragão?

Damaris Lucena – Não. Eu fiquei numa cadeira sentada. Amarrada na cadeira e eles dando choque com aquela maquininha.

Ângela Telma Lucena – Conta pra ela o que aconteceu com seus órgãos genitais e tudo mais.

Damaris Lucena – Porque eu levei muito chute na... na vagina chute que eles davam e minha vagina abriu. Quando eu cheguei em Cuba, os cubanos acabaram de abrir para poder costurar de novo. Eu fiquei com a vagina aberta e o útero ficou pendurado pra fora e a bexiga e tudo. Quando eu cheguei em Cuba que os cubanos costuraram.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Eles deram choque também na vagina?

Damaris Lucena – Não. Mas o choque que eles davam... [demonstra como o corpo se contrai]. Muito chute que eles me deram lá no dia que eu fui presa. Levei muito chute. Aqui na vagina muito chute. E aquilo abriu minha vagina.³⁵⁵

³⁵⁵ VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.20. [SIC].

Os relatos de Damaris sobre as torturas físicas que sofreu são fortes e demonstram que ela precisou ser submetida a uma costura dos órgãos de seu corpo que saíram após os chutes que levou. Damaris além de ter sido vítima dessas torturas físicas, ainda seria mais algumas vezes vítima das torturas psicológicas, como nessa ocasião em que foi ameaçada de ficar longe de seus filhos novamente.

“Sequestraram um cônsul e estão pedindo a senhora”, me disseram naqueles dias. “Só que a senhora não vai levar as suas crianças, porque não tem moral para criar seus filhos”. Eu enlouqueci. Sem meus filhos eu não vou. “Vocês já mataram o pai deles, mas não vão tirar a mãe”. Eles diziam: “Bom, dona Damáris, hoje a senhora vai contar tudo. Vai dizer onde é que está o Ariston, onde é que está o Lamarca, o ‘Bacuri’, todo mundo”. Eu respondia: “Se eu não falei até agora é porque eu não sei. Se eu falar vocês vão dizer que estou inventando”. “Pois hoje a senhora vai falar”, diziam. Nesse mesmo dia, à tarde, eu ouvi um barulho esquisito de carro. Subi no banquinho que tinha na cela e vi que as crianças estavam descendo de um carro. “Foi por isso que eles disseram que eu ia falar. Vão torturar meus filhos já, já, na minha vista”. Comecei a gritar. Gritos de uma pessoa louca, sem controle nenhum. Eles vieram na carreira, abriram a porta da cela. Os gritos que eu dava: “Vão matar meus filhos, seus filhos da puta!” Encheu de tenente, de coronel, de sargento, de faxineiro. Trouxeram o médico. Eu desfaleci, o suor escorrendo. Trouxeram água, gelo, leite. Me recuperei. Explicaram que tinham levado as crianças para me ver. Conversa fiada.³⁵⁶

Ela conta a mesma história à CNV,

Agora foi também um dia muito triste pra mim, o dia que foi pra mim sair da prisão. Os companheiros fizeram um sequestro. Ele chegou e falou assim pra mim: “Fizeram um sequestro aí pra tirar você da prisão. Você vai embora do Brasil, mas você não vai levar seus filhos.” Eu falei: “Não. Não. Eu não saio do Brasil se não levar meus filhos. Não saio do Brasil sem levar meus filhos!” Aí, um dia eles disseram pra mim: “Nós vamos trazer seus filhos aqui para torturar pra você ver. Você vai falar do que você sabe.” Menina, era um quartinho pequenininho tinha um basculante, uma janelinha pequenininha assim e a porta que eles abriam. Eu acho que ali devia ser quarto de empregada. Porque ali era uma casa de gente rica que eu não sei se alugava, sei lá. Eu sei que um dia eu subi na janela, estou vendo meus filhos lá em baixo no saguão na Operação Bandeirante.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – No pátio?

Damaris Lucena – É. Menina, me deu uma crise de loucura. Eu comecei a gritar tanto que eles entraram abriram a porta e vieram todos os delegados e eu gritando e gritando assim que [nem] uma louca. Eu dava cada grito. E a Eliana, coitadinha, segurando no meu braço e eu gritando, gritando alto mesmo, mas gritando. Nesse dia, estava o Frei Betto, estava nessa prisão lá da Operação Bandeirante e o Gabeira

³⁵⁶LUCENA, Damaris apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.88.

escutaram meus gritos. Eles não sabiam quem era... E eu gritando mais gritando mesmo. Eu falei “Vão trazer meus filhos pra torturar aqui.” Foi outro momento também muito triste pra mim [choro], trazer meus filhos pra torturar, meus filhos pequenos. Eu fiquei muito triste, muito desorientada, quase eu perco o meu juízo. Teve momento assim que parecia que eu tão estava com a minha cabeça certa parecia que eu tinha ficado louca de ver meus filhos pequeninhos ser torturado por aqueles malditos [muito choro] pra mim foi muito triste.³⁵⁷

Ou seja, as práticas utilizadas pelo Estado para conseguir as informações ou o comportamento que desejavam, eram cruéis e diversas a ponto de levar a loucura mesmo sem utilizar a violência física diretamente, embora Damaris tenha sofrido essa violência também. As práticas se davam em formas de ameaças e de simulações de que aquilo de fato aconteceria, como os trechos acima deixam explícito que Damaris ouviu um barulho de carro e quando olhou, seus filhos estavam lá. Como não enlouquecer diante dessa situação? Era preciso lidar com o medo e com a imaginação que de fato as crianças morreriam e com a própria reação que tinham diante disso, isto é, se reconhecer naqueles gritos de desespero ao imaginar essa possibilidade, considerados por ela até então como de “uma louca”, duvidando assim da própria sanidade.

Infelizmente Damaris passou por mais uma das dimensões/características do TDE, que foi ter os membros da sua família vítimas dessa política. Seu pai, irmã, irmão e primo foram pegos pela repressão mesmo sem nunca ter tido contato com alguma organização de luta armada.

Ângela Telma Lucena – Acho importante você contar da Jovem, da prisão da Jovem por conta da sua história.

Damaris Lucena – Minha irmã trabalhava na casa do médico, do doutor João Elias Becker.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – E o nome da sua irmã?

Damaris Lucena – Jovelina. Jovelina Oliveira. Minha irmã trabalhava na casa de um médico e quando eu fui presa, minha irmã também foi presa. O médico que a entregou para a polícia. Minha irmã. Que a minha irmã foi presa inocente, sem saber. Sofreu tortura. Sofreu choque nas pernas. Ficou as pernas toda preta de choque elétrico que eles deram na minha irmã. Minha irmã não contava nada. Minha irmã não sabia de nada. Ela não sabia que eu era envolvida com nada.

³⁵⁷ VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.18-19. [SIC].

Ângela Telma Lucena – Conta a história do cassetete. Da Jovem. A Jovem era virgem nunca tinha dado um beijo na vida. Foi estuprada com um cassetete.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Dentro da Operação Bandeirante?

Ângela Telma Lucena – Foi.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Ela chegou a denunciar?

Ângela Telma Lucena – Então, naquela época o que aconteceu foi o seguinte. Ela foi presa e o primo da minha mãe também foi preso que é o Graciano Alves de Oliveira.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Graciano Alves de Oliveira.

Ângela Telma Lucena – O Graciano está vivo, ele tem 83 anos mora em São João Clímaco.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Isso tudo em fevereiro de 70?

Ângela Telma Lucena – É. Quando a minha mãe foi presa automaticamente todas as pessoas que de alguma maneira tinha relação. Eles foram fechando o cerco. No caso da minha tia, ela foi presa, ela ficou... Apanhou muito. Inclusive, ela dividiu a cama com a Dulce Maia, no presídio Tiradentes.

Raíssa Wihby (Comissão Nacional da Verdade) – Ela chegou a ir pro Tiradentes?

Ângela Telma Lucena – Tinha uma caminha e elas ficaram na mesma cela. A Dulce Maia e a Jovelina. Quando a Jovelina sai, ela está muito abalada física e mentalmente porque era uma moça que nunca tinha namorado na vida.

Damaris Lucena – Era um freira.

Ângela Telma Lucena – Era praticamente uma freira. Você imagina fazerem tamanha violência com ela e a vergonha dela tanto de procurar a família e dizer... Denunciar e detalhe, isso é que eu acho complicado. Nós descobrimos recentemente, procurando nos prontuários do DOPS que todas as cartas e as coisas que minha mãe mandava, o médico interceptava, que era o padrão dela, e entregava para a polícia. P.27/28

- Isso foi uma história. Um viés que eu acho que é importante saber porque a Jovem está morta e a outra coisa a Jovelina morreu de câncer ela... O médico disse que como ela foi muito torturada, muito mal tratada tudo. Isso mexeu muito com o emocional dela também. Quando nós voltamos pro Brasil, ela ficou de cama. Ela começou a sentir uma dor de cabeça, aí ela parou de andar. A gente não sabia que é que era. Levamos no médico. O médico disse: “Vamos fazer fisioterapia tudo.” Só que começaram a investigar e descobriram que, na verdade, ela estava com um câncer na cabeça na parte da coordenação motora. Então, ela deixou de caminhar. Ficou de cama. E o médico deu dois meses de vida pra ela. Ele falou: “O estado dela é gravíssimo.” Só que ela viveu um ano e meio. Ela ficou de cama e nós ficamos cuidando

dela até que ela teve metástase e os médicos que entrevistaram, que conversaram, que viram a história clínica dela. Quando souberam disseram: “Esse tipo de câncer, esse tipo de quadro que ela teve está muito vinculado a uma coisa emocional. Ela teve algum desgosto? Alguma coisa que deixou ela desse jeito?” Aí nós falamos: “Sim, ela foi presa política.” A partir daí... Ela praticamente estava esperando a gente chegar no Brasil. Nós chegamos no Brasil, ela morreu em 1982. Então, foi uma coisa muito triste. E outro viés que tem a ver também com a família da minha mãe porque os três foram presos. O pai da minha mãe também foi preso. [...]Ele foi preso. A polícia deu uns tapas nele. Colocou ele num carro e queria que ele contasse o que ele sabia, só que ele já não tinha contato com a minha mãe fazia um bom tempo. Quando a minha mãe caiu clandestina a minha mãe não procurou mais a família. Então, ele não sabia. Mas levaram ele preso, torturaram... Naquele dia, dizem que a pressão dele ficou muito alta porque ele já era um senhor de sorte. Quando ele estava voltando pra casa, que a polícia tinha andado com ele pelo escuro, judiou. Aquela coisa toda. Ele parou no portão de uma casa, porque ele estava muito nervoso, porque ele estava com uma pressão muito alta, e um cachorro veio e atacou ele. Mordeu a mão dele e saiu muito sangue. Foi o que baixou a pressão dele. Se não, ele teria morrido naquele dia. Então, apanhou sem saber. E aí isso foi o caso do meu avô. E o outro caso foi o primo dela. O primo da minha mãe, o Graciano Alves de Oliveira, teve oito meses na Operação Bandeirante. Ele ficou primeiro na Operação Bandeirante. Depois ele foi levado para o presídio Tiradentes. Inclusive, quem cuidou dele foi o doutor Madeira. Foi o doutor Madeira que cuidou dele. E ele tem uma característica, que eu achei muito interessante, que ninguém tinha isso nesse momento. O Graciano é o único preso que eu conheço que tem alvará de soltura. Foi curioso. Porque ele frequentava a casa da minha mãe, ele morava na Casa Verde. A polícia encontrou o contato dele na casa da minha mãe na agenda de telefones. Procurou, prendeu e como ele era funcionário público, ele era auxiliar de enfermagem da prefeitura. Então, ele ficou todo esse tempo apanhou e tudo. Ele tinha que voltar para a Prefeitura e justificar porque é que ele passou oito meses. Então, ele explicou pro capitão: “Eu sou funcionário público...”³⁵⁸

Esse é mais um dos duros depoimentos que temos acesso para ler, sobretudo quando refletimos o que significou a vida de Jovelina, irmã de Damaris que nada tinha a ver com a luta armada. Jovelina foi barbaramente torturada e essa experiência atravessou e impactou toda a sua vida. No depoimento, Ângela Telma afirma que os médicos questionaram se “Jovem” teria passado por situações de desgosto, devido ao fato de acreditarem que o câncer desenvolvido poderia ser não só por fatores biológicos, mas também por sequelas emocionais. Neste caso, foi o trauma que provavelmente foi muito difícil de elaborar e ressignificar – se é que é possível -, já que ela sentia vergonha de falar sobre isso.

³⁵⁸ Idem, p.28-29. [SIC].

Além de Jovelina, o depoimento mostra que o pai e o irmão de Damaris também foram pegos pela repressão mesmo não tendo contato com a familiar há muito tempo. É relatado que os militares chegaram até o irmão de Damaris após encontrarem o telefone na lista de agendas na casa dela. Isso evidencia uma prática de violência que alcança todos os que estão a sua volta, como já mencionamos. A prática de estender a repressão aos familiares da militante perseguida foi mais uma das características do TDE, que é explicada por Padrós, através de suas referências, como “violência irradiada”.

1) “Violência irradiada”: Ideia desenvolvida por Álvaro Abos (1979), trata-se do efeito produzido por qualquer medida repressiva que se expandiu como espiral crescente no espaço de atuação da vítima, atingindo seu entorno imediato (núcleo familiar, círculo de amigos, vizinhança, locais de estudo e trabalho, etc.), disseminando medo, incerteza e insegurança, reproduzindo e multiplicando, sucessivamente, o movimento concêntrico de suspeições ou acusações que acabaram atingindo segmentos significativos da sociedade (‘semear medos’). A irradiação da violência, o estímulo do clima de desconfiança e a imobilidade ampliaram a eficiência repressiva e a ‘rentabilidade’ do terror.³⁵⁹

Outro caso que podemos entender como de violência irradiada, é o de Jovelina Tonello, militante muito próxima de Carlos Lamarca, e seu filho, que presenciou a prisão e tortura dos pais ainda criança. Segundo Maklouf, “Neto”, o marido de Jovelina e pai de Ernesto (conhecido como Ernestinho), foi preso no dia 18 de abril após cobrir ponto com um militante e, duas horas depois, Jovelina também, após revelarem o endereço de onde moravam. Maklouf afirma que o endereço foi entregue pelo próprio Neto após ter sido submetido a tortura, mas Jovelina nega e diz que constava em documento que ele carregava.

O fato é que tendo sido levada presa junto com seu filho, este presenciou os momentos de tensão que Jovelina e Neto passaram.

- Não bate no meu paizinho – foi o que disse Ernesto Carlos, segundo a memória de Jô.

Depois levaram o menino – ela ficou 28 dias sem vê-lo – e nela aplicaram um tratamento literalmente de choque, às vezes na frente do marido desfigurado. Pau-de-arara, choques na vagina, na orelha e na língua, Jô sentiu que pedaços do seu corpo queriam despregar-se. Emagreceu 13 quilos nos 16 dias em que ficou na casa de horrores, colega de amargura, entre outros, de Lia, Guiomar Silva Lopes (outra

³⁵⁹ABOS, 1979 apud PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p.21.

legenda da guerrilha) e Encarnacion Lopes Peres, mãe de Denise e de Joelson, sogra de “Bacuri”, a palmatória tentando sangrar-lhe a dignidade. Tercina cruzou com eles por lá – mas foi logo levada para o Tiradentes.

Transferida para o Dops, Jô ouviu a indecente proposta de adoção de Ernesto Carlos por parte de um policial que dele cuidara e gostara. Recusou – e foi ao topo da felicidade quando soube que Tercina, trocada pelo embaixador alemão, agregaria este neto aos três outros que levaria junto (Zuleide, Carlinhos e Samuel). Na despedida dentro do Dops, o assustado Ernesto Carlos mal reconheceu Jô. Criaram-se em Cuba, os quatro de Tercina, na mesma casa em que já estavam Damáris e os seus quatro.³⁶⁰

Jovelina também foi uma vítima das torturas físicas como o pau-de-arara, os choques e a perda de peso repentinamente, além de ter sido torturada na frente de Neto, seu marido, que já estava desfigurado. Soma-se a isso a privação de ver seu filho por quase 30 dias e a possibilidade que existiu de perdê-lo, já que foi cogitada a sua adoção por parte de um policial. Ao ser questionada sobre como se sentiu após Ernesto ter presenciado o estado físico abominável em que Neto estava, ela conta:

Ele realmente viu o pai torturado?

Viu. Nesse estado. Então você vê o teu filho, aquela coisinha linda, que sempre teve o papai e a mamãe juntos, de repente olha pros homens e fala: “Não bate no meu paizinho”. Foi cruel. Muito cruel. Isso machuca demais. Nem sei explicar. Se a gente tivesse a experiência de hoje, tudo aquilo teria sido feito de forma diferente e melhor. Mas eu acho que a gente fez pra valer, acreditou e se doou. Mesmo os que depois fraquejaram.

Quando eu soube que ele ia sair com a Tercina, foi um alívio e ao mesmo tempo um desespero. Hoje a Europa é ali pertinho, Cuba é aqui pertinho, mas naquela época o mundo pra mim era uma distância muito grande. Então meu filho vai sair? De avião? Sozinho, com 2 aninhos, com a avó dele? Ele que era mais apegado com a mãe e com o pai? O que vai acontecer com meu filho? E se eu morrer amanhã? E se o Neto morrer também?³⁶¹

Segundo Romilda Costa e Lívia de Azevedo,

Outra estratégia utilizada pelos operadores dos horrores cometidos nos porões que relacionava modalidades de violências constava de levar os/as filhos/as para assistirem os pais em situações de torturas ou produzir encontros entre as partes, logo após as sessões, quando

³⁶⁰ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.160-161.

³⁶¹ *Ibidem*.

encontravam-se desfigurados. Essa prática cruel deixou marcas nas lembranças das mães e sequelas em seus/suas filhos/as.³⁶²

Além desse relato, Jovelina e Manuel falam sobre esse acontecimento pela primeira vez em entrevista que resultou no documentário: “Brasil: Um relatório sobre a tortura”.³⁶³

Manuel falou bem mais do que Jovelina, na única vez em que aparece sendo questionada sobre a situação, ela responde dessa forma:

Entrevistador: ¿Cómo se sentió usted en todo este proceso?

Jovelina: Ah, muito mal né. Muito mal. Eu cheguei, fui torturada, meu filho foi torturado... não posso falar do filho. [olha para Manuel Dias]

Entrevistador: Por que?

Jovelina: Não posso falar da criança.

Manuel: Ela fica emocionada porque a criança passou muito mal. A criança ficou em estado que não aceitava a mãe, há poucos dias, entende? Então, a criança ficou em estado desesperador porque não conhecia nem a gente, entende?

Jovelina: Ele viu o pai, bateram no pai na frente dele, e ele dizia: “não pode bater no papai. Não pode. Eu disse que não pode.” E para mim foi muito duro. Depois de três dias que eu estava presa, aí me chamaram para ver ele [Manuel] apanhar né. Bateram nele na minha frente, depois tiraram ele, e botaram eu. Bateram muito em mim, mas não me perguntavam nada porque sabiam que eu não tinha participação nenhuma. Então não me perguntavam, só me batiam para ele ver. E eu aguentei firme, achei que aquilo eu tinha que aguentar né?³⁶⁴

Esse relato foi coletado no ano de 1971, assim que os 70 libertos do sequestro de Giovanni Bucher, chegaram ao Chile. Trata-se de um relato inédito, no sentido de que foi coletado muito próximo do período que aconteceu. Nota-se que o mesmo acontecimento seria narrado por Jovelina anos depois, em entrevista à Luiz Maklouf. Aqui, percebe-se que em ambos os momentos ela ressalta como foi difícil aquela situação para Ernesto, como ela ainda se emociona e o mesmo sentimento de que “deveria aguentar firme” está presente.

³⁶² MOTTA, Romilda Costa; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lutas clandestinas, maternidades em dilema:** memórias de mulheres militantes nas ditaduras civismilitares do cone sul. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 25, p. 538-566, jan-jun. 2020, p.547.

³⁶³ Título traduzido do original: **BRAZIL, a Report on Torture (1971) COMPLETO!**. Produção de Haskell Wexler, Saul Landau. Eua, 1971. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6aUuzGGg08>. Acesso em: 19 abr. 2022.

³⁶⁴ Idem.

Não há como saber qual é o sentido que ela atribui ao fato de achar que deveria aguentar qualquer coisa. Se assim como os outros militantes, acreditava que aquela situação era parte do que escolheram, até porque ela relata que não teve muito envolvimento na luta, e sempre atribui a participação maior na organização à Manuel Dias. Isso nos mostra mais uma vez que somado a todas as violências de que foram vítimas, há ainda o sentimento de culpa, responsabilização ou comprometimento com os outros militantes, que impõe aguentar qualquer tortura.

Aqui temos um caso de uma militante que sofreu diretamente as consequências do TDE, através de violência física, psicológica e contra os seus familiares, como, por exemplo, seu marido Neto que também era militante. Mas, principalmente seu filho Ernesto que foi retirado de perto da mãe muito cedo e que, inclusive, cresceu longe dela ao ser levado à Cuba por sua avó Tercina, que mesmo nessa situação triste ao menos lhe garantiu a possibilidade de viver perto de alguém da família.

Em outro momento, Jovelina vai contar que ao reencontrar Ernesto, após terem sido libertados no sequestro de Giovanni Bucher em dezembro de 1970, ele não os aceitou facilmente e passou-se longo tempo até que a situação entre a família ficasse mais confortável. Evidentemente porque foi obrigado a crescer longe dos pais e, portanto, não teve essa identificação imediata, mais uma marca das consequências do TDE.

Tercina a quem Jovelina se refere como a avó que cuidou de Ernesto, é também uma das militantes que investigamos nessa pesquisa, e que chegou a ser presa. Como vimos no capítulo anterior, ela teve uma participação mais presente nas áreas de treinamento, conhecida como a “Tia” que ajudou na confecção dos uniformes dos/das militantes. Como Jovelina, “Tia” também foi bastante próxima de Lamarca que era muito procurado pela repressão. Ela contou à Maklouf que sua prisão, no dia 19 de abril de 1970, aconteceu da seguinte forma,

Já era mais de meia-noite quando eu fui me deitar, depois de ajeitar as crianças. Ainda não tinha pegado no sono quando baterem na janela. Achei que fosse um italiano das redondezas, que vivia de olho zarolho pra cima de mim. “O sem-vergonha teve o atrevimento de bater na minha janela.” Levantei e fui ver.

- Quem está batendo aí?

- Não se assuste, Tia. Sou eu, a Mariquita.

Eu chamava ela de Mariquita, sabe?

Aí eu fui abrir a porta, mas fiquei com ela meio assim, nem aberta nem fechada. Era ela, de óculos escuros, com o capitão Maurício por trás. Não fez qualquer sinal, mas eu logo desconfiei que ela estava presa. Ele disse: “Eu falo, eu falo”. Ela disse: “Não, deixa que eu falo”. Eu falei: “Escuta aqui, um dos dois tem que sair na frente”. Falou o capitão Maurício. Foi muito bom. Eu não encontrei ninguém ruim. Não posso condenar ninguém sobre isso. Eu sei que eles fizeram miséria, mas não comigo. Ele falou:

- Tia, eu vim trazer essa menina para ficar aqui e levar a Tia com as crianças para passar 15 dias numa fazenda.

Eu só podia pensar que era um sequestro. Pra não levar ela presa levaram lá pra casa. Mas aí eu abri a porta. Os dois entraram e foram pra sala em que tinha havido a reunião. Eu fui pro meu quarto, arrumar as coisas. O capitão foi educadíssimo, tranquilo, nem tinha jeito de ser um policial, estava de terno. Depois apareceram uns meninos bem novinhos, armados, revistando tudo.³⁶⁵

Mariquita a quem se refere é Maria do Carmo Brito, que foi presa um dia antes no mesmo momento em que presenciou a morte do marido, Juarez. Segundo a versão de Luiz Maklouf, Tercina guarda mágoas de Maria do Carmo por não ter resistido, e levado os militares até o seu endereço.

O fato é que ela foi presa ali e levada para a rua Tutóia. As três crianças foram junto – e separaram-se dela, aos berros, quando chegou ao pátio. “Que bela fazenda!”, ainda ironizou. Tomou dois bolos de palmatória na frente do capitão Gaeta. Quando ia tomar o terceiro, perguntou, enérgica, para o policial que lhe batia: “Você não tem mãe?” Não apanhou mais, não foi torturada, e não tem o menor constrangimento em dizer coisas assim:

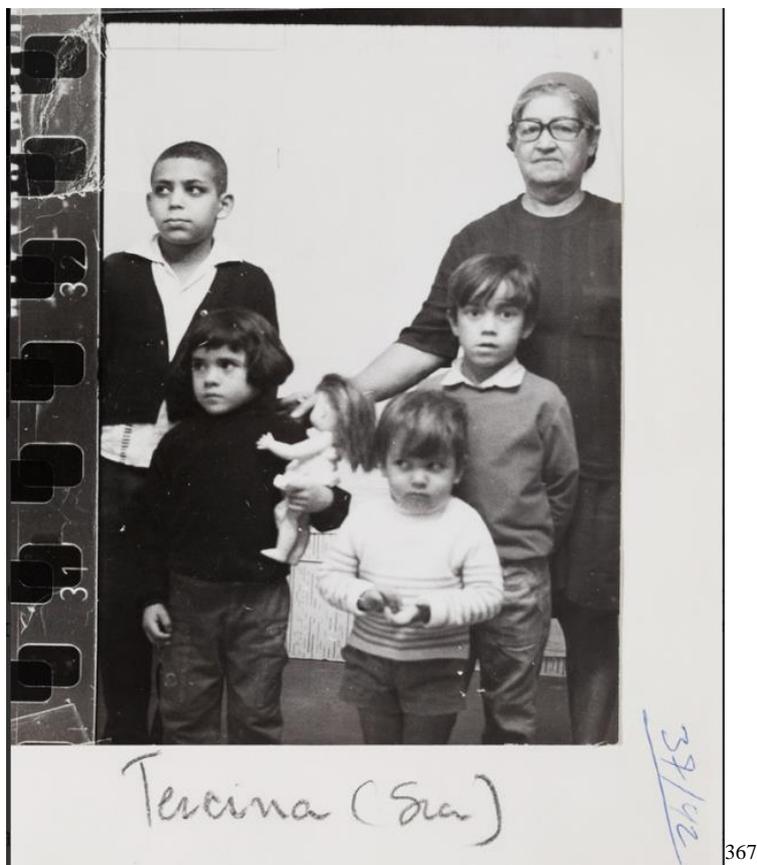
A minha prisão foi ótima. Eu fiquei brincando com eles. Realmente não posso condenar. Ainda queria encontrá-los hoje para dar uma mensagem. Comigo foram muito gente boa. Só me deram esses dois bolos, e olha que eu era quem eu era, a costureira do Lamarca, e olha que ainda acharam o revólver .32 na minha bolsa, além da escritura da área no fundo falso da mala. Eu não falei nada – a não ser o que foi de gosto e vontade. Não fui torturada. Esse Albernaz gostava muito de mim, conversava muito comigo. Me deu até um laço de presente. Só faltaram me carregar no colo. E eu não fiz nada demais para isso.³⁶⁶

Nesse trecho é perceptível a posição do pesquisador Maklouf analisando a fala da entrevistada, sobretudo quando diz: “não tem o menor constrangimento em dizer coisas assim”, já pressupondo que ela deveria ter. Mas, de fato, é interessante notar como mesmo sendo vítima de uma violência, assim como os seus netos, crianças, que ficaram aos berros naquela situação, Tercina conta sobre esse momento com uma certa leveza ou humor que

³⁶⁵ DE OLIVEIRA, Tercina Dias apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.155.

³⁶⁶ Ibidem.

não vimos nos outros depoimentos até aqui. Diz que com ela foram muito gente boa, “só faltaram me carregar no colo”.



É certo que as experiências dos e das militantes que foram pegos pela repressão são diferentes, como já ressaltamos, estamos falando de um mesmo acontecimento que é sentido por cada um de modo particular e subjetivo. Pode-se pensar que os militares tinham mais interesse em algumas pessoas do que em outras, principalmente no que diz respeito às informações que poderiam ser fornecidas por cada indivíduo. No entanto, Tercina era uma mulher que, como ela mesmo diz, tinha contato próximo à Lamarca e guardava um revólver.³² na bolsa, o que poderia pressupor sua participação literal na luta armada, e ainda assim foi tratada “bem”.

Embora nos chame atenção a abordagem que ela recebeu, não nos compete necessariamente refletir se ela contou a verdade ou uma mentira sobre a sua experiência,

³⁶⁷ “Samuel, 9, Zuleide, 4, Ernesto Carlos, 2, e Luiz Carlos, 6, com a “tia” Tercina em foto de junho de 1970 encontrada nos arquivos do Serviço Nacional de Informações. Fichadas como “subversivas”, as crianças foram fotografadas no doi-Codi do Rio de Janeiro antes de serem mandadas para a Argélia com outros 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão sequestrado naquele ano.” Fonte: <https://revistazum.com.br/revista-zum-3/infancia-banida/> acesso: 19 abr. 2022.

mas lidamos com o que está colocado, considerando sempre a capacidade de ressignificar momentos dolorosos e de narrar acontecimentos de modos distintos de acordo com o contexto em que ele é compartilhado. Aqui, de fato, interessa notar que mesmo passando por uma experiência que não considere traumática, ainda assim foi vítima de uma política que implicou na sua prisão, na separação de seus netos e na necessidade de mudar de país naqueles anos.

Tercina, Jovelina, Damaris e outras tantas mulheres que tiveram familiares afetados pelo funcionamento do TDE, representam a dor de ter que recomeçar uma vida, em um lugar diferente do habitual, com laços fraternos, como de pais e filhos, rompidos e afetados pelo passar dos anos. Esse é mais um exemplo que evidencia a dimensão e crueldade do Terrorismo de Estado, que marcou para sempre a vida de muitas pessoas, entre elas crianças que nada tinham a ver com a resistência à ditadura, a não ser o fato de serem filhos de quem escolheu politicamente por uma vida na militância.

Como já apontamos, no Brasil a tortura foi a prática mais aplicada entre as alternativas que o TDE utilizava. Com o desenrolar dos acontecimentos e os/as militantes percebendo que com mais frequência seus companheiros estavam sendo presos, mortos ou desaparecidos, quando não revelando informações cruciais da organização por não resistirem às torturas, o medo se tornava cada vez maior e mais forte. Por vezes, os/as militantes preferiam se suicidar a ter que passar por isso, como conta Maria do Carmo Brito à Luiz Maklouf.

A ordem da Organização, para evitar os prejuízos da tortura, era o suicídio, na hora da prisão, engolindo uma cápsula de veneno. Cada militante andava com uma cápsula enfiada num alfinete, por dentro da camisa. Só que o veneno foi malfeito. Dava uma cólica pavorosa e não matava. Houve três ou quatro casos em que a merda da cápsula, feita pelos companheiros químicos, não só não matava como enfraquecia profundamente o militante. Partiu-se, então, para o suicídio com uma arminha pessoal pequena. Eu e o Juarez tínhamos uma combinação particular para não cair nas mãos da repressão: ou um matar o outro ou ambos se suicidarem.³⁶⁸

Como vimos no capítulo 2, essa estratégia era construída pela organização a fim de evitar que informações cruciais fossem dadas à repressão, mas para alguns militantes também era uma forma de tentar evitar as torturas, ainda que isso custasse a própria vida. No caso exposto acima, custou a vida de Juarez que cercado pela repressão quando estava

³⁶⁸ BRITO, Maria do Carmo apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, 142.

em um carro com Maria do Carmo, acabou cometendo suicídio antes que fosse pego, não tomando a cápsula, mas atirando contra si. Maria do Carmo não cumpriu o combinado de se suicidar também e acabou sendo presa. Segundo Maklouf, “padeceu demais por não ter conseguido cumprir o pacto de morte com o ‘Professor’. Padece até hoje.”³⁶⁹

Maria do Carmo é mais uma das mulheres da luta armada que sentiram todas as faces que o TDE teve, na repressão contra ela, mas também na perseguição que seus familiares sofreram e como suas vidas foram atravessadas por essa política. Ela conta sobre como se sentiu logo que foi presa.

*Uma sensação de paralisia, de muito medo e depois uma sensação de enorme alívio porque enfim aconteceu, finalmente parei de correr. Enfim, você está passando o que seus companheiros passaram. Então, é uma mistura de paralisia, horror e alívio.*³⁷⁰

Segundo Vianna,

Maria do Carmo, quando foi presa, estava menstruada. Cada vez que era levada ao pau-de-arara, o sangue jorrava.

- A Lia está menstruada, bota uma calça aí, senão vai ser aquela cagada.

*E me enfiaram uma calça de homem, cheia de esperma e sangue.*³⁷¹

Isso mostra que desde os momentos iniciais de sua prisão, foi submetida a péssimos tratamentos que se estenderiam a todo o tempo em que ficou presa, como ela mesmo conta.

Na realidade, a pessoa realmente não fala o que não quer. Mas em compensação não fala o que quer. No primeiro dia em que fiquei no Barão de Mesquita, no DOI-CODI, eles fizeram sucessivas doses, e depois passaram as gravações do que eu tinha falado. Tudo o que os torturadores queriam saber era onde estava Lamarca e, eventualmente, onde estavam os outros. Eu tinha colocado o Vale do Ribeira, onde Lamarca estava treinando, pelo mapa do Brasil afora, do Oiapoque ao Chuí. Eles confrontaram um depoimento com outro e perceberam que eu estava mentindo, que estava resistindo ao pentotal. A rigor, você estava inconsciente. Só que eu me mantive consciente e não falei o que não devia, e o que falei estava errado. Uma hora eu dizia que a área era no sul do Pará, outra dizia que era no Rio Grande do Sul. Aí então eles desistiram do pentotal e partiram para a pancadaria e o choque. Conclusão: fui orientada, fiz tudo certo, e fracassou. Então, você começa derrotado, porque cumpriu toda a orientação da organização,

³⁶⁹ Idem, p.156.

³⁷⁰ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.74.

³⁷¹ Idem, p.76.

*mas isto só serviu para eles perceberem que você está resistindo e que vai mentir. E aí vêm com força total.*³⁷²

No trecho acima ela se refere ao que aconteceu nos primeiros dias em que esteve no DOI-CODI, mas em específico a uma estratégia que a organização estruturou em forma de regras que os militantes deveriam seguir caso fossem pegos. No caso, ela se refere a “REGRA N°3 | SORO DA VERDADE: ESTABELEECER UM PONTO DE DOR NA HORA EM QUE É INJETADO O PENTOTAL E SIMULAR QUE DESMAIOU, BEM RÁPIDO, PARA ASSIM EVITAR QUE CONTINUEM.”³⁷³

Maria do Carmo não chegou a simular um desmaio, mas evitou contar a verdade dos questionamentos dirigidos a ela, dando informações falsas ou distorcidas e assim passar o tempo sem sofrer mais torturas. Podemos perceber que ela aponta isso como uma estratégia para não entregar informações cruciais dos companheiros e de lugares de atuação. No entanto, expressa a frustração sentida, pois a estratégia não foi suficiente para impedir as torturas, já que após o uso de pentotal, passou a apanhar, e dessa vez com “força total” como diz, já que perceberam que ela havia mentido.

As torturas foram tantas que nos depoimentos de Maria do Carmo Brito encontramos várias situações em que ela tentou suicídio para acabar com aquilo de vez. Aliás, segundo ela, isso também era uma das regras estruturadas pela organização, a “REGRA N° 4 | APROVEITAR TODAS AS SITUAÇÕES PARA O SUICÍDIO”.

Foi a primeira recomendação que Maria do Carmo seguiu, logo que chegou ao quartel da rua Barão de Mesquita. No momento em que o policial que executou a prisão entregou o revólver de Maria do Carmo e o de Juarez ao oficial do dia, ela avançou e tentou agarrar uma das armas para se suicidar. Levou um tapa tão violento que foi parar do outro lado. Restou apenas um sentimento de fracasso e desmoralização.³⁷⁴

Somada a tentativa de suicídio, que indica por si só a dimensão da violência a que foi submetida, já que a escolha era por findar a própria vida a continuar passando por essas situações, tem-se o sentimento de fracasso e desmoralização após a tentativa não ter dado certo. Ela sentiria mais algumas vezes esse fracasso, como relata sobre outras tentativas frustradas.

Tive então um ataque de desespero. Primeiro a “Tia”, lá na casa da praia, e agora Jamil, era demais. E me atirei embaixo do primeiro

³⁷² Idem, p.77-78.

³⁷³ Idem, p.77.

³⁷⁴ Idem, p.78.

*carro que passou. Não é que era deles o desgraçado do carro? Foi como na minha prisão: tinha polícia disfarçada de Cedae, de Light, um verdadeiro cerco. Aí, me desmoralizei de vez. Era a segunda tentativa ridículo de suicídio. O Jamil só me viu depois, no banco do carro. E me olhou com aquele olhar de desespero. “Meu Deus do céu”, pensei, “outro que vai ser massacrado que nem eu.”*³⁷⁵

As situações em que se refere com a “Tia” e com o Jamil são as que essas pessoas foram presas através de Maria do Carmo. Tercina, como já vimos, foi presa após Maria do Carmo ter sido levada até a casa de praia que a organização utilizava como fachada, em Peruíbe. Jamil, foi por acaso. Quando foi pega, Maria do Carmo estava com alguns documentos e papéis em que guardava informações sobre os “pontos”, isto é, os encontros que teria com alguns militantes. Ela diz que utilizava a tática de sempre escrever no papel o dia seguinte e uma hora a mais em que o encontro aconteceria. Por exemplo, se tinha um encontro com Jamil no dia 16 às 14:00, escrevia que o encontraria no dia 17 às 15:00.

Por estar resistindo demais as torturas, os militares revistaram tudo o que estava com ela no momento da prisão e encontraram os papéis com essa informação, entendendo tratar-se de encontros marcados. Dessa forma, uma estratégia utilizada por eles, foi levá-la ao local escrito no papel, e assim conseguiram prender outros militantes. Maria do Carmo estava tranquila porque sabia de sua tática de dias e horas adiantadas, mas não esperava que Jamil fosse estar exatamente no local em que eles se encontrariam no dia seguinte. Ele não sabia que ela havia sido presa e tinha um ponto combinado com Joaquim Câmara, Toledo, como indica Martha Vianna.

No mesmo momento em que foi visto, os militares o cercaram e prenderam também. Maria do Carmo sentia-se culpada por mais uma prisão de companheiro através de suas pistas, por isso relata que tentou se suicidar mais uma vez, ainda mais por saber o que aguardava Jamil nos centros de repressão. E novamente sua tentativa foi frustrada como mostra seu relato.

Após a prisão de Jamil, Maria do Carmo e ele foram coagidos a outras práticas do TDE, a de torturarem uns aos outros.

- Lá, no pau-de-arara, Maria do Carmo encontrou Ladislav Dowbor, o Jamil.

Foi uma das situações mais terríveis que vivi: me obrigavam a dar choque nele e ele em mim. Não tinha como escapar: eles davam porrada, me obrigavam a pegar na máquina de dar choque, era

³⁷⁵ Idem, p.82.

*automático. Quando chegou a vez do Jamil, ele se recusou. Levou tanta porrada, que desmaiou. Era o que eu devia ter feito...*³⁷⁶

Ela já havia sido submetida a essa forma de violência com Celso Lungaretti. “Maria do Carmo foi levada a uma acareação com Lungaretti, e ambos foram submetidos a uma forma inesperada de tortura: bater a cabeça de um no outro. *Você está provocando dor em seu companheiro, e ele em você, é terrível.*”³⁷⁷

Nos dois trechos é possível visualizar como isso a impactou, pois ela coloca como uma das situações mais terríveis que viveu, e ainda expressa mais uma vez a culpa, - sentimento que parece estar sempre presente -, por não ter conseguido resistir, enquanto Jamil se recusou a torturá-la. O sentimento que a acompanhou foi tão forte que, uma vez foi levada a uma sala que nunca esteve, cheia de militares que ainda não conhecia. Ela pensou que mais uma sessão de tortura iria começar e tentou suicídio novamente.

Maria do Carmo pensou: esta é a minha chance. Estava no começo da sala, e viu lá no fundo várias janelas. Sem vacilar, num impulso, correu em direção à janela. E aconteceu o pior.

O militar que estava sentado simplesmente colocou a bengala na frente, e eu caí estatelada, meus óculos voaram longe, uma desmoralização.

Terminou assim mais uma tentativa frustrada de suicídio.³⁷⁸

Embora tenhamos visto várias tentativas de suicídio de Maria do Carmo, não foi sempre assim. Ela conta que, em dado momento, decidiu sobreviver apesar de todas as torturas, e sabia que para isso precisaria criar estratégias que conseguisse realizar.

No princípio, vem um desejo de autodestruição muito grande. Foi quando eu tentei me suicidar de várias maneiras. Xingava aqueles homens, tentava agredi-los fisicamente para ver se me matavam. Mas depois teve início um processo paulatino de tentar sobreviver. E eu comecei a pensar o seguinte: não vou conseguir aguentar essa tortura, mas tudo vai ser muito caro, porque eu quero sobreviver. Então, eu falo uma coisinha aqui, mas vou fazer muita cena, para conseguir viver o momento seguinte. Cada informação era uma sessão inteira de tortura. Isto, eu aprendi. Ninguém me ensinou. Você vai soltando as informações aos pouquinhos, na medida de sua resistência. [...] Não sei quando esse processo começou de maneira consciente. Eu penso que já estava presa há uns dez dias, quando decidi viver, e decidir viver envolvia conviver com aquele horror, com a perda de auto-respeito. Mas era uma perda relativa, porque eu sabia que estava do lado certo, e que estava forte dentro da covardia. Decidi construir minha sobrevivência em cada ato, muito bem pensado, embora na época não fosse nada tão racional. Era mais ou menos assim: se eu falar dessa

³⁷⁶ Idem, p.93.

³⁷⁷ Idem, p.79.

³⁷⁸ Idem, p.94.

*pessoa agora, quanto tempo eu passo sem que eles aumentem aquela dosagem de choque que me põe enlouquecida, para que eu consiga aguentar mais algum tempo sem falar essa outra coisa que é realmente séria? Tudo isso era elaborado em outro nível, não o do consciente. Porque é uma temporalidade louca, você não consegue avaliar o que está fazendo.*³⁷⁹

Consideramos importante trazer esses trechos, pois evidencia que apesar de tudo o que estava passando, ainda assim Maria do Carmo analisou as possibilidades que possuía naquele ambiente e situação a que foi submetida, criou algumas táticas para tentar aguentar as torturas e preservar a própria vida, agarrando-se ao ideal que a levou à militância, estava do lado certo da história.

Após ter saído da prisão no sequestro do embaixador alemão em junho de 1970, Maria do Carmo seguiu com outros 39 companheiros à Argélia. Estava livre da prisão e das torturas, mas não das marcas que o TDE deixaria para sempre, afinal agora precisaria reorganizar a sua vida fora do território em que foi familiarizada. Nos anos em que não pôde viver no Brasil, ela não ficou só na Argélia, também passou pelo Chile, Portugal e Bélgica.

No Chile, final de 1971, descobriu a gravidez de Ângelo Pezzuti, e o TDE se expressou mais uma vez.

A gravidez de Maria do Carmo não foi nada tranquila: ela não conseguia controlar a pressão arterial e sofria um problema renal constante, resultado dos pontapés que tinha levado nas prisões brasileiras: dar pancadas fortes nos rins era uma das formas de tortura preferidas, pois não aparece externamente, só causa graves lesões internas. No Chile, o pessoal da organização começou a pressionar, dizendo que Maria do Carmo estava abandonando a luta.³⁸⁰

Nota-se, como dissemos, mais uma vez a expressão do TDE, já que Maria do Carmo teve problemas de saúde em decorrência de violências que havia sofrido. Chama atenção ainda, o fato de ter sido interpretada como alguém que estava abandonado a luta. Isso se dava porque muitos militantes intencionavam continuar a luta mesmo após terem saído ou sido expulsos do Brasil, e como vimos no capítulo 2, os casos de gravidez eram uma questão polêmica que demandava muitas reflexões, sobretudo para a mulher.

³⁷⁹ Idem, p.80-81.

³⁸⁰ Idem, p.118.

Por fim, Maria do Carmo relata o mesmo sentimento que vimos nos depoimentos de Dulce Maia, a sensação de serem apátridas, mais um sentimento causado pelas dimensões do TDE.

Depois do calor do Panamá, o inverno da Bélgica: dez graus abaixo de zero. Maria do Carmo tinha dado seu casaco forrado de pele para um uruguaio que iria para a Suécia, pensando que ele precisaria mais. E ficou com um casaco leve de camurça naquele frio bravo. O sofrimento, porém, durou pouco: os belgas providenciaram roupas para todos. Os refugiados foram recebidos pela OXFAM, organização inglesa criada na Segunda Guerra, que os acolheu e ajudou. Era hora de cuidar dos papéis.

Estávamos preocupados com a situação de alguns de nós, por causa dos interrogatórios no Panamá e do dossiê da Interpol. Com esse medo, fomos para a entrevista no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). E aconteceu justamente o contrário do que temíamos. “Ah, que bom”, dizia a pessoa que nos entrevistou, ouvindo nossas histórias. “Aqui vêm muitas pessoas pedindo asilo político, mas na verdade estão fugindo do serviço militar em Portugal ou são emigrantes econômicos...” Então, quanto mais barra pesada a gente fosse, mais fácil. Assim recebemos o passaporte das Nações Unidas. Nosso estatuto legal era o de apátridas, igual aos habitantes dos Sudetos, aquela região disputada pela Alemanha e Tchecoslováquia na Segunda Guerra. Como eles, não tínhamos pátria.³⁸¹

Além do sentimento de apátridas causado pela saída/expulsão do Brasil, também existia o sentimento de que não realizaram algumas práticas durante a vida, que decorria através do “sumiço” de documentos dos militantes. Sonia Lafoz conta que,

Recentemente agora eu precisava montar a questão do dossiê para conseguir a anistia, a reparação da anistia na Junta Comissão, e aí eu fui pra Universidade procurar né, meus dossiês, afinal de contas, como ex-aluna, o histórico escolar. A pasta estava absolutamente vazia né, a repressão tirou tudo né, então não tem... é como se eu não tivesse passado pela USP... não existia mais.³⁸²

Sonia alega que recentemente, isto é, em 2010, não encontrou seus documentos da época em que era aluna universitária, afirmando que “a repressão tirou tudo né”. Esses documentos seriam fundamentais para ela dar início ao pedido de anistia. Ou seja, como ela mesmo afirma “é como se eu não tivesse passado pela USP”. O/a militante não se reconhece mais pertencente a um local, e é como se não tivesse frequentado lugares, pois não há nada material que possa comprovar.

³⁸¹ Idem, p.140-141.

³⁸² LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Em todos os casos que apresentamos notam-se as várias dimensões em que o TDE atuou. Para além da sua face cruel e diretamente repressiva que se expressou nas torturas e nas violências, ele perpetuou o ambiente familiar e conhecido dos/das militantes e atingiu pais, mães, irmãos, irmãs, tias e tios, amigos e pessoas próximas do círculo social dos procurados. Soma-se a isso, demonstrado nos últimos exemplos que trouxemos, o sentimento dos militantes que não se reconheciam mais como pertencentes a um local, a um país, já que se sentiam “apátridos”.

As feridas abertas deixadas por essa política de governo colocaram aos militantes questões como: De que forma reorganizar minimamente a vida? Onde morar? Em que trabalhar? Como morar e trabalhar em um país em que não se sabe falar a língua? (nos casos específicos), e no caso das mulheres grávidas, os questionamentos como: Ter esse filho? Como cria-lo nessas condições? Além de várias outras questões que podem ser pontuadas.

Às vítimas sobreviventes, a vida estava imposta de novos desafios que precisariam ser enfrentados mesmo com toda a dor e peso das torturas e violências sofridas que muitas vezes não puderam ser elaboradas. Às vítimas que não tiveram suas vidas preservadas, apresentava-se a impunidade e em muitos casos a falta de informação sobre seus paradeiros. Desse modo, competiu aos familiares a responsabilização e a luta por esclarecimentos e cobranças de punições daqueles atos violentos. Essa luta árdua precisou ser realizada ao mesmo tempo em que lidavam com a dor de ter perdido seus entes queridos.

3.1 O caso da militante Iara Iavelberg

A partir do que dissemos anteriormente, consideramos importante escrever esse tópico sobre a Iara Iavelberg, porque a sua história exemplifica a luta dos familiares por esclarecimentos sobre a causa da morte de seus entes. Além disso, entre os sujeitos escolhidos dessa pesquisa, trata-se de caso excepcional, já que, entre as mulheres que estudamos, Iara foi a única a ser vítima fatal da repressão.

Como vimos, Iara foi uma militante com participação expressiva nas organizações que fez parte. Realizou as mais diferentes tarefas de militância, como mostramos no capítulo 2 sobre as ações desempenhadas pelas mulheres. Soma-se às suas ações e a sua

significativa militância, o relacionamento afetivo que teve com um dos homens mais emblemáticos da luta armada e um dos mais procurados pela repressão, Carlos Lamarca. Esse é um fato importante porque além de terem lutado juntos na maior parte do tempo, eles também fariam a escolha de permanecer na luta em um cenário em que não existia mais possibilidade de concretizá-la.

Em 1971, a maioria das organizações haviam se desmantelado devido às circunstâncias já apresentadas. A dificuldade de se organizar na clandestinidade, as estratégias que não saíram de acordo com o planejado e a organização da repressão que culminou em prisões, mortes e desaparecimentos de muitos militantes, evidenciavam que o sonho da revolução estava cada vez mais distante de se tornar realidade. Nesse sentido, a VPR, organização que contava com a participação de Iara e Lamarca, era um dos grupos que sentia o impacto dessas adversidades.

Diante desse cenário, os/as militantes que não haviam sido pegos pela repressão, decidiram sair das organizações e, em muitos casos, deixar o país. Ademais, lembramos daqueles que mesmo presos também acabaram saindo do Brasil por meio dos sequestros de figuras políticas realizados pelos grupos. Por razões distintas, em 1971 muitos militantes já não estavam em território brasileiro, e, provavelmente, isso foi decisivo para resguardarem suas vidas.

A obra de Judith Patarra mostra que Iara teve essa oportunidade, mas a recusou.

- Iara - principiou Eva -, por favor, saia do Brasil. Examinou-a surpresa.
- Não dá, mãe.
- Melo e Raul foram. Deu. Por que para você não dá?
- Impossível, mãe.
- Iara, pelo amor de Deus, saia do Brasil.
- Pense um pouco – interferiu o pai. – Vocês não têm chances. É loucura, insano. Você quer morrer?
- Não é isso, pai. Alguém tem de ficar.
- Mas Iara – Eva suplicava -, Iara, pense no futuro. Na gente. Nos seus irmãos, na Rosa. Iara, vá embora. Não fique mais. Nós ajudamos você a sair, a viver lá fora. Onde quiser, Iara. Pelo amor de Deus.
- Não dá, mãe.
- Explique-me por quê – quase desmaiava de dor. – Não podemos compreender, não consigo.

Choravam os três, discretamente. Inquieta, receio de chamar atenção, Iara calou-se.

- Fala alguma coisa, filha. Seus irmãos se salvaram. Fala alguma coisa.

- É opção de vida, mãe. A opção que eu fiz. Eles foram, eu fico. Opção de vida.³⁸³

O capitão Carlos Lamarca ainda integrava o comando da VPR naquele momento e tentava há alguns meses articular a continuidade da luta com os companheiros que não estavam mais no Brasil. Prova disso é a carta enviada ao Chile, com algumas instruções aos militantes que lá estavam.

“Este documento não visa saudar os companheiros, mas informar e orientar para os trabalhos a serem executados. Mandamos um companheiro com instruções logo após a execução da ação, mas teve de regressar em virtude da demora das negociações. Assim, os companheiros ficaram sem orientação. Acreditamos que os companheiros tenham se movimentado de alguma forma e tenham encaminhado algo, que precisa tomar conhecimento.

[...]

Não sabemos quais são as dificuldades que os companheiros estão vivendo, devem estar precisando de dinheiro, mas não podemos apoiá-los daqui, devem ser criados instrumentos aí. Faremos daqui o que for preciso, sem prejuízo para a luta.

[...]

Decisões:

Fica designado o responsável pela VPR no Chile o companheiro Ubiratan Souza (Gregório). Os militantes da VPR considerados prontos para o treinamento devem partir, com urgência, para Cuba – devendo se submeter ao centralismo da Coordenação que já existe lá. Os que permaneceram no Chile devem ser organizados em bases para discussão política.

[...]

Procurar contato com o MIR e outras organizações revolucionárias do continente. Criar condições para receber companheiros daqui com a máxima segurança.

[...]

Criar uma comissão de apuração de responsabilidades para analisar o procedimento na cadeia (dos que permanecerem no Chile – os que foram para Cuba entrarão na comissão que já existe lá).

[...]

Criar canais de comunicação com Brasil, Cuba e Argélia.

Ousar Lutar

Ousar Vencer

1 de fevereiro de 1971”³⁸⁴

³⁸³ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.414.

³⁸⁴ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. SP, Global, 1980, p.109-110.

Trouxemos apenas alguns trechos da carta que evidenciam o descontentamento e alguns conflitos pelos quais a organização estava passando. Companheiros apresentaram pedido de desligamento, os militantes que ainda estavam no Brasil não poderiam apoiar financeiramente a organização, e Emiliano e Oldack ainda relatam que o militante Bajara Moriz, “sugeria, baseado em ataques do PCB, que Lamarca podia ser um agente infiltrado”³⁸⁵. Isto é, o contexto estava marcado por desgastes materiais e emocionais. Vale lembrar que mesmo assim, Lamarca ainda mantinha o desejo existente desde que desertou do quartel, de estabelecer a guerrilha rural, a luta no campo, o que não tinha sido possível devido às condições daquele momento.

Sendo assim, como afirmam Emiliano e Oldack, o capitão anuncia seu desligamento da VPR em 22 de março de 1971.

Um novo momento de ruptura na vida de Lamarca. Decide sair da VPR e entrar no MR-8, mas, por razões emocionais, evita travar a luta para levar outros companheiros, apenas Iara. Não iria trabalhar para destruir a Organização que ele próprio ajudou a construir. Gostava de todo mundo, não queria agravar mais o clima. Mas, politicamente, estava convencido: a VPR era inviável, extremamente vanguardista. A teoria jacobina negava qualquer espaço para as massas, para o povo, e Lamarca não via possibilidade de mudanças. O MR-8 apresentava diferenças. Apesar de fazer parte da esquerda armada, reservava às massas algum papel no processo revolucionário. Para ele, abria-se novamente a possibilidade de ir para o campo, fazer o foco guerrilheiro e libertar o país. O MR-8 já tinha ganhado o nome mais importante da esquerda armada e discutia agora o que fazer com ele. Não podia enviá-lo imediatamente para o campo, seria uma temeridade. Os três trabalhos na zona rural apenas se iniciavam, nenhum deles suportaria qualquer investida da repressão.³⁸⁶

Os autores apontam que ele levaria apenas Iara à nova organização e à nova tentativa de construir a luta no campo, e assim foi. Apesar de mostrar que aquele ainda não era o momento de ir até o sertão da Bahia, as prisões de membros do MR-8 no Rio de Janeiro, sobretudo a de Stuart Angel Jones em junho de 1971, impuseram que a ida fosse antecipada. Caso contrário, ele e Iara poderiam também ser pegos. As informações contidas na obra de Emiliano e Oldack indicam ainda que os militantes que lá estavam não queriam a ida de Iara. “Diziam não ter como absorvê-la no trabalho do campo. Desta vez não! Os dois reagiram, lembrando que sempre viveram separados em função de tarefas diferentes, não iam mais admitir esse tipo de coisa. E viajavam”³⁸⁷

³⁸⁵ Idem, p.111.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Idem, p.112.

Não se tem muitas explicações sobre o porquê da recusa à ida de Iara à área. Apenas que “diziam não ter como absorvê-la no trabalho do campo”. Lembremos que em 1970, no treinamento do Vale do Ribeira, alguns militantes também se opuseram, no início, à ida da companheira, alegando que sua presença só estava sendo cogitada por ter um relacionamento com Lamarca. Ainda assim, Iara conseguiu ir.

Podemos refletir acerca do que seria o trabalho realizado no campo e o que impediria a participação de Iara. É possível levantar a hipótese de uma atitude machista diante dessa afirmação? Afinal, quais seriam as tarefas realizadas no campo que não permitiram sua participação? Só a presença de Iara foi recusada ou de outros/as militantes também? Apenas os homens eram considerados para as tarefas realizadas nessas áreas rurais? São questões que ficam, mas as respostas encontram limitações nas fontes/bibliografias estudadas.

Apesar de insistirem para Iara ir junto à área de treinamento, por questões de segurança ela e Lamarca traçaram caminhos diferentes. Enquanto o capitão se dirigia à Brotas de Macaúbas, ela ficaria em Salvador no primeiro momento, na casa de Félix Escobar, um militante que era mais velho e poderia “passar-se” por seu pai em caso de suspeitas. Essa estadia na casa de Félix provocou incômodos em Iara.

Avaliaram a conjuntura, enaltecendo o acerto da linha política: trabalho de formiga entre camponeses e guerrilha em preparativos. O outro item da pauta relacionava-se a Iara. Onde guardá-la? José Carlos defendeu Feira de Santana. Menor policiamento e a casa de Félix Escobar, viúvo de 51 anos. [...] Iara enfrentou problemas em casa de Félix. Ao operário irritavam seus gestos lentos, a brancura. Fina demais. Ofendia-o vê-la organizar as crianças da rua em brincadeiras pedagógicas, ou apenas ler, quieta. Instava-lhe que ajudasse no tanque, no fogão.

– Eu me esforço, quando vocês levantam já varri a sala, o terreiro. Faço de tudo. E não adianta? – Protegeu-se. Nunca estive triste assim, na verdade não me lembro de realmente sentir tristeza, admirou-se. Sujeita a um homem que me odeia. Pior que os companheiros militares. Impossível fugir, buscar ajuda, compensação. Perdeu as referências, sustou os cuidados com a aparência. Quanto menos bonita, melhor. Prisioneira. Chorava ao escrever a longa missiva que o irmão de Barreto, Olderic, talvez levasse a Lamarca, desabafo retomado diariamente, corrigir trechos, único elo afetivo no mundo brumoso.³⁸⁸

Nota-se, claramente, a desqualificação de Iara por parte do militante que, a partir do que a fonte nos indica, não gostava de vê-la realizando tarefas que ela costumava ter

³⁸⁸ PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.478-479.

na organização, de leituras por exemplo, e desejava que ela ajudasse “no tanque, no fogão”. Além disso, evidencia-se também que ela não deixou de realizar tarefas domésticas para se dedicar somente às leituras, mas ainda assim sua presença suscitava reclamações. Iara não aguentaria muito tempo e pediria para ter abrigo em outro lugar.

Diante do silêncio de Salgado, Iara preveniu-o de que não suportaria ficar em casa de Felix. Embora devotado à organização o companheiro oprimia-a, era agressivo e considerava Lamarca um agente da CIA. Coisa antiga, provavelmente do PC. Salgado questionou Felix. O operário reagiu, implacável. Branquinha, olhos claros, equivocou-se. Delicada demais para a revolução. Intelectuais e classe média são intrusos, exceto homens como Salgado – convertido, asceta, que impõe respeito. Iara não se transveste. Fixada em leitura, música. E escreve, prerrogativa de quadros especiais. Preocupou-se. Lacuna, deixarem de esclarecer aos companheiros proletários que a condição de trabalhador é insuficiente para configurar o homem novo; operários semelham-se aos burgueses em vícios e preconceitos, às vezes piores. Não discutiu, contudo, por causa da roda-viva e falta de paz. Antes, resolveu instruir César quanto à necessidade de mudar o abrigo de Iara. Inquieto, marcou o ponto com ela. P.482 [...] fez o possível para tornar o convívio suportável, recusando-se, todavia, a abrir mão de seu espaço. Tentou argumentar. Ler e refletir são tarefas comparáveis, em importância, às ações em portas de fábrica; segregar companheiras na cozinha configura um resquício patriarcal. Félix, ultrajado, não engoliu a petulância da jovem classe-média a dar-lhe lições e gritou, muito rude. Iara tentou afastar-se na pequena casa, acomodações abertas e sem refúgio. Sair à noite, insano. Debulhou-se, pena de si naquele ermo, saudade de Lamarca, da família, dos amigos e mortos, o futuro em retração, falta de interlocutor. Insuportável permanecer ali.”³⁸⁹

Percebe-se que a desqualificação de Iara está acompanhada da ideia e das disputas sobre como travar a luta, pois mostra que o companheiro a considerava “delicada demais para a revolução”, e pertencente aos sujeitos de classe média que seriam intrusos nessa batalha. Com exceção, é claro, apontada por Patarra, de João Salgado, que apesar de poder ser considerado um dos intrusos, “impõe respeito”. Ademais, Iara tentou argumentar que as leituras eram importantes assim como as ações nas portas das fábricas, mas Félix apenas se irritou mais. Esse é mais um dos exemplos que evidenciam os embates a respeito da construção da revolução.

Decidida a sair da casa de Félix, Iara faz contato com Hamilton Safira, seu médico ginecologista de confiança e pediu abrigo na casa dele, em Serrinha, pequeno município próximo dali, em que havia realizado algumas consultas. Ficou por lá alguns dias, até que com a notícia da queda/prisão de José Carlos, ela decide retornar à Salvador. Foi

³⁸⁹ Idem, p.483.

aconselhada por Hamilton de que não deveria fazer isso, visto que a prisão de José Carlos poderia levar à repressão até o local em que estava. No entanto, insistiu nesse destino.

- É insano! Desconfiam ou sabem que Lamarca está na Bahia. E seus contatos caíram. Qualquer coisa é imprudente. Inclusive Milagres, se você tem ponto lá. À medida que o nervosismo de Hamilton crescia, Iara sossegava.

- No fim dá tudo certo – sorriu, apaziguadora. – É que você não acredita na guerrilha.³⁹⁰

Após conversar com Salgado, Iara retornou à casa de Félix, onde encontraria César Benjamin, responsável por levá-la à Salvador até o “aparelho” de dois militantes, Nilda Cunha e Jaileno Sampaio. Os militantes moravam em um apartamento de um pequeno prédio que ficava no bairro de Pituba, na rua Minas Gerais, chamado Edifício Santa Terezinha. Este seria o local em que Iara seria morta dias depois.

O apartamento de Pituba já estava cercado há alguns dias, pois, as últimas prisões de militantes do MR-8, em especial de Solange Lourenço Gomes, permitiram com que os militares chegassem à informação de que Nilda e Jaileno residiam lá. Naquele momento, o capitão Lamarca estava sendo demasiadamente procurado, inclusive, através da “Operação Pajussara” montada para sua captura. Qualquer prisão era importante, pois poderia fornecer informações a respeito do paradeiro do militante no sertão.

As bibliografias sobre o tema indicam que os militares não sabiam que Iara estava no apartamento, portanto, naquele momento a intenção com a invasão do prédio não era de prendê-la.

Embora ignorasse a presença de Iara, a Polícia Militar de Salvador já vigiara o prédio; monitorava moradias recém-alugadas, com auxílio dos zeladores. Antes da queda do apartamento uma perua passou dias estacionada perto, de um lado e outro da rua, segundo relata Cristina Camargo, por incrível coincidência cunhada de Elias Rocha Barros, que morava adiante. De que órgão provinha, todos a competir pela atividade repressiva, ela ignorava; chegou a suspeitar que fosse o DOPS paulista.³⁹¹

Segundo as obras de Judith Patarra, Emiliano José e Oldack de Miranda, após terem descoberto através da prisão de José Carlos, que Nilda e Jaileno residiam no prédio da rua Minas Gerais, os militares cercaram o apartamento na noite do dia 19 de agosto, quando Iara, Nilda, Jaileno, Lúcia Bernadete e seu filho recém-nascido, Benedita e sua

³⁹⁰ Idem, p.490.

³⁹¹ Idem, p.496.

filha se preparavam para dormir, e jogaram bombas que acordaram os moradores do apartamento e de toda a vizinhança. No susto, eles pensaram que poderia ter estourado um bujão de gás que estava com defeito, e imediatamente tentaram sair, escutando a voz de militares assim que estavam fora da casa. Apenas Iara, desconfiada, e Jaileno permaneceram no local.

A morte de Iara é assim descrita pela jornalista que estudou sua trajetória,

Iara acordou de madrugada, escuro ainda. Dois anos de constante prontidão deram-lhe a certeza de que alguma coisa sucedia. Sons vagos, quase que um ligeiro deslocamento de ar na rua deserta. Devagar, rastejou para junto da janela. Através dos elementos vazados da varanda distinguiu as sombras, brilho metálico de carros. Gelou. O coração descarrila quando chega o momento, disse à outra que não ela. Viu-se como num filme, ou sonho. Eu dormia e bati no fim. Como foi? César caiu, falou. Simples. Arrastou-se para junto da bolsa. Abriu-a, imperturbada. Não é comigo. Uma porta de aço desceu. Insensível, formigamento no alto da cabeça, examinou a identidade, o.22, preciosas cartas de Lamarca. Dinheiro. Da sacola tirou o .38, meteu-o na bolsa à força. Ia molhar o lenço com amoníaco quando a explosão quase a fez perder os sentidos. Colada no chão dirigiu-se ao outro lado da cama. Desvantajosa linha da porta, mas afastava-se da chuva de bombas. Lúcia Bernadete grita, Nilda responde, abrem a porta da frente, homens urram: afastem-se das janelas, entregue o pessoal do 201. Imprecações, gemidos, crianças a chorar, perguntas de todos os lados no prédio desperto. Boca seca, lívida e lenta, Iara chegou à porta. Nenhum som no apartamento, exceto o coração enlouquecido. Ardem os olhos. Ergueu-se. Lenço no rosto, pendurou as alças da bolsa sárfari no pescoço e abriu a porta em gestos milimétricos. A balbúrdia sobe do térreo, vozeirão de policiais, o grito de Lúcia Bernadete, tem Cal, tem Cal, a resposta de Nilda, tem não. Jaileno fugiu. Sobra uma fresta. Atrás. No apartamento escuro, brisa que arrasta o gás na direção da rua, mar amigo, avança recente à parente do corredor. Parece flutuar. Impressão de reconhecer no banheiro a sombra de Jaileno. Entra à direita na cozinha. A rajada de metralhadora imobilizou-a, um coice no pescoço. Ainda não, certificou-se, duvidosa de estar inteira. Só susto. Acertaram Jaileno? Alcançou a área e, encostada à parede, ordenou uma pausa à outra, que não ela. Inspire, solte o ar. Fundo. Acompanhou a corrida policial atrás do fugitivo, o megafone a chamar por Carlos. Estremeceu, pensam que é Lamarca. Dela, nenhuma palavra. César não entregou a Pituba, deduziu de súbito. Do contrário, derrubariam o prédio de tanto gritar meu nome. Arrastar de passos, confusão na escadaria. Os moradores evacuam o prédio. Sempre agarrada à parede descalçou as sandálias. Estendeu o braço e depositou-as à direita, no parapeito da área vizinha. Examinou o pátio. Livre. Rapidamente subiu na pequena mureta, passou as pernas para fora, um dos pés já nos tijolos vazados do vizinho. Amparando-se no parapeito firmou o outro pé. Num instante moveu-se no apartamento vazio. O gás escorraçou os moradores. Mar amigo. E você sarou dos problemas de motricidade, caçou da outra, que não ela. Pôs as sandálias, entrou no quarto de empregada. De relance viu a cama, os livros, o armário quase tampando a janela basculante. Sentou-se nos lençóis ainda aquecidos. Disciplinar

a respiração. O perigo maior passou, graças a Jaileno. Todos os homens do rei. Havia duas possibilidades. A primeira, escapar. De que maneira, depende das circunstâncias. Os donos da casa, por exemplo, podem ajudá-la a sair à noite, no solo do carro. Tantos já escaparam assim, nas barbas da polícia. A outra, o dono do quarto esconde-a. Deixaria o prédio de madrugada, descendo por trás, lençóis amarrados. Dois bastam. Aí, é atravessar o terreno e seguir pela orla. Três quarteirões e afundo na rua. Campear um táxi, ônibus, carona; sou enfermeira, estou atrasada. Rodoviária. Baldeações. Milagres. Lamarca. Vai dar, não cheguei aqui à toa. Descobrir o que aconteceu, armar o quedograma. Foi a última tentativa. Ressurgir em Cuba. A segunda alternativa é morrer, melhor não pensar. O revolucionário é um otimista. Cadeia, nunca. E nada de tomar resoluções lógicas, irrefutáveis, e na hora fazer o contrário. A morte ilumina a vida, coroa o sacrifício. Lega às gerações a dignidade da escolha. Morrer morre-se de duas formas. Levo alguém junto, o clássico abrir caminho à bala; as metralhadoras inimigas reduzem o sofrimento. Ou a bala certa no coração, aulas de tiro, Espinosa a ensinar. A morte foca também a mente, a beleza. Nunca um tiro na cabeça. Voltou a tremer, enregelada. Alguém se aproxima. Ergueu-se, .22 apontado para a porta e quase instantaneamente depararam-se, o menino muito amedrontado. O certo seria fazê-lo refém, único jeito de fugir. Extrema covardia contra o inocente aterrado. Há posturas que repugnam à ética. Milionésima fração de segundo antes do estrondo que dá início ao tempo, Iara leva o dedo indicador aos lábios, unha bem-cuidada, olhos sedutores. Pede silêncio e cumplicidade, a arma inútil. O menino retrocede e bate a porta. Desapareceu. Iara corre à porta, a suspeita confirma-se. Prosaica fechadura quebrada que só abre por fora, é o veredicto. Olha ao redor, a cabeça formiga outra vez. Algum instrumento, resposta, chave. Mas Iara nunca soube mexer com maçanetas, parafusos, alicates. Se tivesse tempo, em meses aprenderia a limar chaves - prometo. Quatro pés de cama à disposição, a barra do basculante. Um menino, Rachel, tem hora que você decide, sua vida é a mais importante. Porventura não terá ele batido a porta para escondê-la, volta depois, que filme aquele, tcheco? O rapaz abriga a menina judia, sem final feliz. Trará comida, água, que sede! O menino protetor dos perseguidos a conduz pela caverna, Tom Sawyer na biblioteca do Ipiranga. Visualiza a praça de guerra. Não está ao alcance do garoto escolher entre justiça e repressão, nunca entrou em caverna, pobre filho pequeno-burguês do prédio Santa Terezinha na Pituba, condicionado, conivente, medíocre. Não leu Winnetou, só mentiras ufanistas em Moral e Cívica. Basbaque ante uniformes, propaganda. Gélidos assassinos instalam no apartamento dos pais o comunismo ateu, o menino é um herói, prende e delata a terrorista no quarto. Tanto Iara se desvia de armadilhas até chegar a uma porta quebrada, o menino arrosta a mulher armada, por pouco virava refém. Foi a mão de Deus. Justo na casa da gente. Gritaria, carros chegando. Dia claro há muito tempo. Alguns cortes são definitivos, antes do menino, depois. Imaginou o mar, bote minúsculo visto quase do espaço, ponta de agulha na imensidão em Mash. Vão matar Lamarca. A hora de Inês, Heleny, a minha. Só minha, o Universo em mim. Recuou para o banheiro, mal viu o piso de cerâmica, meia parede de azulejos. Receosos de que saíssem atirando se arrombassem a porta, os policiais tentaram jogar bombas de gás pelo basculante do quarto. O armário impedia a entrada dos artefatos; insistiram, para infiltrar o gás. Brônquios fechados, troar de batalha, o vozeirão do coronel Luiz Arthur

comandava que se rendesse: ponha as mãos no basculante! Ao vê-las, entrariam sem molestá-la. Cada um tem seu momento, aproximou-se do rosto de Lamarca. Seu homem. Ajeitou o revólver no peito, varar o coração. Terror sem nome, o medo último. Se pudesse rezar. Dor sem cura, passagem para o vazio. Ninguém atravessa com Iara o vale das sombras, só e frágil, encurralada, tenaz, nobreza no rosto vítreo, sábia na soberba da morte. Os homens urram, você não tem saída, ponha as mãos no basculante, queremos ver! O ponto definitivo de Iara é com o algoz. Não comparece. Fiar, tecer, cortar. Ainda ouviu o estalido, discreto e elegante.³⁹²

Emiliano e Oldack, explicam esse acontecimento da seguinte maneira.

Entre quatro e cinco horas da manhã de 20 de agosto de 1971, os moradores da rua Minas Gerais, particularmente os do edifício Santa Terezinha, na Pituba, bairro de classe média-alta de Salvador, acordaram sobressaltados pelo barulho de tiros, gritos e bombas. Os que se atreviam a chegar até as janelas da frente do prédio recebiam logo a ordem, seca:

- Retirem-se! Retirem-se!

Os avisos, imperativos, partiam do próprio coronel Luiz Arthur de Carvalho, através de um megafone. Os que tentavam olhar pelas janelas dos fundos recebiam as mesmas ordens. O prédio estava totalmente cercado por homens armados. O quarteirão inteiro estava cercado desde a avenida Otávio Mangabeira, que margeia a praia, até a Minas Gerais, uma rua paralela. Bombas de gás eram lançadas, uma atrás da outra, contra o apartamento 201 do edifício Santa Terezinha, enquanto do megafone saíam mais ordens e instruções:

- Afastem-se das janelas!

- Deixem as janelas abertas para o ar circular!

- Tranquem as portas à chave!

Mas para os ocupantes do apartamento 201 só havia uma recomendação:

- Rendam-se! Entreguem-se!

Logo depois, os poucos que ainda espreitavam os acontecimentos viram algumas pessoas sendo levadas pelos agentes policiais, entre elas um bebê. Eram Lúcia Bernadete Cunha, a dona do apartamento, e seu filho Antoine Cunha de Freitas, de menos de um mês de idade; sua irmã, Nilda Alves Cunha; o companheiro de Nilda, Jaileno Sampaio da Silva; a empregada Benedita e sua filha Gracinha, de 15 anos. Os presos entraram numa caminhonete e os moradores do prédio tiveram permissão para descer. Três homens armados ficaram dentro do apartamento 201 e alguns continuaram na rua, com o apoio de um carro. Parecia que tudo havia se acabado. Todos respiravam ar puro, mais aliviados, embora ainda muito tensos. Foi quando um rapaz de 15 anos, morador do 202, pediu permissão para voltar ao seu apartamento e pegar livros escolares. Dirigiu-se ao quarto, aquele normalmente destinado à empregada e, ao abrir a porta, viu uma mulher apontando-lhe dois revólveres. Assustado, recuou, bateu a porta que, trancada por fora, não se abria por dentro. Deu o alarme. Dali a instantes o coronel Luiz Arthur chegou com uma equipe. Entraram correndo no prédio e novas bombas começaram a explodir. Através dos basculantes, cinco delas foram lançadas para dentro do minúsculo quarto da empregada.

³⁹² Idem, p. 512, 513, 514, 515.

E, em meio às bombas, um tiro. Logo depois uma porta arrombada. Iara Iavelberg havia escolhido o suicídio. Cercada, saltara para o apartamento vizinho, pulando um vão de quase três metros, entre uma área de serviço e outra, uma altura de quase dez metros. Não queria ser presa e lutava pela vida. Acuada, sem chances de escapar, suicidou-se: um tiro bem no meio do peito, entre os seios. Dois agentes a pegaram ainda com vida, um segurando pelos braços, outro pelas pernas. Paulo Rezende, morador do apartamento 301, empregado do Supermercado Paes Mendonça de Salvador, percebendo que era uma posição muito difícil para uma pessoa ferida, a apoiou pelo meio das costas. O coronel pediu ajuda de algum morador para levá-la ao Pronto-Socorro e Paulo Rezende se ofereceu. Ela vai no banco traseiro, a cabeça apoiada no colo de um policial sentado. Rezende corria, desesperado, mas, já perto do largo de Amaralina, um quilômetro rodado, o policial avisa:
- Não adianta mais. A moça morreu.³⁹³

Trouxemos esses dois trechos para que o leitor possa se situar minimamente sobre parte dos acontecimentos que resultaram na morte de Iara. Evidentemente que as obras detalham os contatos que foram estabelecidos com os militantes do MR-8, as prisões e quedas de cada um, que levou ao paradeiro de Iara, ainda que não propositalmente, e como aconteceria a morte de Lamarca, 1 mês depois. De mesmo modo, as obras tratam das pessoas envolvidas em todo esse processo, algumas delas como os militantes João Carlos, João Lopes Salgado, César Benjamin, Nilda e Jaileno, Sérgio Furtado, Solange Lourenço, a família Barreto, José de Araújo, Olderico, Otoniel, e José Carlos, o Zequinha, entre outras pessoas, que não conseguiríamos relatar aqui.

Chama atenção nos dois estudos, o primeiro publicado no ano de 1992 e o segundo em 2004, que ambos apresentam a morte de Iara como em decorrência de suicídio. Essa versão, a de que Iara teria sido encontrada morta no banheiro do apartamento ao lado do que residia, com um tiro disparado contra o próprio peito, constou como oficial por mais de 30 anos, embora a família desconfiasse desde sempre que essa era uma versão questionável. Consta, inclusive, como versão oficial no relatório da “Operação Pajussara” a que nos referimos anteriormente.

³⁹³ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. SP, Global, 1980, p.123, 124, 125.

c. Suicídio de IARA IAVELBERG

- Fruto de intensas buscas de informe e após várias tentativas sem sucesso, graças à persistência e ao trabalho metuculoso realizado, foi levantado o endereço do apartamento da Rua MINAS GERAIS, nº 125/201 - PITUBA.

No dia 19 AGO 71 foi montada uma Operação pelo CODI/6 para estourar este apartamento, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de JAILENO / SAMPAIO FILHO, 'RAIMUNDO', 'ORLANDO'; e de NILDA CARVALHO CUNHA, 'ADRIANA'. IARA IAVELBERG, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se.

394

Desde quando souberam da notícia da morte de Iara, apenas um mês depois, os familiares tiveram empecilhos ao buscar esclarecimentos. Em entrevista recente aos membros do canal “Tutaméia TV”, Samuel, irmão de Iara, diz que sabia que a morte dela não seria em decorrência disso, e caso fosse, seria “o primeiro caso de suicídio verdadeiro que a ditadura fala. Todas as mortes que a ditadura diz que foi suicídio, todos foram assassinados. Todos. Inclusive ela.”³⁹⁵

Os relatos indicam que o corpo de Iara ficou em uma gaveta do IML para servir como “isca” na tentativa da captura de Lamarca, por isso sua morte foi divulgada só após um mês. Por ser judia, a prática “suicida” de Iara, era considerada desonrosa, o que impedia a realização do rito de passagem de lavagem do corpo. Logo, os familiares não puderam vê-la, o caixão estava lacrado apenas com abertura para identificação do rosto. Assim, ela foi enterrada em área separada no cemitério Israelita do Butantã, a ala dos suicidas.

No dia do enterro de Iara, o cemitério estava cercado de militares e o acesso foi permitido a pouquíssimas pessoas. É isso o que conta sua irmã Rosa Iavelberg, em documentário produzido por sua filha Mariana Pamplona, sobrinha de Iara. Pamplona é roteirista e escreveu e produziu o documentário dirigido por Flavio Frederico, intitulado

³⁹⁴ EXÉRCITO, Ministério do. **Operação Pajussara**: relatório. Relatório. 1971. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

³⁹⁵ IARA IAVELBERG, 50 anos depois. [S.I]: Tutaméia Tv, 2021. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rt7gt-mST6Q&t=4145s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

“Em busca de Iara”³⁹⁶, no qual retoma a trajetória da militante, seus relacionamentos, e o momento de sua morte. O documentário, publicado no ano de 2014, reúne relatos de militantes, familiares, médicos, conhecidos e vizinhos do apartamento em que Iara foi encontrada morta. Escolhemos trabalhar com ele nesse tópico porque como afirmou Monica Kornis,

Nesse contexto de abertura da história para novos campos, o filme adquiriu de fato o estatuto de fonte preciosa para a compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores, das identidades e das ideologias de uma sociedade ou de um momento histórico. Os vários tipos de registro fílmico - ficção, documentário, cinejornal e atualidades - vistos como meio de representação da história, refletem, contudo, de forma particular sobre esses temas. Isto significa que o filme pode tomar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica. Essa definição é o ponto de partida que permite retirar o filme do terreno das evidências: ele passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade através de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento. Os vários elementos da confecção de um filme - a montagem, o enquadramento, os movimentos de câmera, a iluminação, a utilização ou não da cor, são elementos estéticos que formam a linguagem cinematográfica, conferindo-lhe um significado específico que transforma e interpreta aquilo que foi recortado do real.³⁹⁷

Além disso, pode-se trabalhar com materiais de caráter audiovisual, considerando que são fontes assim como outras formas de documentos. Para isso, é necessário analisar sua produção, isto é, seu contexto, quem o produziu, com quais intenções, de que forma, entre diversas outras questões pertinentes.

Um primeiro aspecto é o reconhecimento de que, tratado como documento histórico, o filme requer a formulação de novas técnicas de análise que deem conta de um conjunto de elementos que se interpõem entre a câmera e o evento filmado. As circunstâncias de produção, exibição e recepção envolveriam toda uma gama de variáveis importantes que deveriam ser consideradas numa análise do filme. Na recusa base desta postura, evidentemente, está a ao princípio de que a imagem é reflexo imediato do real, e que, portanto, ela traduz a verdade dos fatos. Um segundo aspecto comum é o reconhecimento de que todo filme é um objeto de análise para o historiador. Com isso, não só os cinejornais e documentários, mas também os filmes de ficção, se tomam objeto de análise histórica, em última instância pelo fato de nenhum

³⁹⁶ EM BUSCA de Iara. Direção de Flavio Frederico. Produção de Flavio Frederico, Mariana Pamplona. [S.I]: Kinoscópio, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Djdoj8v-vI&t=3566s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

³⁹⁷ KORNIS, Mônica Almeida. HISTÓRIA E CINEMA: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.239.

gênero fílmico encerrar a verdade, não importa que tipo de operação cinematográfica lhe deu origem.³⁹⁸

Nesse caso específico, é interessante porque o documentário foi produzido pela sobrinha da militante Iara, isto é, há esse fator subjetivo de alguém que busca reconstruir e reinterpretar os fatos de que foi vítima seu próprio familiar. Mas, é importante dizer que, de modo algum isso compromete a produção, apenas indica como questões objetivas e subjetivas estão intrínsecas, e isso fica claro nas cenas em que aparecem interrompendo as gravações por se emocionarem. Tentaremos considerar isso em nossa análise.

Essa produção audiovisual é de extrema importância e de riqueza de detalhes, pois consegue mostrar como a versão do suicídio de Iara, tão questionada pela família, é uma versão falsa. O enterro de Iara aconteceu no ano de 1971 como dissemos, e até 2003 ela estava no espaço reservado aos suicidas. Foi apenas 32 anos depois que a família conseguiu um pedido de exumação do cadáver a fim de verificar se o suicídio se confirmava, apesar de essa ser uma luta travada bem antes de 2003.

Rosa e Samuel, irmãos de Iara, contam, em entrevistas diferentes, que o pedido de exumação foi um processo conflituoso com membros da comunidade judaica, que não queriam aceitar e alegavam justificações religiosas para o impedimento. Dessa forma, tiveram que recorrer à justiça para tentar obter êxito no pedido, que foi atendido no ano de 2003.

No documentário, Diva Soares Santana, ex-presidente do grupo Tortura Nunca Mais na Bahia, revela que em um dos documentos encontrados pelo grupo, que tratava da descrição desse acontecimento, estava escrito que um dos agentes ouviu uma voz feminina dentro do banheiro, que gritava: “Eu me entrego”. A mesma versão é contada por Leônia Cunha, irmã de Nilda, que afirmou ter escutado “Não atira! Eu me rendo. Eu me entrego.” Essas versões possuem o sentido de afirmar que Iara havia se rendido, mesmo assim foi morta.

Ademais, Shirley de Freitas Silveira, a vizinha que morava no ap 202 no ano de 1971, explica a estrutura dos apartamentos na época e como Iara teria conseguido passar para o seu. Ela conta que após retornar ao banheiro dois dias depois, as marcas de sangue e de tiros ainda estavam lá, entre a pia e a parede, local onde os militares teriam jogado bombas de gás lacrimogênio e atirado. Chama atenção que o documentário mostra a

³⁹⁸ Idem, p.242-243.

primeira vez que Mariana conseguiu telefonar à Shirley, e imediatamente após se apresentar, o assassinato é confirmado pela antiga moradora do edifício Santa Terezinha.

- Oi, como a senhora chama?

- Shirley.

- Oi, aqui quem fala é Mariana, dona Shirley. A gente tá fazendo um filme sobre a vida de Iara Iavelberg, eu sou sobrinha dela.

- Mataram ela!³⁹⁹

Apesar dessa testemunha que confirma o assassinato, é muito interessante como Mariana não trouxe apenas relatos que asseguram essa versão. Em uma cena que dialoga com o Dr. Lamartine Lima (médico legista ex oficial da Marinha), ele contesta a morte de Iara.

Mariana: Eu não sei se cheguei a comentar com o senhor, depois que a Iara foi exumada, o responsável por todo o processo foi...

Dr. Lamartine: Chegou a comentar sim. Foi o professor Dr Daniel Munhoz, meu amigo...

Mariana: E o que mais chamou atenção foi o seguinte: O Pittex descreveu os centímetros, a espessura, olha, de uma riqueza de detalhes...

Dr Lamartine: Competente né...

Mariana: Quando o Munhoz viu isso, pelo conhecimento que ele tem, ele achou muito difícil esse tiro ter sido um tiro de suicida. Então assim, que ela foi assassinada não tem mais dúvida sobre esse assunto. Agora uma coisa que...

Dr Lamartine: Eu tenho.⁴⁰⁰

A partir daí, ele irá explicar os motivos de suas dúvidas. De modo geral, trata de uma conversa que ele teve com um sargento que era seu amigo, e que o relatou ter feito parte do grupo que desarticulou o apartamento na Pituba, que levou à queda dos militantes e a morte de Iara. Segundo a versão desse sargento, as ordens não eram assassinar Iara, pois ela era uma figura central que poderia “contribuir” para o paradeiro de Carlos Lamarca. Portanto, apesar de todas as evidências relatadas por Mariana, o médico acredita que a militante de fato se suicidou.

³⁹⁹ EM BUSCA de Iara. Direção de Flavio Frederico. Produção de Flavio Frederico, Mariana Pamplona. [S.I]: Kinoscópio, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Djdoj8v-vI&t=3566s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁴⁰⁰ Idem.

Em um diálogo sobre a importância de estar aberto e de respeitar aquilo que se vai ouvir de seus convidados depoentes, o cineasta Eduardo Coutinho atenta aos pesquisadores que utilizam a história oral:

Então, se o entrevistador quiser respostas de protesto, de “esquerda” ele vai ter, se quiser o contrário, vai ter também. Isto é uma das coisas mais importantes a se quebrar, você estando aberto para que o cara seja respeitado. O que quer dizer respeitar essas pessoas? É respeitar sua integridade, seja ele um escravo que ama a servidão, seja ele um escravo que odeia a servidão.⁴⁰¹

Nos parece que, apesar da perspectiva do médico legista, ir na contramão do que o conteúdo busca evidenciar na produção, Mariana e Flávio consideraram importante que isso aparecesse como cena do documentário. Acreditamos que isso deixa o trabalho mais rico porque dá conta de defender a sua posição, mas também de não negar as disputas, as contradições e os conflitos que ali estão representados. Para Coutinho, essas minúcias tratam dos problemas que são intrínsecos à investigação, cabendo ao produtor ou produtora mostrá-los ou não.

Toda montagem supõe uma narrativa, todo filme sendo uma narrativa pressupõe um elemento forte de ficção, e isso também acontece na História, o que não quer dizer que a História seja uma ficção e nem que o documentário seja uma ficção. Eles são um tipo, se quiserem, um tipo diferente de ficção, e o que eu tento na montagem da estrutura é preservar a verdade da filmagem, que às vezes pode ser indicada pela informação da situação da filmagem, da data da filmagem, por elementos bem concretos; pelo confronto, se a pessoa pediu ou não pediu dinheiro. Isso quer dizer que, de um lado, você tem a tentativa de manter a verdade da filmagem e, de outro, você é obrigado a fazer uma narrativa com elementos de ficção, porque você constrói personagens, constrói conflitos, que se resolvem ou não; então essa dupla dificuldade do documentário, tento preservá-la.⁴⁰²

Uma das últimas cenas do documentário mostra a explicação dada pelo médico legista, Dr. Daniel Munhoz, responsável pela exumação do cadáver de Iara. O médico explica as diferenças entre um tiro de contato, isto é, geralmente o tiro dado por suicidas, e os tiros de curta e/ou média distância. A partir da documentação da época, ou seja, as descrições da necrópsia de Iara em 1971, feita pelo médico legista Dr. Charles Pittex, e das fotos, o Dr. Daniel Munhoz realiza testes de tiro com pele de porco e com tecido semelhante ao das roupas que Iara estava usando no dia, e conclui que o estado em que

⁴⁰¹ COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, p. 165-191, 15 abr. 1997, p.169.

⁴⁰² Idem, p.170-171.

ela se encontrava morta não pode ser possível em decorrência de tiro suicida. Portanto, as investigações indicam que Iara foi assassinada.

Essa explicação também pode ser encontrada em vídeo intitulado “Comissão da Verdade trata do caso Iara Iavelberg - Parte 1”⁴⁰³ e “Comissão da Verdade trata do caso Iara Iavelberg – Parte 2”⁴⁰⁴ no canal da Comissão Estadual da Verdade, que contou com a presença do presidente e membros da comissão, advogados, psicóloga, amigas e familiares, incluindo Mariana, na mesa. Nos vídeos, os familiares apresentam as contradições nas falas e nos documentos da repressão que encontraram a respeito da morte de Iara, os obstáculos para conseguir o pedido de exumação e as dificuldades enquanto o processo ocorria. Explicam também como se deu a reconstrução científica e de memórias sobre os fatos.

Em entrevista recente que consta no canal “Instituto de Psicologia da USP”, em vídeo intitulado “Pode contar sua história: Iara Iavelberg”⁴⁰⁵, Mariana Pamplona conta detalhes sobre a produção do documentário. Ela relata que em vários momentos pararam as gravações devido às emoções e lágrimas que os relatos provocavam, e que sofreu ataques e ameaças após o lançamento da produção, em 2014. Por fim, ela fala sobre a dificuldade em conseguir um depoimento do rapaz que é apontado como quem teria visto Iara no banheiro, e dado o aviso que levou os militares a retornarem ao apartamento onde Iara permanecia escondida.

Mariana diz, - inclusive isso aparece no documentário -, que inúmeras vezes tentou entrar em contato com o rapaz, que confirmou as entrevistas, mas nunca compareceu, e da espera de pelo menos seis meses para finalizar a produção, ansiando que ele ainda pudesse compartilhar seu relato, o que não aconteceu. Isso nos possibilita refletir que mesmo após o fim da ditadura, o medo introjetado na sociedade através do TDE, permanece e impacta até hoje.

A produção realizada por Mariana Pamplona e Flávio Frederico compôs os materiais analisados por membros da Comissão Nacional da Verdade, sobre o caso de

⁴⁰³ COMISSÃO da Verdade trata do caso Iara Iavelberg - Parte 1. São Paulo: Comissão Estadual da Verdade, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btckMmZMF10&t=38s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁴⁰⁴ COMISSÃO da Verdade trata do caso Iara Iavelberg - Parte 2. São Paulo: Comissão Estadual da Verdade, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btckMmZMF10&t=38s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁴⁰⁵ PODE contar sua história: Iara Iavelberg. Online: Instituto de Psicologia da Usp, 2021. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3oEIP8__qZo&t=5618s. Acesso em: 19 abr. 2022.

Iara Iavelberg. Dessa forma, mostra a relevância que esse trabalho possui, integrando não só as documentações que ajudaram à investigação, mas também como uma produção de memória que serve a toda a sociedade.

Neste caso, ainda que trate do envolvimento direto de um familiar investigando um caso, portanto existe uma perspectiva muito clara que o documentário desejou passar, - que foi mostrar a arbitrariedade cometida pelo Estado -, e como isso não se encerrou após o fim da ditadura, a fonte contribui socialmente. Pamplona não utiliza apenas relatos, mas trabalha com documentações da época que foram disponibilizadas à família, retorna ao local dos acontecimentos e mostra com detalhes o apartamento e o banheiro em que Iara estava. Também traz as análises de sujeitos de outras áreas, como os médicos legistas. Desse modo, constrói uma produção que contém o “dizível” e o “indizível”, e que é capaz de se colocar socialmente como material que permite uma outra análise e, por isso, uma outra disputa da narrativa sobre as violências cometidas durante a ditadura militar.

3.2 COMO A REPRESSÃO TRATAVA AS MULHERES MILITANTES

Consideramos importante escrever um tópico específico que trate sobre a experiência das mulheres nos centros de detenção que passaram, pois fica evidente nas pesquisas e nas fontes, que elas foram vítimas por serem mulheres e militantes. Isso se deu porque como já vimos em todo o trabalho, o papel social que se esperava que a mulher deveria cumprir era o de esposa, de mãe, de dona de casa. Estar atuando politicamente e, sobretudo, em uma organização que questionava a ordem social, causava ainda mais repulsa dos militares.

Cabe destacar que o ônus dessa participação política foi maior para essas mulheres, justamente por serem mulheres. A pesquisa de Marco Aurélio Vannucchi aponta que a Justiça Militar baseava-se, para a condenação dos réus, em papéis e perfis de gênero pré-fixados. Para os militares, a figura feminina estava frequentemente associada ao cuidado da casa e dos filhos, jamais à participação política e, menos ainda, no interior de grupos armados, considerados pelos militares como verdadeiras seitas religiosas que provocavam o caos e a desordem. Como afirma Vannucchi, “importava, pois aos julgadores medir a aproximação dos protagonistas em relação a papéis sexuais assim definidos: o homem como provedor do lar [...] e a mulher como mantenedora da família”. Tratava-se então de “conhecer a atuação

social do réu [...] e conseqüentemente sua adequação aos modelos de comportamentos previstos para homens e mulheres”.⁴⁰⁶

O trabalho mostrou que as mulheres eram desqualificadas desde sempre pelos militares e pela imprensa. Além disso, vimos que quase sempre o estado civil apareceu em alguma notícia sobre uma ação ou informação. No caso de Iara, a desqualificação foi ainda mais forte porque ela foi tratada como “amante” de Lamarca durante todos os anos da militância. Essa opressão não se restringiu apenas em notas da imprensa, mas nos centros de repressões que foram detidas.

Dulce Maia contou à Luiz Maklouf que

*A tortura é algo animalesco – e até eu, que aguento qualquer dor, que já fiz até mielograma, tive um comportamento aquém do que eu esperava. Fui barbaramente torturada durante muitos meses. Eles me tinham ódio por várias razões – a primeira delas eu ser mulher e estar resistindo como podia. Eles sabiam que eu estava ocultando. Diziam que eu era macho – o que de certa forma era um elogio dentro da concepção machista dos torturadores. Queriam saber quem era meu professor de ioga. Achavam que eu fazia ioga porque aguentava a tortura.*⁴⁰⁷

O acontecimento a marcou tanto que ela fez questão de mais de uma década depois, em 2010, contar a mesma situação aos produtores Pedro Santos e Fernando Crocomo, do documentário “Paredes Pintadas”.

Eu fui muito torturada justamente por ser mulher, fui muito torturada. Eles me odiaram muito pelo fato de ser mulher, ser de uma classe social também que eles diziam exatamente isso “como é que eu estava numa luta...” porque eles me achavam traidora da minha classe, imagina (risos).⁴⁰⁸

Nas duas falas, apesar da diferença do tempo, é possível notar que ela traz o mesmo elemento: o fato de ter sido ainda mais odiada por ser mulher. Isso se dava porque a visão dos militares, majoritariamente, era a perspectiva patriarcal, de que a mulher não se envolve em discussões políticas. Por isso, estar naquela luta era algo inaceitável. Além disso, percebemos que ela recorda um outro fator que teria causado ódio aos militares: a

⁴⁰⁶ VANNUCCHI, 2002, p.49 apud RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p.56.

⁴⁰⁷ MAIA, Dulce apud CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.56.

⁴⁰⁸ MAIA, Dulce apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

sua classe. Isto é, provavelmente uma classe média ou alta, já que o seu interesse pela luta foi visto por eles como “surpresa” e traição.

Em entrevista aos membros da Comissão Nacional da Verdade, Dulce Maia é questionada se sempre foi torturada apenas por homens. Ela responde que,

Interlocutora não identificada – Sempre homens.

Sra. Dulce Maia Souza – Sempre homens.

Interlocutora não identificada – Nunca uma mulher?

Sra. Dulce Maia Souza – Não, tinham umas mulheres também que assistiam.

Interlocutora não identificada – E, quem era?

Sra. Dulce Maia Souza – Nessa ida a casa do Leonardo, do João Leonardo, tinham umas investigadoras do DOPS, que me odiavam muitíssimo.

Interlocutora não identificada – Porque?

Sra. Dulce Maia Souza – Por ser mulher. Os homens também me odiavam muito. Só que, de certa forma, me elogiaram... P.21

Interlocutora não identificada – Pela beleza e pela coragem.

Sra. Dulce Maia Souza – Pela coragem, sim. É que eles queriam saber quem era o meu Professor de Yoga.

Interlocutora não identificada – Você fazia?

Sra. Dulce Maia Souza – Não, mas é que eu resisti. Eles acharam que eu deveria ter um Professor. Eu resistia. E, o que, para mim, de certa forma, era um elogio, partindo deles, dizer que eu era macho. Eu aguentava.

Interlocutora não identificada – Eles não aceitavam o fato de você ser mulher, ter militado do modo como você militou, ter feito parte da luta armada...

Sra. Dulce Maia Souza – Sim. Eles falavam coisas horrorosas, assim, para mim, e eu mandava eles dobrarem a língua. “Quem são vocês?” “Que intimidade?” “Que tratamento é esse?” Sabe? Eu falava assim, e várias coisas.⁴⁰⁹

Aqui é interessante notar que ela ressalta que não só os homens, mas também as mulheres que trabalhavam nos centros da repressão a odiavam simplesmente por ser mulher, mas que diferente delas, os homens elogiavam a sua coragem e a sua capacidade de aguentar as torturas, o que para ela “era um elogio”. O “elogio” só foi possível porque

⁴⁰⁹ VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.22. [SIC].

ela demonstrou aguentar as torturas sofridas, portanto, nota-se claramente o demarcador de gênero, que trata a prática de “aguentar” como atribuída aos homens, enquanto as mulheres possivelmente esperavam-se que fossem “frágeis demais”.

Ao considerarmos que as relações sociais de gênero diferenciam as pessoas ou, dito de outra forma, distinguem e norteiam a vida de cada indivíduo é inevitável constatar que ambas, normas e relações sociais, envolvem oportunidades, liberdades e obrigações associadas ao ser masculino e ao ser feminino que podem gerar discriminação e, portanto, não favorecer a igualdade, tampouco a liberdade. A exemplo do que ocorre em praticamente todo o planeta, também no Brasil o viés da construção de gênero é heteronormativo, isto é, toma a heterossexualidade como norma compulsória dentro da qual as pessoas devem se constituir e se relacionar. Isso significa que características, comportamentos, atividades e ações são socialmente construídas como “mais masculinos” ou “mais femininos” e combinados em personalidades e caracteres “mais masculinos” ou “mais femininos”, heterossexualmente orientados. Constituídos como portadores de gênero e, em tese, livres para exercer sua sexualidade da forma como melhor lhes aprouver, sobre os indivíduos recai a expectativa de que se comportem de acordo com determinados atributos e papéis resultantes de tradições socioculturais, religiosas, étnicas, de classe etc., evidenciados em papéis de gênero e “estereótipos de gênero”. Submissão, fraqueza, dependência, emoção, castidade, pudor, honra feminina, manutenção de valores e tradições familiares são alguns exemplos desses estereótipos associados à mulher “de família”, seguidora de padrões socioculturais. Por outro lado, associam-se ao homem concepções como agressividade, força/potência sexual, capacidade de prover, racionalidade, honra masculina etc. Masculinidade e feminilidade podem, então, ser definidas como as percepções, de mulheres e homens, sobre o papel de ambos na sociedade. E essas percepções constituem, sobretudo, expectativas sociais. Marcadas pelo predomínio masculino, que determina o que é considerado – violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes “normal” e o que deve ser interpretado como “natural”, tanto para mulheres quanto para homens, as relações sociais de gênero são desequilibradas. Envolvem diversas formas de coerção e são parte do que constitui as relações de dominação de gênero.⁴¹⁰

Um elemento interessante para visualizar sobre esse assunto é que, de modo geral, as mulheres recebiam xingamentos e termos pejorativos nas prisões, como afirma Sonia Lafoz: “As que caíram né, as que foram para os porões serem torturadas, foram tratadas sempre dessa forma “sua vaca, sua puta, sua vagabunda.”⁴¹¹ No entanto, quando,

⁴¹⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1), p.401.

⁴¹¹ LAFOZ, Sonia apud **PAREDES Pintadas** - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

porventura, descobria-se que elas eram casadas, geralmente mudava-se o tratamento. São os exemplos de Damaris Lucena e Maria do Carmo:

Eles davam choque na gente e dava risada, sabe? Eles davam risada. Quando eles davam choque na gente, eles davam risada. Quando eu cheguei lá, não sei se eu posso falar mas eu acho que eu tenho que falar, porque eu vivo outra... “Suas putas, vocês são putas!” O que é que eu ia falar e ficava calada: “Suas putas!” Três dias depois que eu estava na Operação Bandeirante chegou uma bolsa que estavam nossos documentos. Eles abriram e viram que eu era casada no civil e na Igreja, aí eles mudaram o tratamento, não me chamavam mais de puta. Eles falavam essa mulher. “Essa mulher! Leva essa mulher pra lá! Essa mulher está fedendo.” Claro e estava mesmo. Sem tomar banho, menstruada. Tinha que estar fedendo. “Leva essa mulher fedorenta pra lá. Tira essa mulher daqui.” E a pancadaria e os choques. E os murros na cara. Bofetada daqui, bofetada dali. Parecia que você era um... tinha matado uma pessoa. Um dia eu falei pra ele: “Escuta, eu já fiz algum mal pra vocês, pra família de vocês?”⁴¹²

Esse é o depoimento de Damaris, a mulher que havia perdido o marido assassinado na frente dela e dos filhos. Ela deixa evidente como era tratada anteriormente à descoberta de que ela já tinha se casado. A mudança de tratamento se dava também em decorrência da perspectiva patriarcal de que a mulher que tinha um relacionamento matrimonial, era uma mulher “certa”, não era desviante do que a norma da sociedade impunha. Enquanto às outras ficaram reservados todas as difamações e humilhações verbais possíveis, por serem militantes, mulheres, solteiras, e às vezes de determinadas classes sociais.

Além disso, Damaris ressalta que foi ofendida por estar “fedendo” e que as torturas eram aplicadas ao som de gargalhadas por parte dos militares. Podemos ver isso também no relato de Maria do Carmo.

Como se não bastasse todo o horror da tortura, nas tardes de sábado havia um espetáculo à parte, vários empresários, que tinham ajudado o governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, a montar a OBAN, se reuniam lá e faziam, como tarados, orgias intermináveis. Um deles, Boilesen, foi morto na rua por um comando armado, em 1971.

*A gente só ouvia os sons, as gargalhadas. Essa mistura de orgia com pessoas sendo torturadas era absolutamente impossível de suportar. Como se a gente sentisse que nosso sofrimento não pudesse ser misturado àquilo.*⁴¹³

⁴¹² VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022, p.17-18. [SIC].

⁴¹³ VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de lia, maria do carmo brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.90-91.

Apesar de não sabermos se homens também participaram desse episódio específico de torturas por militares e empresários, aqui está demarcado a questão de gênero também. Maria do Carmo se refere a esses acontecimentos como “orgias intermináveis” realizadas por “tarados”. Nota-se que há semelhança nos diferentes relatos quanto à diversão que eles sentiam ao fazer isso.

Outra situação que mostra a diferença de tratamento dado à Maria do Carmo, assim como à Damaris, é quando descobriram seu estado civil e seu parentesco.

A visita do major Jayme Brito Junior, irmão de Juares, trouxe algumas vantagens para Maria do Carmo. A primeira delas foi que, em um dos turnos, nunca mais apanhou. Nos outros dois, tudo continuou igual. Com um pequeno detalhe: passou a ser torturada com requinte e delicadeza: “A senhora sabe que vai levar choque na xoxota?”

*Meu cunhado tinha dito que eu era esposa do irmão dele, e esposa fiel. Isso foi importante porque para eles, toda mulher de esquerda era prostituta. Com isto, parou a ameaça de tortura sexual, que para mim era horrível. Eles me acordavam de madrugada, tiravam minha roupa toda, era tétrico. E diziam: “Faz de conta que você está num ginecologista.” Só que eu nunca tinha ido a nenhum ginecologista. Para mim, o ginecologista começou lá na OBAN. Talvez, se eu já tivesse tido filho, teria sido mais fácil. Mas para uma mulher mineira, com a educação que eu tive, era uma coisa que chocava. Choca na dignidade, na sua formação. Aquele bando de homens, que ainda por cima ficavam fazendo comentários sobre sua anatomia, passando a mão, rindo, um horror.*⁴¹⁴

Maria do Carmo exemplifica bem o que tentamos dizer anteriormente com relação a visão que os militares possuíam das mulheres militantes, como se fossem “prostitutas” ou qualquer outro adjetivo que implique o mesmo sentido. Nota-se a conotação ao descobrirem que ela era esposa de Juares, “fiel”. A partir disso, ela não sofreu mais ameaças de torturas sexuais e todas as outras práticas foram realizadas com “requinte e delicadeza”, embora não nos pareça nada delicado o exemplo que ela traz. Dessa forma,

Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em loci de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada

⁴¹⁴ Idem, p.88.

etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas.⁴¹⁵

Em outra entrevista, concedida à Maklouf, Maria do Carmo também ressalta a mudança de tratamento.

Para mim ela era misturada e identificada com a primeira relação, e depois com a segunda. Pra mim, por exemplo, ter outras relações fora do casamento foi muito importante, primeiro porque eu tinha passado a vida inteira sendo melhor que as outras todas, gênero a mulher incorruptível, que até na cadeia diziam que era uma “senhora”, apesar de subversiva e tudo. Na prisão os torturadores diziam isso; o Gomes Carneiro, que era um torturador completamente doido, dizia que não fizeram comigo fuzilamento simulado porque eu era uma “senhora” (...) Eles torturaram muito um companheiro pra dizer que era meu amante e ele disse que não, que não era, porque de fato não era. Durante muito tempo me sentia no direito de cagar em cima da cabeça das outras mulheres todas e de fazer julgamentos morais da vida das outras pessoas, e fazia mesmo, fui demasiado intolerante. Claro que sei a razão disso. Pra mim não se colocava a questão, a minha primeira relação era excelente e era com uma pessoa de origem protestante pra qual não existia ninguém mais no mundo além de mim; fui a primeira e única namorada na vida dele e ele não foi o meu primeiro namorado, mas foi a primeira pessoa com quem tive relações sexuais e sempre foi com ele. A coisa tinha sido toda muito fácil, a monogamia era natural, baseada no amor e tudo mais. Eu não tinha sofrido ainda, nesse nível nunca, não tinha sido provada, não tinha me feito de objeto, ninguém. Então era muito fácil cagar na cabeça de todo mundo, as outras mulheres eram todas levianas. É uma palavra cretina, que eu não empregaria, mas não acho outra que dê a ideia.⁴¹⁶

Maria relata que foi tratada como “senhora” e que, por isso, não sofreu fuzilamento. Provavelmente o termo “senhora” carrega aqui o sentido de uma mulher que era casada, portanto, implicava em algum respeito, já que dificilmente esse termo foi utilizado com alguma relação à idade dela. Também chama atenção nesse relato que a própria Maria do Carmo se via como diferente de outras mulheres pela sua experiência de vida.

Mulher casada, um relacionamento com um companheiro protestante, primeira e única mulher de Juares. Através do moralismo impregnado, ela julgava outras mulheres que diferiam dessas práticas, e sentia-se superior. Depois de alguns anos, ela iria questionar alguns comportamentos, principalmente os pensamentos com relação a própria

⁴¹⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1), p.402.

⁴¹⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.158.

sexualidade, e isso a possibilitaria não só ressignificar a vida naquele momento, mas rever algumas posturas.

Os relatos trazem elementos em comum. O tratamento de acordo com o estado civil, relações familiares (muitos sujeitos conseguiram escapar da tortura ou diminuí-las por conhecer alguns militares ou ter membros na família que conhecessem), o humor, a diversão, - ou diríamos sadismo? -, presentes nas sessões de tortura. Há vários outros elementos que poderíamos citar a partir de diferentes relatos, ou mesmo resgatarmos os trechos dos depoimentos que analisamos ao falar sobre o TDE, como, por exemplo, de Damaris Lucena e sua irmã.

Nesse tópico, nos restringiremos a esses exemplos, sobretudo, devido à dificuldade de encontrar fontes sobre a experiência de outras mulheres da pesquisa como Tercina, Jovelina e Zenaide, que permitem visualizar a demarcação de gênero nas prisões. Contudo, ressalta-se a importância não só dos trabalhos de pesquisas acadêmicas, mas da Comissão Nacional da Verdade que trata de casos em que essa violência é perceptível, em especial, no “Capítulo 10 – Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” do volume I do relatório final.⁴¹⁷

Por fim, esperamos ter conseguido expor nesse tópico que apesar de o TDE ter sido cruel e violento com homens e mulheres, pois ambos foram enquadrados como “comunistas” e “terroristas” e, na visão dos militares, precisavam ser combatidos, às mulheres se aplicaram torturas ou conotações verbais especificamente por serem mulheres, por considerá-las desviantes e por esperarem que ficassem em seu “devido” lugar: no lar cuidando do cônjuge e dos filhos/as.

⁴¹⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

CONCLUSÃO

Em virtude de tudo o que foi analisado nos três capítulos dessa dissertação, podemos concluir que a experiência das mulheres nos grupos de resistência armada significou uma ruptura com os padrões morais da época que incorporavam em sua perspectiva a ideia de que a mulher não deveria pertencer ao espaço público, sobretudo, realizarem discussões políticas. Ao decidirem integrar um grupo de luta armada, essas mulheres romperam com as expectativas sociais e de seus familiares, e se dispuseram a questionar a ordem política e social vigente, e refletir acerca da construção de uma revolução socialista que colocasse fim ao modelo capitalista de organização da sociedade.

As fontes permitiram concluir que dentro das organizações a que pertenceram, as mulheres cumpriram uma variedade de tarefas. Desde as que diziam respeito a ações mais diretas, até funções que não significavam a participação literal na ação armada. Vimos que essa diversidade de tarefas se deu muito em decorrência da perspectiva que cada organização possuía sobre como a luta deveria ser feita. Evidentemente, os sujeitos escolheram pelas organizações com as quais se identificavam na posição de luta, mas não permaneceram nas mesmas, pois as condições que a realidade impôs, fez com que transitassem entre os grupos existentes.

Além disso, alguns estudos concluem que a questão de gênero foi um elemento crucial para a divisão de tarefas nos grupos, pois, segundo as fontes, às mulheres ficaram delimitadas funções de pouca importância dentro da luta, enquanto os homens foram os sujeitos que realizaram as tarefas relevantes da resistência armada. Nossa pesquisa permite concluir que esse demarcador de gênero esteve presente em muitos momentos e que, de fato, há evidências de homens ocupando posições de comandos ou de tarefas diretas muito mais do que mulheres, inclusive, o número destes em comparação ao de mulheres na militância é muito maior.

Entretanto, com relação à divisão de tarefas ou a outros elementos que dizem respeito a forma de se organizar dos grupos, o contexto de forte repressão foi também elemento crucial para as delegações de funções. Concluímos que, em dado momento, a repressão foi tão intensa e perspicaz na sua atuação que a queda massiva de militantes presos fez com que quem ainda estivesse disposto a seguir na luta, realizasse qualquer tarefa. Portanto, a ideia de hierarquização da organização como uma forma de manter a segurança dos/das militantes, foi possível só nos primeiros meses de luta, pois como

mostramos, em um determinado momento o comandante precisou ser o militante de apoio, de base, integrar o setor logístico, de imprensa, e o que mais precisasse ser feito.

Contudo, a tentativa de construir normas de segurança e até mesmo de hierarquizar a organização como uma forma de proteger uns aos outros, é uma prova de que aqueles sujeitos estavam realmente dispostos e crentes de que a revolução seria possível, e, portanto, muito bem-organizados para isso. É importante esclarecer esse fato porque isso nos mostra como a nossa perspectiva dessa experiência como apenas uma “aventura” ou um ato de “loucura”, está deslocada do contexto da época, da conjuntura não só nacional, mas também internacional, a partir das revoluções e movimentos de contestação em todo o mundo que inspiraram essas militantes.

Nesse sentido, outra conclusão a que podemos chegar é que apesar de se organizarem e pensarem em muitos detalhes que pudessem garantir a possibilidade da luta armada, os/as militantes não imaginavam que a repressão fosse se organizar de tal modo que, na correlação de forças, o planejamento que fizeram não fosse suficiente para garantir a resistência e a vida de todos que se dispuseram a lutar. Já nos anos iniciais da resistência, a condição de clandestinidade se impôs, caso contrário, os/as militantes poderiam ser presos, torturados e mortos com mais facilidade do que foram.

Por fim, concluímos que a organização de membros do Estado no combate às ideias comunistas e aos sujeitos que se propuseram a tentar colocar em prática essas ideias, foi expansiva, violenta, e atingiu não só os alvos principais, mas muitos sujeitos que estavam em torno das militantes. A pesquisa mostra os casos em que familiares, amigos e conhecidos foram afetados por essa política de governo, mesmo que nunca tivessem participado de alguma organização de luta armada. Portanto, os traumas em decorrência dessa violência permanecem não só nos militantes, mas em todos aqueles que estiveram a sua volta presenciando ou sendo vítimas diretas de violências e torturas físicas e psicológicas que resultaram em sequelas físicas e emocionais pelo resto da vida.

Ainda hoje existem mães, pais, filhos, amigos, esposas, avós, tios e tias, que buscam saber o que aconteceu com o seu familiar ou conhecido/a, que simplesmente “desapareceu”. Muitas dessas pessoas se organizaram e iniciaram a luta por “Memória, Verdade e Justiça”, que busca o esclarecimento desses fatos. No entanto, apesar do grande esforço que fizeram e fazem, as suas possibilidades de atuação encontram limitações, pois

dependem de documentos que devem ser disponibilizados pelo Estado, bem como de pessoas especializadas em trabalhos de investigação desses casos.

Soma-se a isso, o modo como este assunto foi tratado após o fim da ditadura, e a demora e falta de iniciativa de órgãos institucionais para criarem políticas públicas de memória que não nos deixe esquecer das violências praticadas nesses anos sangrentos. Foram os familiares que tiveram que iniciar essa luta e reivindicar o direito de informação sobre o paradeiro de seus entes, isto é, além de serem afetados pela forma como o governo se organizou para defender seus interesses, precisaram assumir a responsabilidade pela procura dos seus desaparecidos.

Ao restringirmos essa responsabilidade aos familiares, dá-se a impressão de que não deva ser interesse de toda a sociedade que seja elucidado os esclarecimentos acerca das violações de direitos humanos e da memória daquele período. Mas, se desejamos avançar no debate sobre essas questões sociais, a explicação dos fatos sobre essa experiência de resistência armada e tudo que a envolve: as intenções dos/das militantes, os conflitos e o combate da repressão, bem como o direito à memória desse período, devem ser assegurados “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-81.
- BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL: volume i - o impacto das revoluções**. 2. ed. Campinas - Sp: Editora Unicamp, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, Nação e Edição**. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Anablume, 2006, p. 153-179.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- CONRADI, C. C. N. Entre maternidade e dilemas subjetivos: a experiência política de Teresa Urban - Paraná (1964-1985). **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, 19 dez. 2016.
- COMBLIN, P.E Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Tradução de A. Veiga Fialho.
- COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, p. 165-191, 15 abr. 1997.
- DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. SP, CELA, s/d.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GUEVARA, Che. **La guerra de guerrillas**. 1960.
- HERLER, Thomas Joezer. **Formação e Trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)**. 2015. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.
- INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- JOFFILY, Mariana. Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. p. 213-232.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. SP, Global, 1980.

KREUZ, Débora Strieder. “**Elas têm um outro jeito de ser, de resistir**”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

KORNIS, Mônica Almeida. HISTÓRIA E CINEMA: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

KOTCHERGENKO, Andrei Martin San Pablo. As mulheres na luta armada no Cone Sul. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. p. 281-298.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020. Revisão da tradução: Paula Vaz de Almeida.

LUNGARETTI, Celso. **Náufrago da utopia**. Vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. SP, Geração editorial, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MENESES, Ulpiano T. B. de. **A história, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 34, 1992.

MOTTA, Romilda Costa; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Lutas clandestinas, maternidades em dilema: memórias de mulheres militantes nas ditaduras civismilitares do cone sul. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 25, p. 538-566, jan-jun. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.237-289.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 13-36.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2006.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PEREIRA, I. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, [S. l.], v. 12, n. 1-2, 2011. DOI: 10.51880/ho.v12i1-2.166. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/166>. Acesso em: 19 abril. 2022.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio.**” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução Ricardo Santhiago.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **MARCAS DA CLANDESTINIDADE**: memórias da ditadura militar brasileira. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Carla Luciana. **A Revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-Militar no Brasil: direito de resistência não é terrorismo. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 20., 2011, Brasil. **Anais Conpedi**. Brasil: Anais Conpedi, 2011. p. 50-75. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/11337>. Acesso em: 19 abr. 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2004.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política**. Título original: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop. Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedos**, Brasil, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago/dez. 2013.

Homepages:

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

BRASIL. Constituição (1967). Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. . Brasília, 13 mar. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1969). Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. . Brasília, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRAZIL, a Report on Torture (1971) COMPLETO!. Produção de Haskell Wexler, Saul Landau. Eua, 1971. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6aUu-zGGg08>. Acesso em: 19 abr. 2022.

COMISSÃO da Verdade trata do caso Iara Iavelberg - Parte 1. São Paulo: Comissão Estadual da Verdade, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btckMmZMFI0&t=38s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

COMISSÃO da Verdade trata do caso Iara Iavelberg - Parte 2. São Paulo: Comissão Estadual da Verdade, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btckMmZMFI0&t=38s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

EM BUSCA de Iara. Direção de Flavio Frederico. Produção de Flavio Frederico, Mariana Pamplona. [S.I]: Kinoscópio, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Djdoj8v-vI&t=3566s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

EXÉRCITO, Ministério do. **Operação Pajussara**: relatório. Relatório. 1971. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

IARA IAVELBERG, 50 anos depois. [S.I]: Tutaméia Tv, 2021. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rt7gt-mST6Q&t=4145s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MINAS, Estado de. A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA: conheça a história do dia em que a turma da dilma caiu. 2012. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/22/interna_politica,301712/conheca-a-historia-do-dia-em-que-a-turma-da-dilma-caiu.shtml > Acesso em: 29 jun. 2021

O **GLOBO**. São Paulo, 17 jun. 1970. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019700617> > Acesso em 20 jun. 2021

PAREDES Pintadas - documentário. Direção de Pedro Santos. Produção de Pedro Santos, Fernando Crocomo. Brasil: Ars Et Scientia - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=36s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PODE contar sua história: Iara Iavelberg. Online: Instituto de Psicologia da Usp, 2021. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3oEIP8_qZo&t=5618s. Acesso em: 19 abr. 2022.

UOL, Aventuras na História. **TORTURADA NA FRENTE DOS PRÓPRIOS FILHOS, AMELINHA TELLES DEU FIM A IMPUNIDADE DE CARLOS BRILHANTE USTRA**. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-quem-foi-amelinha-telles-ditadura-militar.phtml>. Acesso em: 19 abr. 2022

VERDADE, Comissão Nacional da. **Damaris Lucena**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

VERDADE, Comissão Nacional da. **Dulce Maia Souza**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

VERDADE, Comissão Nacional da. **Zenaide Machado de Oliveira**. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

VIANNA, Rodrigo. Justiça condena “Folha” por erro de Elio Gaspari. 2009. Forum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-justicacondena-folha-por-erro-de-elio-gaspari/#>. Acesso em: 28 nov. 2021

ZUM, Revista. **Infância banida**. 2013. Disponível em: <https://revistazum.com.br/revista-zum-3/infancia-banida/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Entrevista:

GUERRA DE ANDRADE, Renata Ferraz. **Entrevista concedida a Carla Luciana Silva e Débora Campani Chagas**. Marechal Cândido Rondon, online, 14 jul. 2020.

Outras fontes:

Entrevista de Renata Ferraz Guerra de Andrade à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Entrevista de Sonia Lafoz à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Entrevista de Zenaide Machado à Judith Patarra. Disponível no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Entrevista com Maria do Carmo concedida à Marcelo Siqueira RIDneti (M) e à Daniel Aarão Reis (D) no dia 27 de janeiro de 1986 no Rio de Janeiro. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Documento de 10/05/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

Documento de 04/02/1971, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

Documento de 10/08/1970, encontrado em arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

Documento de 17/03/1972, encontrado no arquivo do Brasil Nunca Mais Digital.

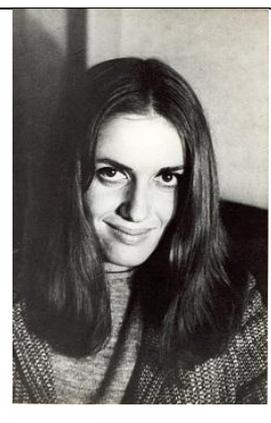
APÊNDICES

| | |
|---|--|
| |  |
| Dulce Maia | |
| Organizações: VPR | |
| Codinomes: Judith | |
| Ações que participou: | |
| Atentado ao QG do Exército (1968), Assalto ao Banco Mercantil (1968), Ação contra o capitão Chandler (1968), assalto contra a agência do Banco do Estado de São Paulo (1968), roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci (1968), explosão de carro-bomba no Quartel-General do II Exército (1968), Assalto à Casa de Armas Diana (1968), expropriação de veículos. | |
| Tarefas: | |
| motorista de ações, ajudando no planejamento das ações, fornecendo apoio logístico aos familiares, estabelecendo ligações entre os contatos da organização, viajando para vários estados a fim de cumprir tarefas da militância, levantamento de informações sobre horários e deslocamentos de figuras do interesse da organização, treinamento de tiros, transportando militantes/familiares de militantes, transportando armamento, curso de manejo de armas, guardando pessoas e objetos da organização em sua casa, dirigente da VPR. | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Foi presa no dia 26 de janeiro de 1969. - Saiu do Brasil em 1970 na ação de sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, com destino à Argélia. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)

| | |
|---|--|
| |  |
| Renata Ferraz Guerra de Andrade | |
| Organizações: Polop, VPR | |
| Codinomes: Cecília | |
| Ações: | |
| Roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci (1968), explosão de carro-bomba no Quartel-General do II Exército (1968), assalto ao Banco Mercantil de São Paulo (1968), tentativa de assalto à agência do BRADESCO na Vila Anástacio (1968/1969), tentativa de assalto à 4ª. Circunscrição do Serviço Militar (1968/1969) | |
| Tarefas: | |
| Fez cursos de explosivos para aprender a atirar, roubos de carros para realizar ações, transportando carros de apoio dos militantes nas ações, planejamento de ações como assaltos, assistência teórica ao grupo de Lamarca em Quitaúna, setor logístico da VPR, vigiando a casa de Charles Chandler, segurança externa de ações, treinamento de tiros. | |
| - Saiu do Brasil em 1969 com destino ao Uruguai, mas se exilou em vários outros países da América Latina. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do documentário “Paredes Pintadas” no youtube.)

| | |
|---|---|
| |  |
| Iara Iavelberg | |
| Organizações: Polop, VPR, MR-8, VAR-Palmares | |
| Codinomes: Celia, Norma, Cláudia, Rita, Mariana | |
| Ações que participou: Treinamento no Vale do Ribeira (1970), Congressos (1969) | |
| Tarefas: fez contatos políticos, cobriu pontos, datilografou e distribuiu jornais entre os militantes, fez levantamentos e transbordos de dinheiro, treinou tiros, promoveu debates para discussões teóricas, contatos e preparação de documentos para o congresso, enfermeira, ocupou o setor intelectual da VPR. | |
| Morreu em 1971. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)

| | |
|--|--|
| |  |
| Damaris Lucena | |
| Organizações: PCB, VPR | |
| Codinomes: Rosa, Dulce, Maria Luiza de Arruda | |
| Ações que participou: expropriação de explosivos na pedreira de Cajamar (1968/1969) | |
| Tarefas: Cumpriu fachada de família oferecendo a casa onde residia para servir de aparelho da organização, participou da infraestrutura e setor logístico da VPR. | |
| Foi presa e saiu do Brasil em 1970, após ter sido liberta em ação do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi, com destino ao México, mas depois permaneceu em Cuba na maior parte do tempo. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)

| | |
|---|--|
| |  |
| <p>Jovelina Tonello</p> | |
| <p>Organizações: VPR</p> | |
| <p>Codinomes: Esmeralda, Cida e Josefina</p> | |
| <p>Ações: Congresso em Mongaguá (criação da VAR-Palmares) (1969)</p> | |
| <p>Tarefas: distribuiu panfletos, expropriou armas, armazenou bombas, residiu em casa que era usada como aparelho pela organização, cumpriu fachada de esposa e mãe, escondeu militantes muito procurados como Iara e Lamarca.</p> | |
| <p>Foi presa e saiu do Brasil em 1971 a partir da ação do sequestro do embaixador Giovanni Enrico Bucher, com destino ao Chile.</p> | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)

| | |
|--|--|
| |  |
| <p>Maria do Carmo Brito</p> | |
| <p>Organizações: PC, Colina, Polop, VPR</p> | |
| <p>Codinomes: Lia, Sara, Madalena, Gilda Madalena Silva Dias, Magda Guimarães, Ana,</p> | |
| <p>Ações: assalto ao cofre do Adhemar de Barros (1969), Congresso Mongaguá (Criação da VAR-Palmares) (1969)</p> | |
| <p>Tarefas: estabeleceu contatos com figuras políticas importantes, ajudou na infraestrutura, fez cobertura de Lamarca em ações, treinou tiros, teve grande participação no congresso de Mongaguá, ocupou o comando de direção da VPR, expropriou locais, transportou documentos, levantou locais e ajudou na montagem de áreas de treinamento, realizou muitas e variadas tarefas na VPR. (Todas essas ações entre 1968, 1969 e 1970).</p> | |
| <p>Foi presa em abril de 1970 e saiu do Brasil em junho do mesmo ano, na ação de sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, com destino à Argélia. No exílio, passou pelo Chile, Panamá, Bélgica e Portugal, até retornar ao Brasil tempo após a anistia ter sido promulgada (1979).</p> | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)

| | |
|---|--|
| <p>Tercina Dias de Oliveira</p> |  |
| <p>Organizações: VPR</p> | |
| <p>Codinos: Tia</p> | |
| <p>Ações: Treinamento Vale do Ribeira (1970)</p> | |
| <p>Tarefas: participou da escola de treinamento da VPR, cumpriu trabalho doméstico como a confecção de fardas para os militantes que estavam com ela no Vale do Ribeira, cumpriu fachada de família em aparelhos como a “avó” de seus netos que estavam com ela.</p> | |
| <p>Foi presa em 1979 e saiu do Brasil em junho do mesmo ano, na ação de sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, com os quatro netos, Ernesto, Zuleide, Luis Carlos e Samuel, com destino à Argélia.</p> | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada de matéria da “Revista Zum”.)

| | |
|---|--|
| |  |
| Sonia Lafoz | |
| Organizações: VPR, MR-8 | |
| Codinomes: Mariana, Paula, Clarisse, Rita | |
| Ações: assalto ao cofre de Adhemar de Barros (1969), sequestro do embaixador alemão (1970), assalto à Churrascaria Gaúcha (1970), outros assaltos no ano de 1969 e 1970. | |
| Tarefas: fachada de irmã de Lamarca, expropriação do cofre de Ademar de Barros, curso de treinamentos de tiros e preparações de explosivos, colocar bombas em locais apropriados, ações armadas diretas, assalto à casa de câmbio Adam, fachadas, atiradora, assaltos de empresas, carro-forte (todas essas ações ocorreram entre 1969, 1970 e 1971) | |
| Saiu do Brasil em 1971 com destino ao Chile. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do documentário “Paredes Pintadas”.)

| | |
|---|---|
| |  |
| Zenaide Machado | |
| Organizações: PCB, MR-8, VPR, VAR-Palmares | |
| Codinome: Raquel, Andréia | |
| Tarefas: Participou da Linha- Unidade de Combate das organizações em que militou, providenciou passaportes, tentou estabelecer diálogo sobre textos acerca da revolução, ocupou o comando de direção da VPR (1970/1971). | |
| Foi presa em agosto de 1971 e saiu da prisão em outubro de 1974. | |

(Informações retiradas de todas as bibliografias e fontes que apresentamos no trabalho. Foto retirada do google imagens.)